

Projeto Adélia CPCJ Penafiel Apresentação de Resultados

Grupo de Investigação e Intervenção em Acolhimento e Adoção
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade do Porto



Ficha Técnica

Título: Projeto Adélia. CPCJ de Penafiel: Apresentação de Resultados

Autoria: Equipa Projeto Adélia do Grupo de Investigação e Intervenção em Acolhimento e Adoção com a colaboração dos estagiários de investigação 2021 e 2022

Joana Soares

Filipa Miranda

Sara Barroso

Katarina Hernandez

Maria Barbosa Ducharne

Em parceria com a CPCJ de Penafiel

Data de Publicação: junho 2022

Apresentação de Resultados – CPCJ Penafiel

Introdução	5
Caracterização do Concelho.....	7
Demografia e Famílias	7
Direito à Sobrevivência/Saúde	9
Direito ao Desenvolvimento/Educação	10
Direito à Participação	13
Direito à Proteção.....	14
Crianças (Pré-escolar)	18
Brincadeira e Lazer	18
Participação e Cidadania	20
Segurança e Proteção.....	22
Crianças (6-12 anos)	24
Brincadeira e Lazer	25
Participação e Cidadania	29
Segurança e Proteção.....	31
Saúde	33
Educação	35
Vida Pessoal	39
Gráficos – Crianças (6-12 anos)	41
Adolescentes/Jovens	58
Brincadeira e Lazer	59
Participação e Cidadania	62
Segurança e Proteção.....	66
Saúde	68
Educação	71
Vida Pessoal	75
Gráficos – Jovens/Adolescentes	77
Famílias	102
Brincadeira e Lazer	105
Participação e Cidadania	108
Segurança e Proteção.....	111
Saúde	114
Educação	117
Conciliação entre Vida Familiar e Trabalho	120
Gráficos – Famílias	122

Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude	147
Convenção sobre os Direitos da Criança: Formação e Informação	149
Participação das Crianças.....	150
Princípio da Não Discriminação	152
Trabalho com as Famílias	153
Política de Proteção	154
Gráficos – Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude	157
Conclusões	170

Introdução

O presente relatório constitui a apresentação e discussão dos dados recolhidos no âmbito do Projeto Adélia relativos ao Concelho de Penafiel. Trata-se de um trabalho desenvolvido, em colaboração, pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Penafiel e o Grupo de Investigação e Intervenção em Acolhimento e Adoção (GIIAA) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), no âmbito da cooperação institucional entre a FPCEUP e a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens em Perigo (CNPDPDPCJP), estabelecida em Protocolo de Colaboração, assinado a 27 de janeiro de 2021. A partir deste relatório de diagnóstico do respeito pelos Direitos da Criança em Penafiel, será desenvolvido o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens (PLPPDCJ) do mesmo concelho.

Através de metodologias quantitativas e qualitativas e numa abordagem multi-informantes, o Projeto Adélia pretende realizar um diagnóstico local sobre os Direitos da Criança, identificando os direitos respeitados e não respeitados, os fatores que facilitam a concretização desses direitos e os fatores que constituem risco à promoção do bem-estar das crianças e adolescentes do concelho. Dos problemas identificados serão definidas metas de intervenção e estratégias de ação concretas; das potencialidades reconhecidas serão identificados recursos para a intervenção. Assim, o PLPPDCJ de Penafiel, partirá dos recursos locais para implementar novas estratégias que respondam às necessidades e problemas identificados, a fim de construir um concelho amigo das crianças, respeitador e fomentador dos seus Direitos.

Como ponto de partida para o PLPPDCJ de Penafiel, este relatório resume os principais resultados, quantitativos (indicadores estatísticos do concelho, questionários) e qualitativos (respostas abertas aos questionários), recolhidos junto das diferentes fontes de informação (crianças em idade pré-escolar, crianças de idade escolar, adolescentes/jovens, famílias, profissionais), procurando traduzir uma compreensão global e sistémica da realidade do concelho, estabelecendo ligações entre os diferentes dados e assumindo a interdependência entre diferentes fatores. Globalmente, este relatório traduz a opinião de **2791 participantes** do concelho de Penafiel, dos quais **230** são **crianças de idade pré-escolar**, **487** são crianças de idade entre **6 e 12 anos**, **443 adolescentes** com idade entre 13 e 18 anos, **1364** são **pais ou adultos cuidadores** responsáveis pelas crianças e **267** são **profissionais** pertencentes a Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ). Adicionalmente, o presente relatório propõe uma leitura interpretativa

dos dados obtidos acerca do concelho, projetando-os em ações concretas de futura intervenção.

Numa primeira secção deste relatório é realizada uma caracterização do concelho, apresentando os indicadores estatísticos disponíveis atualizados, e organizando-os segundo as respostas aos diferentes Direitos da Criança. Estes dados irão permitir uma leitura contextualizada dos resultados obtidos diretamente junto da população, sobre os Direitos das Crianças, os quais constituem o cerne do presente relatório. Assim, numa segunda parte deste relatório serão apresentados os resultados da auscultação feita junto das Crianças e Adolescentes/Jovens do concelho de Penafiel, bem como das Famílias e dos Profissionais das ECMIJ do mesmo concelho. Esta auscultação, realizada essencialmente através de questionários online e de dinâmicas de grupo junto das crianças mais novas, teve como principal objetivo ouvir, diretamente, a perceção da comunidade acerca da maneira como são reconhecidos, respeitados e implementados os Direitos da Criança no concelho. O presente relatório não integra informação relativa ao autodiagnóstico, nem análise SWOT da CPCJ de Penafiel, na medida em que à data a que este relatório é escrito, a equipa GIIAA não dispõe de informação a esse respeito. Como foi referido anteriormente, a curto prazo, esta auscultação da comunidade e a audição das diferentes vozes pretende contribuir para a elaboração do PLPPDCJ.

A presente análise descritiva e interpretativa de resultados está organizada por grupos de participantes, permitindo identificar, numa leitura global, as principais características da voz de cada grupo. Assim, inicia-se pelas Crianças com menos de 6 anos, seguindo-se as Crianças com idade entre 6 e 12 anos e os Adolescentes/Jovens (13-18 anos). Em continuação são descritos os resultados obtidos junto das Famílias e, também, dos Profissionais das ECMIJ. Embora abordando temáticas comuns, os questionários desenvolvidos pela CNPDPCJ procuraram ajustar-se às características e atuação dos diferentes informantes. Por conseguinte, a presente análise de resultados é condicionada pelas características de cada instrumento de recolha de dados utilizado.

Cada subsecção de resultados é concluída por uma **súmula** que ajuda a sistematizar os principais resultados, bem como a identificar áreas prioritárias de intervenção. Nestas súmulas, e de forma a completar os dados quantitativos, é também apresentada a voz de cada interlocutor, através da análise qualitativa de algumas respostas abertas, sempre que tais existam.

Como **conclusão global do relatório**, são apresentadas, por um lado, as principais forças, potencialidade e recursos, e, por outro lado, as principais fraquezas, fragilidades e lacunas do concelho, com algumas propostas concretas para intervenção no que à promoção dos direitos e bem-estar das crianças diz respeito.

Caracterização do Concelho

A caracterização a seguir apresentada baseou-se num conjunto de **indicadores estatísticos** do concelho de Penafiel, fornecidos pela CPCJ ou disponíveis online em sites de entidades públicas/governamentais. Foi seguida a seleção de indicadores propostos no *Documento 5A – Diagnóstico Local: Orientações para a Recolha de Informação Quantitativa*, do Protocolo de recolha de dados do Projeto Adélia, e os mesmos foram organizados de acordo com os temas propostos no mesmo, a saber: Demografia e Famílias, Direito à Sobrevivência/Saúde, Direito ao Desenvolvimento/Educação, Direito à Participação e Direito à Proteção.

Demografia e Famílias

O concelho de Penafiel localiza-se no distrito do Porto, pertencendo à região Norte e à sub-região do Tâmega e Sousa. Em 2020 (de acordo com o PORDATA), este concelho tinha **69419 residentes**, entre os quais apenas **521 (0.7%) eram cidadãos estrangeiros**, em sua maioria do sexo feminino ($n = 282$, 54,7%), sendo o Brasil o país de origem mais frequentemente indicado ($n = 251$, 48.2%).

Entre os residentes, no mesmo ano, a percentagem de crianças e adolescentes, até aos 19 anos, era de cerca de **19.4% ($n = 13.487$)** – ligeiramente inferior à percentagem nacional (20.3%). Destes, 6903 eram do **sexo masculino (51.2%)** e 6584 do **sexo feminino (48.8%)**. A Tabela 1 apresenta a distribuição de crianças por faixas etárias, evidenciando que é a faixa etária **15-19 anos** que apresenta maior frequência.

Tabela 1

Faixa etária (anos)	<i>n</i>	%
0 a 4	2786	20.6
5 a 9	2941	21.8
10 a 14	3611	26.8
15 a 19	4149	30.8

Distribuição das Crianças de Penafiel por Faixa Etária (N = 13487)

De acordo com os Censos 2011, as famílias penafidelenses de **três elementos** ($n = 6767$, 28.4%) constituíam a tipologia mais frequente. De acordo com os resultados do Censos 2021, as famílias de **dois elementos** tornaram-se a tipologia mais frequente ($n =$

Faixa etária (anos)	<i>n</i>		%	
7446, 29.6%). Adicionalmente, verificou-se uma redução do número das famílias numerosas (5 ou mais elementos; <i>n</i> = 1827, 7.2%). A distribuição das famílias por número de elementos encontra-se representada na Tabela 2.				
Dimensão (elementos)	2011 (<i>N</i> = 23794)		2021 (<i>N</i> = 25183)	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
1	2710	11.4	4191	16.6
2	5890	24.7	7446	29.6
3	6767	28.4	6535	26.1
4	5961	25.1	5184	20.5
5 ou +	2466	10.4	1827	7.2

Tabela 2

Distribuição por Número de Elementos das Famílias Penafidelenses, segundo o Ano

Ao nível do nascimento de crianças, o concelho somou, em 2020 (dados do PORDATA), **552 nados-vivos** e um **índice sintético de fecundidade de 1.23** – o que significa que, nesse ano, as mulheres em idade fértil do concelho tiveram, em média, apenas um/uma filho/a, situando-se abaixo da média nacional (1.40). Dos nados-vivos contabilizados, 3.0% (*n* = 17) tinham mãe estrangeira e 41.3% (*n* = 228) foram fruto de relacionamentos não-matrimoniais, encontrando-se os progenitores, na sua maioria, em situação de coabitação.

Não estando disponíveis dados a nível concelhio, importa mencionar que, na região Norte, em 2020, a idade média das mulheres, no nascimento do/a primeiro/a filho/a, foi de **30.9 anos de idade**. No concelho de Penafiel, no ano 2020, 158 crianças (27.2%) nasceram de mães com idade igual ou superior a 35 anos. Refira-se ainda que Penafiel apresentou uma **taxa de mortalidade infantil de 0.0‰**, encontrando-se abaixo da taxa de mortalidade infantil a nível nacional (2.4‰), e à sub-região a que pertence (1.7‰). A Tabela 3 apresenta a distribuição de nados-vivos de mães residentes em Penafiel por grupo etário da mãe.

Tabela 3

Distribuição de Nados-vivos de Mães Residentes em Penafiel por Grupo Etário da Mãe (N = 552)

15 a 19	6	1.1
20 a 24	56	10.2
25 a 29	164	29.7
30 a 34	168	30.4
35 a 39	125	22.6
40 a 44	30	5.4
45 a 49	3	0.6

Direito à Sobrevivência/Saúde

De acordo com o PORDATA, em 2019, os penafidelenses eram, na grande maioria, **trabalhadores por conta de outrem** ($n = 19307$, 94.3%). Contudo, existia também uma percentagem que desempenhava a função de **empregador** ($n = 1118$, 5.4%), sendo que, neste caso, se destacava a disparidade entre os sexos: **70% eram empregadores do sexo masculino** ($n = 783$) e **30% eram empregadores do sexo feminino** ($n = 335$). Em relação aos ganhos médios mensais, incluindo horas extra, subsídios e prémios, no mesmo ano, os trabalhadores de Penafiel auferiram, em média, **975.4 euros**. Contudo, quando este indicador foi analisado em separado, com base no sexo, observou-se uma diferença entre os valores: enquanto as **mulheres ganharam, em média, 944.0 euros por mês**, o **ganho médio mensal dos homens foi de 1.005,1 euros**.

Segundo o PORDATA, no mês de dezembro de 2021 encontravam-se **2351 pessoas inscritas** no Centro de Emprego do concelho, com uma média anual de 2577 pessoas inscritas. De entre a média anual da população desempregada, **30.6% são homens** ($n = 789$) e **69.4% são mulheres** ($n = 788$), o que mostra uma maior vulnerabilidade das mulheres face a esta situação.

Relativamente ao **Rendimento Social de Inserção (RSI)** e **Rendimento Mínimo Garantido (RMG)**, o concelho contava, em 2020 (dados fornecidos pelo PORDATA), com **2043 beneficiários** deste apoio (número inferior ao de 2011 – $N = 3658$), os quais recebiam um valor médio, processado por família, de 229.0 euros. De notar que a maioria dos beneficiários são do sexo feminino ($n = 1155$, 56.5%) e que a faixa etária com idade menor de 25 anos obteve a maior frequência entre os beneficiários ($n = 774$, 37.8%).

Ainda sobre os apoios sociais que as famílias podem receber, os dados fornecidos pelo PORDATA revelaram que, em 2020, existiam **6902 crianças titulares de Abono de Família**. Além disso, comprovou-se que, nesse mesmo ano, **138 famílias** beneficiaram-se do **Subsídio por assistência a 3ª pessoa**, o que inclui crianças deficientes que exigem acompanhamento permanente. De acordo com a Câmara Municipal de Penafiel, no que se

Nível de ensino	<i>n</i>	%
-----------------	----------	---

refere as crianças e adolescentes abrangidos pelos **Serviços de Ação Social Escolar (SASE)**, no ano de 2021, o concelho contava com **1115 crianças do 1.º ciclo do ensino básico** e **611 crianças do pré-escolar**. Em relação ao número de crianças abrangidas pelas cantinas escolares, no ano mesmo ano, havia 2297 crianças a frequentar e 1605 crianças a almoçar (1.º ciclo do ensino básico), e 1349 crianças a frequentar e 1200 crianças a almoçar (ensino pré-escolar).

No âmbito da **luta contra a pobreza** e com objetivo de promover a qualidade de vida e a inclusão das famílias de Penafiel, o Município está a implementar várias iniciativas, entre as quais se salienta: (1) o **Projeto “Sentir o Nosso Bairro”**, financiado pelo Programa NORTE 2020, com objetivo de promover iniciativas de inclusão social, potenciando parcerias de caráter inovador e/ou experimental que envolvam uma ampla gama de entidades em execução no Bairro da Fonte da Cruz; (2) Estabelecimento do **Gabinete de Apoio à Família**, com objetivo de assegurar a proteção das famílias mais vulneráveis, promovendo a sua integração, qualidade de vida e bem-estar; (3) Proposta do **Cartão Municipal de Família Numerosa** para agregados familiares, com três ou mais filhos a cargo, residentes no concelho de Penafiel há pelo menos 2 anos; (4) Disponibilidade de resposta de **parentalidade positiva** integrada no Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social 4G (CLDS 4G), Penafiel Social, Eixo 2: Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil. E ainda com objetivo de melhorar as condições de vida das famílias penafidelenses, o Município definiu a **Estratégia Local de Habitação** para implementação de políticas de habitação social e apoio ao arrendamento.

Direito ao Desenvolvimento/Educação

No ano letivo 2019/20, segundo a informação fornecida pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), Penafiel tinha um total de **9958 crianças inscritas nos diversos níveis de ensino público** e **1179 crianças no ensino privado**. A distribuição das crianças por nível de ensino público encontra-se representada na Tabela 4. De acordo com informações dos agrupamentos escolares, havia **359 crianças com necessidades educativas especiais**.

Penafiel tem um **Conselho Municipal de Educação** e segue a **Carta Educativa** do Município.

Tabela 4

Distribuição das Crianças de Penafiel por Nível de Ensino Público (N = 9958)

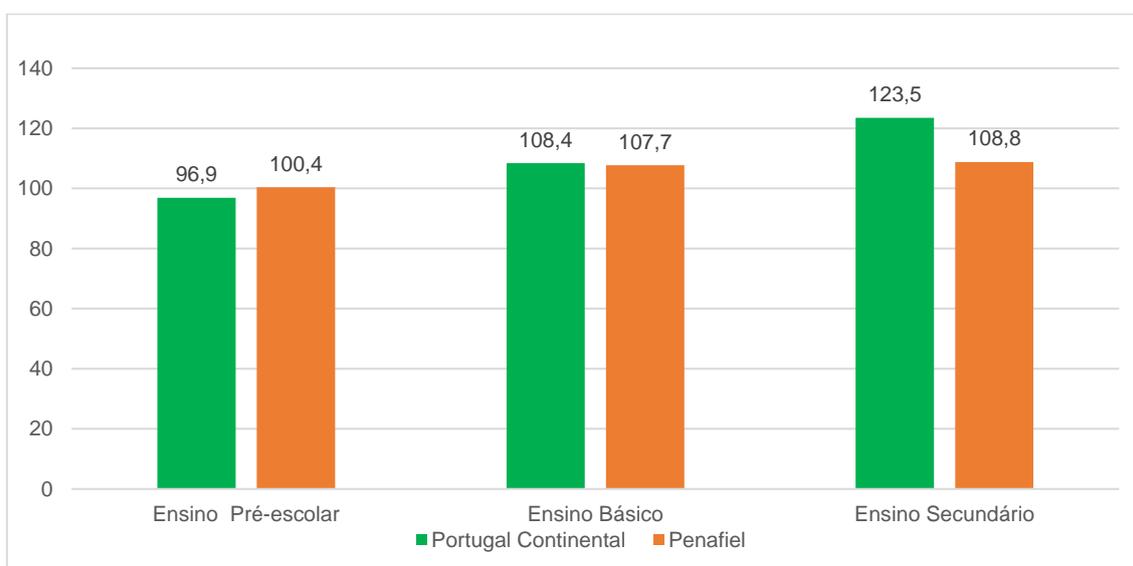
Ensino Pré-escolar	1370	13.7
1º Ciclo do Ensino Básico	2496	25.0
2º Ciclo do Ensino Básico	1442	14.6
3º Ciclo do Ensino Básico	2411	24.2
Ensino Secundário	2239	22.5

Em termos de oferta educativa, verificou-se que Penafiel dispõe de **cinco agrupamentos escolares** – Agrupamento de Pinheiro, Agrupamento Penafiel Sudeste, Agrupamento de Paço de Sousa, Agrupamento Joaquim de Araújo, Agrupamento D. António Ferreira Gomes –, bem como a Escola Secundária de Penafiel. Além destes estabelecimentos de ensino, de acordo com a Câmara Municipal de Penafiel o concelho conta com **11 creches pertencentes à Rede Solidária**, obtendo uma taxa de cobertura das creches de 70,2% (Instituto da Segurança Social, I.P., 2020).

As crianças penafidelenses apresentaram, globalmente, no ano letivo 2019/20 (dados provenientes da DGEEC) uma **taxa bruta de escolarização inferior à média do continente, com exceção do ensino pré-escolar**. A comparação entre a taxa bruta de escolarização de Portugal Continental e de Penafiel encontra-se representada no Gráfico 1.

Gráfico 1

Taxa Brutas de Escolarização relativas a Portugal Continental e Penafiel no Ano Letivo 2019/20

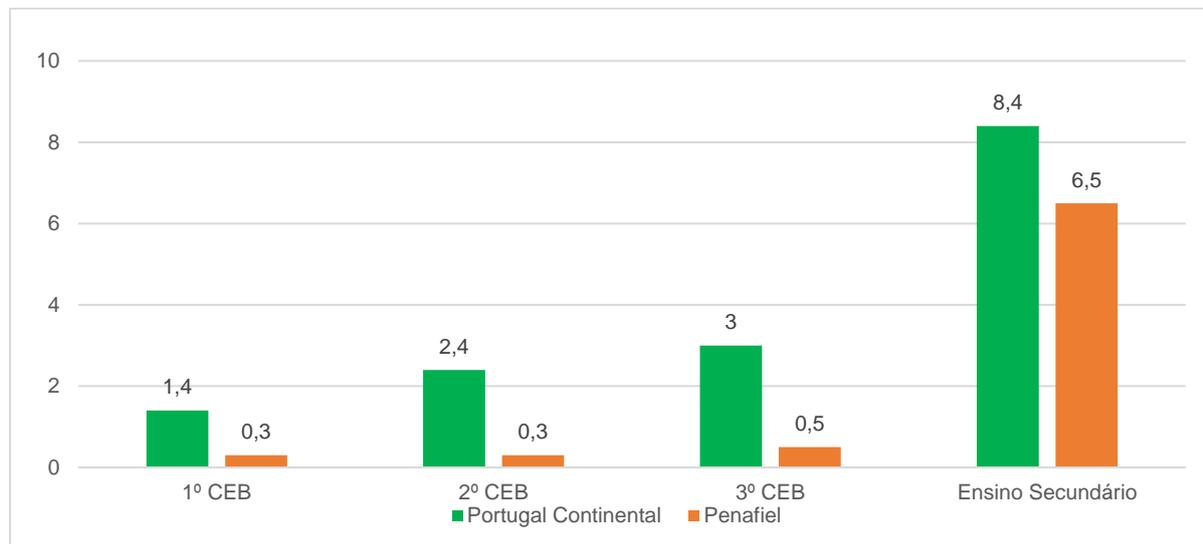


No ano letivo 2019/20, Penafiel apresentou uma **taxa de retenção e desistência da escola significativamente inferior à média, em todos os ciclos de ensino**. A

comparação entre a taxa de retenção e desistência de Portugal Continental e de Penafiel encontra-se representada no Gráfico 2.

Gráfico 2

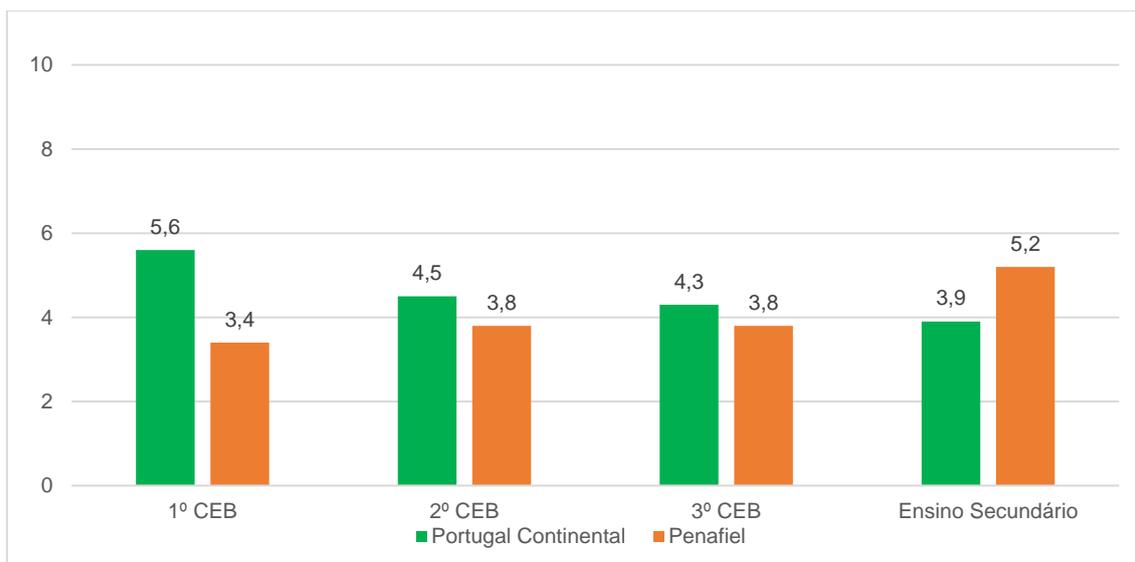
Taxas de Retenção e Desistência relativas a Portugal Continental e Penafiel no Ano Letivo 2019/20



Por fim, relativamente ao número médio de alunos que dispõem de computadores com Internet na rede de ensino do município no ano letivo 2019/20, Penafiel apresentou **médias inferiores na comparação com o âmbito nacional**, ficando acima da média nacional apenas no ensino secundário, como é possível verificar no Gráfico 3.

Gráfico 3

Número Médio de Alunos/Computadores com Internet em Portugal Continental e Penafiel no Ano Letivo 2019/20



A Câmara Municipal de Penafiel aderiu ao Programa “**Regime da Fruta Escolar**”, tendo como objetivo principal a promoção de hábitos alimentares saudáveis, através da introdução ou reforço de comportamentos saudáveis (distribuição de fruta, distribuição de livros, apresentação de peças de teatro e organização de sessões de educação alimentar) nas crianças do pré-escolar e 1.º ciclo, como forma de disseminação dos mesmos à generalidade da população.

Para ocupação das pausas letivas, a Câmara Municipal de Penafiel dinamiza o programa ‘**Jardim em Férias**’, através da realização de atividades lúdico-pedagógicas nos Jardins de Infância da rede pública.

No âmbito da atenção às necessidades da Pessoa com Deficiência ou Incapacidade, o município de Penafiel dispõe do **Balcão da Inclusão de Penafiel**, cuja missão assenta na informação e mediação especializada e acessível às pessoas com deficiência e/ou incapacidade, suas famílias, organizações e outros que direta ou indiretamente intervêm na área deficiência.

Direito à Participação

No que concerne ao Direito à Participação, os dados facultados pelos agrupamentos permitiram apurar que, no ano letivo 2020/21, Penafiel dispunha de **cinco Associações de Estudantes**, com membros na faixa etária entre 15 e 18 anos, sendo a maioria do sexo feminino. Adicionalmente, de acordo com o site da Câmara Municipal de Penafiel, existe **um Conselho Municipal de Juventude**, que tem o objetivo de promover a participação cívica dos adolescentes, na definição de políticas públicas, debate e partilha de opiniões; no entanto, não existe no site informação disponível sobre o número de entidades que integram este conselho, sobre o orçamento anual atribuído, assim como informações

Tipo de Medida	<i>n</i>	%
----------------	----------	---

relativas aos seus membros. O concelho de Penafiel possui ainda um **Banco Local de Voluntariado**.

No que se refere às ações/atividades que envolveram a participação de crianças e jovens, segundo informações da CPCJ, ao longo dos anos decorreram ações no âmbito da prevenção dos maus-tratos na infância, como caminhadas no mês de abril, coreografias por parte dos adolescentes, formação do laço azul, e, ainda na realização de trabalhos educativos nas escolas e jardins de infância, alusivos ao tema. No ano atual, todas as escolas de um agrupamento do município, participaram na formação de um laço humano azul, com a participação de mais de 600 crianças/adolescentes. Foi igualmente realizada a caminhada promovida pela CPCJ, a qual obteve a adesão de 150 adolescentes, 100 crianças das camadas juvenis de futebol e de futsal de oito clubes desportivos do concelho, os quais vestiram uma t-shirt alusiva à CPCJ e à temática do mês da prevenção dos maus-tratos na infância, até ao início dos jogos.

Direito à Proteção

Relativamente ao Direito à Proteção, segundo o Relatório de Avaliação da Atividade das CPCJ, em 2020, foram comunicadas 240 situações de perigo, e realizados 86 diagnósticos. O concelho de Penafiel apresentou uma média mensal de 191 processos de promoção e proteção ativos, número ligeiramente menor em comparação com o ano de 2019 (189 processos ativos). **Um total de 353 crianças/adolescentes foram acompanhadas pela CPCJ (dados de 2019 disponibilizados pela CPCJ)**, sendo a faixa etária com mais sinalizações a dos **11 aos 14 anos** ($n = 74$, 30%), logo seguido dos **15-17 anos** ($n=68$, 19,3%).

No mesmo ano, a Comissão instaurou **147 novos processos** e **reabriu 74**. Das 18 Medidas Provisórias de Promoção e Proteção aplicadas, a medida de **Apoio Junto dos Pais** foi a medida provisória mais frequentemente aplicada ($n = 7$, 38.9%), por esta entidade. Em termos de Medidas de Promoção e Proteção definitivas, aplicadas pela CPCJ em 2019 ($N = 216$), **a de Apoio Junto dos Pais continuou a ser mais frequentemente aplicada** ($n = 179$, **82.9%**). A distribuição do tipo de Medida Definitiva de Promoção e Proteção aplicada encontra-se representada na Tabela 5. No ano de 2020, verificou-se um total de 190 processos transitados, acrescidos de mais 160 processos instaurados, bem como mais 48 reabertos. No que diz respeito à cessação de processos, verificou-se um total de 246, dos quais 232 foi por arquivamento em fase pós-preliminar.

Tabela 5

Distribuição das Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pela CPCJ por tipo de medida (N = 216)

Apoio Junto dos Pais	179	82.9
Apoio Junto a Outro Familiar	27	12.5
Confiança a Pessoa Idónea	1	0.5
Autonomia de Vida	1	0.5
Acolhimento Residencial	8	3.7

Finalmente, é de salientar que o **Plano Municipal para a Igualdade e Não-Discriminação** integra a **Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – ENIND**, com objetivos de assegurar a **integração da perspetiva de género** em todos os domínios de ação do Município.

Em suma, podemos destacar os seguintes aspetos:

- Cerca de **20%** dos residentes de Penafiel eram **Crianças e Adolescentes** até aos 19 anos; a faixa etária 15-19 anos foi a mais representada (dados de 2020);
- **Menor índice de mortalidade infantil** comparativamente à média nacional, e à sub-região que pertence;
- O rendimento médio dos trabalhadores do concelho foi de 975.4 €, sendo o **rendimento médio das mulheres mais baixo que dos homens** (2019); maior incidência de desemprego das mulheres, comparativamente aos homens (2021);
- Em 2020, existiam **6.902 crianças titulares de Abono de Família**;
- Várias iniciativas no combate contra a pobreza infantil: Projeto “**Sentir o Nosso Bairro**”, Estabelecimento do **Gabinete de Apoio à Família**; Proposta do **Cartão Municipal para Famílias Numerosas**; Resposta de **parentalidade positiva** integrada no Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social 4G (CLDS 4G), Penafiel Social, Eixo 2: Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil.
- **Estratégia Local de Habitação** para implementação de políticas de habitação social e apoio ao arrendamento;
- No ano letivo 2019/20, um total de **9958 crianças estavam inscritas nos diversos níveis de ensino público e 1179 crianças no ensino privado**;
- **11 creches pertencentes à Rede Solidária**, obtendo uma taxa de cobertura das creches de 70,2% (Instituto da Segurança Social, I.P., 2020) e uma taxa de cobertura do pré-escolar superior à média nacional (dados da DGEEC);
- Taxa bruta de **escolarização inferior à média** de Portugal Continental no **ensino secundário**;
- **Taxa de retenção e desistência da escola inferior à média** de Portugal Continental;
- Penafiel tem um **Conselho Municipal de Educação** e segue a **Carta Educativa** do Município;
- Nesta área tem em curso os projetos “**Regime da Fruta Escolar**” e ‘**Jardim em Férias**’;
- Número médio de alunos que dispõem de computadores com Internet na rede de ensino do município no ano letivo 2019/20, **inferior à média nacional, com exceção**

- No âmbito da atenção às necessidades da Pessoa com Deficiência ou Incapacidade, dispõe do **Balcão da Inclusão de Penafiel**;
- Ano letivo 2020/21, o concelho **dispõe de cinco Associação de Estudantes** e do **Conselho Municipal da Juventude**;
- Tem também um **Banco Local de Voluntariado**;
- **353 crianças/adolescentes foram acompanhadas** pela CPCJ no ano de 2019;
- A faixa etária mais sinalizada são os **11-14 anos**;
- A Medida de Promoção e Proteção de **Apoio Junto dos Pais foi a mais frequentemente aplicada (82.9%)**;
- **Plano Municipal para a Igualdade e Não-Discriminação** integra a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – ENIND, com objetivos de assegurar a **integração da perspetiva de género** em todos os domínios de ação do Município.

Crianças (Pré-escolar)

As crianças de idade pré-escolar foram auscultadas por intermédio de dinâmicas de grupo, com estímulos em vídeo, história e/ou música e, posteriormente, foram colocadas as questões propostas no documento *Participação de Crianças e Jovens no Diagnóstico Local* – Instrumento 6B Ferramenta de diagnóstico para crianças – do Protocolo de recolha de dados do Projeto Adélia. Estas foram implementadas em contexto de sala de aula, pelos/as educadores/as, num total de **seis jardins de infância**, do concelho de Penafiel. No total, participaram **230 crianças de idade pré-escolar**, com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos. Não foi recolhida informação acerca do sexo das crianças participantes.

As dinâmicas para a auscultação das crianças foram aplicadas a nível grupal (grupo-turma), sem identificação de posturas/respostas individuais. Para cada questão, as crianças usaram, em concordância com as indicações fornecidas pela CPCJ de Penafiel, cartões com uma sinalética de cores para exprimirem as suas ideias: o cartão **verde**, quando a afirmação *corresponde sempre à verdade*, o cartão **amarelo**, quando a afirmação *nem sempre corresponde à verdade* e o cartão **vermelho**, quando a afirmação *nunca corresponde à verdade*.

De seguida, são expostos os resultados relativos a cada uma das dimensões avaliadas, a saber: *Brincadeira e Lazer*, *Participação e Cidadania* e *Segurança e Proteção*. De notar que uma das questões da *Participação e Cidadania* ("A(s) pessoa(s) que é/são responsável/veis por mim costuma/am perguntar-me o que quero fazer no fim de semana,"), foi eliminada.

Brincadeira e Lazer

Cerca de 40% das crianças de idade pré-escolar ($n = 95$, 41.3%; cf. Tabela 2) consideraram *corresponder sempre à verdade* que, na sua freguesia ou bairro, existem **locais públicos para brincar, como parques infantis**. Não obstante, a maior parte das mesmas reportou falhas a este nível, indicando que tal *nem sempre corresponde à verdade* ($n = 106$, 46.1%). Quando questionados sobre o facto se os **pais/adultos responsáveis brincam com elas**, quando vão ao parque infantil, a grande maioria das crianças (87.0%) referiu que esta prática ocorre, podendo, contudo, não se verificar sempre – *corresponde sempre à verdade* ($n = 98$, 42.6%) e *nem sempre corresponde à verdade* ($n = 102$, 44.4%).

Mais de 75% das crianças entre os 3 e os 5 anos indicaram *nunca corresponder à verdade* ($n = 104$, 45.2%) ou *nem sempre corresponder à verdade* ($n = 74$, 32.2%) que os adultos responsáveis **brincam com elas, após a escola**. Por sua vez, durante o **fim de semana**, os dados apontam para maior disponibilidade por parte dos pais/adultos

cuidadores, tendo 50.0% dos participantes ($n = 115$) assegurado que estes brincam sempre com eles. Não obstante a maior liberdade de horários, neste período, em 19.1% dos casos ($n = 44$) as brincadeiras continuam a não se verificar.

Ainda a respeito das atividades lúdicas realizadas em família, 67.8% das crianças ($n = 156$) indicaram *corresponder sempre à verdade* que, ao fim de semana, **saem para passear, ir a espaços culturais ou a outros locais**. Em contrapartida, no que respeita a **brincar na praia, no campo ou no rio**, aproximadamente 50% ($n = 112$, 48.7%) referiram não ter esse costume – resultados que poderão ser explicados pelo período pandémico em que a recolha foi realizada, bem como pela localização geográfica do concelho de Penafiel. A Tabela 2 apresenta os resultados da *Brincadeira e Lazer*.

Tabela 2

Brincadeira e Lazer

Brincadeira e Lazer	Nunca corresponde à verdade		Nem sempre corresponde à verdade		Corresponde sempre à verdade	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
1. Na minha terra/na minha freguesia ou bairro existem sítios para brincar (como parques infantis), fazer jogos ou praticar desporto.	29	12.6	106	46.1	95	41.3
2. Quando eu vou ao parque infantil, as pessoas adultas da minha família, que me acompanham, brincam comigo.	30	13.0	102	44.4	98	42.6
3. Depois da escolinha, a(s) pessoa(s) que é(são) responsável/eis por mim brinca(m) ou faz(em) jogos comigo.	104	45.2	74	32.2	52	22.6
4. No fim de semana, a(s) pessoa(s) que é(são) responsável/eis por mim brincam ou fazem jogos comigo.	44	19.1	71	30.9	115	50.0
5. No fim de semana, vou com a minha família passear, ao museu, comer fora ou outros sítios.	22	9.6	52	22.6	156	67.8
6. Eu costumo brincar na praia, no campo ou no rio.	112	48.7	53	23.0	65	28.3

Em suma, os resultados da Tabela 2, não apresentam um panorama muito positivo no que respeita ao cumprimento do **direito a brincar** das crianças em idade pré-escolar, no concelho de Penafiel. Por um lado, constata-se que, apesar de haver alguns espaços de lazer (nomeadamente, parques infantis) que as crianças e respetivas famílias podem utilizar, estes **não cobrem** as necessidades de todos os munícipes. Por outro, verifica-se que, excetuando os momentos em que se deslocam ao parque infantil, os **pais/adultos cuidadores dependem muito pouco tempo nas brincadeiras** que realizam com os seus filhos/crianças, em especial, durante a semana.

Na medida em que, nesta faixa etária, os momentos de brincadeira desempenham um papel primordial na promoção de um **desenvolvimento físico, cognitivo e emocional adequados**, contribuindo em larga escala para a **consolidação das relações existentes entre as crianças e os seus cuidadores**, é essencial que os adultos do concelho sejam sensibilizados para a relevância destes momentos. Não obstante as exigências da vida quotidiana torna-se indispensável que **quem cuida reserve, diariamente, tempo** para conviver e realizar atividades prazerosas com os seus filhos/crianças. Importa que o Município de Penafiel promova o **investimento em atividades de lazer conjunto, direcionadas às famílias**, a fim de colmatar a ausência de recursos reportada e a limitada proatividade das próprias famílias.

Participação e Cidadania

Relativamente à promoção da *Participação e Cidadania*, na escola, aproximadamente 80% das crianças apontaram que os seus educadores não têm por hábito – *cartão vermelho* – questioná-las acerca do seu **gosto pela escola** ($n = 179$, 77.8%; cf. Tabela 3). A este nível, apenas 17.4% das mesmas afirma que tal *corresponde sempre à verdade* ($n = 40$).

Em contexto familiar, e no que se refere à afirmação “A(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim costumam **perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.**”, mais de metade das crianças ($n = 129$, 56.1%) considerou que esta é uma prática que as suas famílias implementam sempre, 28.3% ($n = 65$) indicaram que *nem sempre* é o caso e 15.7% revelaram que *nunca* são questionadas. Por sua vez, ao nível da **participação em tarefas domésticas**, 78.3% ($n = 180$) disseram ser envolvidas, ajudando a sua família, tanto na cozinha, como noutras tarefas.

A nível do conhecimento sobre os **direitos da criança**, em 67.4% dos casos, as crianças admitiram já ter ouvido falar sobre esta temática, mesmo que de forma inconsistente – *corresponde sempre à verdade* ($n = 53$, 23.0%) e *nem sempre corresponde à verdade* ($n = 102$, 44.4%). Todavia, é fundamental destacar que 32.6% das crianças ($n =$

75) consideraram nunca ter sido expostos a informação sobre os seus direitos. A Tabela 3 apresenta todos os resultados da *Participação e Cidadania*.

Tabela 3

Participação e Cidadania

Participação e Cidadania	Nunca corresponde à verdade		Nem sempre corresponde à verdade		Corresponde sempre à verdade	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
7. O/a meu/minha professor/a costuma perguntar se eu gosto da escola.	179	77.8	11	4.8	40	17.4
8. A(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim costumam perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.	36	15.6	65	28.3	129	56.1
9. Eu costumo ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.	28	12.2	22	9.6	180	78.3
10. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças pela minha família, na escola ou na televisão.	75	32.6	102	44.4	53	23.0

Em suma, no que concerne à promoção do **direito à participação**, os resultados traduzem que, embora a maioria das crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos percecionem ser envolvidas e auscultadas pelos adultos, nas diversas esferas da sua vida, esta não é uma experiência transversal a todas elas, existindo **algumas que consideram não ser ouvidas, tanto em contexto escolar, como em contexto familiar**. Em contexto escolar é particularmente relevante a percentagem de 80% das crianças que refere que **não é questionada pelos professores sobre a sua satisfação** com a escola. Assim, a criação de condições que favoreçam a auscultação das crianças, em todas as questões que lhes sejam referentes, de forma ajustada e independente da idade, deve assumir um papel prioritário para os adultos que com elas interagem diariamente. Só deste modo, será possível que, desde cedo, as crianças compreendam a importância de uma **cidadania e participação ativas**, tornando-se conscientes de que as suas opiniões e experiências são relevantes e devem ser tomadas em consideração. É essencial que as **crianças possam ser ouvidas sobre o seu bem-estar na escola** que frequentam, para que a escola se possa ir ajustando, de forma dinâmica, às necessidades das suas crianças.

Adicionalmente, destaca-se a importância que o **conhecimento sobre os Direitos da Criança** tem, também, na implementação destes objetivos. Os resultados indicam que existe, ainda, uma percentagem significativa de crianças que desconhece os seus direitos – situação que **não é compatível com o exercício de uma participação informada ou com o reconhecimento de situações em que os mesmos possam estar a ser violados.**

Segurança e Proteção

No que remete à **possibilidade de serem agredidas pelos pares**, em contexto escolar, mais de metade das crianças (57.4%) admitiu medo, indicando que *nem sempre* ($n = 88$, 38.3%; cf. Tabela 4) ou *nunca corresponde à verdade* ($n = 44$, 19.1%) que não experienciam este receio. Não obstante, quase 70% das crianças ($n = 155$, 67.4%) revelaram ter o hábito de partilhar os medos que sentem, **com os adultos responsáveis por elas**. A Tabela 4 apresenta todos os resultados da *Segurança e Proteção*.

Tabela 4

Segurança e Proteção

Segurança e Proteção	Nunca corresponde à verdade		Nem sempre corresponde à verdade		Corresponde sempre à verdade	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
11. Na escola, eu nunca tenho medo de que outras crianças me possam fazer mal.	44	19.1	88	38.3	98	42.6
12. Quando eu tenho medo de alguma coisa costumo falar com a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim.	10	4.3	65	28.3	155	67.4

Em suma, os resultados revelam que um elevado número de crianças em idade pré-escolar vivencia, nos jardins de infância, **situações nas quais se sentem receosas e desprotegidas**. Embora, quando confrontadas com situações nas quais sentem receio, apontem **elevados níveis de confiança nos adultos responsáveis**, há crianças para quem esta situação não é uma realidade. Com vista a fomentar o **direito à segurança/proteção**, e a colmatar a existência de momentos nos quais as crianças se sentem desprotegidas, não só na escola, como também noutros contextos, importa identificar os **motivos que as conduzem a não recorrer aos seus cuidadores**, quando experienciam emoções negativas, bem como **disponibilizar recursos (adultos de referência) alternativos, em particular nas escolas**, para aquelas que o possam

Crianças (6-12 anos)

As crianças entre os 6 e os 12 anos de idade foram auscultadas através do questionário, online, *Participação de Crianças e Jovens no Diagnóstico Local* – Instrumento 6B Ferramenta de diagnóstico para crianças – do Protocolo de recolha de dados do Projeto Adélia. No total, no concelho de Penafiel, participaram **487 crianças**, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos ($M = 8.87$, $DP = 1.76$). A distribuição por idades encontra-se representada, tanto na Tabela 1, como no Gráfico 1.

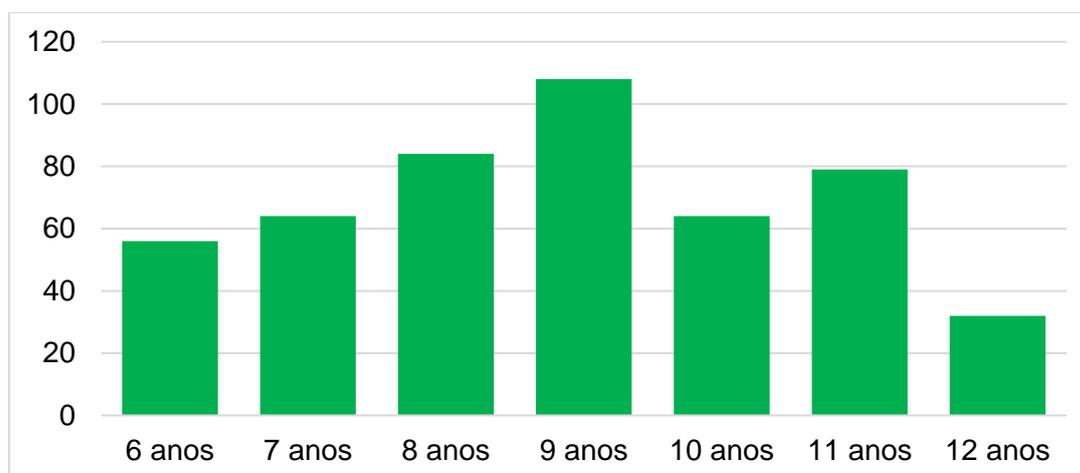
Tabela 1

Idade (anos)	<i>n</i>	%
6	56	11.5
7	64	13.1
8	84	17.2
9	108	22.2
10	64	13.1
11	79	16.2
12	32	6.6

Distribuição das Crianças 6-12 Anos Participantes por Idades (N = 487)

Gráfico 1

Distribuição das Crianças 6-12 Anos Participantes por Idades (N = 487)



No respeitante ao sexo dos respondentes, verificou-se uma distribuição relativamente equilibrada, com **224 rapazes** (46%) e **263 raparigas** (54%), a participar no estudo. Relativamente ao ano de escolaridade, estes distribuía-se entre o 1º e o 7º ano, sendo o mais frequente o **4º ano**. A distribuição por ano de escolaridade está representada na Tabela 2.

Ano de escolaridade	<i>n</i>	%
1º ano	65	13.3
2º ano	62	12.7
3º ano	76	15.6
4º ano	125	25.7
5º ano	65	13.3
6º ano	81	16.6
7º ano	13	2.7

Tabela 2

Distribuição das Crianças 6-12 anos por Ano de Escolaridade (N = 487)

De seguida são apresentados os resultados relativos a cada uma das dimensões avaliadas, a saber: *Brincadeira e Lazer, Participação e Cidadania, Segurança e Proteção, Saúde, Educação e Vida Pessoal*.

Brincadeira e Lazer

Mais de metade das crianças apontou como *completamente verdade* que na sua **freguesia/bairro existem sítios para brincar, fazer jogos ou praticar desporto** ($n = 266$, 54.6%; cf. Gráfico 2). Ainda assim, cerca de 24% responderam *nem sempre* ($n = 115$, 23.6%) e cerca de 18% apontaram que *não é verdade* ($n = 86$, 17.7%) que estes espaços existam. Adicionalmente, existem, ainda, várias crianças que afirmaram *não saber* ($n = 20$, 4.1%). Aproximadamente 60% das crianças afirmaram que, quando vão ao parque, **as pessoas adultas da sua família, que as acompanham, brincam consigo** ($n = 305$, 62.6%; cf. Gráfico 3). Contudo, um número significativo admitiu que tal *nem sempre* acontece ($n = 153$, 31.4%).

Na sua maioria ($n = 394$, 80.9%; cf. Gráfico 4), as crianças consideraram **ter tempo para brincar, descansar e aproveitar o seu tempo livre, quando regressam da escola e ao fim de semana**. Todavia, uma percentagem considerável ($n = 90$, 18.5%) respondeu que *nem sempre* dispõe desse tempo. Acerca do tempo livre, mais de metade das crianças

($n = 260$, 53.4%; cf. Gráfico 5) assumiu que *nem sempre os pais/adultos responsáveis brincam ou fazem jogos consigo depois da escola*. Já ao fim de semana, um menor número de crianças respondeu *nem sempre* ser verdade que tal acontece ($n = 158$, 32.4%; cf. Gráfico 6), com $\frac{2}{3}$ das crianças ($n = 323$, 66.3%) a indicar que tem a companhia desses adultos, nas brincadeiras que realizam. Ainda no que se refere aos fins de semana, as respostas dividiram-se relativamente a **ir com a família passear, ao museu, comer fora ou a outros sítios**, com cerca de 47% a declarar ser *completamente verdade* que o fazem ($n = 228$, 46.8%; cf. Gráfico 7) e 48.0% a afirmar que *nem sempre* têm essa possibilidade ($n = 234$). Por fim, a maioria das crianças referiu ser *completamente verdade* que **costuma brincar na praia, no campo ou no rio** ($n = 302$, 62.0%; cf. Gráfico 8).

Verificou-se que o **envolvimento da família/pais** nas diferentes atividades com a criança, acima descritas, tende a diminuir à medida que a idade da criança aumenta. Os Gráficos 2 a 8 (pp. 38 a 40) apresentam os resultados da *Brincadeira e Lazer*.

Em suma, “**Nós, crianças, precisamos de brincar e de lazer.**” é o comentário de uma criança, que representa tantas que referiram algo semelhante. O jogo e o brincar são fundamentais para o seu desenvolvimento integral, para ter tempo para descansar, para aprender de forma dinâmica e, no fundo, para se ser criança (e.g., “São coisas fundamentais para o bem-estar das crianças, que nos fazem muito bem.”; “... brincar é fundamental para qualquer criança, crescer com saúde e alegria.”; “... brincadeira e lazer são importantes, pois é um momento em que podemos libertar a mente e não pensar em coisas mais importantes.”). No entanto, ainda são muitas as crianças que consideram que, na sua freguesia, não existem tantos sítios para brincar, jogar ou fazer desporto quanto gostariam – desejo que as próprias expressam, no seu discurso direto: “Faltam parques de lazer em Paço de Sousa.”; “Na minha freguesia deveria ter mais condições e espaços apropriados às crianças para brincar.”; “Na minha freguesia tiraram o PARQUE INFANTIL.”; “Gostava que tivesse um parque em Oldrões, para podermos ter algo mais perto de casa.”; “Gostaria que tivesse um parque infantil com brinquedos a minha freguesia, Termas de São Vicente.”. Esta análise poderá permitir ao concelho de Penafiel identificar as várias freguesias que podem melhorar no acolher das suas crianças, com **mais espaços promotores do ato de brincar e que, simultaneamente, permitam o convívio entre familiares e amigos**. A este nível, poderá, inclusivamente, ser relevante **ouvir as crianças**, na medida em que as próprias fornecem algumas sugestões, no que se refere a possíveis iniciativas – como atividades de “*pintura e teatro*”, promovidas pela Câmara Municipal, “*espaços para andar de patins*” ou um “*campo de basquetebol*”.

Além da criação de novos espaços, aqueles que já existem parecem carecer de **maior divulgação juntos das famílias, através das escolas ou de locais comunitários e sociorecreativos**, nos quais as famílias participam (centros culturais

Por outro lado, salienta-se a relevância de proporcionar espaços e atividades de lazer **ajustados às diferentes idades das crianças**, juntando pais e filhos, na medida em que os dados mostraram que o envolvimento dos pais no lazer dos filhos vai diminuindo à medida que os filhos crescem. Tendo em conta que partilhar momentos divertidos é essencial à construção e manutenção de relações seguras e positivas, é responsabilidade do Município assegurar que as famílias penafidelenses usufruem de **condições e oportunidades para relaxar, brincar, divertir em atividades conjuntas para Pais e Filhos**.

No que respeita ao tempo de lazer, um número considerável de crianças considera que este não é suficiente para descansar e realizar atividades que lhes agradem (e.g., *“Nem sempre tenho tempo para brincar, tenho trabalhos de casa e chega a hora de jantar e lá teremos que ir para a cama para um novo dia.”*; *“Trabalho é trabalho e brincar nem sempre dá.”*). Neste sentido, poderá ser necessário **refletir sobre a exigência colocada nas crianças**, bem como sobre **a carga horária que apresentam**, tanto em contexto escolar, como ao nível de atividades extracurriculares. Além disso, mesmo sendo alargado o número de crianças que valorizam o tempo de qualidade passado com os adultos significativos (e.g., *“Acho essencial os adultos nos tempos livres brincarem ou passarem tempo com as crianças ou até mesmo lhe dar o amor que necessitam.”*), as mesmas apontam que, nem sempre as pessoas responsáveis por si estão disponíveis para brincar, em particular, durante a semana. Neste âmbito, o município poderá ponderar a criação de **iniciativas que envolvam as famílias, principalmente em espaços verdes**, celebrando, por exemplo, dias temáticos ou **dias com descontos** nas entradas em edifícios culturais e históricos. Também a **envolvência das famílias em contexto escolar**, assim como possíveis formações de psicoeducação que destaquem a relevância e o seu potencial do brincar e do tempo bem passado em família podem ser ideias pertinentes.

Além disso, é preciso atentar no facto de que, em algumas situações, as crianças não realizam tantas atividades em família, principalmente fora de casa, devido a **dificuldades financeiras** (e.g., *“Nem sempre há possibilidade económicas para fazer mais atividades em família.”*), pelo que poderá ser muito importante que sejam **disponibilizadas iniciativas gratuitas e/ou de baixo custo**, que permitam o envolvimento de todos, independentemente do estatuto socioeconómico. Não nos esqueçamos de que retirar a oportunidade de brincar, seja por que razão for, é retirar um Direito da Criança. Positivamente, é de relevo destacar o facto de muitas crianças terem o contacto com a natureza, admitindo brincar na praia, no campo ou no rio (e.g., *“Gosto de fazer grandes caminhadas pelas montes e ver grandes paisagens.”*)

Participação e Cidadania

No âmbito da *Participação e Cidadania*, metade das crianças ($n = 245$, 50.3%; cf. Gráfico 9) afirmou que **os seus professores costumam perguntar se gostam das aulas e da escola**. Contudo, cerca de 37% afirmaram que tal nem sempre acontece ($n = 179$, 36.8%) e cerca de 10% realçaram que não acontece de todo ($n = 47$, 9.7%). Já no que concerne a serem questionadas pelos docentes acerca de **como podem melhorar o recreio**, os resultados revelam uma **menor oportunidade de participação** das crianças, com cerca de 35% a admitirem a existência desses momentos ($n = 172$, 35.3%; cf. Gráfico 10), mas 18.1% ($n = 88$) e 29.2% ($n = 142$) a indicarem que tal *nem sempre* acontece ou *não acontece*, respetivamente.

As crianças foram também questionadas sobre se as pessoas que são responsáveis por si lhes **costumam perguntar o que querem fazer no fim de semana**, tendo ficado as respostas divididas. Enquanto cerca de 48% afirmaram ser *completamente verdade* ($n = 232$, 47.6%; cf. Gráfico 11) que os elementos da sua família ouçam a sua opinião, cerca de 46% ($n = 223$, 45.8%) afirmaram que isso *nem sempre* acontece. Adicionalmente, 5.7% ($n = 28$) comunicaram que tal não acontece. Por sua vez, quando a questão remetia a tomadas de decisão sobre **destinos para passeios ou férias**, cerca de metade das crianças ($n = 260$, 53.4%; cf. Gráfico 12) indicaram ser *completamente verdade* que os adultos cuidadores têm em conta os seus desejos. Porém, a este nível, o grau de discordância também aumentou ligeiramente, com cerca de 8% ($n = 37$, 7.6%) a indicarem que esta auscultação *não acontece*.

Relativamente às tarefas domésticas, perto de 55% das crianças ($n = 266$, 54.6%; cf. Gráfico 13) afirmaram **ajudar a família a cozinhar ou fazer outras tarefas**; 42.5% ($n = 207$) indicaram que esse *nem sempre* é o caso, nas suas famílias. Verifica-se uma tendência para se encontrarem mais raparigas, do que rapazes, entre aquelas crianças que ajudam a família nessas tarefas domésticas. A maioria ($n = 330$, 67.8%; cf. Gráfico 14) declarou **divertir-se**, durante a realização das tarefas domésticas.

Por fim, à questão “Eu **já ouvi falar dos direitos das crianças** pela minha família, na escola ou na televisão.”, a maioria das crianças revelou ter conhecimento sobre o tema ($n = 371$, 76.2%; cf. Gráfico 15). Apesar de em percentagem reduzida, constatou-se, também, a existência de crianças que não afirmam desconhecer o assunto ($n = 20$, 4.1%). Os resultados mostraram que são as crianças mais velhas que tendem a ter mais conhecimento sobre o tema. Os Gráficos 9 a 15 (pp. 40 a 42) apresentam os resultados da *Participação e Cidadania*.

Em suma, e nas palavras de uma criança, “*Eu acho que é muito importante ouvir e ser ouvido pois temos sempre que respeitar os outros e os outros têm que nos respeitar também.*”. De facto, nas escolas, apesar de grande parte das crianças considerar que a sua opinião é auscultada e tida em consideração, são muitas aquelas para as quais tal não acontece, de todo ou com a frequência que deveria. Sendo o contexto no qual passam a maior parte do seu tempo, não deveriam estas ser ouvidas, para que se possa amplificar as boas práticas e renovar/alterar outras, consoante as suas sugestões? Com efeito, **promover a sua escuta e participação possibilitará um maior envolvimento dos alunos e fomentará o seu pensamento crítico**. Além disso, as crianças gostam de dar a sua opinião e de se sentirem ouvidas (e.g., “*A participação é sempre importante, ajuda-nos a crescer.*”; “*Pedir mais vezes a minha opinião e aos colegas.*”), pelo que se revela fundamental não encurtar expectativas, em função da faixa etária, e considerar, com seriedade, as suas sugestões. A este nível, destaca-se, também, **o papel que os delegados e/ou subdelegados de turma** podem desempenhar, na representação dos interesses dos seus colegas e servindo de ponte com determinados diversos órgãos escolares.

Por sua vez, em contexto familiar, serão as crianças mais ouvidas do que na escola? Os resultados indicam que não. Valorizar os seus gostos e interesses, ouvir as suas sugestões para planos em família, confiar no seu espírito crítico e promover tomadas de decisão, tenderá a **contribuir para um desenvolvimento mais rico, mais participativo e mais promotor da autonomia** das crianças. Por outro lado, poderá também revelar-se importante a atribuição de responsabilidades desde cedo, no sentido de as **envolver naquilo que são tarefas fundamentais para manter a harmonia em casa** (“*Além de sermos crianças podemos e devemos ajudar os nossos familiares com tarefas de casa.*”). Independentemente do género, através da adequação à sua faixa etária, as crianças podem participar nas tarefas domésticas, integrando-as nas suas rotinas de forma criativa, para que constituam um momento divertido em família, fazendo-as sentirem-se úteis e reconhecendo sempre o seu esforço, mesmo quando o resultado não vai ao encontro do desejado. Neste âmbito, **algumas sessões de psicoeducação/informação para os pais**, promovidas pelas freguesias de Penafiel, poderiam contribuir para um maior e mais ativo envolvimento dos pais no seio familiar e combater a discriminação de género que os resultados revelam (as meninas participam mais nas tarefas domésticas que os rapazes).

Numa vertente mais positiva, é de relevar o facto de a grande maioria das crianças já ter ouvido falar dos seus direitos. Contudo, constata-se que este não é um panorama transversal a todas elas, pelo que se coloca a questão: poderão as crianças participar ativamente nas decisões dos contextos que influenciam a sua vida se não conhecerem os seus direitos? As **aulas de Cidadania podem, aqui, ter um papel crucial**, o que é reconhecido pelas mesmas: “*Cidadania para mim é uma lição de vida.*”; “*Eu gosto de cidadania.*”; “*Nas aulas de cidadania aprendemos os direitos e deveres dos cidadãos.*”; “*Eu costumo dar a minha opinião nas aulas de Cidadania.*”. Contudo, e atendendo a que são as crianças mais velhas que revelam conhecer melhor os seus Direitos, usufruindo certamente destes espaços de aulas de Cidadania, será essencial alargar estes momentos a todas as faixas etárias, trabalhando estas temáticas desde cedo.

Por fim, destacar um comentário (“*Acho que devia de haver na escola Psicologia porque eu já sofri de bullying.*”) que remete para o facto de ser **imperativo reunir esforços para que a Escola seja sentida como um espaço seguro por todas as crianças**, pois só assim será promotor de saúde e de desenvolvimento integral. Assim, afigura-se como pertinente concluir com a seguinte afirmação, produzida por uma

Segurança e Proteção

Relativamente à *Segurança e Proteção*, embora a maioria das crianças ($n = 288$, 59.1%; cf. Gráfico 16) tenha revelado não **usar o autocarro ou outros transportes públicos para ir para a escola**, aproximadamente 30% ($n = 160$, 32.9%) afirmaram utilizar este meio de transporte. O número de crianças que não **vai a pé ou de bicicleta** é ainda superior ($n = 416$, 85.4%; cf. Gráfico 17), sendo que, desta feita, apenas cerca de 7% das crianças ($n = 36$, 7.4%) indicaram ser *completamente verdade* que se deslocam para a escola deste modo. Estes meios de transportes são tanto mais usados quanto mais velhas são as crianças. Ademais, apenas 29.2% das crianças afirmaram não **ter medo de ir para a escola a pé ou de bicicleta** ($n = 142$; cf. Gráfico 18), tendo a maioria admitido o oposto ($n = 249$, 51.1%).

Apenas cerca de 39% das crianças consideraram ser *completamente verdade* que, em contexto escolar, nunca **têm medo que os pais lhes possam fazer mal** ($n = 189$, 38.8%; cf. Gráfico 19). A este respeito, a maioria das crianças com idade compreendidas entre os 6 e os 12 anos (56.7%) assumiu algum tipo de receio – *nem sempre* ($n = 201$, 41.3%) ou *não é verdade* ($n = 87$, 17.9%). Por outro lado, **quando sentem medo**, mais de $\frac{3}{4}$ das crianças afirmaram **conversar com os adultos que são responsáveis por si** ($n =$

370, 76.0%; cf. Gráfico 20). Os Gráficos 16 a 20 (pp. 42 a 44) apresentam os resultados da *Segurança e Proteção*.

Em suma, os resultados indicam que a maioria das crianças não vai a pé, de bicicleta ou de transportes públicos para a escola, embora o recurso a esses meios de transporte aumente com a idade. Na medida em que a não utilização destes meios de deslocação se pode dever a sentimentos de insegurança por parte das famílias/cuidadores, poderá ser de relevo que o município de Penafiel procure **identificar os motivos que fundamentam tais decisões** por parte das mesmas. Ademais, a maioria das crianças admitiu ter medo de ir para a escola utilizando os meios de transporte anteriormente referidos, dado que não pode ser ignorado, uma vez que é da responsabilidade do município e das freguesias a ele pertencentes, garantir que os seus cidadãos – sejam adultos ou crianças – dispõem de **meios de transporte seguros**.

Por sua vez, a escola deve ser um espaço seguro para as crianças do concelho. Neste sentido, ao verificar-se que se trata, em muitos casos, de um espaço no qual as crianças se sentem desprotegidas e receiam ser agredidas pelos pares (e.g., *“Minha segurança na escola não é muita, mas tenho lá o que preciso.”*; *“Tenho medo.”*), constata-se uma necessidade premente de **intervir sobre o bullying existente** nas escolas e de efetivar um trabalho preventivo que garanta **espaços escolares seguros e impulsionadores de relações interpessoais salutareis** (e.g., *“Acho que nos deveriam ouvir mais, principalmente os mais novos da escola. Às vezes somos um pouco “maltratados” pelos mais velhos.”*). Tanto numa ótica remediativa, como preventiva, **apostar na realização de formações e de ações de sensibilização dinâmicas – E se fosse comigo?** – direcionadas às crianças e no repúdio claro, por parte da Escola e de todos os seus profissionais, relativamente a comportamentos desajustados face aos pares, são questões cruciais. Sem esquecer que o *bullying* não é um fenómeno exclusivamente físico, podendo assumir, também, um carácter verbal e psicológico, é essencial que haja uma **intervenção imediata, com consequências e responsabilização adequadas**, por parte de quem perpetua tais agressões.

Destaca-se, positivamente, o facto de a grande maioria das crianças afirmar que quando tem medo de alguma coisa, fala com quem é responsável por si (e.g., *“Quando necessito ou algo acontece comunico aos meus responsáveis.”*; *“Sinto-me mais segura quando falo com alguém adulto responsável por mim.”*). Além dos pais/adultos cuidadores, também os profissionais que trabalham em contexto escolar,

Nesse sentido, devem dispor de **formação no âmbito dos Direitos da Crianças e, em particular, no âmbito da promoção de espaços seguros e protetores**. Apenas desta forma se torna possível que estejam mais capazes para **sinalizar, intervir e encaminhar**, quando confrontados com testemunhos de práticas violadoras dos direitos das crianças, assim como para estarem mais **atentos, sensíveis e intolerantes** a qualquer tipo de violência. Aqui, também **a boa relação adulto-criança é essencial**, uma vez que os mais novos apenas partilharão os seus receios se se sentirem confortáveis e confiarem nos adultos que integram a comunidade escolar.

No que concerne ao sentimento de segurança, o desenvolvimento do **sentido de pertença**, de integração e de comunidade, na escola, pode ser muito importante. Neste âmbito, a **interação entre alunos mais velhos e mais novos** – através de **programas de mentoria**, por exemplo – pode ser essencial para fomentar o diálogo, o respeito mútuo e a compreensão entre diferentes faixas etárias.

Por fim, constata-se que as crianças reconhecem o valor da segurança (e.g., “*Gosto de me sentir segura e sempre protegida.*”; “*A minha segurança é fundamental para que eu tenha uma infância e uma vida feliz.*”) e que compreendem que esta deve ser uma causa de todos (e.g., “*Nós devemos ser protegidos e também devemos*”).

Saúde

A esmagadora maioria das crianças ($n = 444$, 91.2%; cf. Gráfico 21) afirmou que **os adultos responsáveis falam consigo sobre o que é ser saudável**. Além disso, 90% das mesmas ($n = 439$, 90.1%; cf. Gráfico 22) referiram **jantar sempre com a família**. Contudo, quando questionadas sobre o **diálogo existente durante a refeição**, verificou-se uma percentagem mais reduzida de concordância ($n = 395$, 81.1%; cf. Gráfico 23), com cerca de 18% a denotarem que os diálogos não ocorrem sempre (*nem sempre*; $n = 88$, 18.1%).

No que concerne às situações em que se encontram doentes, cerca de 92% das crianças ($n = 449$, 92.2%; cf. Gráfico 24) responderam ser *completamente verdade* que **as pessoas que são responsáveis por elas as levam ao médico**. Em contrapartida, em relação à sua participação na consulta, verificou-se uma ligeira redução desta percentagem ($n = 362$, 74.3%; cf. Gráfico 25), com cerca de $\frac{1}{4}$ das crianças a indicarem que *não é verdade* ($n = 10$, 2.1%) ou *nem sempre é verdade* ($n = 109$, 22.4%) que **os profissionais de saúde falem diretamente consigo**. Adicionalmente, ainda que mais de 80% das crianças ($n = 395$, 81.1%; cf. Gráfico 26) tenham afirmado que, **quando decidem o tratamento, os médicos lhes explicam o que devem fazer/como devem tomar a medicação**, a maioria ($n = 288$, 59.1%; cf. Gráfico 27) revelou que *nem sempre percebe*

tudo o que lhe é explicado, existindo mesmo 2% que indicaram não perceber de todo ($n = 11, 2.3\%$). Os Gráficos 21 a 27 (pp. 44 a 46) apresentam os resultados da *Saúde*.

Em suma, as crianças **revelam compreender a importância de ter um estilo de vida saudável** e, a nível qualitativo, a maioria afirma considerar que consegue tê-lo: *“É muito importante ser saudável e cuidar da saúde.”*; *“Não posso comer muitas lambarices e tenho que fazer exercícios físicos para ser saudável.”*; *“A saúde é muito importante para o bom funcionamento do nosso corpo.”*; *“Eu gosto muito de comer brócolos, cenoura, pepino, carne, peixe, sopa e fruta para ser saudável.”*. A consciência revelada pelas crianças participantes, ao nível da saúde, é de salientar positivamente, na medida em que aparenta traduzir a **transmissão adequada de conhecimento**, neste âmbito, por parte dos adultos significativos – seja no seio familiar ou em contexto escolar.

Por outro lado, apesar de a maioria referir que janta em família, são ainda muitas as crianças que revelam não haver grandes conversas nestes momentos. Será que os cuidadores estão tão embrenhados nas preocupações do dia-a-dia, que não dão o devido espaço à criança para as suas partilhas, quando estão em família? Apesar de diferentes, a criança também possui preocupações e **criar o espaço para a ouvir e para sentir as suas inquietações, conquistas e experiências**, permite **enriquecer as relações pais-filhos/adultos-crianças**, bem como fomentar a **autorregulação emocional e comportamental**.

A nível de uma observação mais qualitativa, as crianças parecem gostar de ir ao médico (e.g., *“Gosto de ir ao médico.”*; *“Gosto da minha médica.”*), afirmando serem interpeladas pelos profissionais, nesses momentos, e sentindo que os seus responsáveis as levam quando necessário (e.g., *“Se estiver mal de saúde, deverá comunicar a um adulto ou ao médico.”*). Todavia, uma percentagem considerável de crianças assume **não perceber tudo o que é explicado**, em contexto de consulta – assunto que pode e deve ser combatida em duas frentes. Por um lado, através da **literacia em saúde**, nomeadamente através de aulas/palestras dirigidas às crianças, em contexto escolar, que transcendam as temáticas da alimentação saudável e/ou do consumo de substâncias, passando a focar-se também em patologias comuns na pediatria, para que estas possam conhecê-las, reconhecer fatores de risco e desconstruir mitos e estereótipos relativamente às mesmas. Neste sentido, serve de exemplo o comentário escrito por uma das crianças participantes: *“Devemos ter mais informação sobre os perigos da medicação.”* A **articulação entre escola e saúde** é essencial na promoção da literacia em saúde das crianças.

Por outro lado, os próprios profissionais de saúde devem ter **formação, integrada no currículo ou posterior, no sentido de melhor adaptar o seu discurso a crianças em diferentes estádios desenvolvimentais e às suas famílias**, também elas provenientes de estruturas culturais e socioeconómicas diferenciadas.

Para finalizar, e sabendo que a saúde é muito mais do que apenas física, são de destacar alguns comentários, elaborados pelas crianças, que apelam à **saúde mental** e à necessidade de esta temática ser abordada: “*Tenho a minha ansiedade acima do normal, não consigo controlar, já tomei medicação, mas continuo igual.*”; “*Porque a medicação está a fazer efeito e os meus colegas só prejudicam.*”.

Educação

No que que concerne ao domínio da *Educação*, na sua maioria as crianças do concelho de Penafiel indicaram **gostar da escola** ($n = 407$, 83.6%; cf. Gráfico 28) e de **aprender coisas novas** ($n = 433$, 88.9%; cf. Gráfico 29). Este gosto pela escola e pela aprendizagem de novas matérias tende a diminuir à medida que a idade aumenta. No que respeita aos conteúdos abordados em contexto escolar, na ótica das crianças participantes, as instituições em que estudam proporcionam momentos de **aprendizagem acerca da saúde** ($n = 377$, 77.4%; cf. Gráfico 30), da **proteção do meio ambiente** ($n = 449$, 94.3 %; cf. Gráfico 31) e dos **direitos das crianças** ($n = 397$, 81.5%; cf. Gráfico 32). A este respeito, importa ainda destacar que 9.4% dos participantes ($n = 46$) referiram *não saber* se o trabalho sobre os seus direitos é uma prática existente nas suas escolas.

No que toca à sua perceção sobre a participação dos seus encarregados de educação na escola, observou-se que, embora a maioria tenha considerado que **os seus pais/adultos responsáveis participam nas atividades** ($n = 327$, 67.1%; cf. Gráfico 33), cerca de 30% afirmaram que isso *nem sempre* corresponde à verdade ($n = 137$, 28.1%). Similarmente, a vasta maioria dos respondentes afirmou ser *completamente verdade* que os responsáveis os **ajudam na realização dos trabalhos de casa** ($n = 453$, 93.0%; cf. Gráfico 34) e que os **questionam acerca das aprendizagens que fizeram na escola** ($n = 422$, 86.7%; cf. Gráfico 35). Este **envolvimento parental**, de acordo, com as próprias crianças, é menor nas crianças mais velhas. Para além disto, as crianças em idade escolar revelaram acreditar que a suas **famílias conseguem pagar o material escolar** necessário ($n = 441$, 90.6%; cf. Gráfico 36).

Relativamente à forma como as crianças percecionam o trabalho dos professores, constatou-se que estas *nem sempre* ($n = 313$, 64.3%; cf. Gráfico 37) **percebem o que os docentes explicam**, tendo a grande maioria declarado que **os mesmos já as auxiliaram numa situação de necessidade** ($n = 406$, 83.4%; cf. Gráfico 38). Porém, foi possível

apurar, também, que a disponibilidade para ajudar os alunos não será transversal, na medida em que 8.2% das crianças ($n = 40$) admitiram que esses momentos *nem sempre* se verificam.

Por outro lado, ao nível das relações interpessoais professor-aluno, verificou-se que, enquanto cerca de 71% das crianças ($n = 345$, 70.8%; cf. Gráfico 39) avaliaram a atuação dos **docentes como sendo igual, perante todos os alunos**, na perspetiva de 22.6% o tratamento é diferenciado em função do aluno. Os resultados revelaram que são as crianças **mais velhas que são mais sensíveis a este tratamento desigual** por parte dos professores.

Destaque-se, ainda, que mais de 20% das crianças admitiram algum tipo de **violência física por parte dos professores**, indicando que *não é verdade* ($n = 78$, 16.0%; cf. Gráfico 40) ou *nem sempre é verdade* ($n = 30$, 6.2%) que estes **não batem nos alunos**. Paralelamente, cerca de $\frac{3}{4}$ afirmam a existência de **gritos, dirigidos aos alunos por parte dos professores**, *não sendo verdade* ($n = 80$, 16.4%; cf. Gráfico 41) ou *nem sempre sendo verdade* ($n = 285$, 58.5%) que estas práticas não ocorram. Não obstante as admissões de estratégias educativas violentas por parte dos docentes, a grande maioria das crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos ($n = 441$, 90.6%; cf. Gráfico 42) indicou, também, que, nas suas escolas, **existem pessoas adultas com as quais podem falar quando sentem necessidade**.

Na perspetiva de aproximadamente 60% das crianças ($n = 287$, 57.3%; cf. Gráfico 43), **o tempo de recreio é suficiente para estar com os amigos**; contudo, para cerca de 30% tal *nem sempre* é verídico ($n = 155$, 31.8%). As crianças mais velhas consideram mais esse tempo insuficiente. Similarmente, percebe-se que, apesar de a maioria das crianças terem considerado que as **casas de banho da sua escola estão sempre limpas** ($n = 279$, 57.3%; cf. Gráfico 44), 34.9% indicaram que a higienização destes espaços *nem sempre* se verifica ($n = 170$, 34.9%). As crianças mais velhas estão mais sensíveis a esta falta de limpeza.

Por fim, mais de metade das crianças indicaram *não ser verdade* que no seu local de residência exista uma **biblioteca que costumam utilizar** ($n = 284$, 58.3%; cf. Gráfico 45). Os Gráficos 28 a 45 (pp. 46 a 52) apresentam os resultados da *Educação*.

Em suma, no concelho de Penafiel, as crianças parecem **gostar da sua escola**, considerando que têm momentos para aprender acerca de temas importantes para a sua vida, como a saúde, o ambiente e os seus direitos (e.g., “*Gosto muito de aprender coisas novas.*”; “*Gosto da escola tenho uma boa professora.*”), embora esse gosto pela escola e aprendizagem seja **menor em crianças mais velhas**. Há que criar estratégias que “liguem” e motivem a criança mais velha para a escola.

Quando questionadas sobre a participação dos pais na escola, embora a maioria indique que esta se verifica, alguns dizem que o seu envolvimento nem sempre é

Assim, urge a necessidade de, em articulação com os empregadores da região, o município **investir na análise das causas subjacentes à indisponibilidade dos pais/adultos cuidadores** para se envolverem nas atividades escolares dos seus educandos e, se possível, promover **políticas públicas que favoreçam uma melhor articulação entre o horário laboral e as obrigações destes adultos, enquanto responsáveis** por uma criança/adolescente.

No referente à relação dos alunos com os professores, relacionando-se paradoxalmente com os relatos de que a maioria dos professores trata os alunos sem discriminação, os resultados revelam existir um **número preocupante de crianças que afirmam existir agressões, tanto físicas, quanto verbais**, por parte dos docentes (e.g., “*A minha professora chama-me vigarista e burro.*”; “*A educação não é bater nem gritar, mas sim falar com calma para entendermos.*”). Em função destes relatos, constitui-se como indispensável a **averiguação** de tais acontecimentos e a **criação de programas que visem, não só sensibilizar, como capacitar, as crianças** para lidar com este tipo de experiências, na escola, nomeadamente, no que respeita à procura de ajuda, junto de adultos que sejam da sua confiança – comportamento que, de resto, aparenta já se verificar entre as crianças participantes. Ainda, no que respeita à temática das práticas educativas abusivas, é fundamental **abordar, junto dos professores, as graves consequências que tais atos podem ter no desenvolvimento das crianças** pelas quais são responsáveis, em contexto escolar e **promover estratégias de disciplina positivas** junto da comunidade educativa.

Por fim, salientam-se a falta de limpeza/higienização relatada pela maioria das crianças, ao nível das casas de banho escolares, e a falta de aproveitamento das bibliotecas municipais, por parte das crianças. No âmbito da higienização, poderá ser relevante fazer um **levantamento, junto dos diversos intervenientes (alunos, auxiliares de ação educativa, docentes, etc.), dos motivos que explicam as condições destes espaços**, por forma a identificar as estratégias mais adequadas para colmatar o problema, envolvendo todos os agentes da comunidade escolar. Por outro, com vista a promover as bibliotecas como um recurso ao qual todos os cidadãos de Penafiel – em particular, de faixas etárias mais novas – podem recorrer, seria interessante que **o município pudesse, em articulação com as ECMIJ e as bibliotecas do concelho, promovê-las em contexto escolar, com iniciativas como a “biblioteca móvel”** (e.g., “*Tenho saudades da biblioteca móvel.*”).

Vida Pessoal

No domínio da *Vida Pessoal*, quando questionadas acerca da **limpeza** ($n = 430$, 88.3%; cf. Gráfico 46) e da **existência de água quente para tomarem banho** ($n = 481$, 98.8%; cf. Gráfico 47), as crianças afirmaram, na sua maioria, que as casas em que residem dispõem de tais condições de habitabilidade. Para além disso, a quase totalidade dos participantes indicou, também, que **existem livros e brinquedos na sua residência** ($n = 479$, 98.4%; cf. Gráfico 48). Neste sentido, cerca de 98% das crianças afirmaram que **gostam da sua casa** ($n = 479$, 98.4%; cf. Gráfico 49).

Em relação à existência de práticas de agressão física, por parte dos **adultos responsáveis**, embora a maioria das crianças tenha apontado que estes **não lhes batem** ($n = 346$, 71%; cf. Gráfico 50), mais de 25% confirmaram que já sofreram agressões – *nem sempre* ($n = 114$, 23.4%) e *não é verdade* ($n = 24$, 4.9%) que nunca lhes batam. Por sua vez, no que respeita à existência de **violência verbal**, através do ato de gritar, a maioria afirmou que às vezes os **adultos gritam** ($n = 337$, 69.2%; *nem sempre*; cf. Gráfico 51). Os resultados revelaram que, na perspetiva das próprias crianças, existe uma tendência para estas práticas de agressão parental – física ou verbal – serem **mais frequentemente dirigidas aos rapazes**, do que as raparigas.

Finalmente, quando o assunto são **agressões perpetradas por outras crianças, em contexto extraescolar**, apesar de a maioria ter negado a sua existência ($n = 318$, 65.3%; cf. Gráfico 52), 21.1% ($n = 103$) afirmaram que ter experienciado este tipo de ataque. Os Gráficos 46 a 52 (pp. 52 a 54) apresentam os resultados da *Vida Pessoal*.

Em suma, os resultados permitem apurar que as crianças gostam das suas casas, sendo que estas aparentam, para a maioria, ter **condições essenciais de habitabilidade** (e.g., “*Está boa, porque tenho amor, comidinha e condições para tudo ser bom.*”). Porém, quanto à existência de agressões por parte dos adultos responsáveis, o cenário altera-se, verificando-se a existência de **relatos de violência física e verbal**. Mais preocupante, ainda, é o facto de estes comportamentos serem **percecionados, pelas crianças, como ajustados e uma consequência expectável**, no que às estratégias educativas diz respeito e.g., “*Às vezes quando é necessário os meus pais gritam comigo, mas eu não os culpo, pelo contrário agradeço pela educação que me dão.*”; “*A minha mãe e o meu pai gritam comigo quando faço asneiras.*”). Assim, por um lado, evidencia-se a necessidade de **intervenção junto dos pais/ adultos cuidadores**, identificando as situações em que estes comportamentos emergem, capacitando-os com práticas educativas não-violentas e promotoras do bem-estar e desenvolvimento integral da criança – através de workshops e/ou palestras – e

Por outro, é também indispensável que, de forma adequada ao seu nível desenvolvimental, as mesmas informações sejam transmitidas às crianças, garantindo que estas estão cientes de que **a educação não é sinónimo de agressão** e que os seus direitos não devem ser violados, seja em que contexto for. De salientar que são os rapazes que parecem ser mais alvo desta educação violenta, pelo que estas ações devem também incluir uma dimensão de **igualdade de género**.

Por fim, destacam-se as agressões físicas praticadas pelos pares, fora da escola. Além das intervenções previamente mencionadas e que, por certo, poderão desempenhar um papel importante, tanto na forma como as crianças percecionam a violência, como nos modelos a que são expostos em contexto familiar, é **imprescindível sensibilizar as ECMIJ, em particular, as escolas e as forças de segurança (PSP e GNR)**, no sentido de se investir num aumento da segurança fora dos recintos escolares e nas suas imediações – patrulhamento que poderá, entre outros formatos, ser efetivado ao abrigo do **Programa “Escola Segura”**. Ademais, é fulcral abordar tais assuntos com as crianças, transmitindo informação acerca dos recursos existentes nos diversos contextos que integra, bem como dos procedimentos necessário para realizar uma queixa/denúncia

Gráficos – Crianças (6-12 anos)

Brincadeira e Lazer: Gráficos 2 a 8

Gráfico 2. Na minha terra/na minha freguesia ou bairro existem sítios para brincar (como parques infantis), fazer jogos ou praticar desporto.

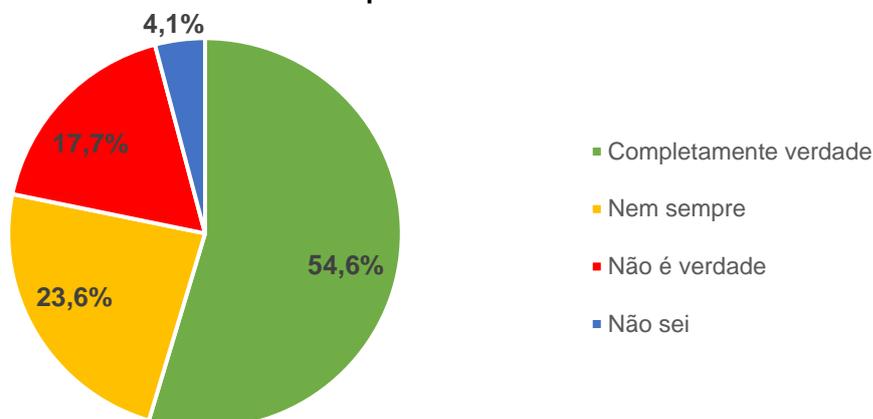


Gráfico 3. Quando eu vou ao parque infantil, as pessoas adultas da minha família, que me acompanham, brincam comigo.

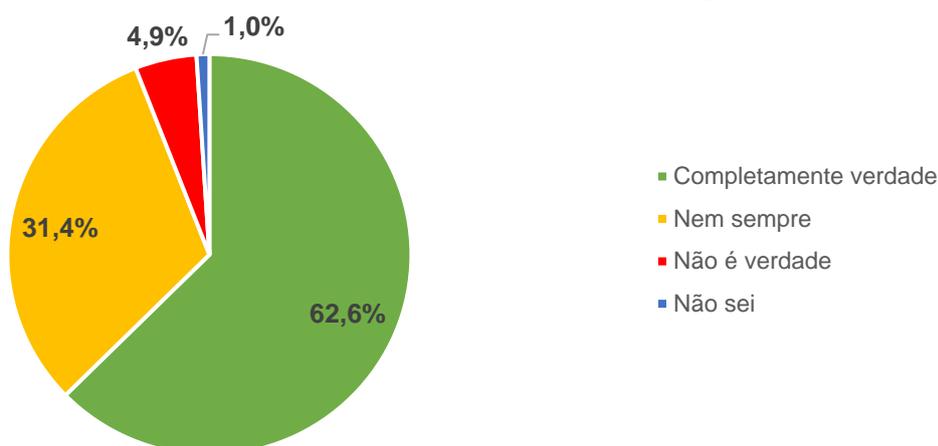


Gráfico 4. Quando regresso da escola, e no fim de semana, tenho tempo para brincar, descansar e aproveitar o meu tempo livre.

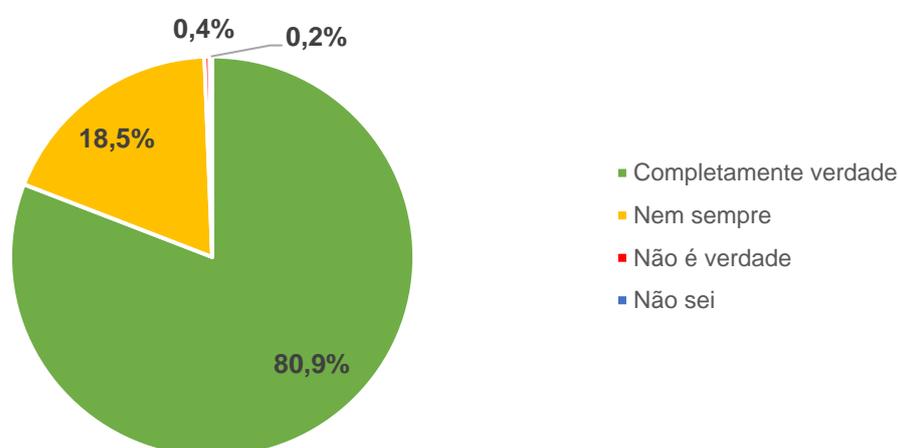


Gráfico 5. Depois da escola, a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim brinca(m) ou fazem jogos comigo.

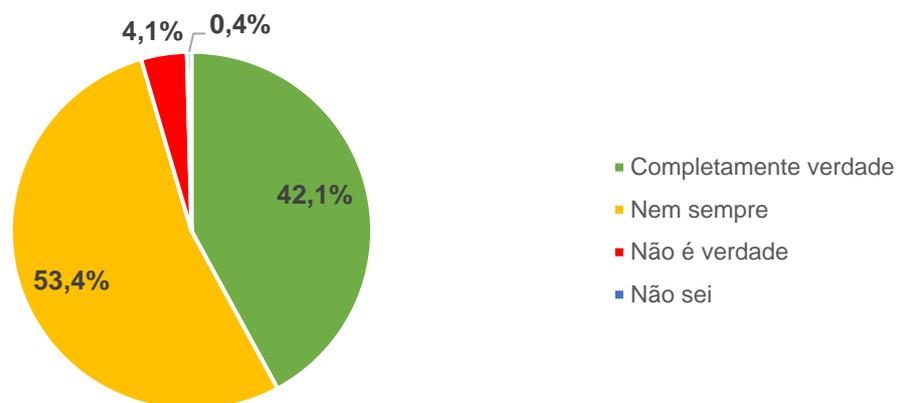


Gráfico 6. No fim de semana, a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim brinca(m) ou fazem jogos comigo.

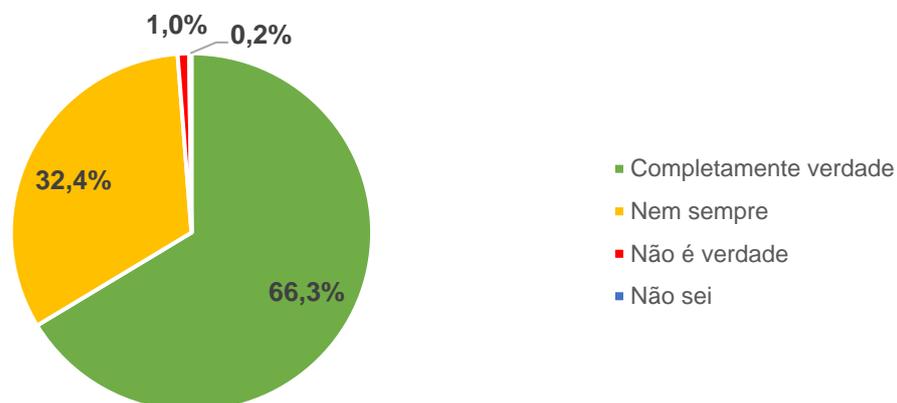


Gráfico 7. No fim de semana, vou com a minha família passear, ao museu, comer fora ou outros sítios.

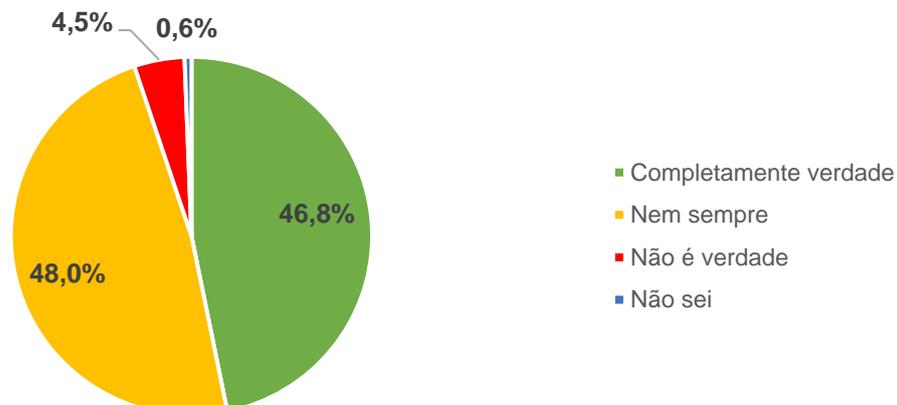
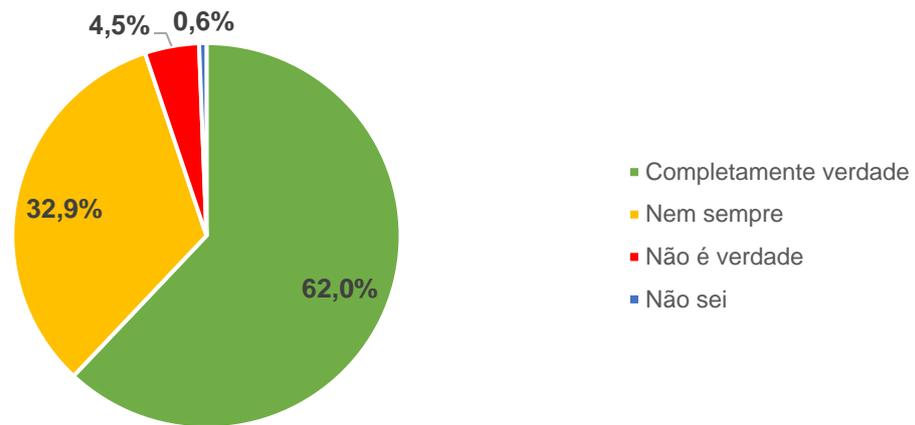


Gráfico 8. Eu costumo brincar na praia, no campo ou no rio.



Participação e Cidadania: Gráficos 9 a 15

Gráfico 9. O/a meu/minha professor/a costuma perguntar se eu gosto das aulas e da escola.

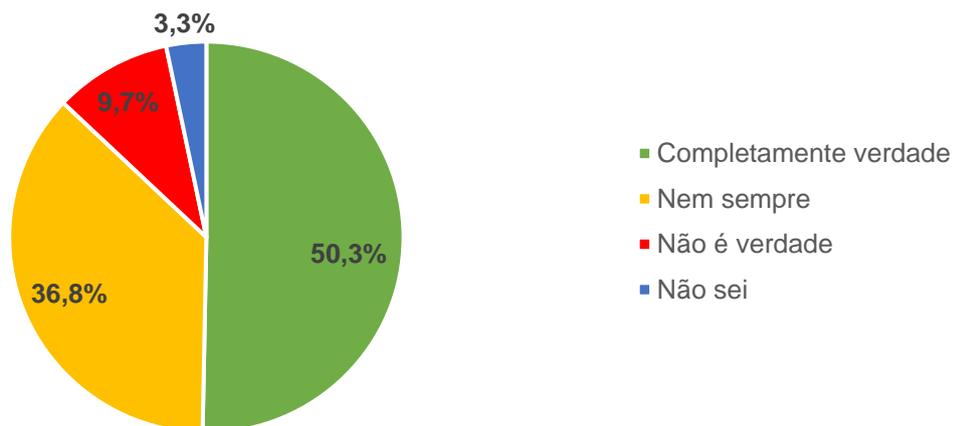


Gráfico 10. O/a meu/minha professor/a já me perguntou o que poderíamos fazer para melhorar o recreio.

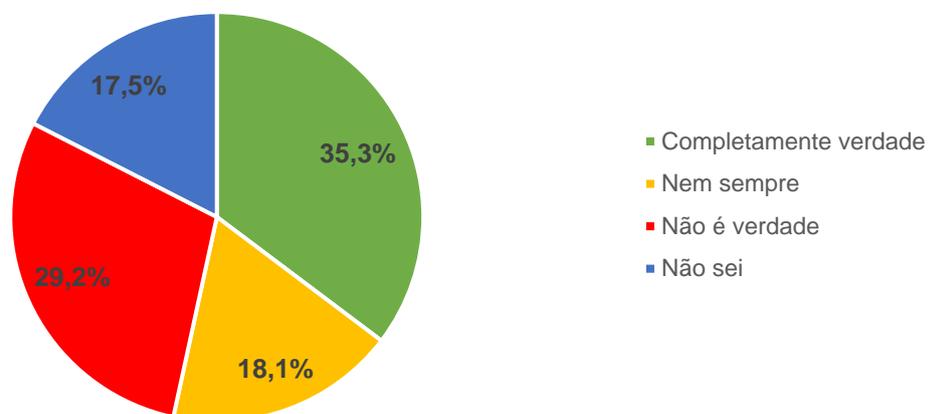


Gráfico 11. A(s) pessoa(s) que é/são responsável/veis por mim costumam perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.

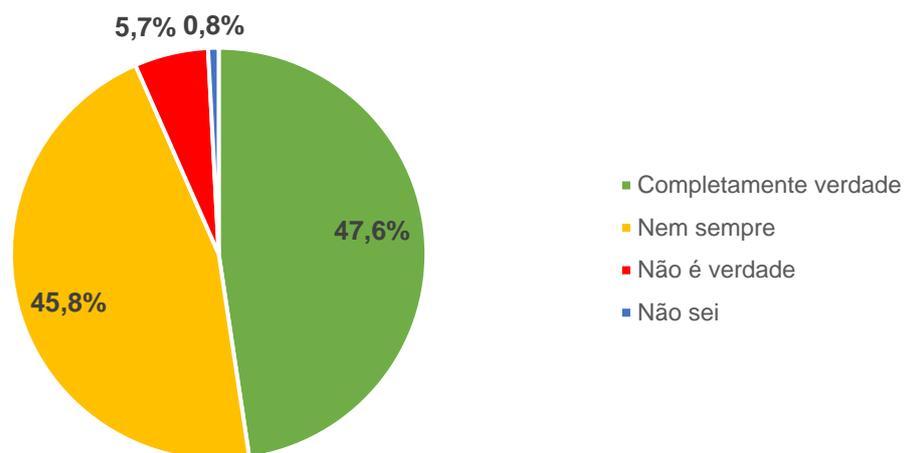


Gráfico 12. A(s) pessoa(s) que é/são responsável/veis por mim costumam perguntar-me onde quero passear ou ir de férias.

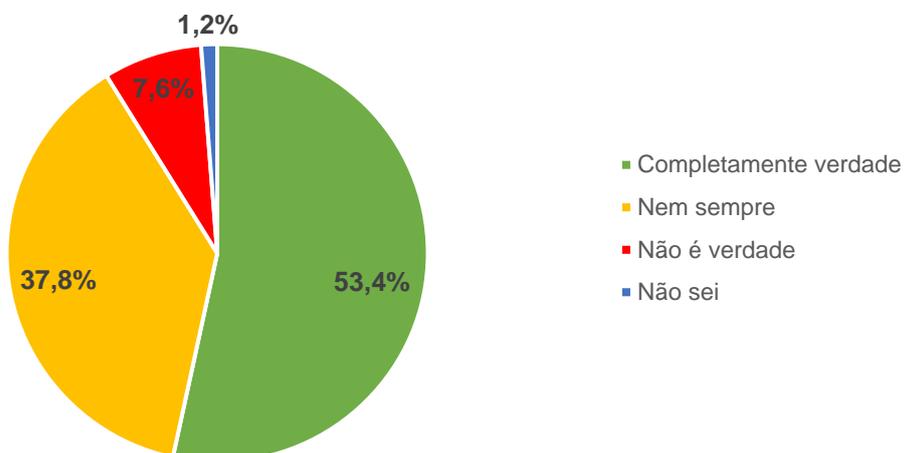


Gráfico 13. Eu costumo ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.

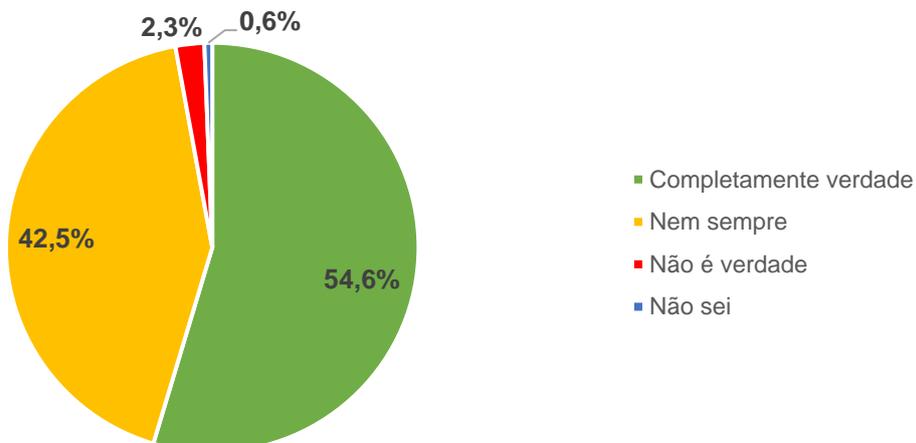


Gráfico 14. Eu divirto-me a ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras coisas.

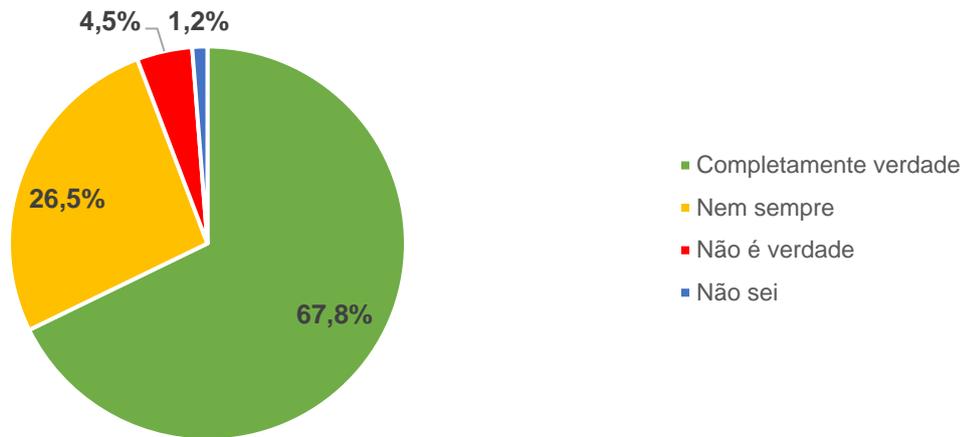
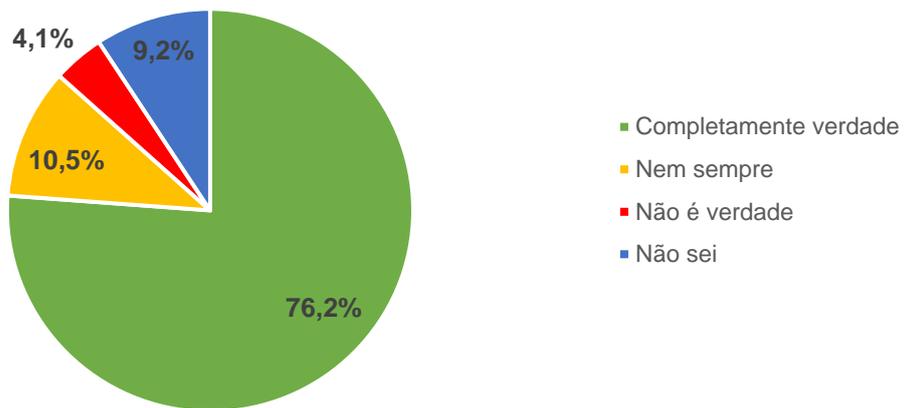


Gráfico 15. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças pela minha família, na escola ou na televisão.



Segurança e Proteção: Gráficos 16 a 20

Gráfico 16. Eu uso o autocarro e outros transportes públicos para ir para a escola.

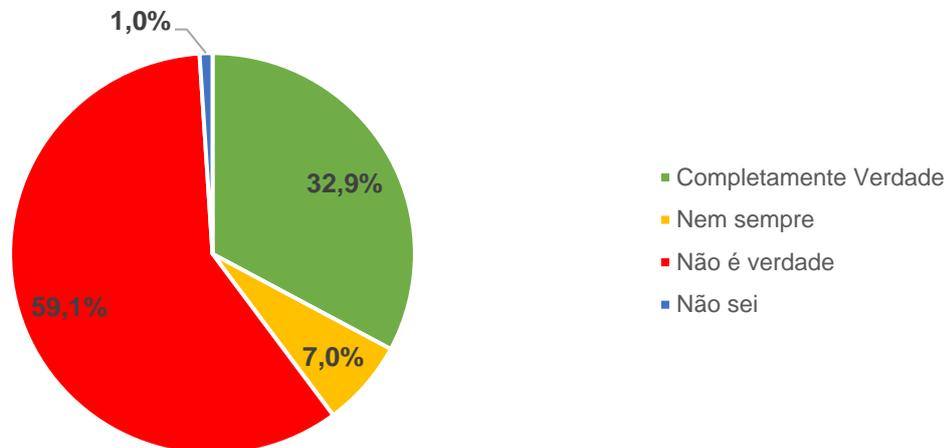


Gráfico 17. Eu costumo ir para a escola a pé ou de bicicleta.

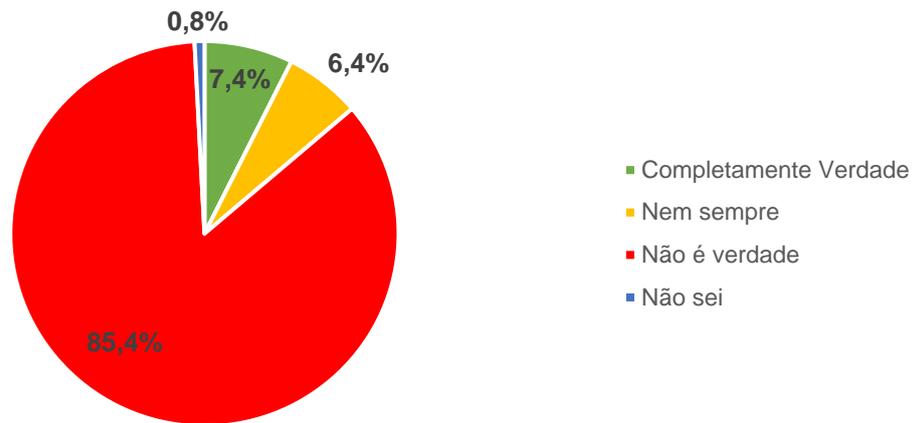


Gráfico 18. Eu não tenho medo de ir para a escola a pé ou de bicicleta.

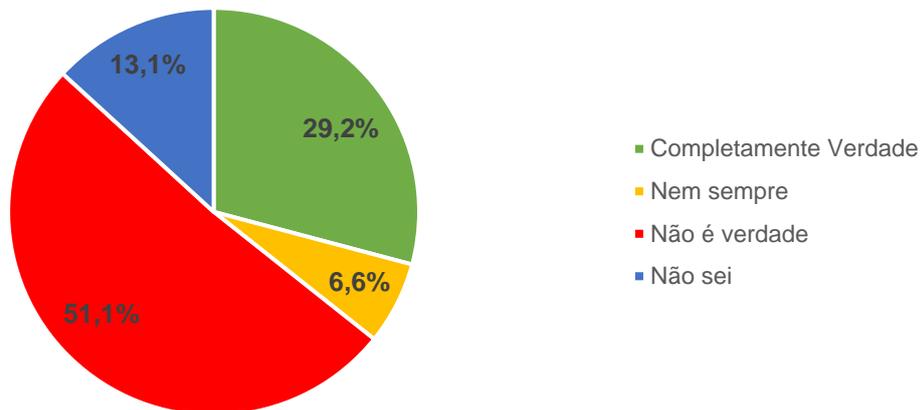


Gráfico 19. Na escola, eu nunca tenho medo que outras crianças me possam fazer mal.

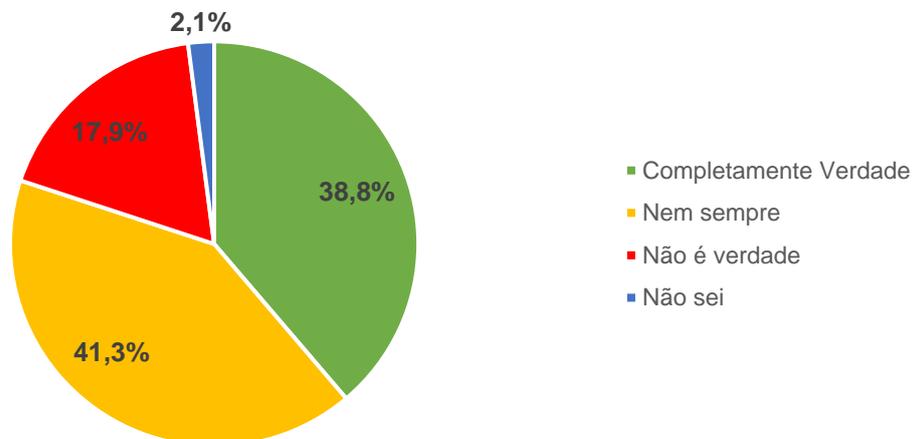
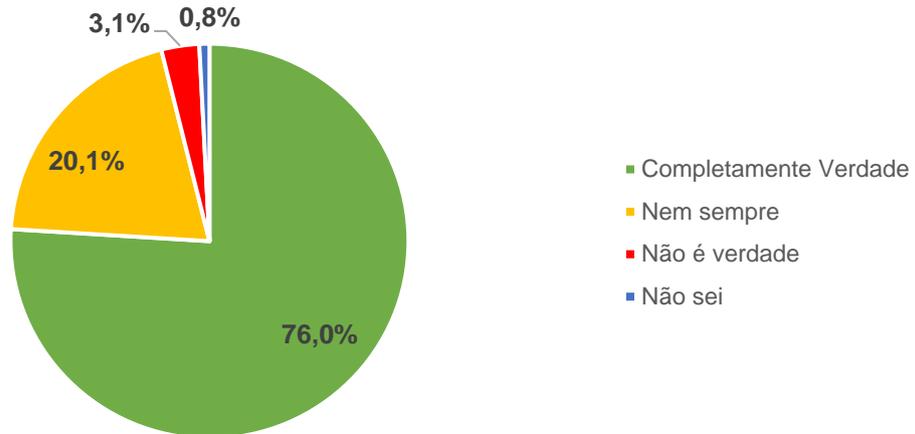


Gráfico 20. Quando eu tenho medo de alguma coisa costumo falar com a(s) pessoa(s) que é/são responsável/veis por mim.



Saúde: Gráficos 21 a 27

Gráfico 21. A(s) pessoa(s) que é/são responsável/veis por mim falam comigo sobre o que é ser saudável.

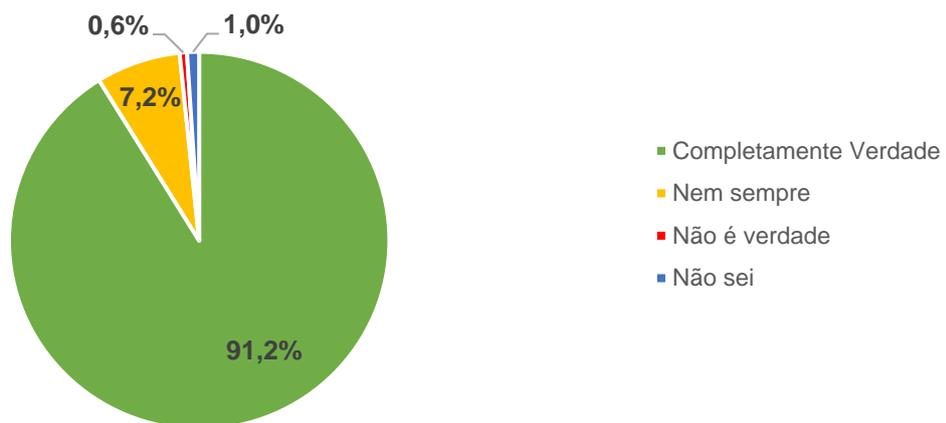


Gráfico 22. Eu e a minha família jantamos sempre juntos.

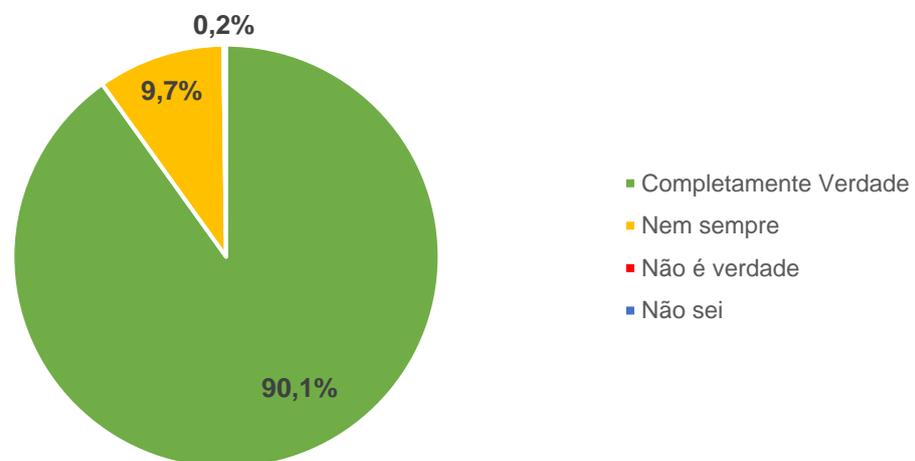


Gráfico 23. Quando comemos à mesa, em família, falamos muito.

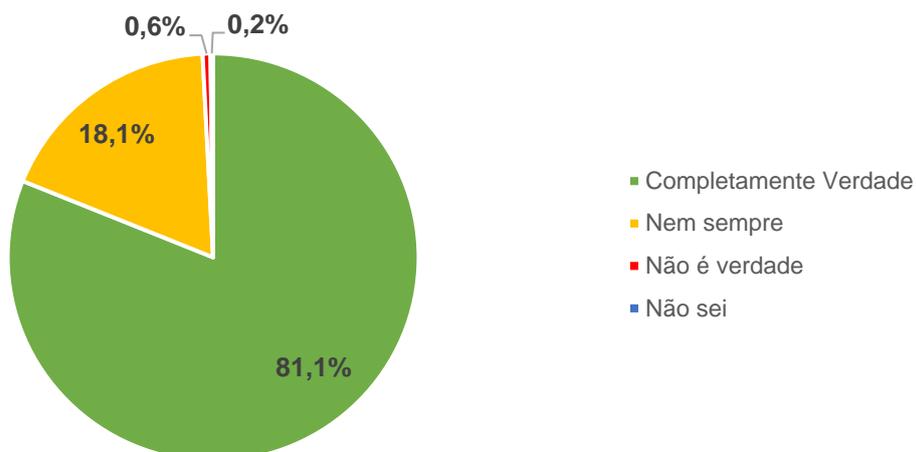


Gráfico 24. Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é/são responsável/veis por mim, leva(m)-me ao médico/a.

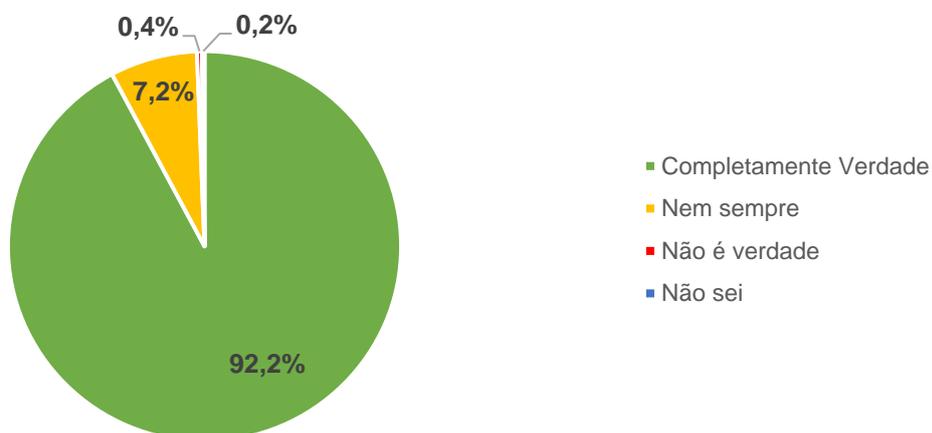


Gráfico 25. O/a médico/a ou enfermeiro/a costuma falar diretamente comigo.

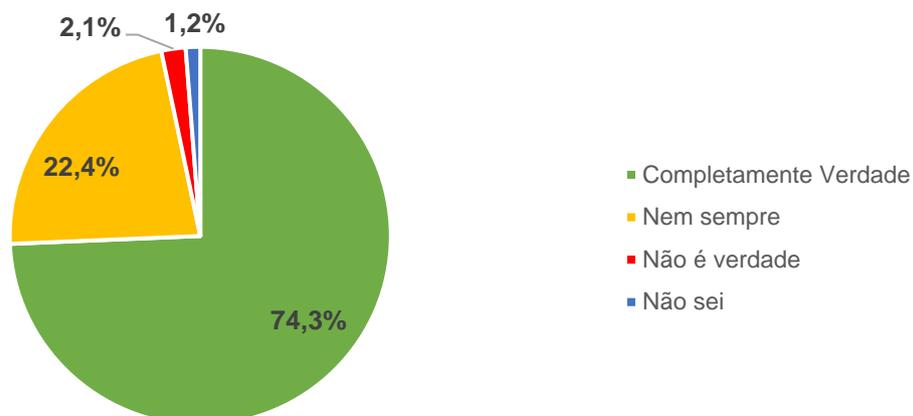


Gráfico 26. Quando o/a médico/a decide o tratamento para a minha doença, explica-me o que devo fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos.

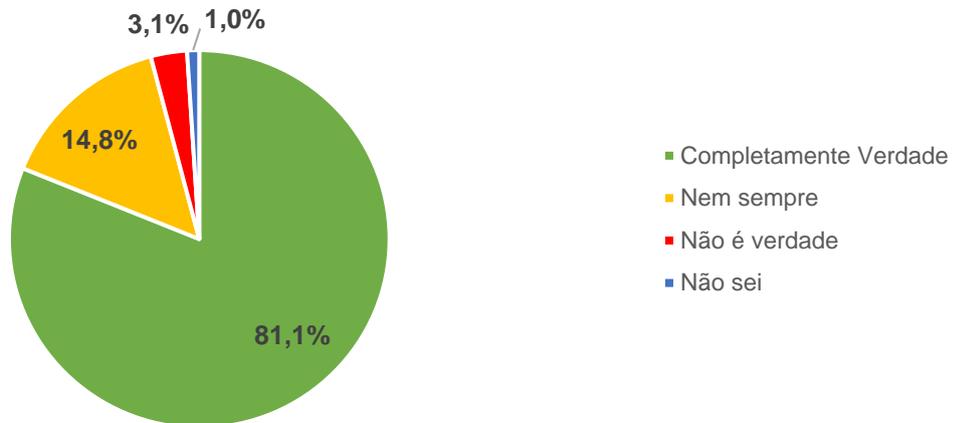
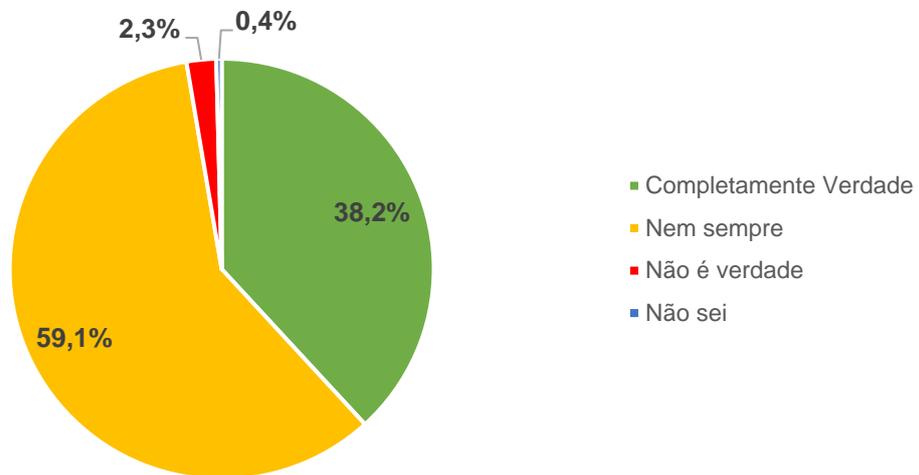


Gráfico 27. Eu percebo sempre tudo o que o/a médico/a me explica.



Educação: Gráficos 28 a 45

Gráfico 28. Eu gosto da escola.

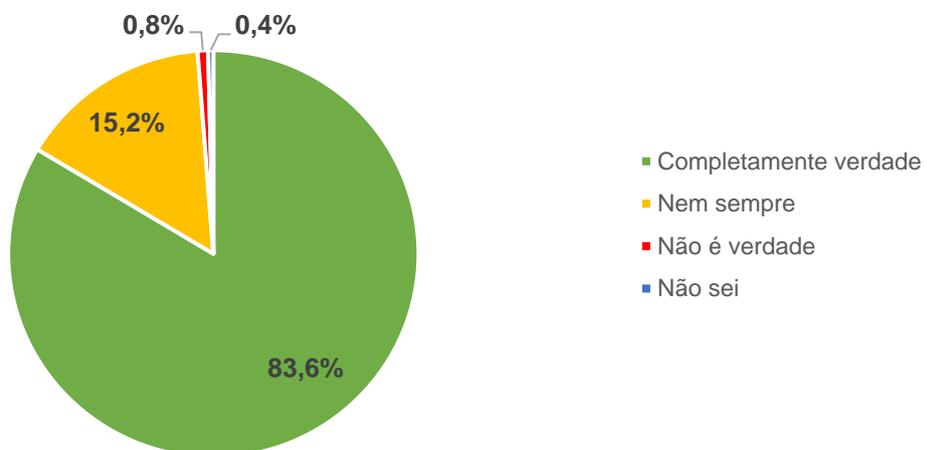


Gráfico 29. Eu gosto de aprender coisas novas.

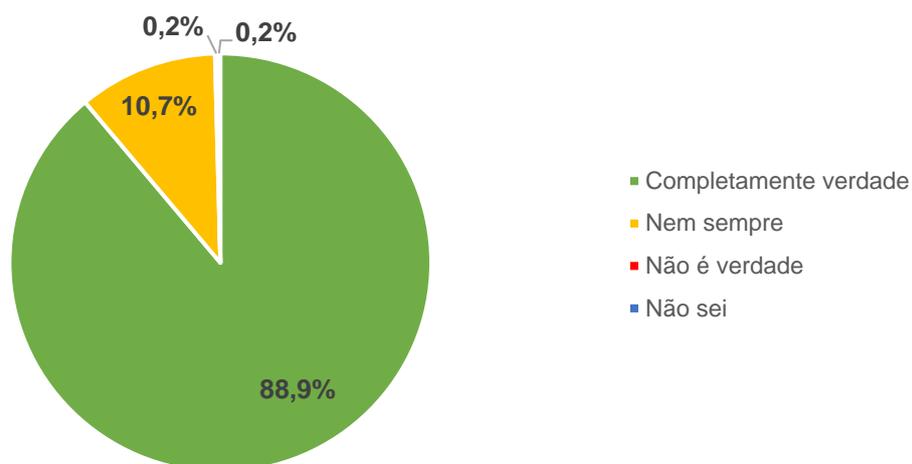


Gráfico 30. Na minha escola, temos atividades para aprendemos como sermos saudáveis.

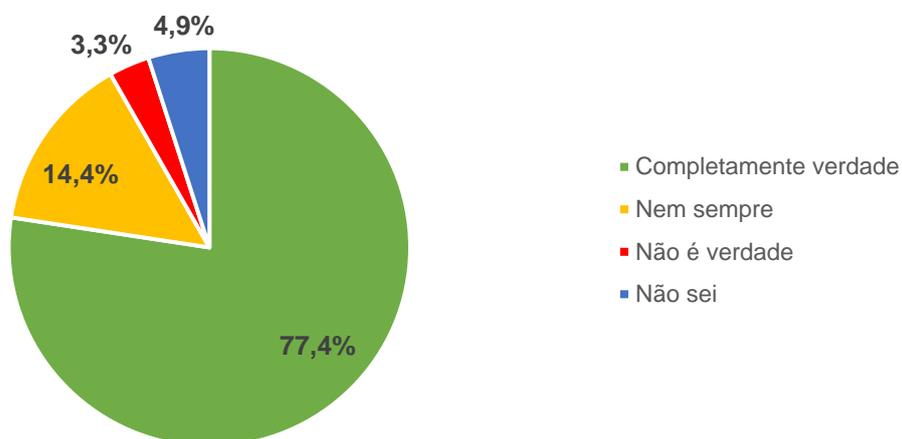


Gráfico 31. Na minha escola, eu aprendo como deve ser protegido o meio ambiente.

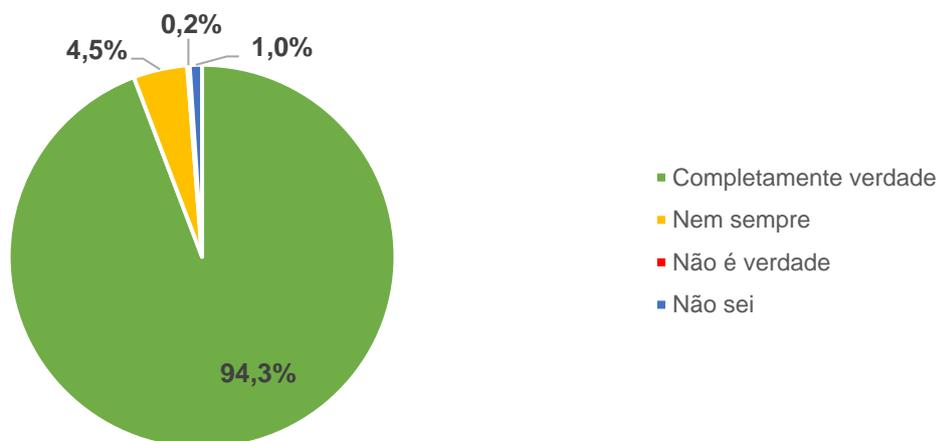


Gráfico 32. Na minha escola, aprendi o que são os direitos das crianças.

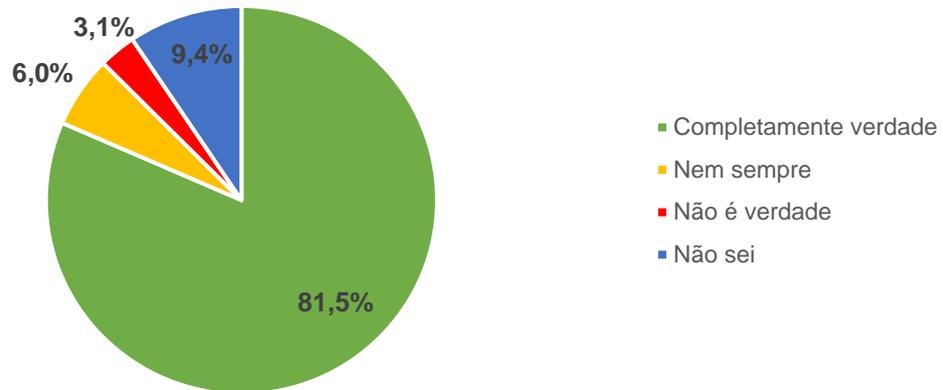


Gráfico 33. O/a meu/minha encarregado/a de educação participa muito nas atividades da escola.

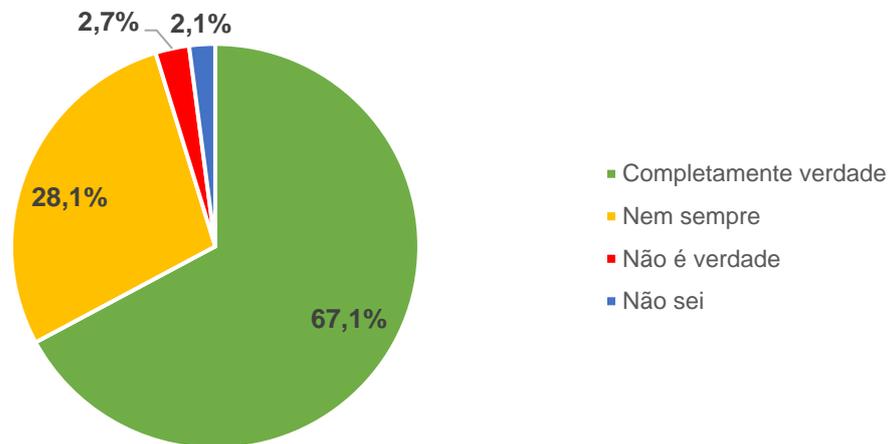


Gráfico 34. A(s) pessoa(s) que é/são responsável/veis por mim ajuda(m)-me nos trabalhos de casa.

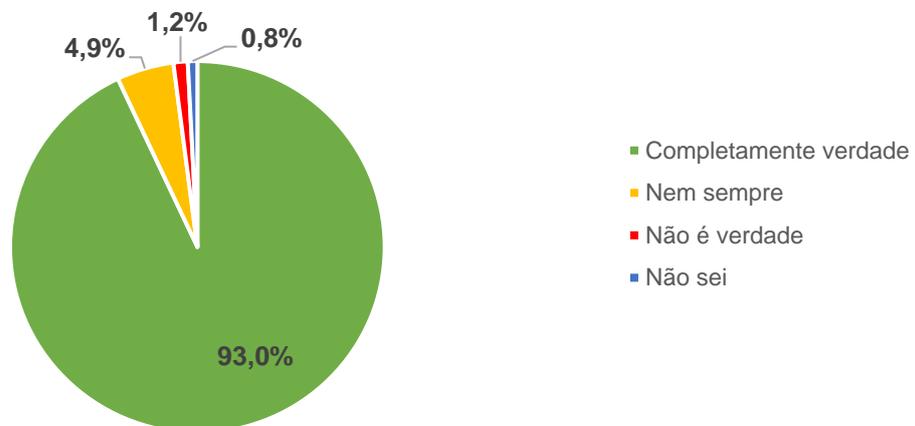


Gráfico 35. A(s) pessoa(s) que é/são responsável/veis por mim costuma(m) perguntar-me o que aprendi na escola.

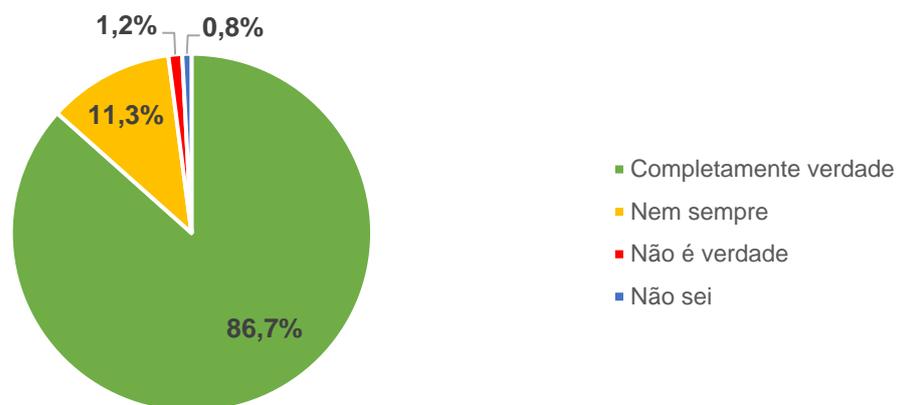


Gráfico 36. A minha família consegue pagar o material escolar que eu preciso.

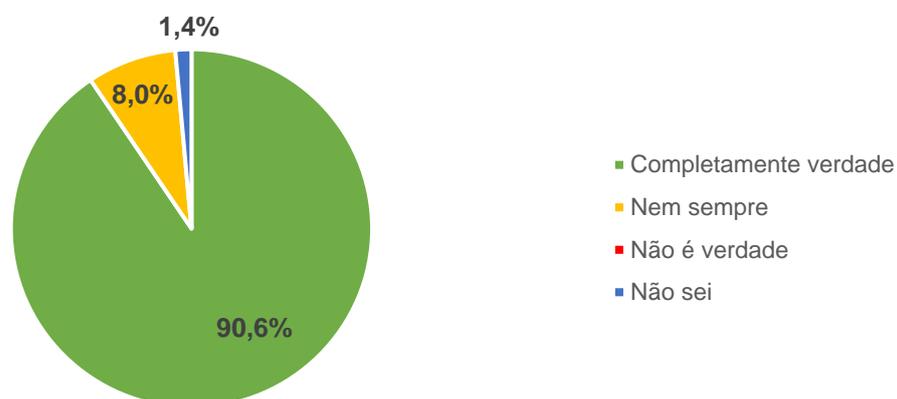


Gráfico 37. Eu percebo sempre quando as minhas professoras e os meus professores explicam as coisas.

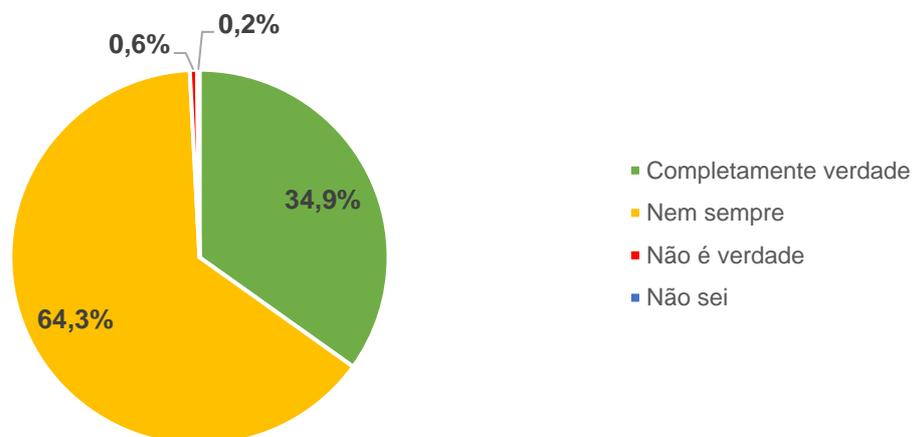


Gráfico 38. Os meus professores e as minhas professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda.

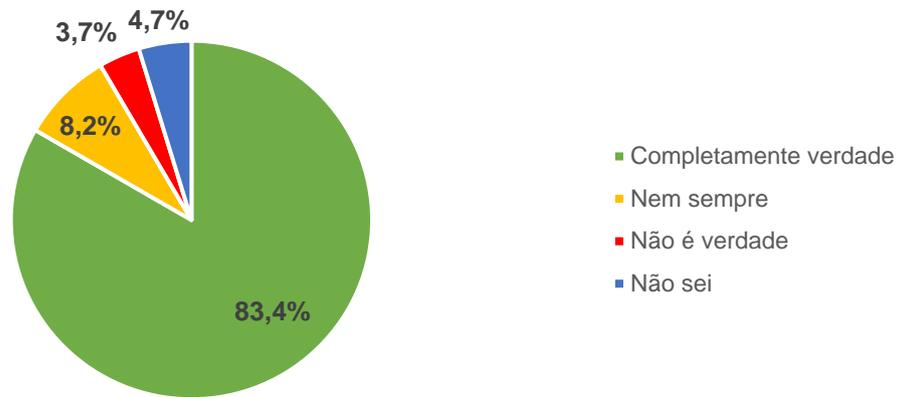


Gráfico 39. As professoras e os professores tratam todas as crianças da mesma maneira.

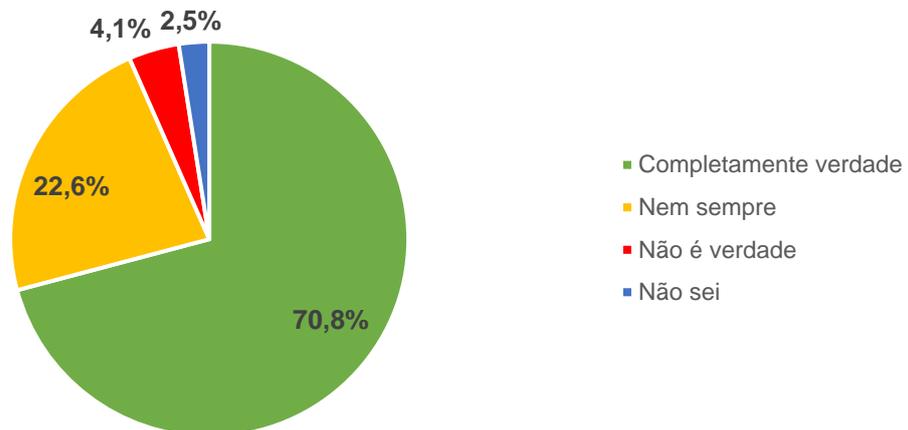


Gráfico 40. Os/as professores/as nunca batem nos/as alunos/as.

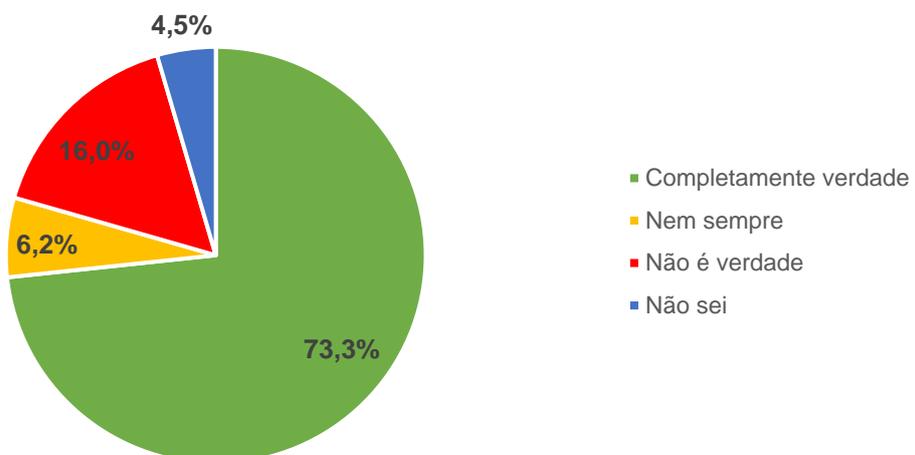


Gráfico 41. Os/as professores/as nunca gritam com os/as alunos/as.

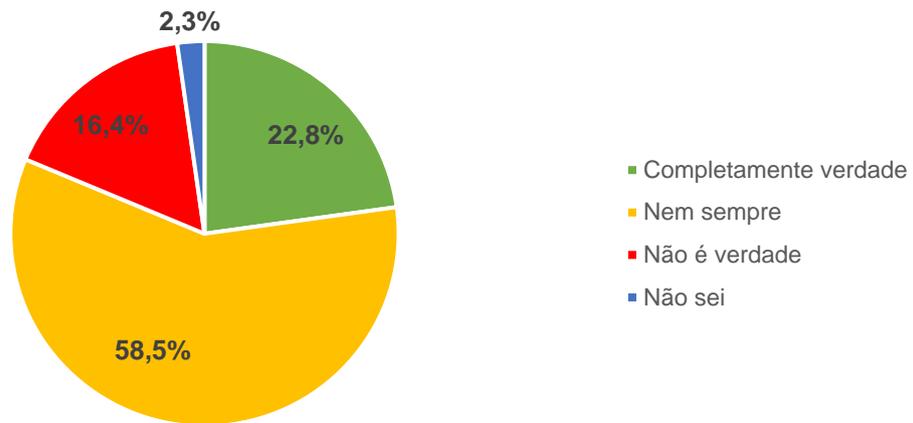


Gráfico 42. Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver um problema ou me sentir mal.

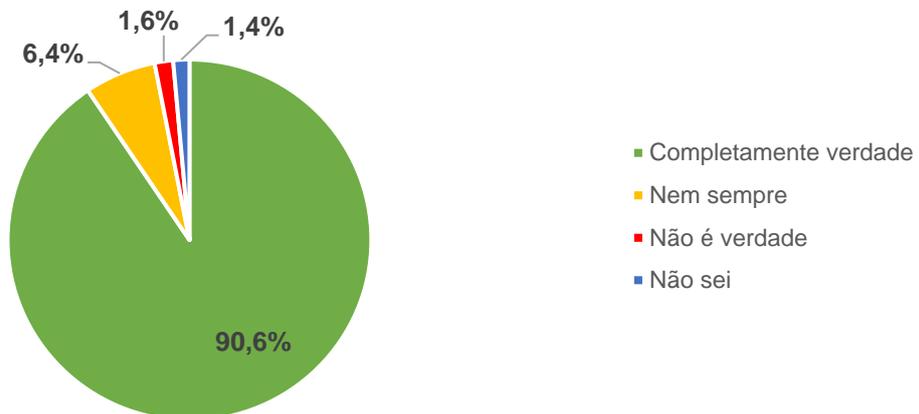


Gráfico 43. Na minha escola, há tempo suficiente de recreio, para eu brincar ou fazer jogos com os meus amigos e amigas.

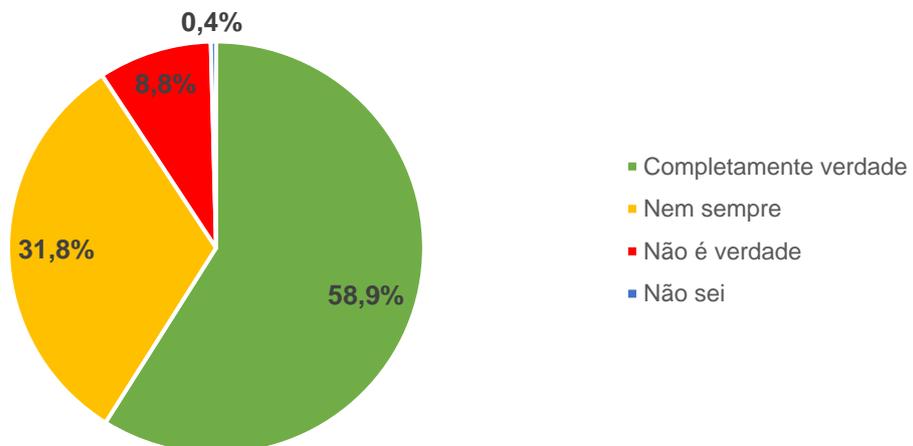


Gráfico 44. As casas de banho na minha escola estão sempre limpas.

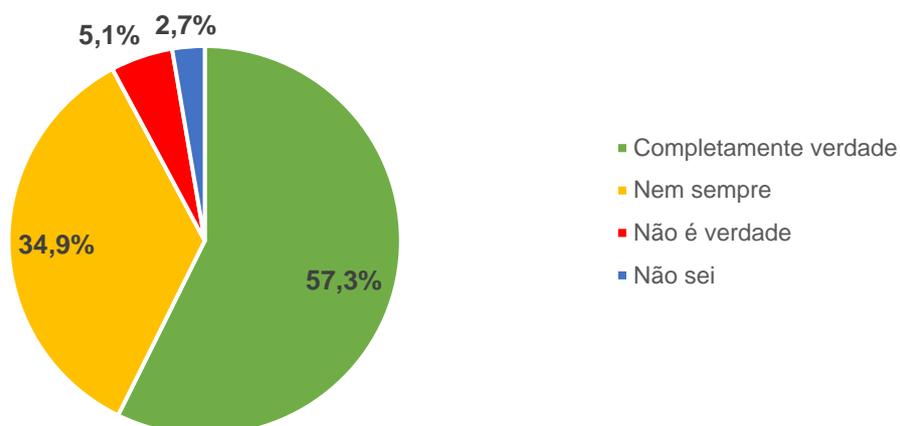
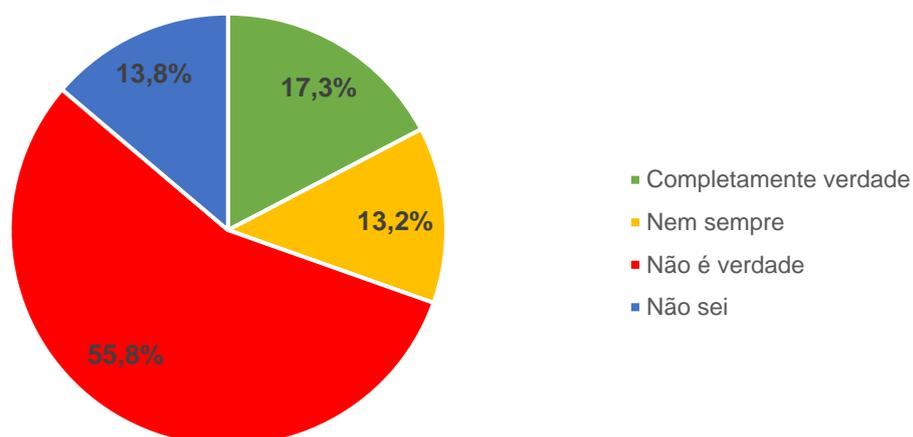


Gráfico 45. Na minha terra/freguesia/bairro, há uma biblioteca que eu costumo utilizar.



Vida Pessoal: Gráficos 46 a 52

Gráfico 46. A minha casa está sempre limpa.

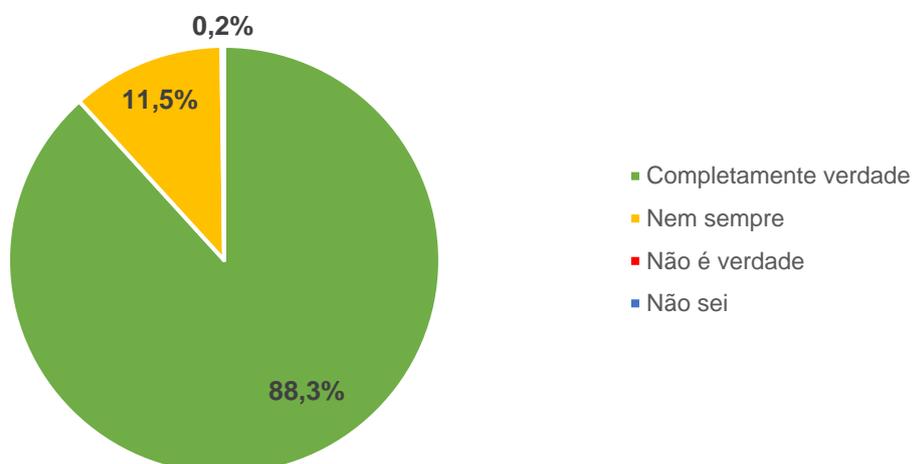


Gráfico 47. Na minha casa há água quente para eu tomar banho.

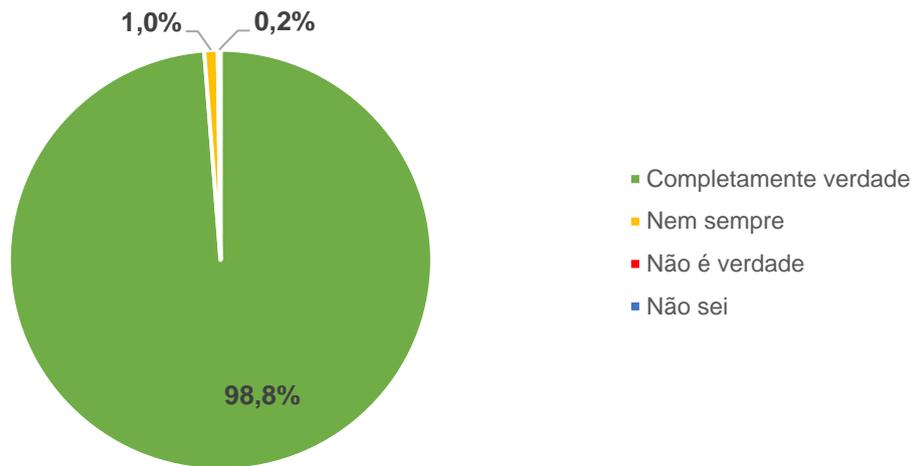


Gráfico 51. Em minha casa há livros e brinquedos.

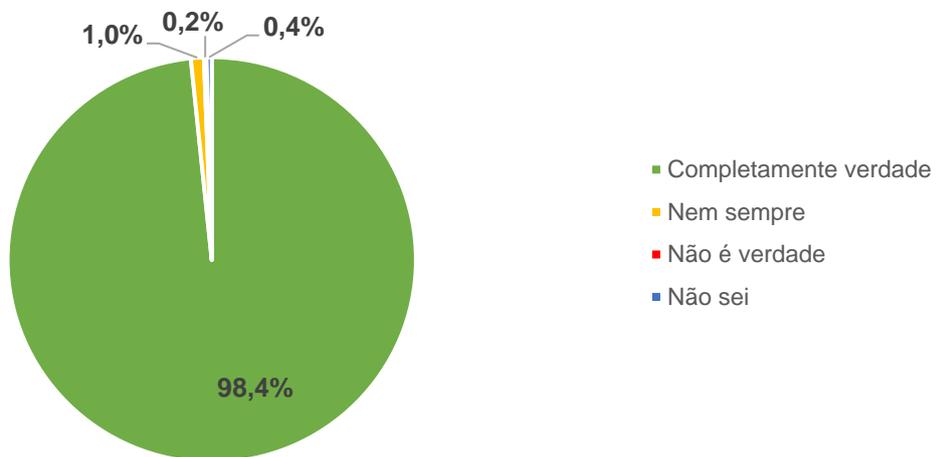


Gráfico 48. Eu gosto da minha casa.

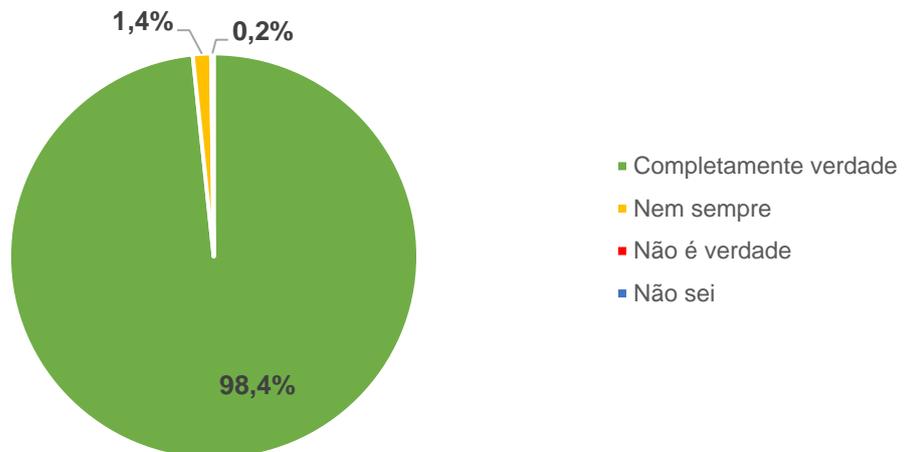


Gráfico 49. A(s) pessoa(s) que é/são responsável/veis por mim não me batem.

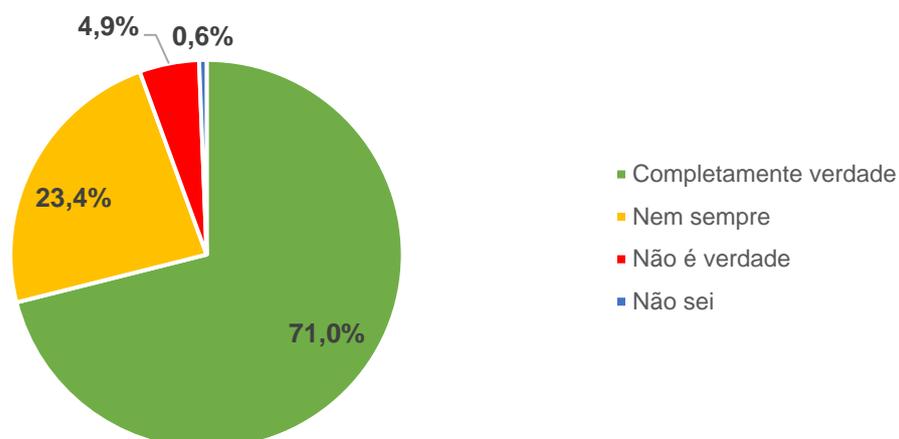


Gráfico 50. A(s) pessoa(s) que é/são responsável/veis por mim nunca gritam comigo.

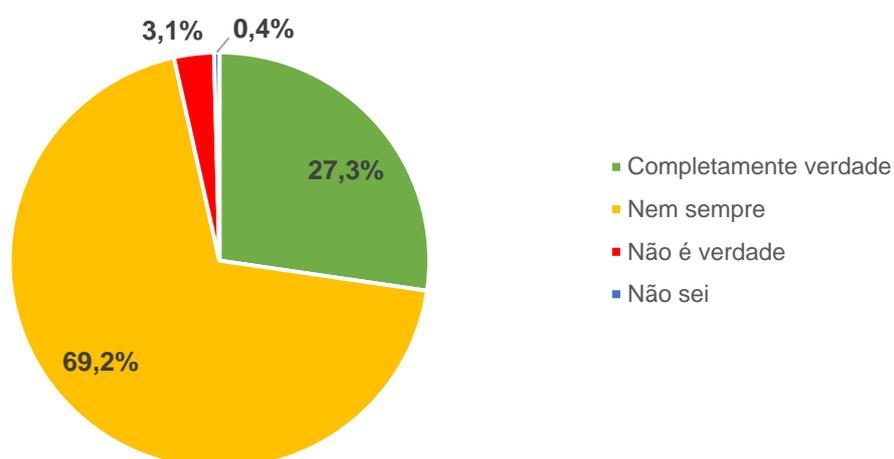
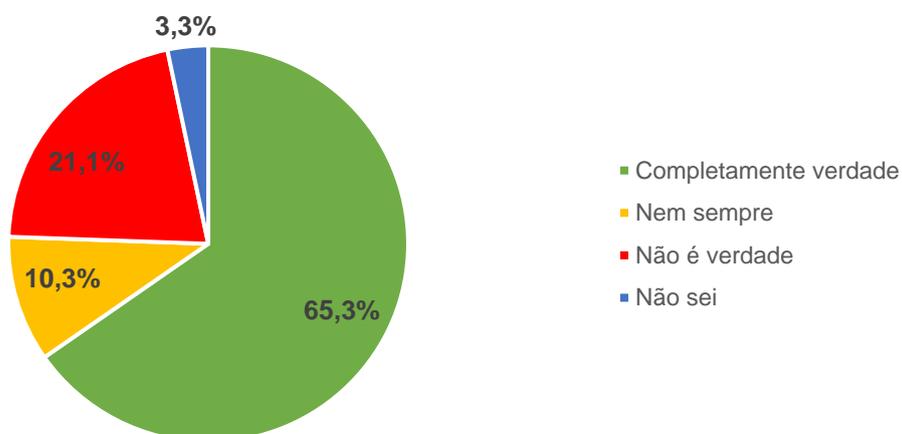


Gráfico 52. Nunca aconteceu outras crianças baterem-me fora da escola.



Adolescentes/Jovens

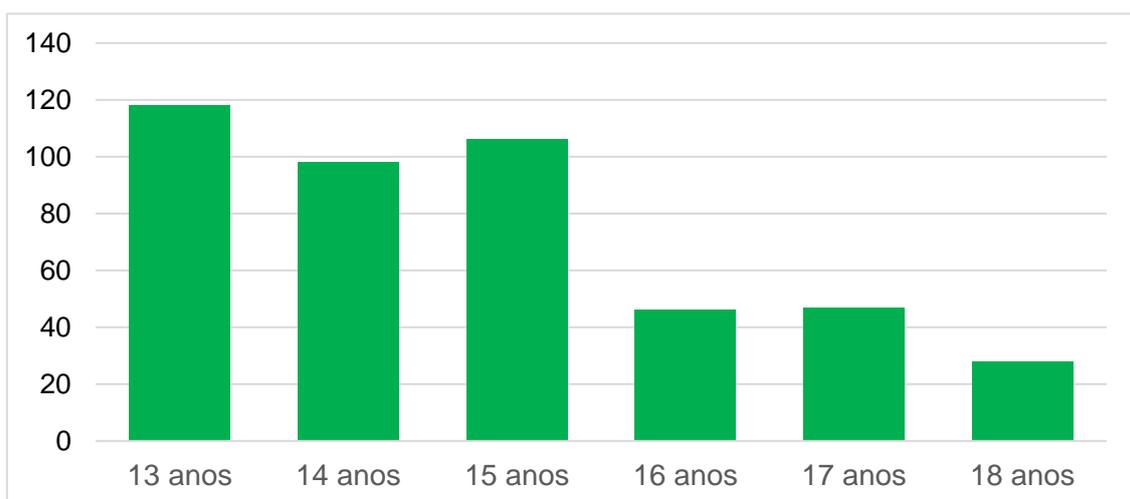
Os adolescentes/jovens entre os 13 e os 18 anos de idade foram auscultados através do questionário, online, *Participação de Crianças e Jovens no Diagnóstico Local – Instrumento 6A Questionário para adolescentes/jovens – do Protocolo de recolha de dados do Projeto Adélia*. No concelho de Penafiel, no total, participaram **443 adolescentes**, com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos ($M = 14.75$, $DP = 1.53$). A distribuição por idades encontra-se representada, tanto na Tabela 1, como no Gráfico 1.

Tabela 1

Idade (anos)	<i>n</i>	%
13	118	26.6
14	98	22.1
15	106	23.9
16	46	10.4
17	47	10.6
18	28	6.3

Distribuição dos Adolescentes/Jovens 13-18 Anos Participantes por Idade (N = 443)

Gráfico 1



Distribuição dos Adolescentes/Jovens 13-18 Anos Participantes por Idade (N = 443)

Relativamente ao sexo, verificou-se a participação de **233 rapazes** (52.6%) e **210 raparigas** (47.4%). No que respeita ao ano de escolaridade, estes frequentavam entre o 6º e o 12º ano, sendo o mais frequente o **10º ano**. A distribuição por nível de ensino está representada na Tabela 2.

Ano de Escolaridade	<i>n</i>	%
6º ano	2	0.5
7º ano	51	11.5
8º ano	85	19.2
9º ano	98	22.1
10º ano	123	27.8
11º ano	28	6.3
12º ano	55	12.4

Tabela 2

Distribuição dos Adolescentes/Jovens 13-18 anos por Ano de Escolaridade (N = 433)

Nota. Um participante não indicou o ano de escolaridade.

De seguida são apresentados os resultados relativos a cada uma das dimensões avaliadas, a saber: *Brincadeira e Lazer, Participação e Cidadania, Segurança e Proteção, Saúde, Educação e Vida Pessoal.*

Brincadeira e Lazer

Mais de metade dos adolescentes participantes consideraram que, em Penafiel, há **sítios públicos para estar com os amigos e fazer desporto** ($n = 243$, 54.9%; cf. Gráfico 2), sendo que se verificou uma maior probabilidade de encontrar rapazes entre os participantes que deram este tipo de resposta; e que as **crianças com deficiência/diversidade funcional usufruem dos mesmos espaços que as restantes** ($n = 239$, 54.0%; cf. Gráfico 3), sendo que, no que se refere às crianças com deficiência, mais de ¼ revelou desconhecimento ($n = 130$, 29.3%). Adicionalmente, 90.3% declararam que, no concelho, há **locais que permitem o contacto com a natureza** ($n = 400$; cf. Gráfico 4).

Relativamente aos adultos que são responsáveis por si, cerca de 80% dos inquiridos afirmaram ser *completamente verdade* que costumam **passar tempo juntos ao fim de semana** ($n = 367$, 82.8%; cf. Gráfico 5) e que, nesses momentos, **costumam realizar atividades lúdicas e/ou culturais**, como ir ao cinema ou ao teatro ($n = 355$, 80.1%; cf.

Gráfico 6). Ainda no que respeita ao tempo passado com os seus cuidadores, mais de metade dos adolescentes indicou que estes **têm o hábito de os ir ver praticar desporto ou de os acompanhar noutras atividades** ($n = 241$, 54.4%; cf. Gráfico 7); contudo, para mais de 20% dos respondentes tal *não acontece* ($n = 95$, 21.4%).

Na temática do desporto, constatou-se que a maioria indicou *não ser verdade* que **frequenta um clube desportivo** ($n = 274$, 61.9%; cf. Gráfico 8), sendo a percentagem de adolescentes que realiza este tipo de atividade inferior a 30% ($n = 130$, 29.3%). Os adolescentes que frequentem um clube desportivo são maioritariamente rapazes, no que diz respeito ao sexo, e adolescentes mais novos, no que se refere à idade. Por sua vez, no que concerne à existência de condições económicas que permitam às famílias **pagar a mensalidade do clube**, ainda que, na sua maioria, os participantes tenham indicado que estas se verificam ($n = 213$, 48.1%; cf. Gráfico 9), mais de $\frac{1}{3}$ dos participantes assumiram estar conscientes de que **o mesmo não se passa** com as suas famílias ($n = 156$, 35.2%).

Quando questionados acerca do seu envolvimento em **programas/atividades fora da escola**, os posicionamentos foram divergentes: 38.4% ($n = 170$; cf. Gráfico 10) indicaram estar inscritos em atividades extracurriculares; 27.3% ($n = 121$) referiram *nem sempre* ser o caso; e 33.2% ($n = 147$) assumiram que não estão envolvidos em qualquer tipo de atividade, no horário pós-escolar. Mesmo assim, quase 50% dos adolescentes transmitiram que *nem sempre* têm **tempo suficiente para descansar e aproveitar o tempo livre** ($n = 219$, 49.4%; cf. Gráfico 11). Os Gráficos 2 a 11 (pp. 71 a 74) apresentam os resultados da *Brincadeira e Lazer*.

Em suma, a brincadeira, o lazer e o desporto são atividades essenciais para que haja **desenvolvimento integral, a nível físico, cognitivo e socioemocional**, na adolescência – período essencial do desenvolvimento humano, “janela de oportunidades” para novas aquisições. Estes domínios são também destacados pelos próprios participantes, que os consideram ser “*algo necessário*”, que gostam de fazer (e.g., “*gosto muito do ar livre*”; “*gosto de desporto*”) e que, ainda, “*é importante para o crescimento*”. Ainda, de acordo com os relatos dos adolescentes, “*ter tempo livre é fundamental para manter a nossa sanidade mental*”, o que revela existir, por parte dos mesmos, uma consciencialização de que **o tempo livre/de lazer não deve corresponder ao tempo que dedicam à escola, fora do contexto escolar**.

Ainda que, em relação ao desporto e às atividades extracurriculares, os adolescentes revelem a capacidade de os associar, não só ao **bem-estar físico**, como à **saúde mental** (e.g., “*Eu gosto de fazer desporto porque reduz a minha ansiedade e ajuda-me a ficar mais concentrada.*”) e ao **desenvolvimento de relações interpessoais** (e.g., “*estar com amigos*”; “*estar mais em convívio é o objetivo das brincadeiras*”), os resultados demonstraram que a maioria não frequenta clubes de

atividades/programas fora da escola. Será que o concelho de Penafiel não corresponde às necessidades de lazer/desporto que os seus adolescentes apresentam? Será o motivo socioeconómico, não existindo, por parte das famílias, capacidade para cobrir as mensalidades? Estarão os equipamentos desportivos demasiado centralizados e pouco acessíveis, em termos de transportes, a uma percentagem significativa de crianças do concelho? Ou será que o facto de os cuidadores não acompanharem os adolescentes nestas atividades, com a regularidade desejada, conduz a uma desmotivação e a os mesmos abandonem a prática desportiva? Provavelmente, um pouco de tudo, pois os dados mostram que são especialmente **os rapazes e os adolescentes mais novos** que praticam desporto. Por outro lado, a percentagem de adolescentes que reconhecem que as famílias **não têm recursos suficientes** para pagar a modalidade desportiva que gostariam de frequentar é significativa. Por conseguinte, é fundamental que o município fomente **soluções desportivas e culturais gratuitas ou economicamente acessíveis** a todas as famílias penafidelenses, **sem restrições baseadas na faixa etária ou no sexo**. A fim de que tal possa acontecer, é indispensável que se **consulte/ausculta o público-alvo**, de modo que as soluções sejam compatíveis com as suas preferências e recursos.

Importa, também, destacar o facto de a maioria dos adolescentes considerar que não tem tempo suficiente para descansar e aproveitar o seu tempo livre, sendo o **horário escolar** e **as tarefas escolares** os aspetos que, na sua perspetiva, mais condicionam o seu lazer (“*Menos tempo escolar para poder desfrutar de mais lazer e tirar tempo para mim.*”). Neste sentido, é indispensável que a rede escolar do concelho procure **identificar estratégias que permitam combater o excesso de trabalhos escolares e, por consequência, o stress e a ansiedade que lhes estão associados, contribuindo para momentos de lazer e/ou descanso e para uma maior estabilidade psicológica por parte dos alunos** que a frequentam.

Por fim, e numa perspetiva mais positiva, realça-se a presença de espaços de lazer e convívio, bem como de espaços que permitam o contacto com a natureza, nas freguesias de residência da maioria dos adolescentes participantes. Ademais, constata-se que as crianças com deficiência conseguem usufruir dos mesmos espaços que as

Participação e Cidadania

No que concerne à *Participação e Cidadania*, em meio escolar, a percentagem de adolescentes que considerou ser *completamente verdade* e *não ser verdade* que tenham participado em **grupos para discutir os aspetos positivos da escolas e aqueles em que é possível melhorar** foi a mesma ($n = 166$, 37.5%; cf. Gráfico 12). Por sua vez, quando

questionados acerca de **os professores terem o costume de os questionar acerca do que correu bem e do que poderia ser alterado, em contexto de aula**, apenas uma minoria ($n = 68$, 15.3%; cf. Gráfico 13) reporta essa ser uma prática habitual dos seus professores e mais de 80% dos participantes (81.9%) indicaram *não ser* ($n = 137$, 30.9%; cf. Gráfico 13) ou *nem sempre* ser verdade ($n = 226$, 51.0%) que os seus professores o fazem.

Em relação à comunicação entre os pais/adultos responsáveis e os adolescentes e, em particular, ao seu envolvimento nas tomadas de decisão sobre como ocupar os tempos livres, 46.0% dos respondentes afirmaram que é *completamente verdade* ($n = 204$; cf. Gráfico 14) que **os adultos lhes perguntam o que querem fazer ao fim de semana** e, em 55.5% dos casos ($n = 246$; cf. Gráfico 15), **onde gostariam de passar férias/passear**. Porém, tanto no que respeita às atividades de fim de semana ($n = 174$, 39.3%; cf. Gráfico 14), como aos passeios e férias ($n = 142$, 32.1%; cf. Gráfico 15), mais de **30% dos adolescentes assumiram que *nem sempre* a sua opinião é auscultada**. Não obstante o menor envolvimento, por parte dos seus responsáveis, ao nível das tomadas de decisão, a maioria dos adolescentes participantes apontaram sentir que **podem falar com eles sobre quase tudo** ($n = 314$, 70.9%; cf. Gráfico 16) e que estes **os ouvem e têm as suas opiniões em consideração** ($n = 307$, 69.3%; cf. Gráfico 17). Os resultados revelaram uma maior abertura para com os pais por parte dos adolescentes do sexo masculino do que do sexo feminino.

Ao nível da participação comunitária, 74.1% dos inquiridos relataram que *não é* ($n = 142$, 32.1%; cf. Gráfico 18) ou *nem sempre* é verdade ($n = 186$, 42.0%) que **participem em projetos da sua comunidade**. Entre os que participam é mais provável encontrar rapazes, adolescentes mais velhos. Ainda em relação à participação na comunidade, a maioria revelou que não **integra o Conselho de Jovens** de Penafiel ($n = 312$, 70.4%; cf. Gráfico 19) e que nunca **deu a sua opinião em projetos ou atividades da Câmara Municipal** ($n = 332$, 74.9%; cf. Gráfico 20). De entre os adolescentes (16.5%) que referiram ser *completamente verdade* ($n = 41$, 9.3%; cf. Gráfico 19) ou *nem sempre* ser verdade ($n = 32$, 7.2%) que integram o Conselho Municipal de Jovens, 32.9% ($n = 24$ [5.4% da amostra total]; cf. Gráfico 21) disseram acreditar que esta iniciativa é **maioritariamente composta por alunos que têm boas notas** e 64.4% ($n = 47$ [10.6% da amostra total]; cf. Gráfico 22) que **representa, também, crianças com problemas ou dificuldades especiais**.

A grande maioria dos adolescentes ($n = 335$, 75.6%; cf. Gráfico 23) indicou já ter **ouvido falar dos Direitos da Criança a escola, na televisão ou na internet**, tendo, contudo, 5.9% ($n = 26$) afirmado que tal *não aconteceu* e 6.1% que *não sabe* se aconteceu. Por outro lado, os participantes reportaram, de forma maioritária ($n = 363$, 81.9%; cf. Gráfico 24), **ter acesso à internet** e que tal os faz sentirem-se ligados ao que acontece fora de sua

vizinhança. Os Gráficos 12 a 24 (pp. 74 a 78) apresentam os resultados da *Participação e Cidadania*.

Em suma, é fundamental reconhecer que o incentivo à participação e à cidadania assume ainda maior importância na adolescência, na medida em que apenas desta forma é possível preparar os adolescentes para integrarem a sociedade enquanto **cidadãos ativos**, conhecedores dos seus direitos e motivados para os exercer – não só em prol de si mesmos, como da sociedade que integram. Não obstante o facto de os adolescentes revelarem estar cientes do quão essencial é a sua participação (e.g., “*É essencial ter uma participação produtiva na sociedade.*”; “*Penso que inserir a opinião de todos os membros de uma localidade, de todas as idades, agora com os jovens a terem mais voz e opinião, contribui muito para uma boa imagem e bem-estar de uma população. Adoraria participar em projetos e atividades.*”) e de, segundo os resultados, estarem, na sua maioria, **conscientes dos Direitos da Criança**, constata-se a necessidade de melhorias no que respeita à comunicação entre os adultos responsáveis e os adolescentes, bem como entre estes últimos e os seus professores. Isto, porque o **direito à participação dos adolescentes não é cumprido**, quer em contexto familiar, quer em contexto educativo.

Ainda que os resultados reportem, maioritariamente, a existência de promoção da participação por parte dos responsáveis, quando se trata da tomada de decisão acerca das atividades a realizar pela família, durante os períodos de fim de semana e férias, uma parte significativa dos adolescentes indica não ser auscultada. Além disso, há alguns que relatam **nem sempre sentir que as suas opiniões sejam tidas em consideração**, dentro de casa. De igual forma, em contexto escolar, verifica-se **pouco envolvimento dos alunos**, por parte dos docentes, tanto no que respeita a propostas de mudança a implementar nas escolas, como a alterações aos métodos utilizados para lecionar as aulas e os conteúdos escolares. Na medida em que as decisões tomadas em ambos os contextos afetam diretamente a vida dos adolescentes, e considerando o facto de que sentirem-se ouvidos nestes principais contextos de vida **poderá ter impacto na sua autoestima e autoconfiança, bem como, por consequência, no à-vontade que sentirão para participarem e se expressarem noutros ambientes**, é fundamental que estes contextos se organizem na **promoção da sua participação, em todas as tomadas de decisão que lhes possam dizer respeito**, independentemente do assunto em discussão. Para tal, e em especial no que respeita à rede escolar de Penafiel, poderá ser relevante ponderar a necessidade de criar **espaços formais e estruturados para a audição das crianças e dos adolescentes** que a frequentam – como fóruns ou assembleias escolares, nas quais todos os alunos pudessem participar e onde fossem discutidos todos os assuntos que, sendo referentes a esse contexto, fosse relevante

Por fim, no que concerne à participação comunitária dos adolescentes penafidenses, nomeadamente no **Conselho Municipal de Jovens** e nos **projetos/atividades promovidos pela Câmara Municipal**, é de relevo destacar que, tratando-se estes de espaços dedicados à estimulação da participação e da cidadania, o facto de apresentarem uma adesão tão reduzida (e essencialmente junto de adolescentes mais velhos e do sexo masculino) deve constituir um alerta para o município. Com vista a aumentar a implicação de todos no município de Penafiel e nas comunidades a que pertencem, poderá ser **fundamental identificar, junto dos próprios adolescentes, os motivos pelos quais não aderem a estas iniciativas** e, em função disso, apostar na sua divulgação e em torná-las mais diversificadas e

Segurança e Proteção

Aproximadamente 60% adolescentes inquiridos ($n = 261$, 58.9%; cf. Gráfico 25) indicaram **sentir-se seguros quando usam os transportes públicos**; no entanto, 36.3% confessaram que isso *não acontece* ($n = 39$, 8.8%) ou *nem sempre acontece* ($n = 122$, 27.5%). O mesmo relataram em relação ao **ir a pé ou de bicicleta para a escola**, tendo 58.0% ($n = 257$; cf. Gráfico 26) considerado ser *completamente verdade* que é seguro e 38.6% que *não é* ($n = 159$, 35.9%) ou *nem sempre* ($n = 15$, 3.4%) o é. Os resultados revelaram uma tendência para as **adolescentes do sexo feminino se sentirem mais inseguras**, quer para andar em transportes públicos, quer para ir a pé ou de bicicleta para a escola, comparativamente aos adolescentes do sexo masculino.

Os adolescentes reportaram que, na sua maioria, não têm **medo de ser agredidos pelos pares** ($n = 249$, 56.2%; cf. Gráfico 27), em contexto escolar. Porém, para mais de 15% ($n = 77$, 17.4%), este é um receio que já experienciaram, significativamente **mais frequente entre as raparigas**. Quando questionados acerca da **existência de lutas entre colegas**, 59.7% dos inquiridos admitiram que estas se verificam no seu contexto escolar – *completamente verdade* ($n = 53$, 12.0%; cf. Gráfico 28) e *nem sempre* ($n = 167$, 37.7%). Na presença de perigo, quase $\frac{3}{4}$ ($n = 325$, 73.4%; cf. Gráfico 29) consideraram ser *completamente verdade* que **sabem a quem pedir auxílio**.

Finalmente, no que respeita à utilização da Internet, os participantes afirmaram que **sabem que há riscos em utilizá-la** ($n = 428$, 96.6%; cf. Gráfico 30) e que os seus **pais/adultos cuidadores já lhes falaram sobre como utilizar** esse meio de comunicação ($n = 321$, 72.5%; cf. Gráfico 31). Os Gráficos 25 a 31 (pp. 78 a 80) apresentam os resultados da *Segurança e Proteção*.

Em suma, não obstante o facto de qualquer pessoa ter **direito a sentir-se segura e protegida** e de os adolescentes participantes estarem conscientes da importância que esta segurança tem para o seu bem-estar físico e/ou psicológico (e.g., “*A minha segurança contribui muito para o meu bem-estar.*”; *A proteção é muito importante para a nossa saúde.*”), os dados permitem confirmar que, durante o período da adolescência, isto nem sempre se verifica. A insegurança sentida, tanto na escola, como fora dela, pode dever-se a vários fatores, entre os quais, nas palavras dos participantes, se encontram o contexto escolar (e.g., “*Não me sinto confortável com a minha turma, às vezes tenho medo deles.*”), **o género** (e.g., “[...] *continua a haver uma coisa muito estranha tipo assédios com raparigas coisa que já aconteceu a mim e a outras colegas minhas, super desconfortável e acho que deviam falar sobre isso na escola.*”) ou a **orientação sexual** (“*Eu sinto medo porque ouço muitos comentários, às vezes até na sala, mas os professores ou até mesmo a escola não faz nada [...].*”). Ainda na escola, os adolescentes reportam ser **vítimas de bullying** (e.g., “*Acho que a escola deveria melhorar a segurança devido ao bullying sofrido por muitas crianças.*”). Tal como referido anteriormente, no que respeita a situações de violência interpares, as **campanhas escolares/ações de sensibilização, promovidas por serviços competentes e certificados (programas baseados na evidência científica)**, são uma componente essencial da solução – especialmente, ao nível da prevenção. Todavia, é necessário haver, também, uma **ação remediativa eficaz**, por parte das escolas, por forma a colocar um fim às situações de violência interpares já instaladas.

Alguns adolescentes consideram que andar na rua ou utilizar transportes públicos nem sempre é seguro. Estará este problema associado à educação de cada indivíduo e ao facto de esta ser mais ou menos promotora de autonomia? Serão as pessoas que incorrem em comportamentos desadequados punidas de forma apropriada e as vítimas devidamente assistidas? Será uma questão de falta de vigilância ou prender-se-á com a ausência de proatividade social, sendo que, quando alguém assiste a uma agressão decorrida em público, opta por não intervir? Na medida em que é vasto o leque de justificações para o medo sentido pelos mais jovens, é de suma importância que o município, em articulação com as empresas que asseguram os transportes públicos do concelho e as forças de segurança, ajam no sentido de, não só **identificar as razões subjacentes aos sentimentos de desproteção**, como de **colmatar as situações que os originam**.

Adicionalmente, poderá ser relevante apostar na **promoção de ações de consciencialização e formação, no âmbito da proteção individual e da assistência a terceiros**, quando estes se encontrem em situações de perigo, dirigidas, não só aos adolescentes, mas também à restante comunidade.

Por fim, ainda com base nos resultados e com relevância para a temática da violência/ desproteção sentida nos diversos contextos em que se movimentam, é de relevo destacar, positivamente, que adolescentes participantes sabem a quem pedir ajuda, quando tal é necessário. É importante que **os adultos cuidadores se constituam como alguém em quem os adolescentes sentem que podem confiar** (e.g., “*Eu sinto-me segura ao pé das pessoas que eu mais amo e só confio nelas.*”) e que **não os eduquem com base no medo**, na medida em que tal pode levar a que os mesmos sejam incapazes de refletir de forma assertiva, quando confrontados com situações de risco/perigo.

Saúde

No que respeita à perspetiva que os adolescentes penafidelenses participantes têm acerca dos cuidados de saúde prestados pelos seus responsáveis, 85.3% ($n = 378$; cf. Gráfico 32) indicaram que estes **falam sempre com eles sobre como ser saudável**. Contudo, foi mais reduzida a percentagem que afirmou ser *completamente verdade* ($n = 299$, 67.5%; cf. Gráfico 33) que têm uma **alimentação saudável em casa**, com 30.5% a assinalarem que tal *nem sempre* se verifica ($n = 135$, 30.5%). Ainda na temática da nutrição, 61.6% dos participantes ($n = 273$; cf. Gráfico 34) informaram que **conseguem controlar o que comem**, nomeadamente, a quantidade de alimentos que não são saudáveis; uma vez mais, cerca de 30% dos adolescentes revelaram que este autocontrolo *nem sempre* existe ($n = 146$, 33%).

No que concerne às idas ao médico, aproximadamente 90% ($n = 401$, 90.5%; cf. Gráfico 35) apontaram que, quando estão doentes, **os seus cuidadores os levam ao médico**. Em contraste, quase $\frac{3}{4}$ ($n = 328$, 74%; cf. Gráfico 36) referiram nunca **ter ido ao médico sozinhas**. As crianças que já foram ao médico sozinhas são significativamente mais velhas. Já sobre o contexto de consulta, enquanto a maior parte dos adolescentes ($n = 327$, 73.8%; cf. Gráfico 37) apontou como *completamente verdade* que **os profissionais de saúde costumam falar diretamente consigo**, constatou-se que, em 22.1% dos casos ($n = 98$), esta é uma prática que *nem sempre* ocorre.

Perante a questão “No meu centro de saúde existe **um atendimento especializado para adolescentes**.”, quase metade dos participantes assumiu desconhecimento ($n = 200$,

45.1%; cf. Gráfico 38). Menos de $\frac{1}{4}$ confirmou a sua existência ($n = 106$, 23.9%), enquanto 17.6% ($n = 78$) afirmaram que *não é verdade* que este serviço seja disponibilizado.

Por fim, a vasta maioria dos respondentes reportou *não ser verdade* ($n = 371$, 83.7%; cf. Gráfico 39) que tem uma **doença crônica ou outra condição de saúde** para a qual precise de tratamento constante; 7.0% dos inquiridos ($n = 31$) afirmaram estar nessa posição. Os Gráficos 32 a 39 (pp. 81 a 83) apresentam os resultados da *Saúde*.

Em suma, os cuidados com a saúde são um direito em qualquer fase da vida. Porém, se se considerar que a adolescência consta como um período desenvolvimental de grande importância e com impacto na vida futura, nessa fase, os cuidados tornam-se ainda mais relevantes. De modo geral, o cenário apresentado pelos adolescentes de Penafiel, no que respeita ao cumprimento do seu **direito à saúde**, é positivo – os **responsáveis conversam com eles sobre como serem saudáveis e providenciam uma alimentação saudável em casa; são acompanhados ao médico** sempre que necessário; e, na sua maioria, os profissionais de saúde do concelho aparentam estar **sensíveis à necessidade de comunicação direta consigo**. Além disso, os adolescentes aparentam perceber a importância da saúde (e.g., “*Acho a minha saúde a coisa mais importante.*”), bem como estar cientes de que esta **deve abranger, não só a vertente física, como também a vertente psicológica** (e.g., “*Acho que (a saúde) é o mais importante num jovem, tanto a física como a psicológica.*”; “*Sou acompanhada por um psiquiatra pelo facto de junto com a minha família decidirmos que necessitava de ajuda, pedir ajuda ou procurar um médico seja por que razão for não é motivo de vergonha, mas sim um direito que todos temos e devemos usufruir.*”).

Não obstante, existem, ainda, pontos de melhoria que precisam de ser ressaltados, em particular, no que respeita ao **desconhecimento relativamente à existência de atendimento especializado** para a sua faixa etária, ao nível do centro de saúde. É fundamental que este serviço, caso exista, seja mais e melhor divulgado, junto do público-alvo a que se direcciona, na medida em que, apenas dessa forma responderá eficazmente às necessidades dos adolescentes. Esta disseminação poderá assumir a forma de **campanhas direccionadas aos adolescentes**, bem como fazer uso da boa comunicação entre os médicos/enfermeiros e os adolescentes e **encarregar estes profissionais de, em contexto de consulta, assumirem a prática de os informar acerca do referido serviço**. Ainda no que respeita ao atendimento dirigido a adolescentes, alguns participantes negaram a existência de tal serviço no seu centro de saúde. Daí, urge determinar se estes dados traduzem desconhecimento ou se, efetivamente, há unidades de saúde familiar no qual não existe – situação na qual os mesmos devem ser alertados para a necessidade de prover tal serviço.

Por fim, os adolescentes também indicaram que, na sua maioria, nunca foram ao médico sozinhos. Embora não tenham, ainda, atingido a maioridade e devam, por isso, ser

ser acompanhados por um adulto responsável, é fundamental prepará-los para a vida adulta e, nesse sentido, **promover a sua autonomização**, em todas as esferas da sua vida. A autonomia no cuidado da saúde é uma vertente essencial que os dados revelam estar interiorizada nos adolescentes participantes, na medida em os adolescentes que reportam ir ao médico sozinhos têm tendência a ser mais velhos. Assim, pode ser de relevo que, aquando destas visitas ao médico, acompanhados ou não, pais/cuidadores e profissionais de saúde garantam um trabalho no âmbito da **literacia em saúde**, bem como uma constante atualização do conhecimento de que o adolescente dispõe acerca

Educação

Ao nível da Educação, mais de metade dos adolescentes considerou que *nem sempre gosta da escola* ($n = 249$, 56.2%; cf. Gráfico 40), sentindo 45.1% que *nem sempre podem estudar o que lhes interessa na escola* ($n = 200$; 45.3%; cf. Gráfico 41). Apesar de a quase totalidade dos adolescentes ter indicado ser *completamente verdade* que a pessoa encarregada de educação **sempre os apoiou na escola** ($n = 410$; 92.6% cf. Gráfico 42) e que esta **vai sempre às reuniões** ($n = 362$, 81.7%; cf. Gráfico 43), 60.0% afirmaram que *não é verdade* ($n = 74$, 16.7%; cf. Gráfico 44) ou *nem sempre é verdade* ($n = 192$, 43.3%) que **os pais/responsáveis costumem participar nas atividades** que acontecem, nesse contexto. Ainda, a quase totalidade dos adolescentes indicou ser *completamente verdade* que a família **consegue pagar o material escolar** de que necessita ($n = 405$, 91.3%; cf. Gráfico 45).

Quando questionados sobre o facto de os **professores lhes darem atenção suficiente**, quando necessitam, cerca de 60% dos adolescentes referiu ser *completamente verdade* ($n = 263$, 59.4%; cf. Gráfico 46). Tal se verificou, também, no que concerne a estes **já terem ajudado os alunos numa situação em que necessitaram** ($n = 283$, 63.9%; cf. Gráfico 47). Contudo, para 33.9% ($n = 150$; cf. Gráfico 46) e 16.3% ($n = 72$; cf. Gráfico 47), respetivamente, estas experiências *nem sempre* se verificam na interação com os professores.

Relativamente às aulas de **promoção para a saúde**, 34.5% ($n = 153$; cf. Gráfico 48) afirmaram que existem na sua escola, contudo, 27.8% indicaram *não saber* ($n = 123$) e 18.3% ($n = 81$) refutaram a sua existência. Ao nível da **educação sexual**, tanto se verificou uma maior percentagem de concordância ($n = 189$, 42.7%; cf. Gráfico 49), como de

discordância ($n = 106$, 23.9%), face à possibilidade de ser um tema lecionado nas escolas penafidelenses. Adicionalmente, cerca de 62% dos adolescentes considerou ser *completamente verdade* que, na sua escola, **os alunos são informados sobre os Direitos da Criança** ($n = 274$, 61.9%; cf. Gráfico 50). Os participantes que consideram esta afirmação verdadeira são significativamente mais novos.

Quanto ao facto de os professores fomentarem a participação dos alunos, em particular, **envolverem-nos em decisões sobre a organização da escola**, os posicionamentos dos adolescentes distribuíram-se, tendo 36.3% considerado que a prática existe ($n = 161$; cf. Gráfico 51), 33.0% que *nem sempre é verdade* ($n = 146$) e aproximadamente 11% ($n = 48$, 10.8%) que tal *não acontece*. Ademais, cerca de 20% dos inquiridos ($n = 88$, 19.9%) disseram *não saber*.

Sobre a organização das escolas, ainda que cerca de 41% dos adolescentes tenha considerado ser *completamente verdade* que **há tempo suficiente de recreio para estar com os amigos** ($n = 182$, 41.1%; cf. Gráfico 52), aproximadamente 58% mencionaram que esse tempo *não é* ($n = 96$, 21.7%) ou *nem sempre é* suficiente ($n = 159$, 35.9%). Os resultados **mostraram que são as raparigas**, comparativamente aos rapazes, quem estão mais **insatisfeitas com o tempo de recreio**. Além disso, os que estão insatisfeitos são significativamente mais novos em idade. Apenas cerca de metade afirmou ser *completamente verdade* que **o seu tempo de escola e estudo é adequado** ($n = 227$, 51.2%; cf. Gráfico 53). Cerca de 48% indicaram que **as casas de banhos da escola estão sempre limpas** ($n = 211$, 47.6%; cf. Gráfico 54), mas aproximadamente 38% consideraram que a devida higienização *nem sempre acontece* ($n = 167$, 37.7%). Verificou-se que a falta de higiene nas casas de banho é reconhecida pelos adolescentes que são significativamente mais novos.

A maioria dos adolescentes ($n = 348$, 78.1%; cf. Gráfico 55) revelou sentir que, na sua escola, **há pessoas adultas com quem pode falar**, se tiver problemas ou se sentir mal, e 51.0% ($n = 226$; cf. Gráfico 56) afirmaram que é *completamente verdade* que **o corpo docente trata todos os alunos da mesma maneira**. Ainda no que respeita à discriminação, a maioria ($n = 290$, 65.5%; cf. Gráfico 57) considerou que **as crianças/adolescentes com deficiência/diversidade funcional são sempre respeitadas**.

Quanto à **existência, na comunidade, de uma biblioteca que costumem utilizar**, as respostas distribuíram-se, tendo 38.1% afirmado ser *completamente verdade* ($n = 169$; cf. Gráfico 58), 28.7% *não ser verdade* ($n = 127$) e 26.0% que *nem sempre é verdade* ($n = 115$) que recorram a elas.

Cerca de 70% dos adolescentes ($n = 309$, 69.8%; cf. Gráfico 59) indicaram que é *completamente verdade* que **os professores nunca batem nos alunos**. Todavia, para 23.3% esta situação não constitui uma realidade, admitindo eles a existência de violência

física em sala de aula – *não é verdade* ($n = 69$, 15.6%) e *nem sempre* ($n = 34$, 7.7%). Por sua vez, quando questionados sobre o facto de os mesmos **gritarem consigo**, 72.4% admitiram esse tipo de comportamento – *não é verdade* ($n = 90$, 20.3%; cf. Gráfico 60) e *nem sempre é verdade* ($n = 231$, 52.1%) que nunca gritam –, enquanto menos de $\frac{1}{4}$ ($n = 100$, 22.6%) considerou encontrar-se em salas de aulas livres de violência verbal.

Por fim, cerca de metade dos adolescentes ($n = 220$, 49.7%; cf. Gráfico 61) afirmou *não ser verdade* que **nas férias ou durante o tempo de escola costumem trabalhar**, porém 48.3% revelaram trabalhar – *completamente verdade* ($n = 86$, 19.4%) e *nem sempre* ($n = 128$, 28.9%). De entre os adolescentes que trabalham é **mais provável encontrar rapazes** do que raparigas. Estes são também **significativamente mais velhos**. De entre estes ainda, 24.3% ($n = 52$ [11.7% da amostra total]; cf. Gráfico 62) consideraram que o trabalho que realiza **interfere com os estudos** e 24.8% que o mesmo **põe em risco a sua saúde e/ou segurança** ($n = 53$ [12.0% da amostra total]; cf. Gráfico 63). Os Gráficos 40 a 63 (pp. 83 a 91) apresentam os resultados da *Educação*.

Em suma, apesar de os encarregados de educação dos adolescentes participantes serem, na perspetiva dos mesmos, muito apoiantes no que se refere ao contexto escolar e estarem quase sempre presentes nas reuniões, o mesmo não se verifica quando se abordam as atividades informais que se desenrolam nesse contexto. Desta forma, seria importante que as escolas apostassem na promoção de um **envolvimento generalizado das famílias** e que o município, em articulação com as entidades empregadoras, promovesse **políticas públicas de apoio à flexibilização dos horários laborais**, com vista a uma melhor articulação entre os compromissos dos adultos responsáveis e os horários escolares.

Uma elevada percentagem de adolescentes, entre os quais se encontram essencialmente adolescentes mais novos e do sexo feminino, considerou que o seu tempo de escola e estudo não é adequado, tendo uma grande parte referido, ainda, que nem sempre gostam da escola. Ainda que o concelho de Penafiel apresente taxas de retenção e desistência bastante inferiores à média de Portugal Continental, a fim de prevenir situações de absentismo e/ou abandono escolar, é indispensável que a rede escolar se empenhe em **explorar quais as motivações e aspirações dos alunos**, enquanto procura, em simultâneo, **estabelecer um melhor equilíbrio entre o tempo livre e o tempo despendido na escola/com trabalhos escolares**.

De salientar também a percentagem importante de adolescentes que reportam **trabalhar para além da escola**, sendo que alguns reconhecem que o trabalho interfere com o rendimento escolar e/ou com a sua saúde. Reconhecendo-se que o envolvimento em empregos-jovem contribui para a preparação para a vida ativa, estes devem ser alvo de regulamentação especial, assegurando que as condições favoráveis à conciliação escola-emprego se mantêm.

No que concerne às aulas de educação para a saúde e às aulas de educação sexual, muitos adolescentes assumiram desconhecer a existência das mesmas, nas suas escolas. Na medida em que a adolescência constitui um período de exploração e no qual se dá, muitas vezes, início à vida sexual ativa, é premente que as escolas apostem, tanto no âmbito da promoção de saúde, como no âmbito da educação sexual, em **formação proporcionada por profissionais qualificados (articulação com o sector da saúde) para responder às dúvidas colocadas pelos alunos**, de forma ajustada e sem julgamentos.

Por outro lado, e como sugerido pelos adolescentes, é fundamental que as redes escolares procurem **incutir continuidade nestas aulas**, de forma que as mesmas possam proporcionar aprendizagens mais significativas (e.g., *“Eu acho que deviam ter uma disciplina específica para por exemplo educação sexual porque uma aula por mês ou 1 em 2 meses não adianta de nada e ninguém leva a sério.”*). No que respeita aos conteúdos lecionados em contexto educativo, é ainda sugerido que as escolas **apostem em formação direcionada para as necessidades/questões práticas da vida adulta**, de que são exemplo a **gestão financeira e a articulação com entidades bancárias ou a compreensão do sistema político português** (e.g., *“[...] deveriam preparar melhor para a vida adulta como por exemplo como comprar uma casa e essas coisas. Também deviam informar sobre política porque temos direito do voto.”*).

No que concerne à dinâmica professor-aluno, é fundamental atentar em comentários como: *“Alguns professores meus envergonham-nos muito a meio das aulas, perguntam se somos idiotas.”*, *“Os professores tratam os alunos diferentemente e não respeitam as dúvidas colocadas pelos mesmos como deveriam.”* ou *“A maioria dos professores fica chateado por não termos percebido alguma coisa e por estarmos a perguntar outra vez, fazendo-nos ficar com medo ou vergonha de colocar mais dúvidas no futuro.”*. Neste sentido, é crucial que possa existir **formação, inicial e contínua, que informe os professores quanto às consequências nefastas da discriminação e de práticas educativas negativas**, promovendo estratégias mais adequadas e respeitadoras dos direitos das crianças/adolescentes.

Por fim, é de salientar a importância de ser prestada atenção às condições de higiene das casas de banho nas escolas. A este nível, é essencial que todos os elementos da comunidade escolar sejam **sensibilizados para a manutenção dos espaços de usufruto comum**, em particular quando estes são, como é o caso das casas de banho, fundamentais para o bom funcionamento das escolas e para o bem-estar dos alunos.

Vida Pessoal

No que se refere à sua *Vida Pessoal*, a vasta maioria dos adolescentes referiu ser *completamente verdade* que a sua casa está **sempre limpa** ($n = 401$, 90.5%; cf. Gráfico 64) e que dispõem de **água quente para tomar banho** ($n = 431$, 97.3%; cf. Gráfico 65). Neste sentido, 95.7% indicaram que se **sentem seguros em casa** ($n = 424$; cf. Gráfico 66).

Quase $\frac{3}{4}$ dos adolescentes participantes ($n = 329$, 74.3%; cf. Gráfico 67) asseguraram que **as pessoas responsáveis por si nunca lhes batem**. Não obstante, 23.9% admitiram a existência de agressões, indicando que *não é* ($n = 23$, 5.2%) ou *nem sempre é verdade* ($n = 83$, 18.7%) que estas nunca lhes batam. Por sua vez, quando questionados sobre o facto de **nunca lhes gritarem**, tal como aconteceu em contexto escolar, houve uma redução da percentagem de inquiridos que indicou ser *completamente verdade* que estas práticas não ocorrem ($n = 176$, 39.7%; cf. Gráfico 68), bem com um aumento dos relatos de agressão verbal (58.9%) – *nem sempre* ($n = 223$, 50.3%) ou *não é verdade* ($n = 38$, 8.6%) –, por comparação com a violência física.

Em termos do relacionamento com os pares, 84.0% dos adolescentes informaram *não ser verdade* que já se tenham encontrado numa **situação em que foram agredidos fora da escola** ($n = 372$; cf. Gráfico 69), enquanto 10.4% confirmaram já ter vivenciado uma situação desse tipo ($n = 47$). Observam-se mais rapazes, do que seria suposto, nesta situação. Em contrapartida, no que concerne aos relatos de **exposição a drogas dentro ou fora da escola**, os adolescentes dividiram-se, de forma relativamente equilibrada, entre aqueles que nunca experienciaram este tipo de exposição ($n = 211$, 47.6%; cf. Gráfico 70) e aqueles a quem já foram oferecidos estupefacientes ($n = 189$, 42.7%).

Por fim, questionados sobre potencial contacto o **Sistema de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo**, a maioria dos adolescentes indicaram não ter sido o seu caso ($n = 368$, 83.1%; cf. Gráfico 71). Dos que admitiram já ter tido contacto com o Sistema de Proteção ($n = 27$, 6.1%), 55.6% afirmaram ter **gostado do acompanhamento** ($n = 15$ [3.4% da amostra total]; cf. Gráfico 72), 63.0% que **o acompanhamento os ajudou a melhorar a sua vida** ($n = 17$ [3.8% da amostra total]; cf. Gráfico 73) e 66.7% que foram **sempre**

informados sobre o que estava a acontecer e conseguiram dar sempre a sua opinião ($n = 18$ [4.1% da amostra total]; cf. Gráfico 74). Os Gráficos 64 a 74 (pp. 91 a 95) apresentam os resultados da *Vida Pessoal*.

Em suma, os dados retratam um panorama positivo a nível familiar e habitacional, com relatos, na sua grande maioria, de contextos limpos e com acesso a água quente (e.g., “*Eu gosto bastante e sou feliz com a minha vida pessoal.*”). Todavia, a maioria dos adolescentes reportou algum tipo de experiência de violência verbal ou física por parte dos responsáveis, mesmo que estas nem sempre sejam assim interpretadas por eles. Assim, constata-se que a **utilização de estratégias educativas violentas é uma prática não só enraizada na atuação dos cuidadores**, mas que os próprios **adolescentes normalizam e consideram ajustada aos seus incumprimentos** (e.g., “*Na pergunta de gritarem comigo, gritar, gritar, não, mas quando faço algo que não devia eles ralham, mas são muito compreensivos comigo.*”). É, portanto, **fundamental que os pais/adultos cuidadores sejam expostos à parentalidade positiva** e a práticas disciplinares indutivas (por oposição a punitivas), enquanto crianças e adolescentes são envolvidos em **ações que tenham como objetivo desconstruir crenças erróneas acerca da educação**, de que são exemplo o facto de que “gritar quando se portam mal” ou “uma palmada na hora certa” não constituírem agressões e violações dos seus direitos.

Além do contexto familiar, outros contextos podem ser suscetíveis à exposição a riscos, nomeadamente, à violência e ao contacto com as drogas. Neste sentido, é essencial que se **promovam ambientes que assegurem o direito à saúde e à segurança**, reforçando o patrulhamento junto aos locais mais frequentados por crianças e adolescentes – em particular, nas imediações dos contextos escolares. O desenvolvimento de uma unidade especializada em comportamentos aditivos, em Penafiel, pode ser uma importante linha de ação, inserida num serviço especializado para adolescentes.

Ainda que tenham sido poucos os adolescentes que tiveram contacto com o Sistema de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, os que tiveram ilustram que os pressupostos de atuação das entidades **estão a ser cumpridos**, para a maioria das crianças, tanto ao nível do acompanhamento, como ao nível de melhorias na sua vida e da transmissão de informação.

Gráficos – Jovens/Adolescentes

Brincadeira e Lazer: Gráficos 2 a 11

Gráfico 2. Na minha terra/na minha freguesia ou bairro existem sítios públicos para estar com amigos e amigas da minha idade ou fazer jogos e desporto (por ex. parque para skates, biblioteca com atividades para adolescentes ou outros sítios).

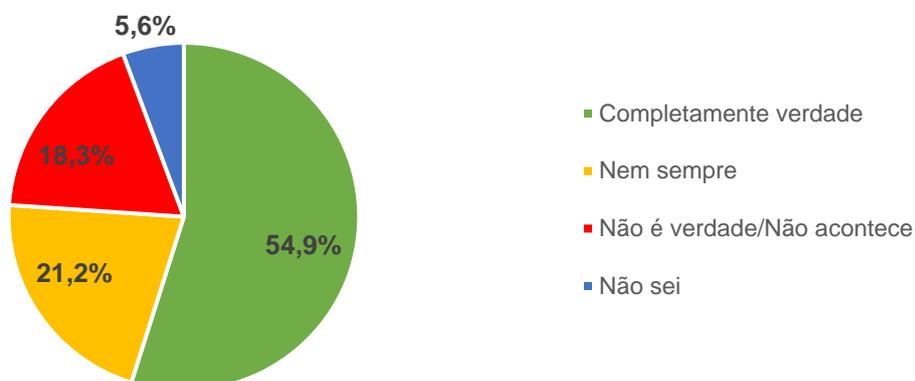


Gráfico 3. Onde eu moro, as crianças com deficiência usam os mesmos espaços que as outras crianças (por ex. os parques infantis, clubes de desporto, etc.).

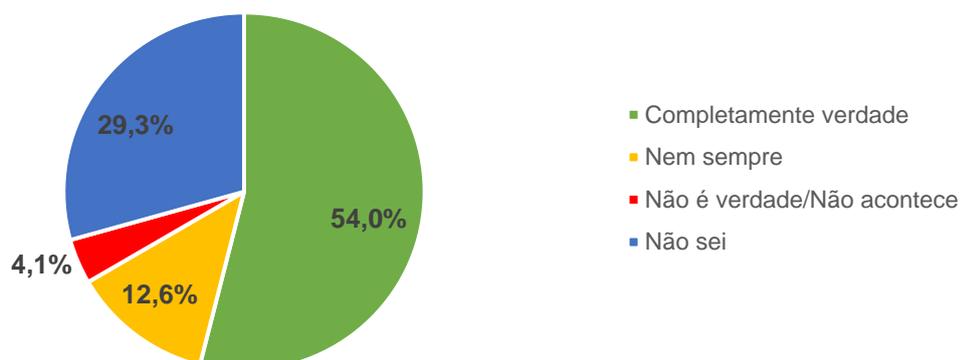


Gráfico 4. Há sítios na minha terra/freguesia/bairro onde eu posso estar em contacto com a natureza.

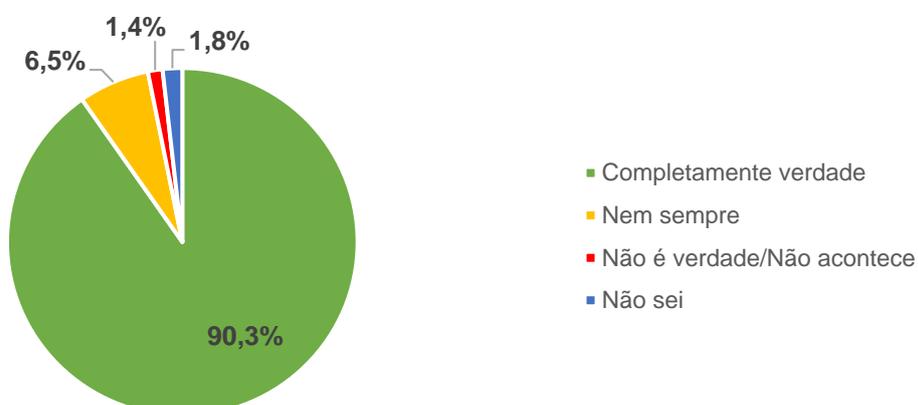


Gráfico 5. Eu costumo passar tempo com a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim, durante o fim de semana.

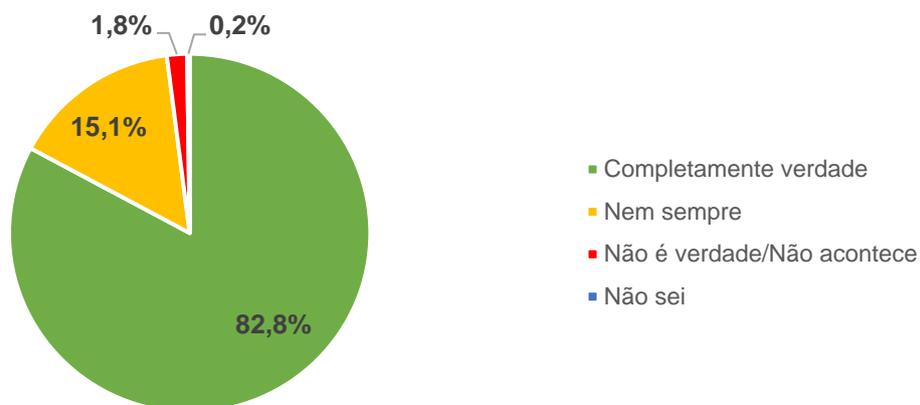


Gráfico 6. Eu gosto passar tempo com a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim: ir ao cinema, ao teatro, ou fazer outras coisas.

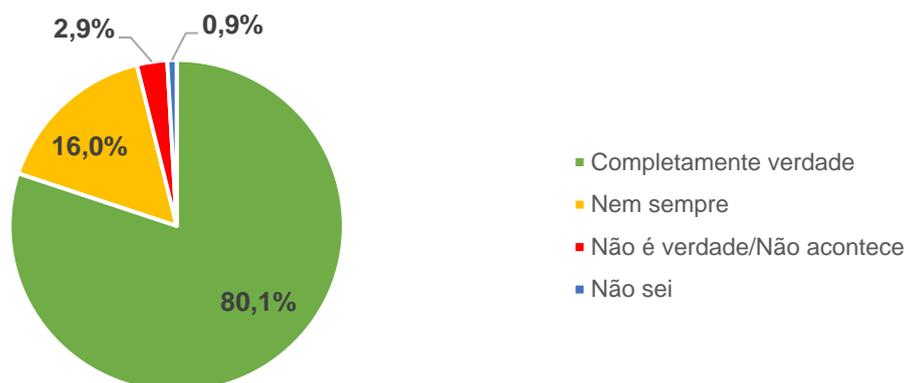


Gráfico 7. A(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim costuma(m) ir ver-me praticar desporto ou acompanhar-me noutras atividades que eu faço.

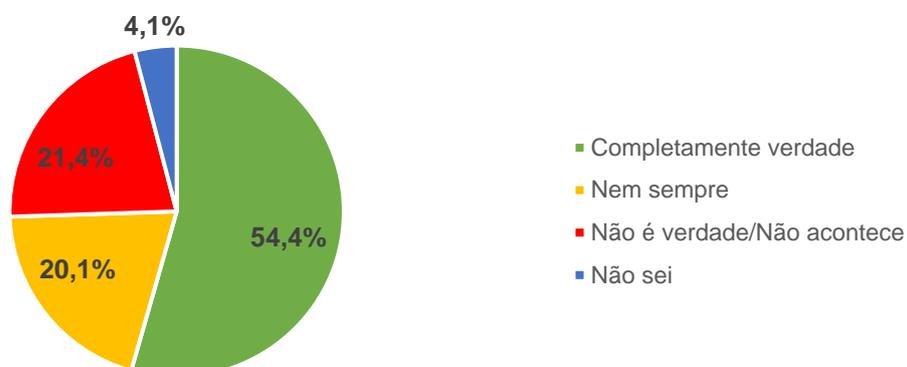


Gráfico 8. Eu frequento um clube de desporto.

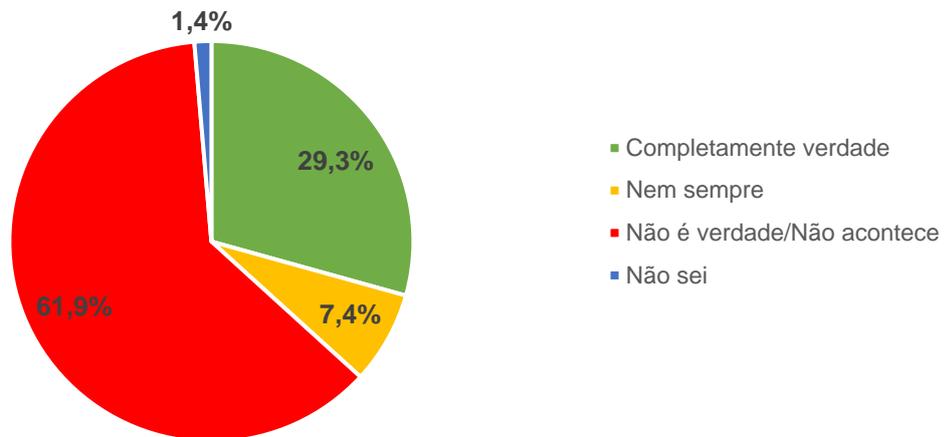


Gráfico 9. A minha família consegue pagar a mensalidade do clube de desporto.

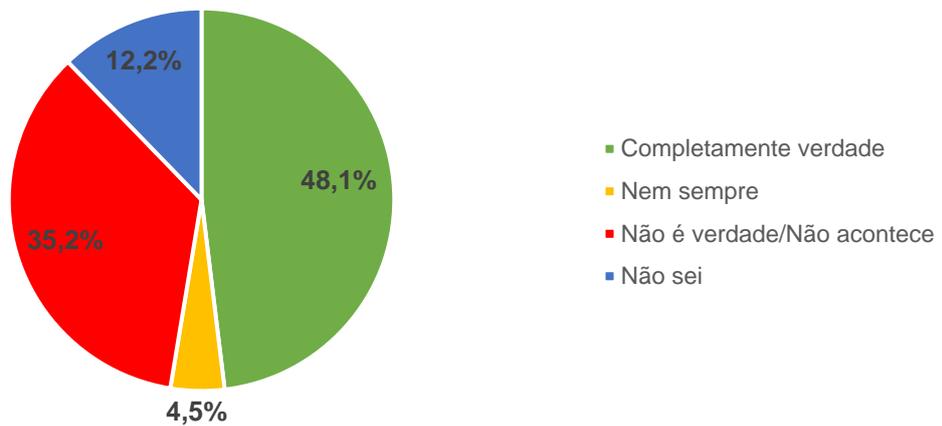


Gráfico 10. Eu participo em programas ou atividades fora da escola.

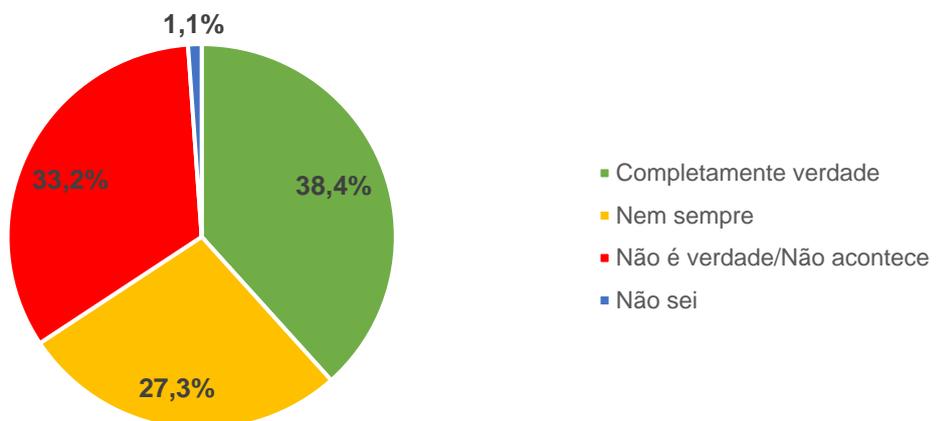
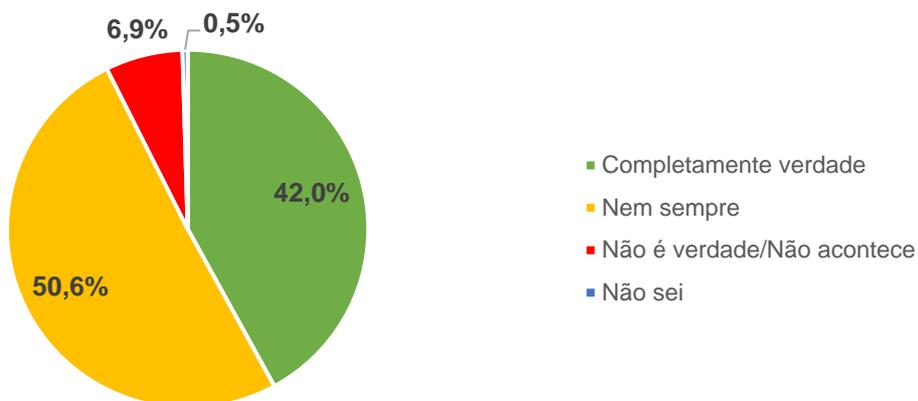


Gráfico 11. Eu tenho tempo suficiente para descansar e aproveitar o meu tempo livre.



Participação e Cidadania: Gráficos 12 a 24

Gráfico 12. Eu já participei em grupos para discutir sobre o que há de bom na escola ou sobre as coisas que podem ser melhoradas.

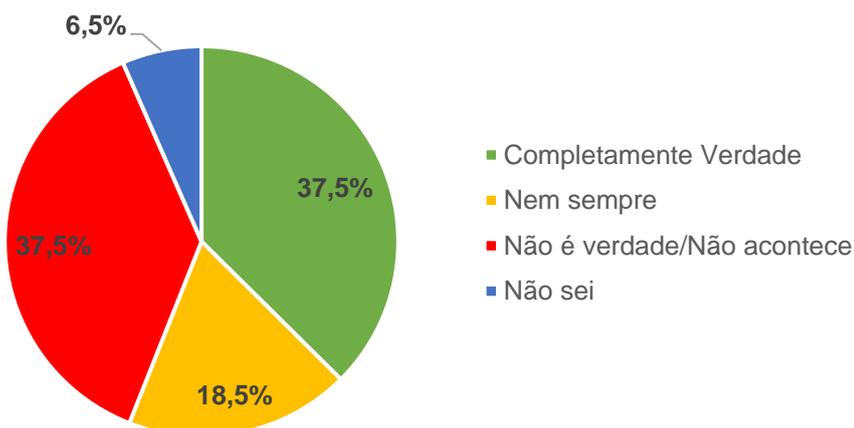


Gráfico 13. Os professores e professoras costumam perguntar-nos, por exemplo, no final de cada semana, o que correu bem dentro das aulas e o que gostaríamos de fazer de maneira diferente.

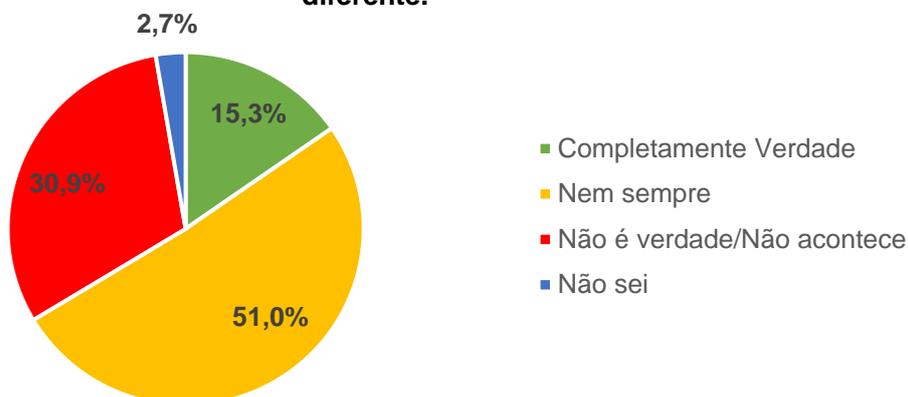


Gráfico 14. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costumam perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.

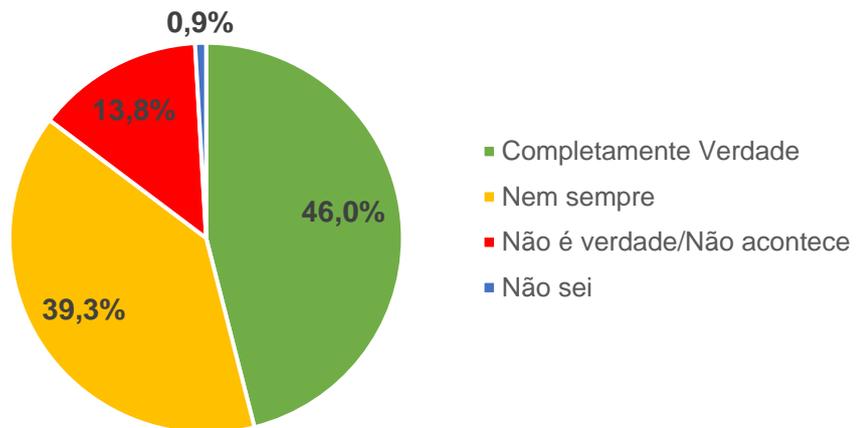


Gráfico 15. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costumam perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.

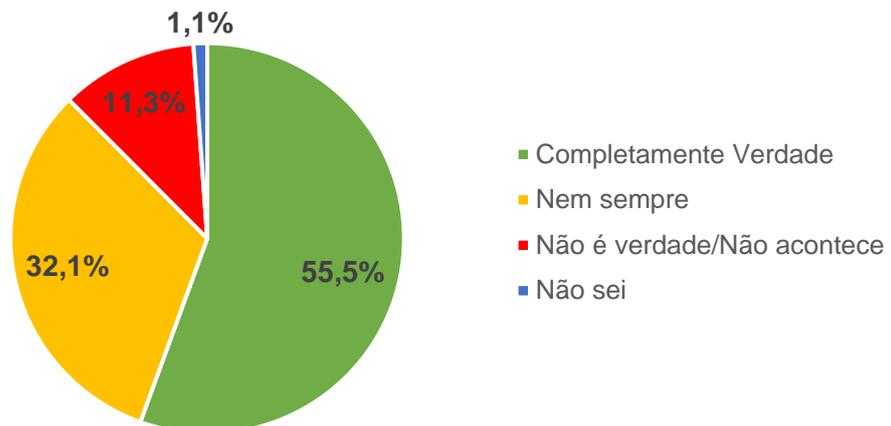


Gráfico 16. Eu sinto que posso falar com a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim sobre quase tudo.

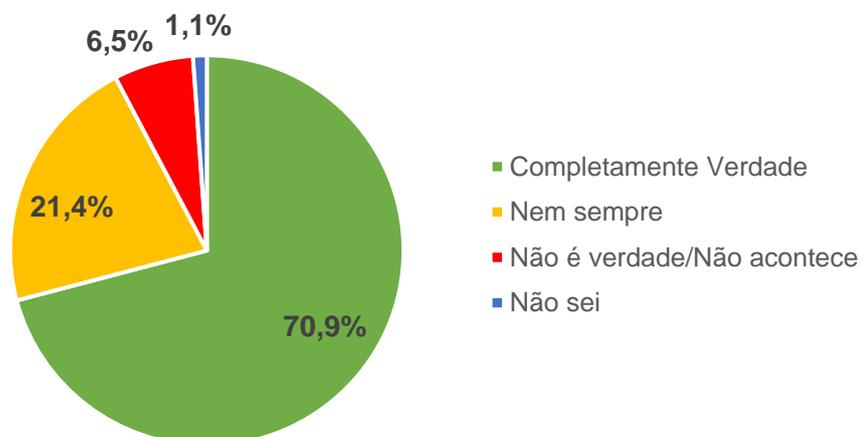


Gráfico 17. Eu sinto que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim me ouvem e têm em consideração as minhas opiniões.

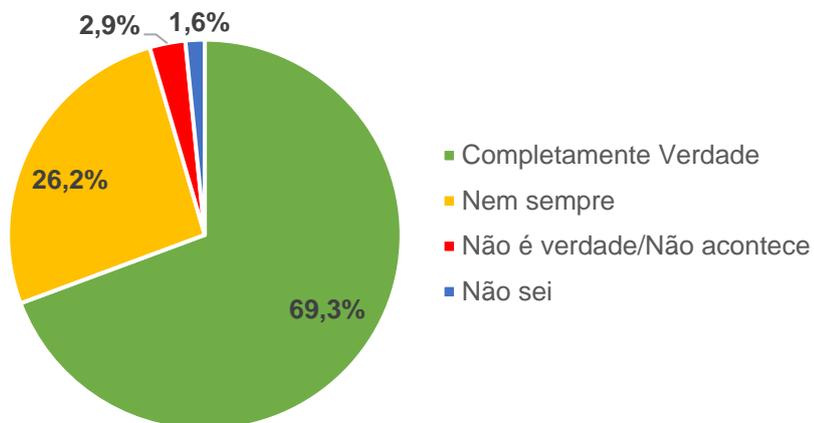


Gráfico 18. Eu participo em projetos na minha comunidade.

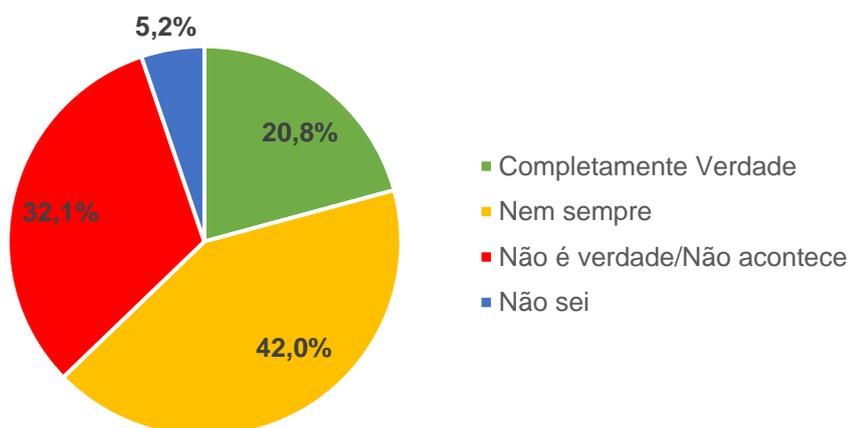


Gráfico 19. Eu faço parte do Conselho de Jovens no meu município.

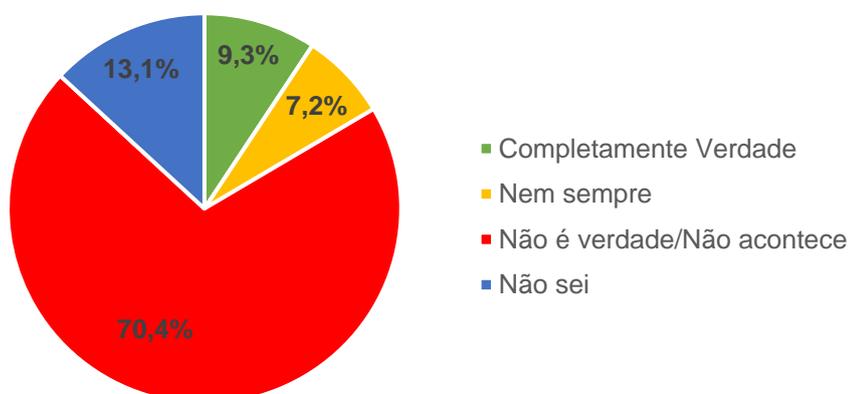


Gráfico 20. Eu já dei a minha opinião em projetos ou atividades na Câmara Municipal.

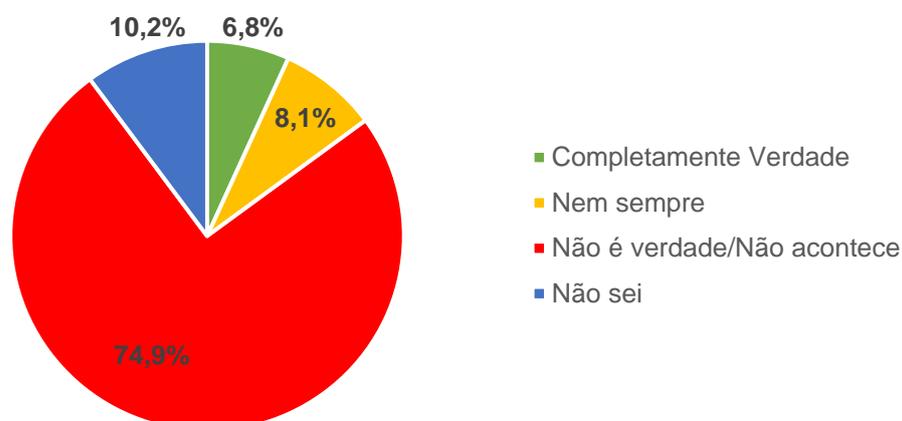


Gráfico 21. A maior parte dos/as jovens que faz parte do Conselho de Jovens tem boas notas na escola.

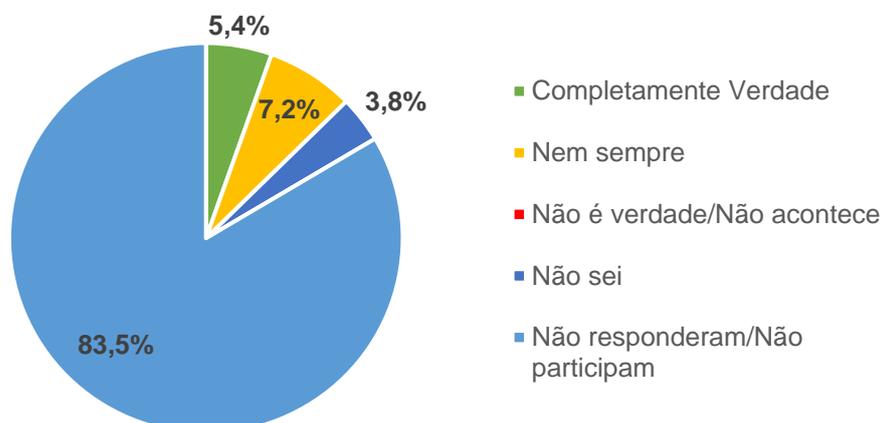


Gráfico 22. O Conselho de Jovens também representa crianças com problemas ou dificuldades especiais.

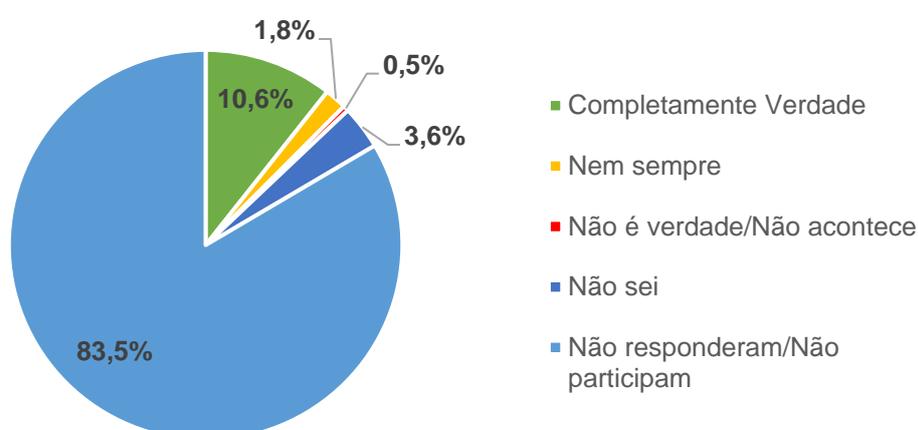
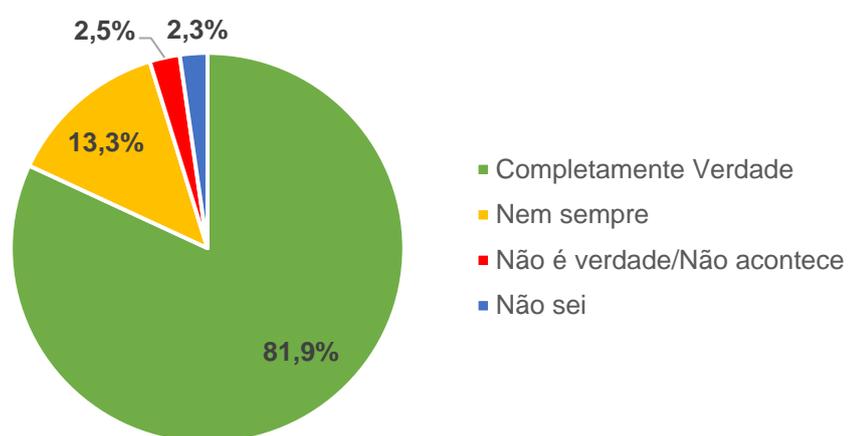


Gráfico 23. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças e jovens na escola, televisão ou Internet.



Gráfico 24. Eu tenho acesso à Internet e sinto-me ligado(a) ao que acontece fora da minha vizinhança.



Segurança e Proteção: Gráficos 25 a 31

Gráfico 25. Eu sinto-me seguro/a quando uso o autocarro ou outros transportes públicos.

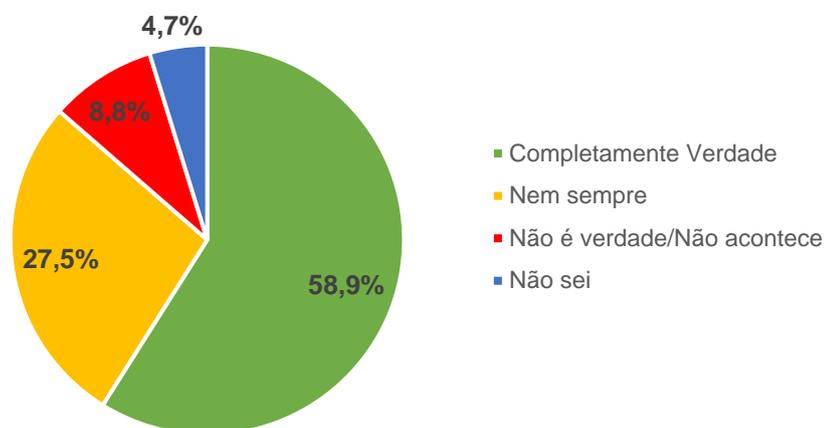


Gráfico 26. É seguro eu caminhar ou andar de bicicleta na rua.

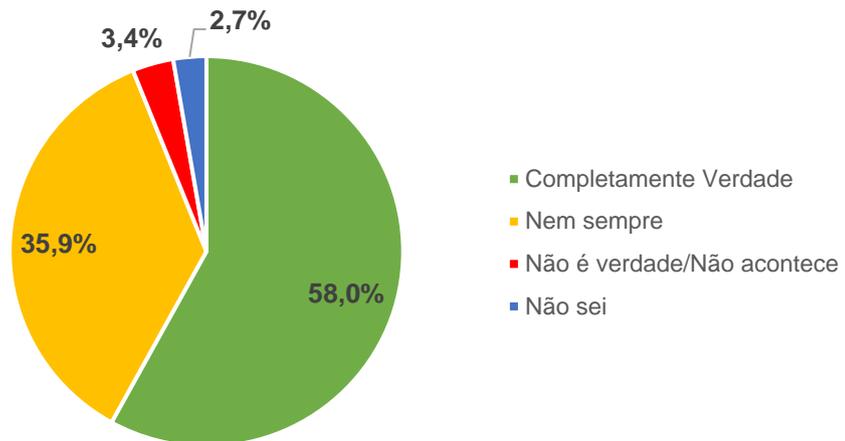


Gráfico 27. Na escola, eu nunca tenho medo que outras crianças/jovens me possam fazer mal.

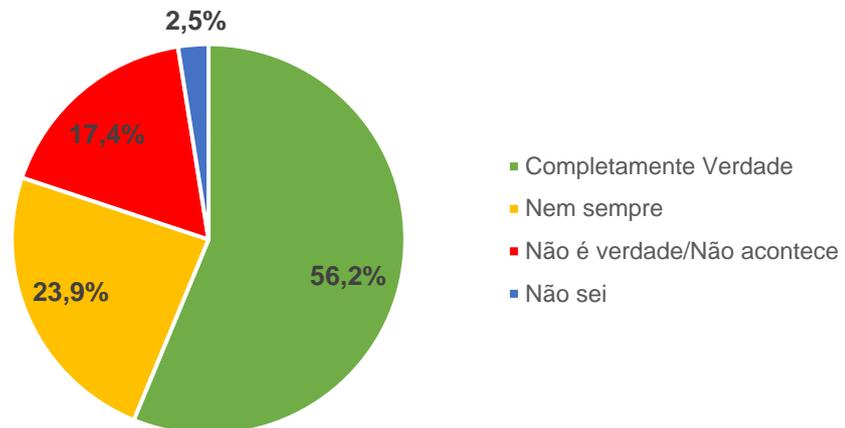


Gráfico 28. Na minha escola há muitas lutas entre crianças/jovens.

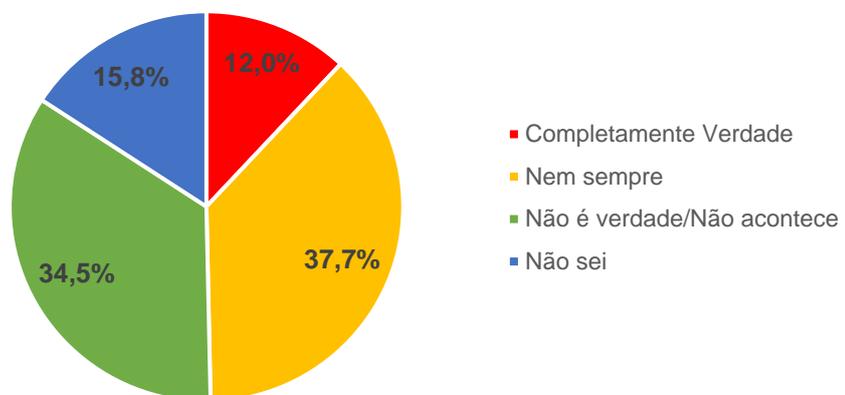


Gráfico 29. Quando eu me sinto em perigo, eu sei a quem me dirigir para pedir ajuda.

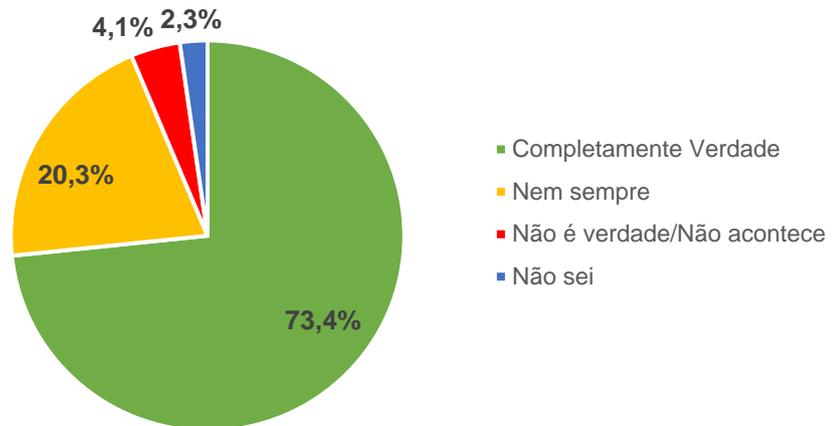


Gráfico 30. Eu sei que há riscos em utilizar a internet.

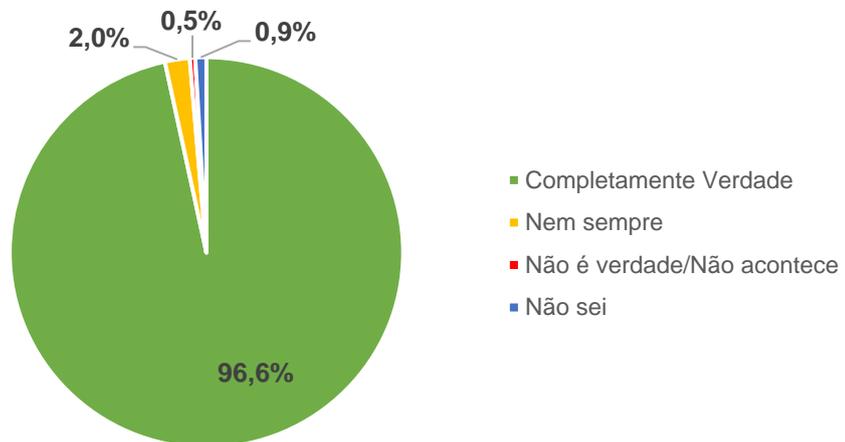


Gráfico 31. A minha mãe ou o meu pai já falaram comigo sobre como utilizar a Internet.

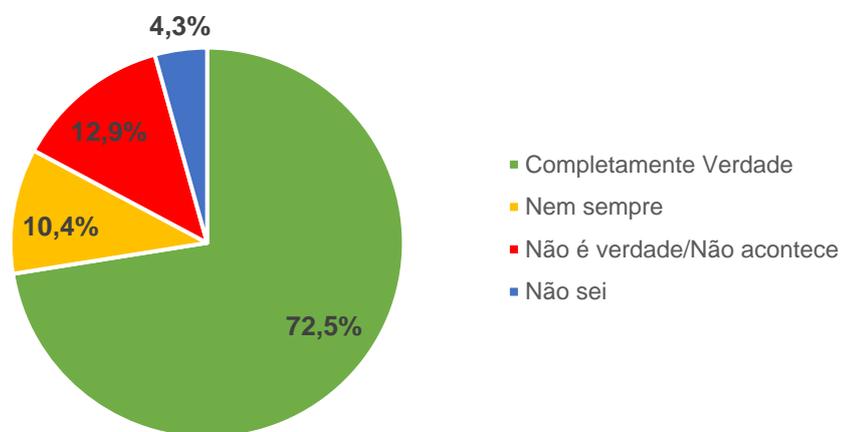


Gráfico 32. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim sempre falaram comigo sobre o que tenho de fazer para ser saudável.

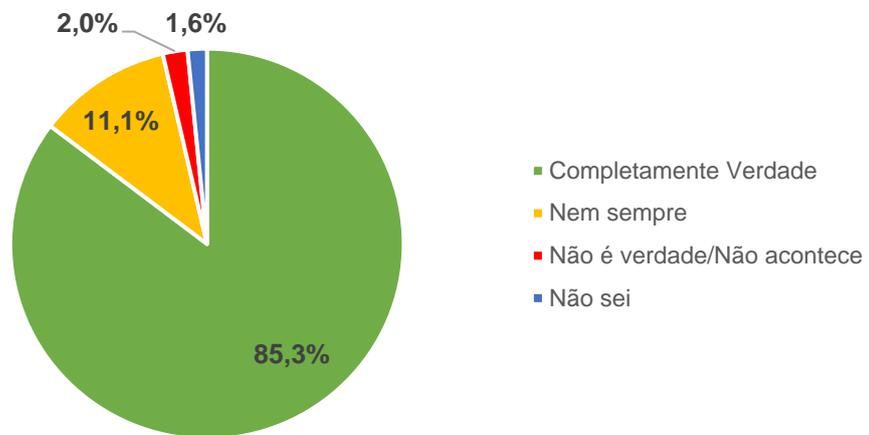


Gráfico 33. Em minha casa temos uma alimentação saudável.

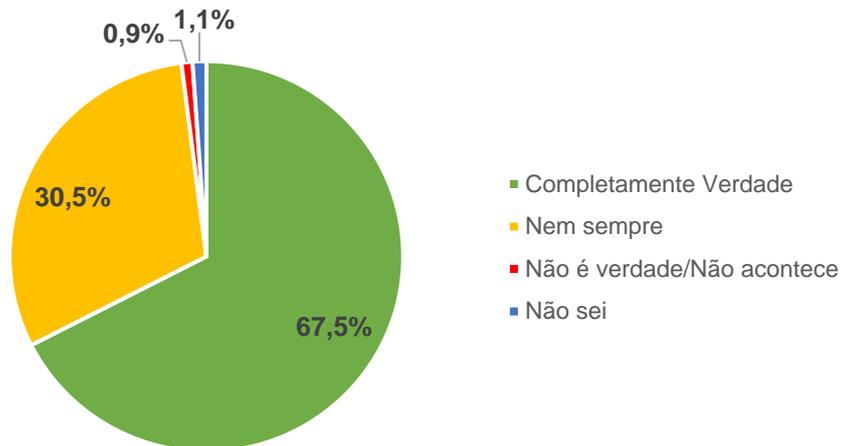


Gráfico 34. Eu consigo controlar o que como, por exemplo, a quantidade de doces ou outros alimentos que não são saudáveis.

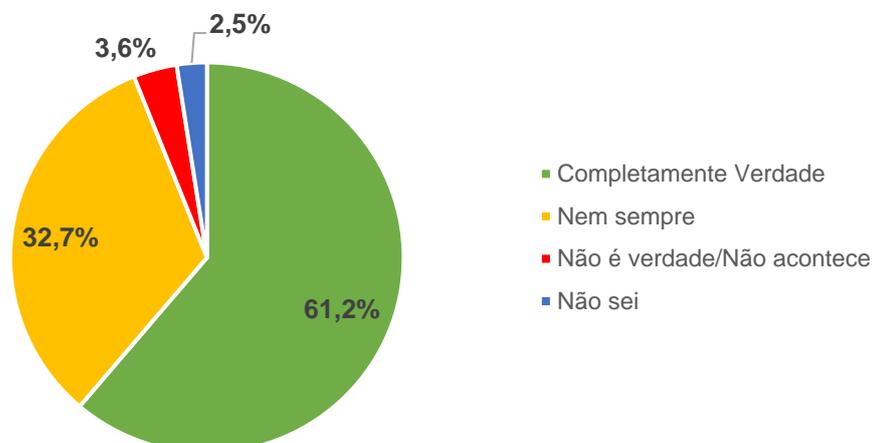


Gráfico 35. Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim levam-me ao médico/a.

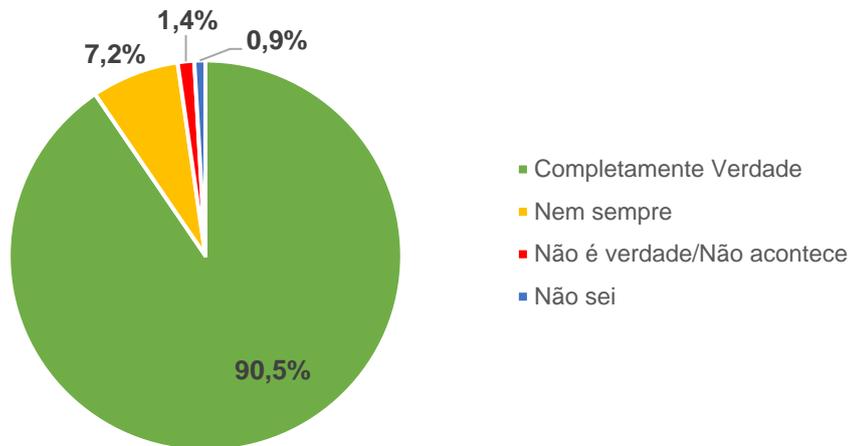


Gráfico 36. Eu já fui ao médico/a sozinho/a.

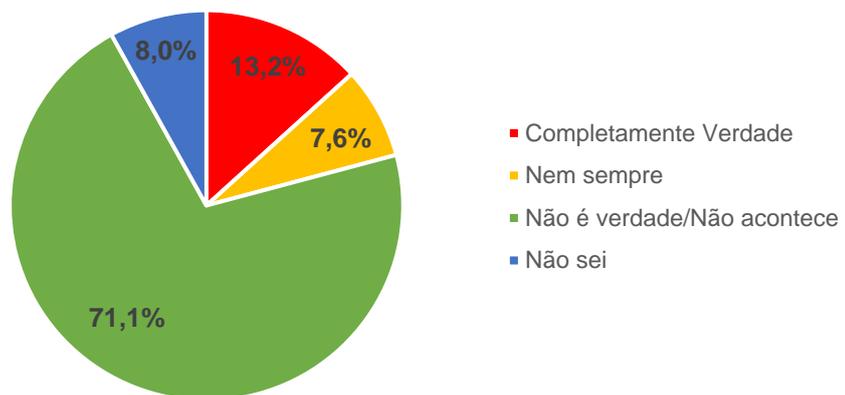


Gráfico 37. O/A médico/a, ou enfermeiro/a, costuma falar diretamente comigo.

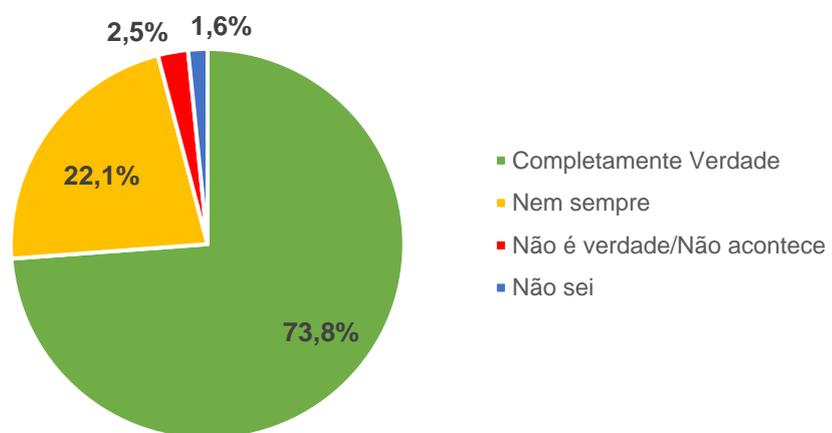


Gráfico 38. No meu centro de saúde existe um atendimento especializado para adolescentes.

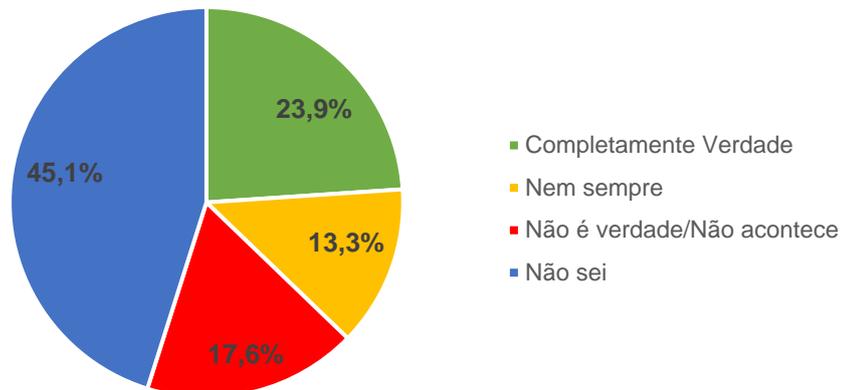
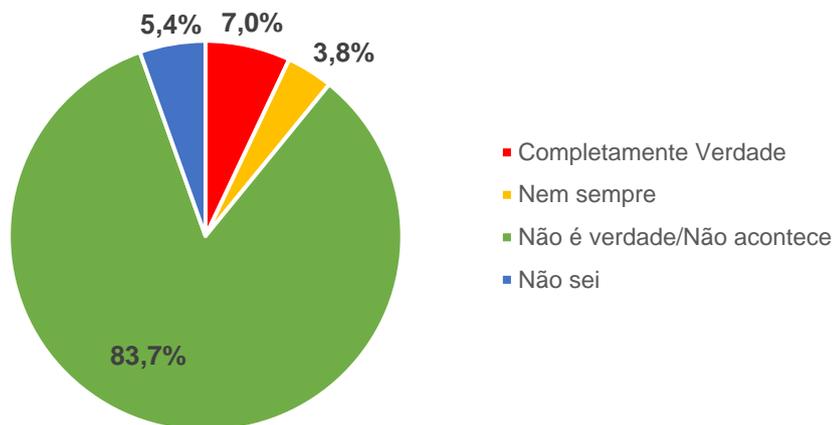


Gráfico 39. Eu tenho uma doença crónica ou outra condição para a qual preciso de tratamento constante.



Educação: Gráficos 40 a 63

Gráfico 40. Eu sempre gostei da escola.

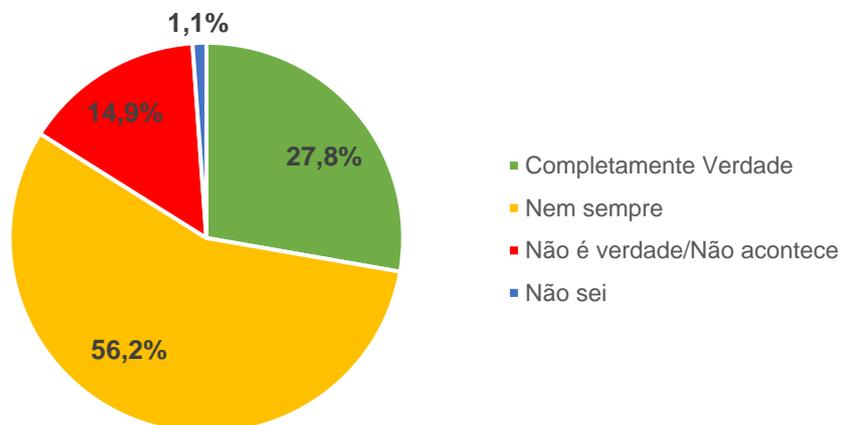


Gráfico 41. Eu sinto que na escola posso estudar o que me interessa.

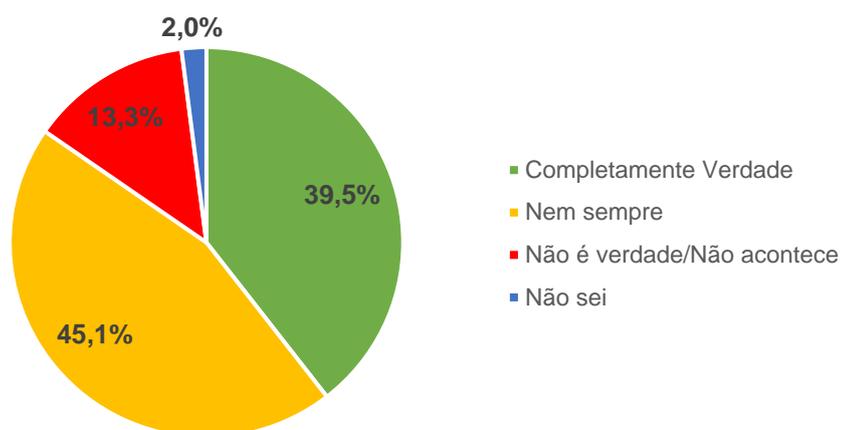


Gráfico 42. A pessoa que é minha encarregada de educação sempre me apoiou na escola.

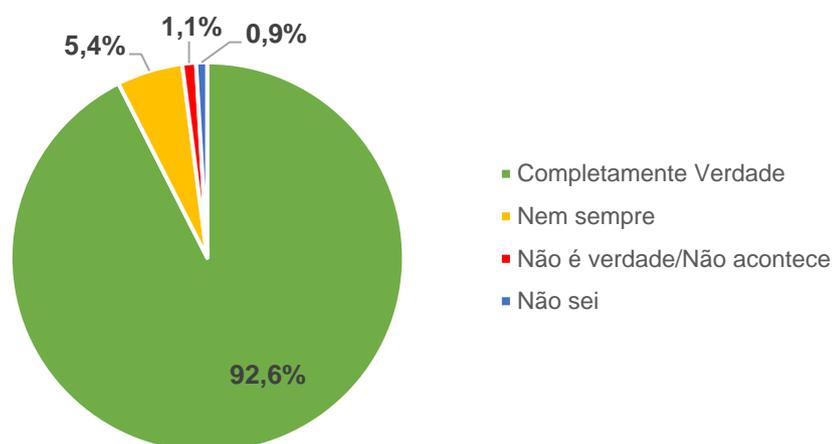


Gráfico 43. A pessoa que é minha encarregada de educação vai sempre às reuniões na escola.



Gráfico 44. A minha mãe ou o meu pai costumam participar nas atividades que acontecem na escola.

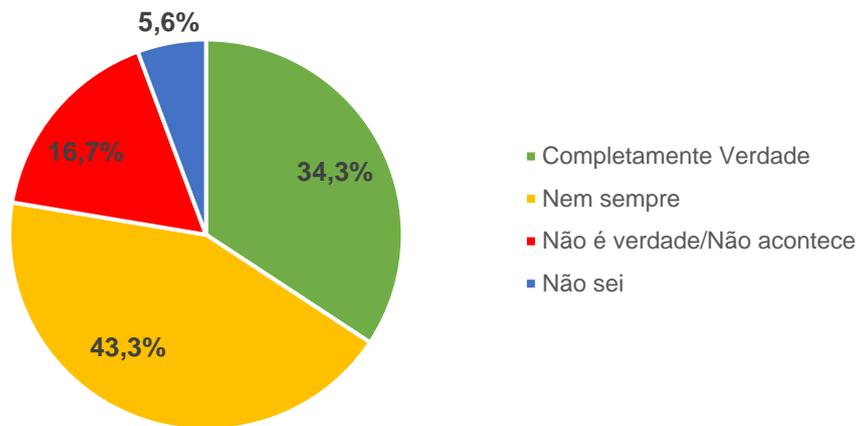


Gráfico 45. A minha família consegue pagar o material escolar que eu preciso.

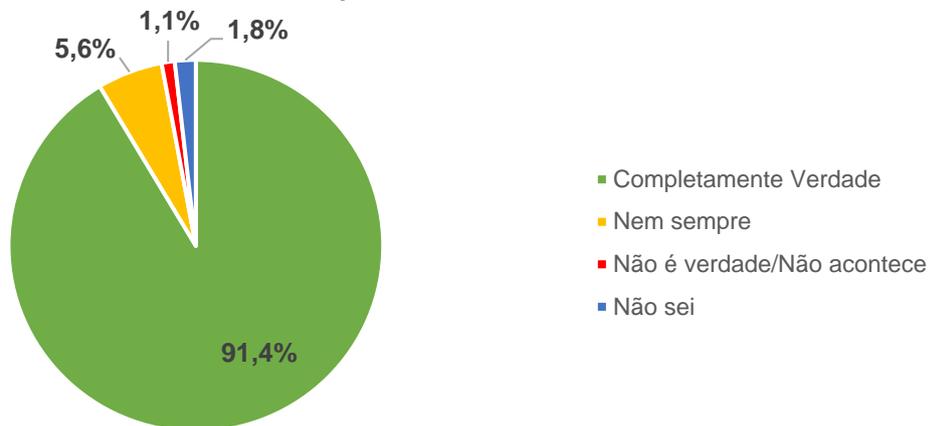


Gráfico 46. Os meus professores e professoras dão-me atenção suficiente quando eu preciso.

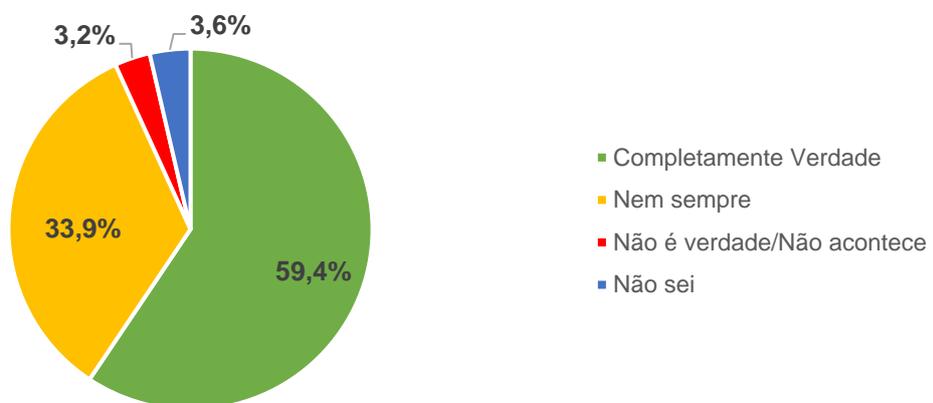


Gráfico 47. Os meus professores e professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda.



Gráfico 48. Na minha escola, temos aulas sobre promoção de saúde.

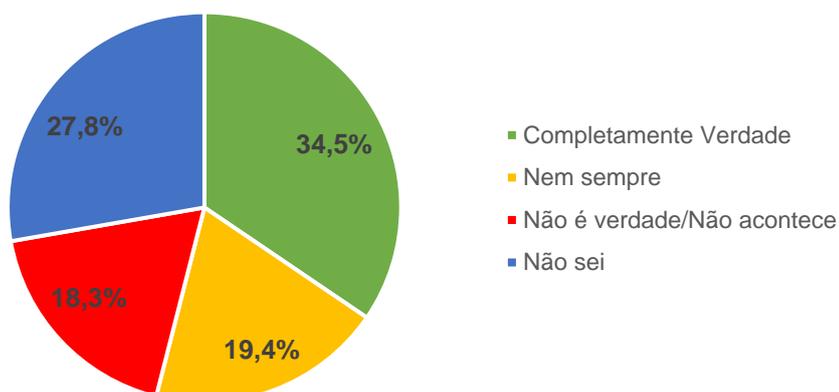


Gráfico 49. Na minha escola, temos aulas sobre educação sexual.

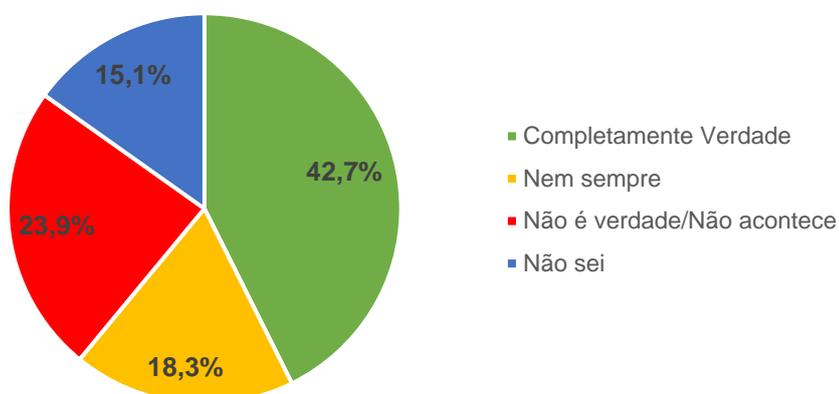


Gráfico 50. Na minha escola, fomos informados sobre os direitos das crianças.



Gráfico 51. Os professores e as professoras costumam envolver-nos em decisões sobre a organização da escola.



Gráfico 52. Na minha escola, há tempo suficiente de recreio para eu estar com os meus amigos.

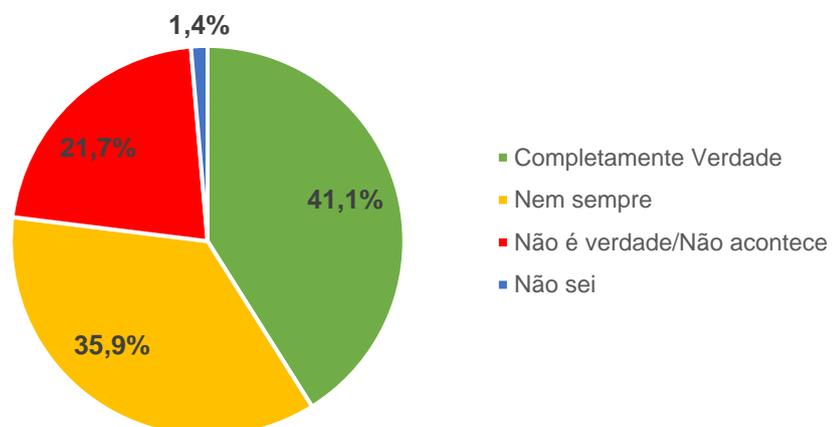


Gráfico 53. O meu tempo de escola e estudo é adequado.

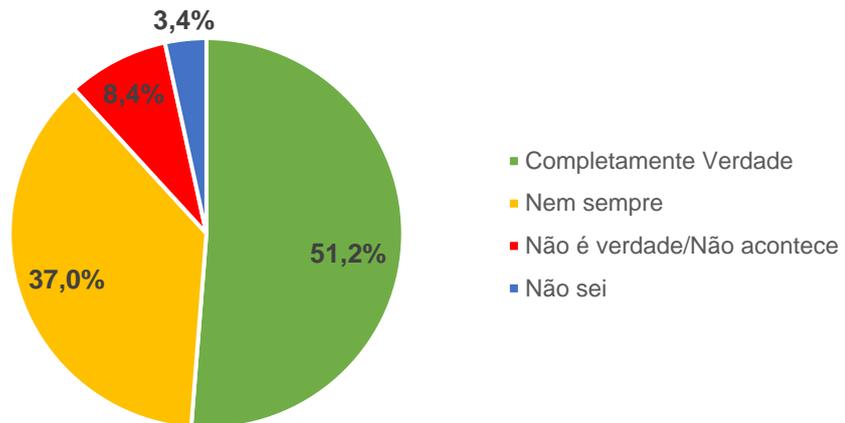


Gráfico 54. As casas de banho na minha escola estão sempre limpas.

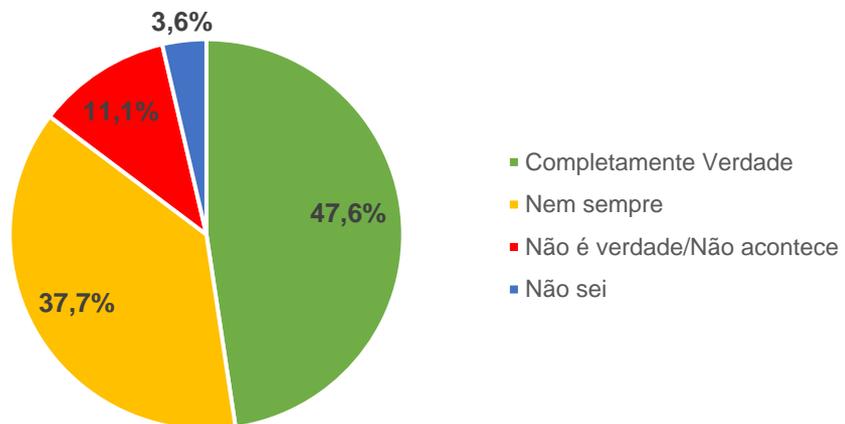


Gráfico 55. Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal.

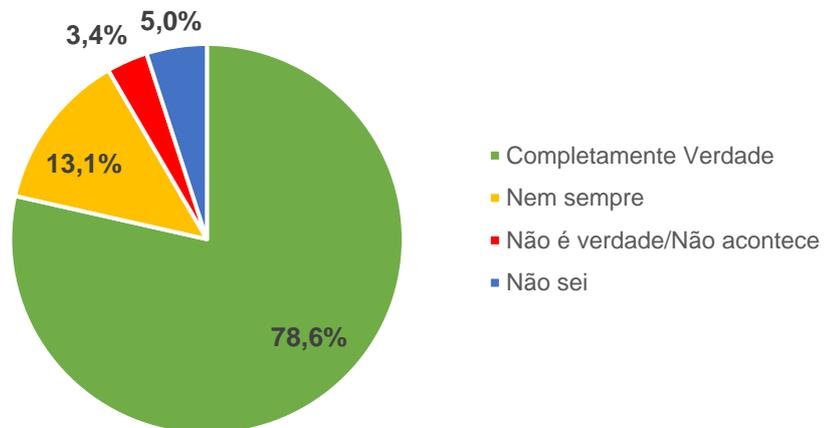


Gráfico 56. Os professores e professoras tratam todas as crianças/jovens da mesma maneira.



Gráfico 57. Na minha escola, as crianças/jovens com deficiências são sempre respeitadas.



Gráfico 58. Na minha comunidade, há uma biblioteca que eu costumo utilizar.

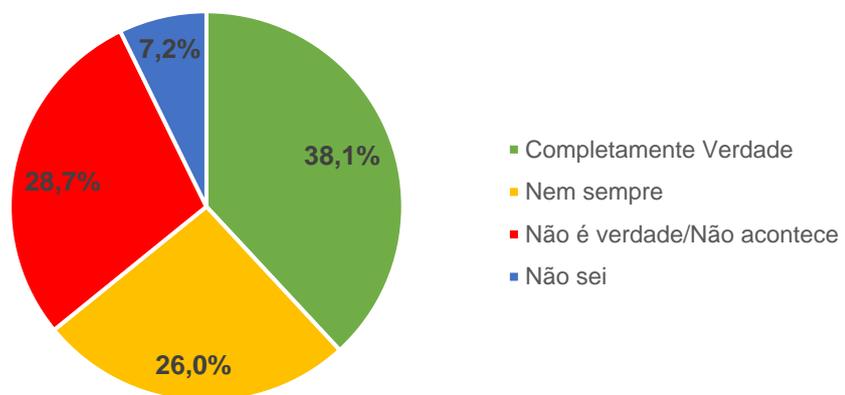


Gráfico 59. Os/As professores/as nunca batem nos/as alunos/as.

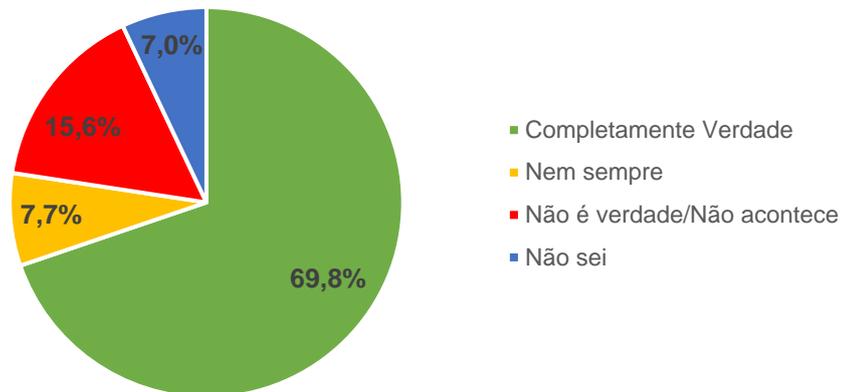


Gráfico 60. Os/As professores/as nunca gritam com os/as alunos/as.

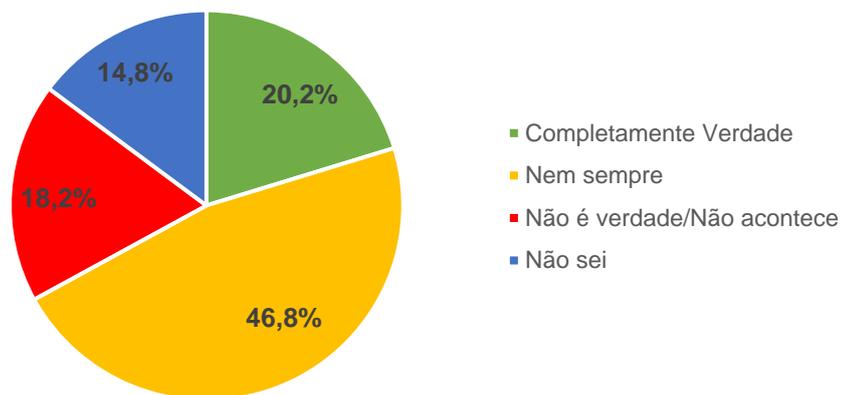


Gráfico 61. Nas férias ou durante o tempo de escola, eu costumo trabalhar.

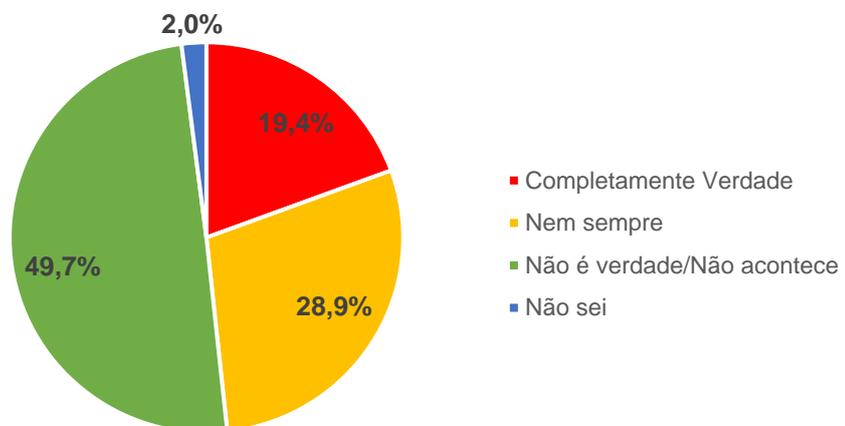


Gráfico 62. O trabalho que eu faço não interfere com os meus estudos.

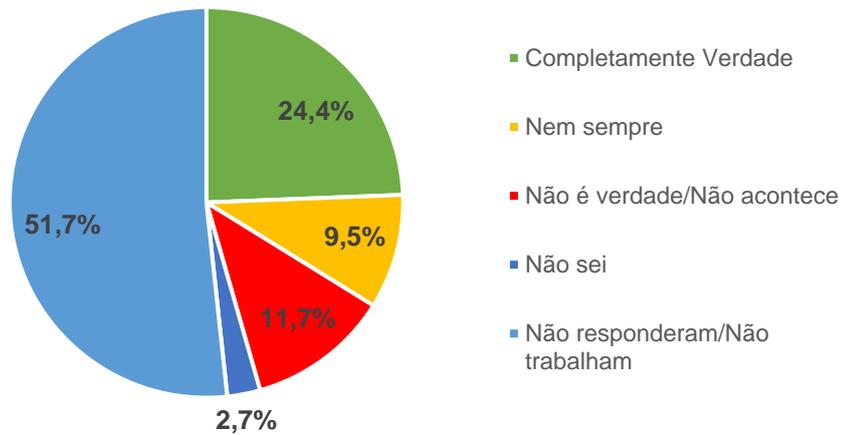
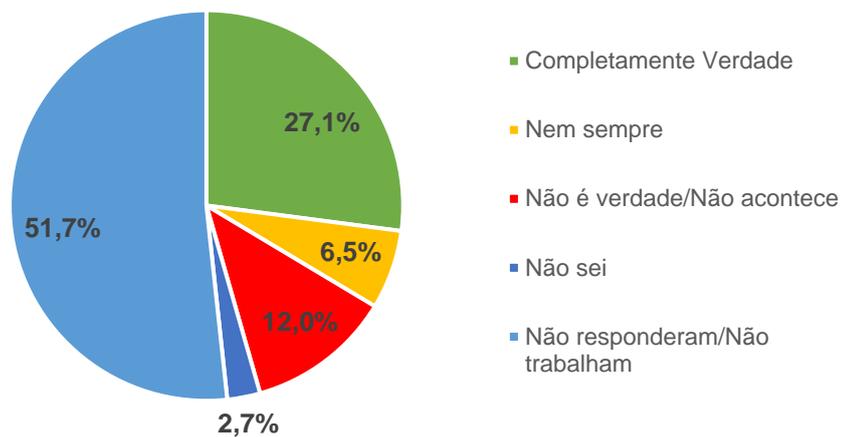


Gráfico 63. O trabalho que eu faço não põe em risco a minha saúde ou segurança.



Vida Pessoal: Gráficos 64 a 74

Gráfico 64. A minha casa está sempre limpa.

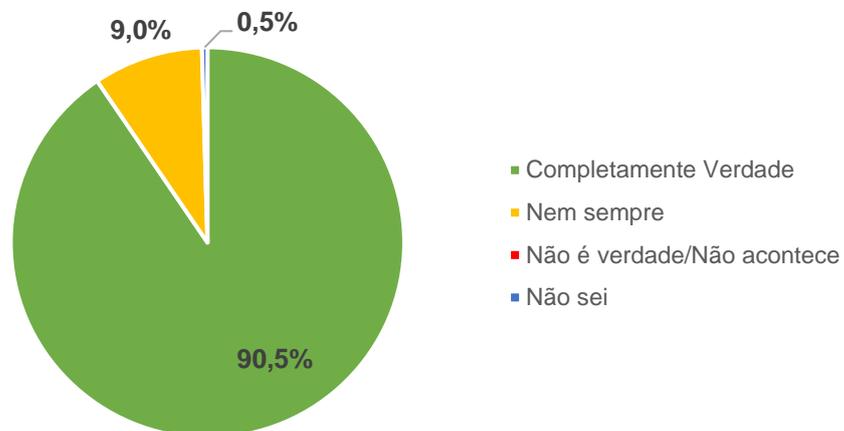


Gráfico 65. Na minha casa há água quente para eu tomar banho.

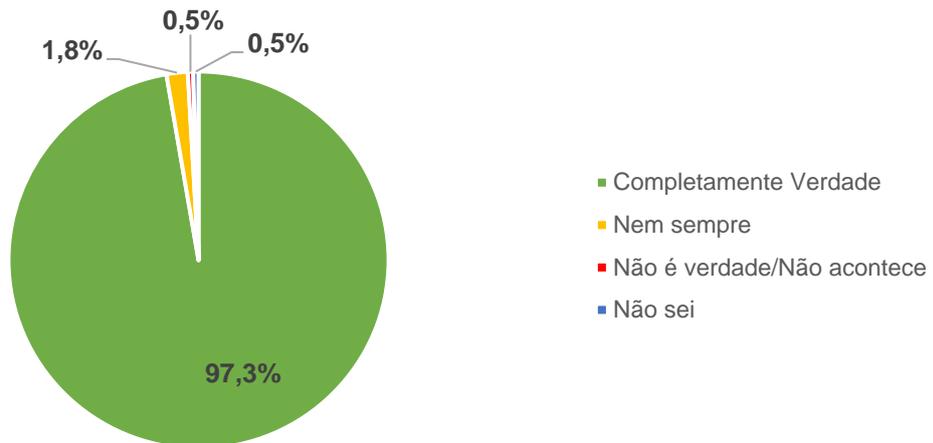


Gráfico 66. Eu sinto-me seguro(a) em casa.

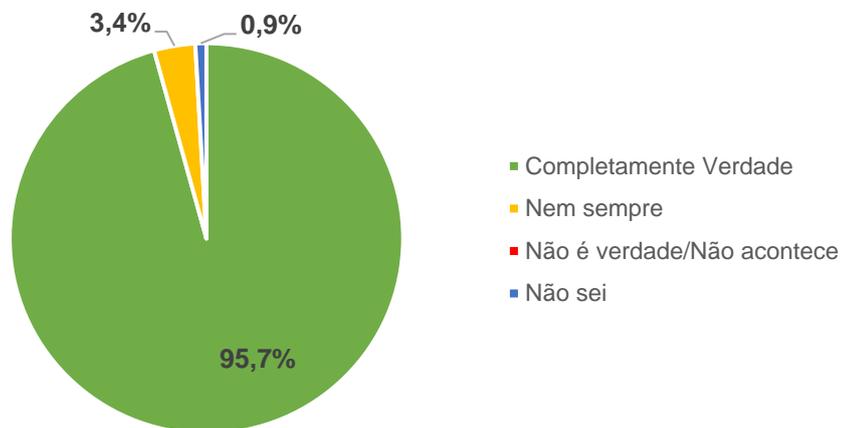


Gráfico 67. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim nunca me batem.

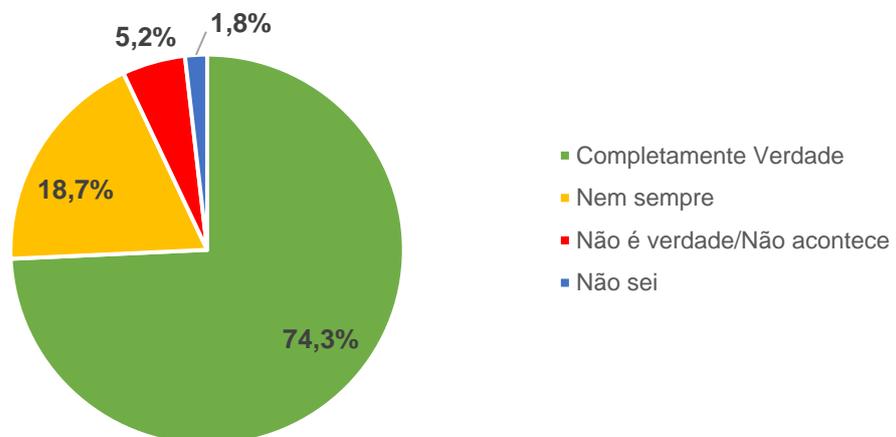


Gráfico 68. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim nunca gritam comigo.

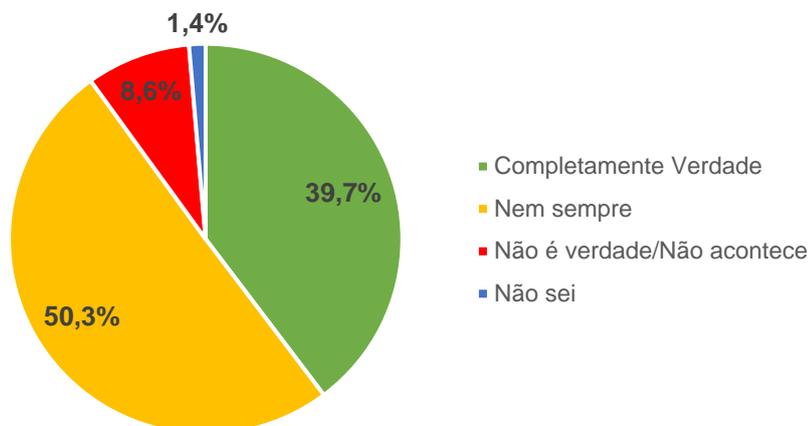


Gráfico 69. Já tive uma situação onde outras/os jovens me bateram fora da escola.

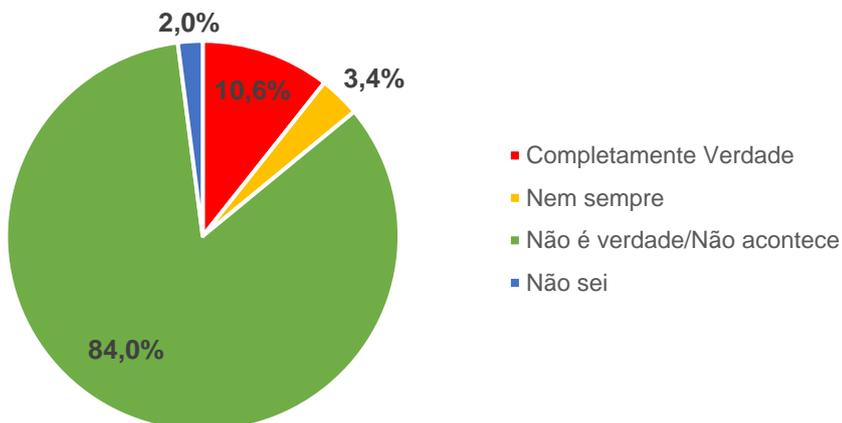


Gráfico 70. Nunca me ofereceram drogas na escola ou fora da escola.

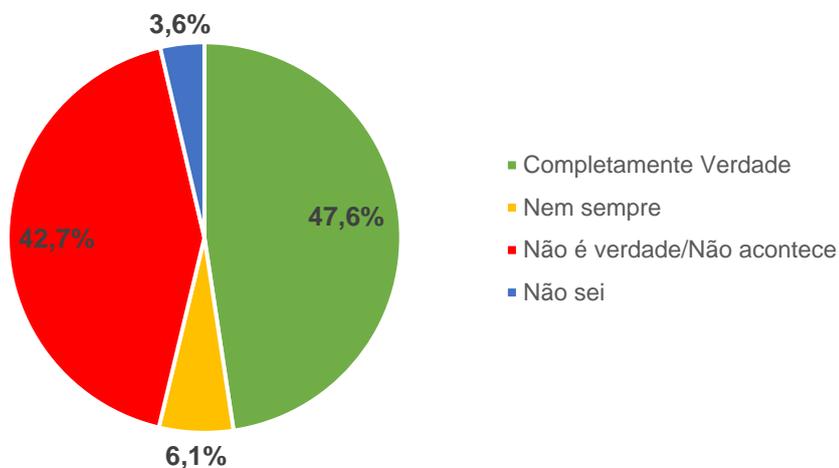


Gráfico 71. Eu já tive contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em perigo.

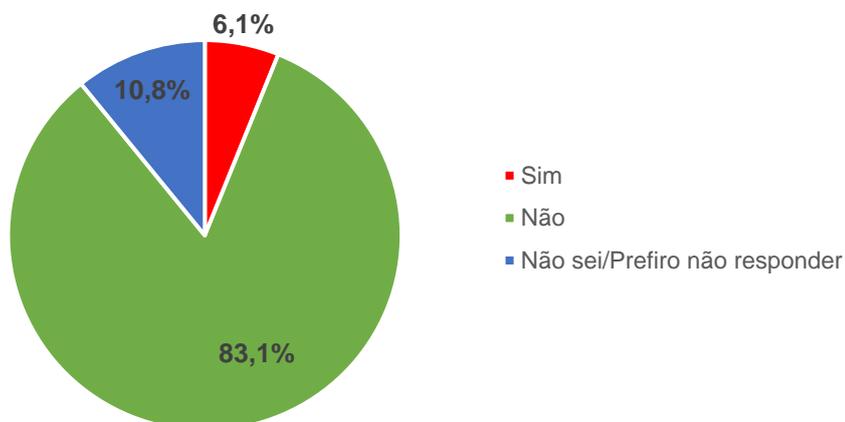


Gráfico 72. Eu gostei do acompanhamento dos/as profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo.

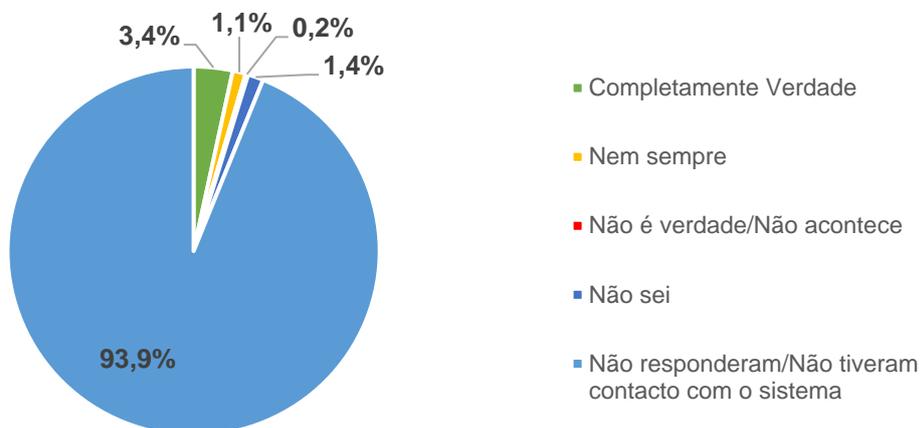


Gráfico 73. O acompanhamento por parte de profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo ajudou-me realmente a melhorar a minha vida.



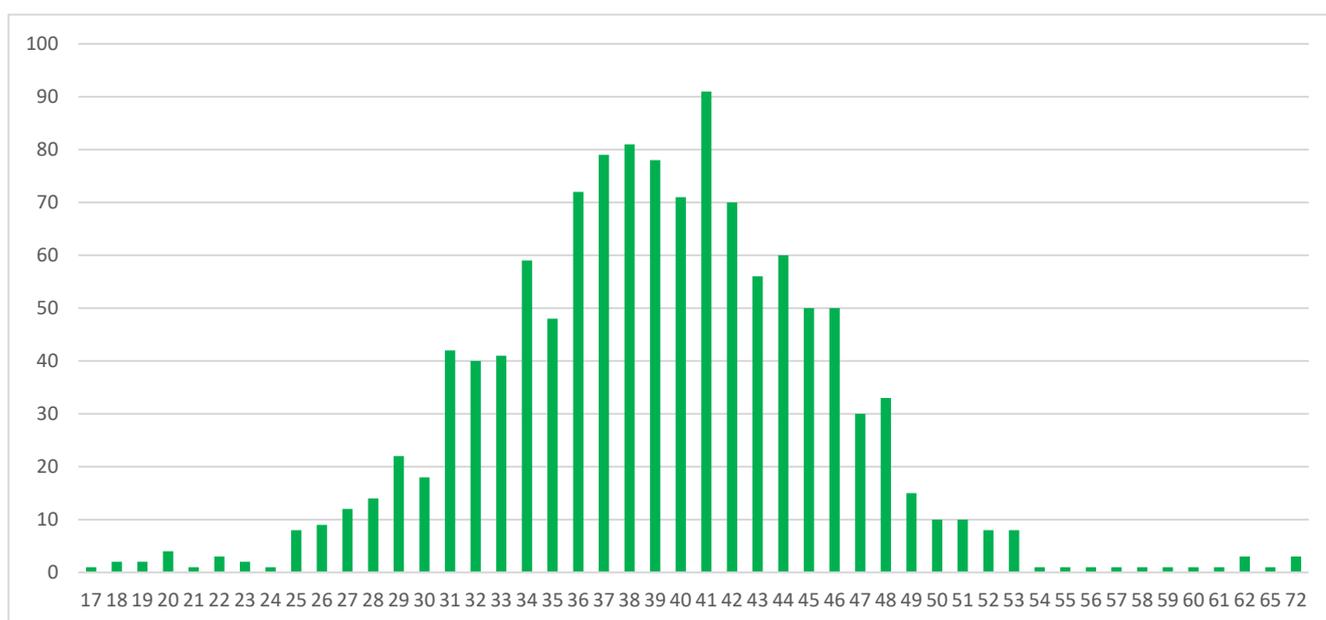
Gráfico 74. Durante o acompanhamento dos/as profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo, eu fui sempre informado/a sobre o que estava a acontecer e pude dar sempre a minha opinião.



Famílias

As famílias do concelho de Penafiel foram auscultadas respondendo a um questionário online – *A participação das famílias no diagnóstico local* – Instrumento 7 Ferramenta de diagnóstico para famílias – do Protocolo de recolha de dados do Projeto Adélia. Responderam a este questionário pais/adultos cuidadores com idade média de 40 anos ($DP = 6.49$, variando entre 17 e 72), relativos a **1364 famílias**. A distribuição por idades encontra-se no Gráfico 1.

Gráfico 1



Distribuição por Idades dos Respondentes das Famílias Participantes (N = 1364)

Nota: 152 participantes não indicaram a sua idade.

No que respeita ao sexo, os participantes encontram-se distribuídos de forma muito desproporcional, com **1142 do sexo feminino** (83.7%) e **98 do sexo masculino** (7.2%). Há, ainda, 124 participantes (9.1%) que não indicaram o seu sexo.

A maioria dos respondentes completaram o Ensino Secundário. A distribuição das habilitações académicas encontra-se na Tabela 1.

Tabela 1

Distribuição dos Respondentes das Famílias Participantes por Habilitações Académicas (N = 1364)

Habilitações académicas	<i>n</i>	%
1º Ciclo do Ensino Básico	43	3.2
2º Ciclo do Ensino Básico	182	13.3
3º Ciclo do Ensino Básico	254	18.6
Ensino Secundário	474	34.8
Bacharelato	19	1.4
Licenciatura	233	17.1
Mestrado	38	2.8
Doutoramento	5	0.4
Pós-doutoramento	2	0.1

Nota: 114 participantes não indicaram as suas habilitações académicas.

No que respeita à relação entre o respondente e a criança e/ou adolescente, **1180 são mães** (86.5%), **91 são pais** (6.7%) e **26 partilham outro tipo de relação** (1.9%). Há, ainda, 67 respondentes (4.9%) que não indicaram qual o tipo de relação que partilham com a criança e/ou adolescente. Relativamente ao número de adultos que habitam a casa de família, a resposta mais comum foi **dois**. A distribuição do número de adultos encontra-se na Tabela 2.

Tabela 2

Distribuição por Nº de Adultos que Vivem em Casa das Famílias Participantes (N = 1364)

Número de adultos	<i>n</i>	%
1	83	6.1
2	870	63.8
3	230	16.9
4	91	6.7
5	20	1.5
6	7	0.5

Nota: 63 participantes não indicaram o número de adultos que vivem em casa.

Por sua vez, em relação ao número de crianças que habitam a casa, a resposta mais comum foi **duas**. A distribuição do número de crianças encontra-se na Tabela 3.

Tabela 3

Distribuição por N° de Crianças que Vivem em Casa das Famílias Participantes (N = 1364)

Número de crianças	<i>n</i>	%
0	10	0.7
1	508	37.2
2	661	48.5
3	97	7.1
4	16	1.2
5	2	0.1

Nota: 70 participantes não indicaram o número de crianças que vivem em casa.

Finalmente, no que se refere à faixa etária das crianças que habitam a casa da família, a resposta mais frequente é a faixa etária dos **6 aos 10 anos**, seguida pela dos **13 aos 15 anos**. A distribuição por faixas etárias das crianças encontra-se na Tabela 4 e no Gráfico 2.

Tabela 4

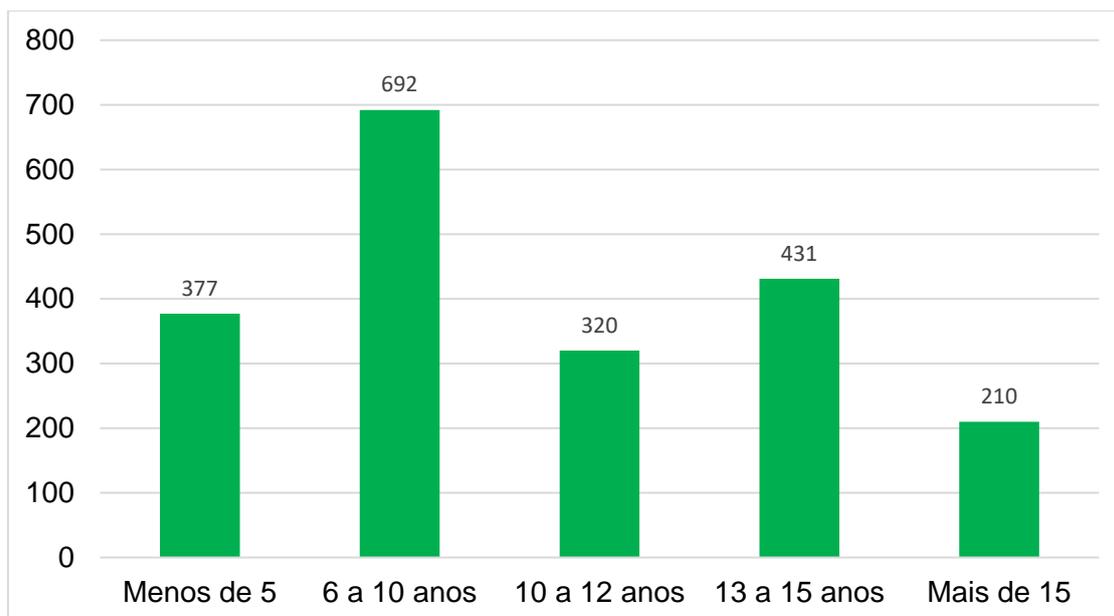
Distribuição por Faixa Etária das Crianças das Famílias Participantes

Idade da criança	<i>n</i>	%
Menos de 5 anos	377	27.6
6 a 10 anos	692	50.7
10 a 12 anos	320	23.5
13 a 15 anos	431	31.6
Mais de 15 anos	210	15.4

Nota: 70 participantes não indicaram a idade das suas crianças. Note-se que o número total excede os 1364, uma vez que os respondentes podiam selecionar mais do que uma opção (famílias com mais do que uma criança).

Gráfico 2

Distribuição por Faixa Etárias das Crianças das Famílias Participantes



Nota: 70 participantes não indicaram a idade das suas crianças. Note-se que o número total excede os 1364, uma vez que os respondentes podiam selecionar mais do que uma opção (famílias com mais do que uma criança).

À semelhança do que aconteceu com os informantes anteriores, de seguida serão apresentados os resultados relativos a cada uma das dimensões avaliadas, junto das famílias, a saber: *Brincadeira e Lazer, Participação e Cidadania, Segurança e Proteção, Saúde, Educação e Conciliação entre Vida Familiar e Trabalho.*

Brincadeira e Lazer

Mais de metade das famílias respondentes ($n = 779$, 57.1%; cf. Gráfico 3) afirmou que **existem, em Penafiel, espaços de lazer onde as crianças podem brincar, fazer jogos ou praticar desporto**, enquanto quase um $\frac{1}{4}$ ($n = 337$, 24.7%) indicou que este *nem sempre* é o caso. Quando questionadas acerca da **existência destes espaços para os adolescentes de várias idades**, as respostas dadas pelas famílias foram semelhantes, sendo que 52.4% ($n = 715$; cf. Gráfico 4) consideraram que estes espaços existem e 27.2% ($n = 371$) que *nem sempre* existem.

Enquanto 59% ($n = 805$; cf. Gráfico 5) dos participantes constataram que **costumam levar as suas crianças ao parque infantil com frequência ou acompanhá-las noutras atividades (se já são mais velhas)**, uma percentagem significativa ($n = 490$, 35.9%) referiu *nem sempre* o fazer. Relativamente à **interação com outros pais/adultos responsáveis durante estes momentos no parque ou noutras atividades**, a percentagem de famílias a responder que *nem sempre* têm a oportunidade de falar com estes aumentou para 52.5% (n

= 716; cf. Gráfico 6), ao passo que o número de famílias que indicou que têm esta oportunidade, diminuiu ($n = 474$, 34.8%).

Uma maioria significativa das famílias ($n = 984$, 72.1%; cf. Gráfico 7) reportou que, **quando leva as suas crianças ao parque infantil, gosta de brincar com elas**. Conformemente, 74.3% ($n = 1014$, 74.3%; cf. Gráfico 8) indicaram que *não é verdade* que **não se sentem à vontade para brincar com elas**, quando as levam ao parque infantil.

Quando questionadas sobre **se depois da escola ainda sobrava tempo para as suas crianças brincarem**, cerca de metade das famílias participantes ($n = 749$, 54.9%; cf. Gráfico 9) expressaram que este *nem sempre* é o caso, enquanto uma percentagem menor ($n = 460$, 33.7%), mas significativa, disse que as crianças têm este tempo. Ainda no seguimento desta questão, uma percentagem maioritária ($n = 856$, 62.8%; cf. Gráfico 10) acrescentou que *nem sempre* têm **tempo para brincar ou passar tempo com as suas crianças, depois da escola e do seu trabalho**, e ainda, 7.6% ($n = 103$) afirmaram que *não é verdade* que tenham este tempo.

As respostas dividem-se, no que concerne à questão de **organizar atividades em família, aos fins de semana**, sendo que aproximadamente metade dos participantes ($n = 717$, 52.6%; cf. Gráfico 11) referiu fazê-lo sempre, mas menos de metade ($n = 618$, 45.3%) referiu *nem sempre* o fazer.

Por fim, a maioria das famílias participantes ($n = 892$, 65.4%; cf. Gráfico 12) indicou que costuma **levar as suas crianças a brincar ou passear na natureza durante todo o ano**, mas aproximadamente $\frac{1}{3}$ ($n = 452$, 33.1%) mencionou *nem sempre* as levar. Adicionalmente, quase a totalidade das famílias ($n = 1161$, 85.1%; cf. Gráfico 13) reportou que **deixa as suas crianças brincarem com areia, paus, lama e outros elementos, sendo o mais importante que se divirtam**. Os Gráficos 3 a 13 (pp.115 a 118) apresentam os resultados da *Brincadeira e Lazer*.

Em suma, considerando a importância que os momentos de brincadeira e lazer têm para o desenvolvimento e bem-estar das crianças e dos adolescentes, compete às famílias/ adultos responsáveis assegurar a existência desses momentos e garantir que os mesmos decorrem **com qualidade e em quantidade**. Ainda que a análise das respostas dadas pelas famílias participantes indique que, no concelho de Penafiel, na maioria dos casos, o **direito a brincar** é garantido de forma satisfatória, é indubitável que este panorama não é extensível a todas as crianças/adolescentes do concelho, existindo, por isso, dimensões que poderiam beneficiar de melhorias.

Relativamente aos espaços de lazer existentes no município, tanto para crianças como para adolescentes de diversas idades, verifica-se que, apesar de a maioria das famílias considerar que existem, os mesmos aparentam **não se encontrar bem distribuídos a nível geográfico** (e.g., “*Tenho pena de na minha freguesia não existir um parque de lazer ou algo parecido, para podermos passear em família.*”) ou dispor de condições que impedem a sua devida utilização (e.g., “[...] *as brincadeiras têm que ser, na maior parte das vezes, na natureza, pois o parque infantil, embora existente, é muito reduzido.*”). Assim, poderá ser importante que, junto das famílias penafidenses, se procure averiguar quais as freguesias que **não dispõem de equipamentos direcionados à brincadeira e ao lazer** e em quais é que **os equipamentos existentes não apresentam boas condições de utilização**. Por forma a combater o potencial desconhecimento, o município poderá, ainda, beneficiar de uma **maior e melhor divulgação dos espaços e das atividades que tem para oferecer** às famílias que nele residem.

Ainda no que respeita ao tempo passado em atividades de lazer, constata-se que uma percentagem significativa dos pais/adultos cuidadores releva nem sempre ter a possibilidade de acompanhar as suas crianças/adolescentes, nestes períodos, bem como ser frequente, tanto uns, como outros, não disporem de tempo para brincar e/ou passar tempo juntos, depois do trabalho e da escola, respetivamente. Esta situação pode, não só estar relacionada com a existência de uma **carga horária escolar exigente** e de um **excesso de trabalho** a ser realizado pelas crianças/adolescentes fora do horário escolar (e.g., “[...] *o excesso de trabalhos de casa e o estudar para os testes, muitas vezes impede a realização de atividades em família, nomeadamente aos fins de semana.*”), como também com a **incompatibilidade entre os horários laborais e familiares** (e.g., “*O brincar é muito importante na vida da criança para o seu bom desenvolvimento a todos os níveis. Era bom que tivéssemos mais tempo para podermos brincar com eles.*”). Assim, torna-se fundamental que o município de Penafiel aposte, por um lado, em **políticas públicas que visem a promoção da conciliação entre o trabalho e a vida familiar** e, por outro, em articulação com os estabelecimentos de ensino, numa **reavaliação da carga horária e de trabalho escolar a que as crianças**

Por fim, e a título mais positivo, denota-se, por parte dos pais/cuidadores, uma **postura de conforto perante as crianças/adolescentes e as suas brincadeiras**, bem como uma **grande disponibilidade para os levar a brincar ou passear** em locais nos quais possam estar em contacto com a natureza e com os elementos. Esta abertura é fundamental para que, mesmo sendo os momentos de lazer passados em conjunto em número inferior ao desejável, haja neles espaço à **cimentação das relações de afeto entre pais e filhos/adultos e crianças** e à **promoção da vinculação** – fundamentais para um desenvolvimento psicológico e emocional integral e equilibrado.

Participação e Cidadania

No que se refere ao domínio da *Participação e Cidadania*, quase a maioria das famílias ($n = 1306$, 95.7%; cf. Gráfico 14) considerou que sempre **falou muito com as suas crianças, desde cedo**. Nesta temática da comunicação, também se observa um cenário semelhante na questão sobre os adultos responsáveis **ouvirem as opiniões das crianças e terem em consideração as suas necessidades** ($n = 1220$, 89.4%; cf. Gráfico 15). Contudo, 9.3% dos participantes responderam que *nem sempre* ($n = 127$) têm em consideração o ponto de vista das suas crianças.

Ademais, no que concerne ao envolvimento dos filhos nas tarefas de casa a maioria dos respondentes ($n = 998$, 73.2%; cf. Gráfico 16) afirmou que, quando possível, **envolviam os mesmos nas tarefas domésticas**, contudo 25% ($n = 341$) afirmaram que *nem sempre* o fazem. Assim sendo, 83.1% das famílias ($n = 1133$; cf. Gráfico 17) indicaram sentir **prazer em ver as suas crianças ajudarem nas tarefas**.

No referente às atividades de lazer em família, a maioria dos responsáveis das crianças referiu abordar com elas quais as **atividades que gostariam de fazer no fim de semana** ($n = 723$, 53%; cf. Gráfico 18) e sobre que **locais gostariam de passear e de ir de férias** ($n = 882$, 64.7%; cf. Gráfico 19). Atente-se, no entanto, que este hábito de questionar as crianças não é uma prática geral, visto que as percentagens de *nem sempre* são, também elas, elevadas, 44.5% ($n = 607$; cf. Gráfico 18) e 31.7% ($n = 432$; cf. Gráfico 19), respetivamente.

Em relação à temática dos Direitos da Criança, a maioria dos adultos responsáveis ($n = 1191$, 87.3%; cf. Gráfico 20) referiu que **já ouviu falar dos mesmos em fontes como a comunicação social**. Contrariamente, a maior parte dos respondentes desconhece se **existe no seu município um Conselho Municipal de Jovens** ($n = 1033$, 75.7%; cf. Gráfico 21). No mesmo sentido, 84.2% ($n = 1149$; cf. Gráfico 22) afirmaram que as suas

crianças **não participam no mesmo**. Um cenário semelhante também pode ser observado em relação à **participação das crianças em outras atividades associativas** ou à **percepção dos adultos em relação à vontade das suas crianças quererem ser incluídas** em atividades de voluntariado, em que a percentagem de famílias que responde ser *completamente verdade* é muito reduzida ($n = 372$, 27.3%; cf. Gráfico 23 e $n = 229$, 16.8%; cf. Gráfico 24, respetivamente). Os Gráficos 14 a 24 (pp. 118 a 122) apresentam os resultados da *Participação e Cidadania*.

Em suma, constata-se que, de forma geral, os pais/cuidadores das crianças e dos adolescentes penafidenses demonstram estar cientes da importância que a participação e a cidadania têm para o seu **desenvolvimento integral** (e.g., “*Sim, acho muito útil para o seu crescimento.*”; “*A participação dos jovens é um importante contributo para o seu crescimento, autoestima e desenvolvimento pessoal e social.*”), para que usufruam de **oportunidades para estabelecer novas relações de amizades e estar em contacto com realidades que diferem daquela a que estão acostumados** (e.g., “*Interagem com vidas diferentes, aprendem a dar mais valor ao seu lar.*”; “*Participar nas atividades da nossa associação, como por exemplo o futebol, é bom para que as crianças/jovens convivam com os outros.*”) e, ainda, para que desenvolvam **competências que lhes permitam tornar-se cidadãos ativos e respeitados na vida em sociedade** (e.g., “*Cidadania é a chave perfeita para uma participação na sociedade em que vivemos.*”; “*Ajuda nas boas maneiras com os outros e respeitar o ser humano e saber regras de comportamento.*”; “*É de extrema importância começar, desde cedo, a consciencializar as crianças de como é bom participar em projetos, sejam eles futebol, ou voluntariado, pois, é através do mesmo que elas começam a obter consciência de cidadania pública e, assim, possuírem comportamentos correspondentes ao padrão.*”).

Não obstante o facto de revelarem conhecimento sobre a temática e de, em contexto familiar, este direito ser maioritariamente respeitado e promovido, existem, ainda, famílias nas quais a opinião das crianças e dos adolescentes nem sempre é auscultada ou tida em consideração. Desempenhando os familiares/cuidadores um dos papéis mais importantes, no que respeita a garantir que os direitos das crianças e dos adolescentes são cumpridos, é fundamental divulgar junto das mesmas a importância que o incentivo à participação tem, não só na **autonomização das crianças/adolescentes**, como na promoção do seu **sentimento de pertença e bem-estar, em contexto familiar**. Adicionalmente, poderá ser importante que o município, em articulação com as ECMIJ do concelho, aposte na criação de iniciativas que pretendam **auxiliar as famílias na gestão e na integração dos mais novos nas dinâmicas familiares**, tornando tais momentos prazerosos para ambas as partes.

Por outro lado, no que respeita à participação em atividades/projetos da comunidade, não só se verifica um **vasto desconhecimento acerca do Conselho Municipal de Jovens** (e.g., “*Concelho Municipal de Jovens, não sei o que quer dizer é o que se faz...*”), como também se destaca a **baixa taxa de adesão das crianças/adolescentes a outras atividades de cariz associativo**. De acordo com os relatos dos cuidadores, os motivos subjacentes à falta de participação que se verifica no concelho passam pela **dificuldade na conciliação entre o horário escolar e as atividades** (e.g., “*Certamente desconheço a existência de associações que permitam a participação com o curto espaço de tempo que a criança dispõe livre de responsabilidades escolares.*”), pela **ausência de oferta nas proximidades da zona de residência** (e.g., “*Por vezes para fazerem parte de uma associação que não seja perto da freguesia, faz com que se desista facilmente.*”), pela **falta de condições económicas que permitam suportar os custos que lhes estão associados** (e.g., “*Tal como anteriormente, penso que muitas crianças não praticam atividades/desportos porque as prestações/ mensalidades são demasiado caras, é o meu caso e de outros que conheço.*”) e, ainda, pela **inexistência de atividades que se adequem a todas as faixas etárias** (e.g., “*Deveria de haver mais atividades onde envolvessem as crianças.*”; “*Tenho muita pena de na minha terra até agora não haja muitas atividades para as crianças.*”). Na medida em que a participação é um direito fundamental de todas as crianças e adolescentes, é imperativo que, em articulação com as instituições com competência nesta matéria, o município de Penafiel assegure **atividades que se adequem às necessidades de todos os cidadãos do concelho**, de modo a garantir este direito, **independentemente do estatuto socioeconómico, do género e da idade**, bem como de qualquer outra característica da criança/adolescente e/ou da respetiva família.

Segurança e Proteção

Embora uma percentagem significativa das famílias participantes ($n = 592$, 43.4%; cf. Gráfico 25) tenha indicado que **sentem que as suas crianças podem usar os transportes públicos para irem para a escola em segurança**, 30.2% ($n = 412$) afirmaram que *nem sempre* o sentem. Quase a totalidade ($n = 1100$, 80.6%; cf. Gráfico 26) reportou, assim, que *não é verdade* que as suas crianças **costumem ir para a escola, a pé ou de bicicleta, sem o acompanhamento de algum adulto**, sendo que 61.3% ($n = 836$; cf. Gráfico 27) explicaram que **costumam levá-las, à escola, a pé ou de carro**.

Mais de $\frac{1}{3}$ dos respondentes ($n = 480$, 35.2%; cf. Gráfico 28) constatou que **nunca houve uma situação em que outras crianças batessem nas suas crianças**, dentro ou fora da escola. Por outro lado, 34.3% ($n = 468$) afirmaram *não ser verdade* que as suas crianças nunca tenham passado por esta situação. E, ainda, a grande maioria das famílias ($n = 1095$, 80.3%; cf. Gráfico 29) mencionou que **sente que as suas crianças vão ter consigo quando têm um problema**.

Enquanto 32.5% ($n = 443$; cf. Gráfico 30) referiram que *nem sempre* era **normal os pais/mães baterem nos filhos quando eles/elas eram crianças**, cerca de 40% ($n = 601$, 44.1%) referiram que era normal tal acontecer. Por outro lado, muitos participantes ($n = 554$, 40.6%; cf. Gráfico 31) disseram nunca ter batido nas suas crianças, e 36.7% ($n = 501$) afirmaram que *nem sempre* é verdade. Salienta-se que 21.8% das famílias reconheceram **já ter batido nos seus/suas filhos/as** ($n = 298$). Além disto, a grande maioria das famílias participantes ($n = 1031$, 75.6%; cf. Gráfico 32) acrescentou que, **em momentos difíceis, já gritou com as suas crianças, mas pediu-lhes desculpa e tentou encontrar outras soluções para exercer a sua autoridade**.

Quando questionados sobre se **costumam ler sobre questões relacionadas com crianças**, 63.1% dos respondentes ($n = 861$; cf. Gráfico 33) responderam que costumam fazê-lo e quase $\frac{1}{3}$ ($n = 424$, 31.1%) respondeu que *nem sempre* o faz. Quanto à segurança na internet, a maior parte das famílias ($n = 958$, 70.2%; cf. Gráfico 34) constatou que **costuma acompanhar o que as suas crianças veem na internet**, e a quase totalidade ($n = 1208$, 88.6%; cf. Gráfico 35) reportou ainda que **limita o acesso ou conversa com as suas crianças sobre os riscos que podem encontrar na internet**. Os Gráficos 25 a 35 (pp. 122 a 125) apresentam os resultados da *Segurança e Proteção*.

Em suma, e considerando o facto de **a segurança e proteção das crianças e dos adolescentes constituir uma necessidade básica fundamental** que deve ser assegurada, não só pelos adultos que estão responsáveis por eles, nos diferentes contextos que frequentam, como também pelo próprio município em que residem, é fundamental garantir que, em todas as atividades e momentos do dia-a-dia, estes se **encontram protegidos**. A deslocação das crianças e dos adolescentes para os estabelecimentos de ensino, nomeadamente, através do recurso a transportes públicos, é um dos momentos relativamente aos quais os resultados demonstram existir alguma insegurança, por parte dos cuidadores (e.g., “Os autocarros não cumprem com a lotação excedendo, por vezes, a sua capacidade.”; “[...] Os autocarros vão superlotados com muitas crianças de pé e junto ao condutor e ao para brisas, é muito perigoso.”), à semelhança do que havia sido observado junto das criança/adolescentes.

Na medida em que a **preparação para a vida adulta** deve desempenhar, a partir do momento em que estes revelem competências adequadas, um papel de relevo na vida dos mais jovens, é imprescindível que os adultos por eles responsáveis considerem que o município dispõe de condições que contribuam para uma **implementação segura de práticas promotoras de autonomia**. À luz das problemáticas apontadas e a fim de evitar situações potenciadoras de acidentes (como a sobrelotação), poderá ser benéfico **investir na rede de transportes públicos, reforçando a frequência dos autocarros**, em particular, nos horários em que se verifica maior afluência de utilizadores.

No que respeita aos contextos escolares, não obstante o facto de a maior parte das famílias indicar que as suas crianças/adolescentes nunca foram agredidas, dentro ou fora da escola, é fundamental destacar que para uma percentagem relevante as **experiências de violência interpares** são uma realidade (e.g., “*Podiam ter mais segurança na escola.*”; “*Na escola nunca bateram na minha filha, mas já ameaçaram!*”). Na medida em que o contexto educativo é o espaço em que crianças e adolescentes despendem mais tempo, no seu quotidiano, a rede escolar de Penafiel deve trabalhar no sentido de o tornar substancialmente mais seguro, apostando, para tal, no **reforço da vigilância existente nos recintos escolares e nas imediações das escolas**, ativando o programa **escola segura** (e.g., “*Devia haver mais carros de policia a passar na escola.*”), bem como na **divulgação dos recursos existentes no âmbito do combate à violência** – procedimentos de denúncia, elementos do corpo docente e não docente a quem se podem dirigir em caso de necessidade, contactos úteis para situações de emergência, etc.

É especialmente importante que as crianças se sintam seguras e protegidas na sua própria casa. Contudo, são vários e provenientes de diferentes informantes – nomeadamente, os responsáveis – os relatos que remetem para a **utilização de práticas educativas violentas**: “*Uma sapatada no rabito nunca fez mal a ninguém, dada de uma forma moderada, claro. Há idades às quais é difícil educar só pelo diálogo. É a minha opinião.*”; “*Por vezes as crianças precisam que as chamem atenção, não devemos gritar, mas pode acontecer o ser humano tem fragilidades [...].*” ou “[...] *Tento educar os meus filhos com as bases que recebi dos meus pais, bato quando acho que tem mesmo que ser, que só assim atendiam o quanto estavam errados. Os filhos têm que temer alguém, não sou da opinião que os pais e filhos têm que ser melhores amigos, pais e filhos, respeitar pai e mãe sempre. Uma palmada na boca certo vale mais que mil palavras.*”

Estes relatos devem servir de alerta às ECMIJ do concelho de Penafiel e incentivá-las a promover iniciativas que visem **informar os pais/cuidadores sobre os malefícios de tais estratégias parentais**, bem como orientá-los na utilização de **métodos mais adequados e que fomentem relações interpessoais menos negativas e geradoras de stress** (e.g., “[...] *é necessário promover iniciativas entre pais e filhos para que as famílias deixem de viver com tanto stress.*”; “*Cheguei a dar umas palmadas na minha filha, até aos 3 anos. Arrependo-me profundamente de o ter feito. Percebi que é errado e não voltei a fazer. Hoje falamos muito abertamente sobre tudo. Ela tem 8 anos.*”).

Por fim, destaca-se positivamente o facto de a maioria dos adultos responsáveis reconhecer a importância de ler sobre assuntos relacionados com a infância e a adolescência e a importância que os mesmos atribuem à segurança na Internet (e.g., “*Proteger as nossas crianças do mundo perigoso que é a Internet.*”; “*Devemos ser mais presentes e controladores no que diz respeito à tecnologia.*”; “*É importante acompanhar e conversar com as crianças sobre o perigo no acesso à Internet*”). No que respeita a esta segunda temática, é fundamental garantir que os responsáveis se encontram devidamente informados sobre os métodos de supervisão mais adequados, por forma a **garantir que estes não transgridem/violam outros direitos das crianças/ adolescentes** (e.g., “*As crianças não devem ter acesso à Internet.*”; “*Todos os pais deviam controlar o acesso a internet e ao telemóvel.*”), **invadindo a privacidade e intimidade dos filhos/filhas.**

Saúde

No domínio da *Saúde*, no referente aos cursos oferecidos pelos Centros de Saúde, mais de metade das famílias afirmou não ter **participado no curso de preparação do parto** ($n = 803$, 58.9%; cf. Gráfico 36). Sendo que, similarmente, cerca de 60% afirmaram desconhecer a **utilidade do curso** ($n = 316$, 23.2%; cf. Gráfico 37) ou *não ser verdade* que seja útil ($n = 516$, 37.8%). Da mesma forma, a grande maioria afirmou não ter sido **chamada para participar no curso pós-parto** ($n = 1132$, 83%; cf. Gráfico 38).

No que diz respeito às **consultas de saúde infantil**, a quase totalidade dos participantes ($n = 1338$, 98.1%; cf. Gráfico 39) indicou levar as suas crianças a todas as consultas previstas. Além do mais, verificou-se um cenário semelhante no que toca ao **Plano Nacional de Vacinação**, em que 99.1% ($n = 1352$; cf. Gráfico 40) confirmaram que as suas crianças tomaram todas as vacinas. Ainda, na temática das consultas, a maioria dos adultos responsáveis ($n = 1264$, 92.7%; cf. Gráfico 41) considerou que os **profissionais**

de saúde falam diretamente com as crianças, contudo a percentagem de concordância baixa quando a questão é se o **médico lhes explica o tratamento** ($n = 1205$, 88.3%; cf. Gráfico 42). Ademais, apesar de $\frac{1}{5}$ dos adultos ($n = 274$, 20.1%; cf. Gráfico 43) ter referido que *nem sempre percebem o que o médico explica*, a maioria afirma que entende ($n = 1083$, 79.4%). Acresce que, em geral, os pais/responsáveis referiram sentir-se **à vontade para questionar ou desabafar as suas preocupações** sobre as suas crianças com os profissionais de saúde ($n = 1200$, 88%; cf. Gráfico 44).

No que toca à **amamentação**, cerca de 55% das famílias afirmaram ter conseguido fazê-lo ($n = 758$, 55.6%; cf. Gráfico 45), em exclusivo até aos 6 meses de idade, porém 25.7% ($n = 350$) infirmou tal facto. Realça-se, ainda que a quase totalidade dos respondentes indicou **preocupar-se com a alimentação das suas crianças** ($n = 1324$, 97.1%; cf. Gráfico 46). Semelhantemente, os mesmos indicam preparar as **refeições de modo saudável e nutritivo** ($n = 1127$, 82.6%; cf. Gráfico 47). Em relação à ingestão de doces, a maioria ($n = 824$, 60.4%; cf. Gráfico 48) relatou que as suas crianças *nem sempre ingerem doces*, apenas em situações excepcionais. Por fim, a quase totalidade das famílias reportou **fazer pelo menos uma refeição à mesa** ($n = 1280$, 93.8%; cf. Gráfico 49), sendo que também a maior parte indicou **falar** durante a mesma ($n = 1172$, 85.9%; cf. Gráfico 50). Os Gráficos 36 a 50 (pp. 126 a 130) apresentam os resultados da *Saúde*.

Em suma, no que diz respeito ao **direito à saúde**, realça-se negativamente a quantidade de adultos responsáveis que indica não ter participado nos cursos de preparação pré e pós-parto (e.g., “*Não fui informada da formação de preparação para o parto/pós-parto.*”) e, ainda, o facto de uma percentagem elevada reconhecer que desconhece a utilidade dos mesmos. Considerando que estes cursos visam, principalmente, **auxiliar as famílias na preparação para a parentalidade, munindo-as de ferramentas que propiciem o recurso à parentalidade positiva**, com vista a colmatar o desconhecimento e a desinformação, é indispensável que os serviços públicos de saúde, em particular, os Centros de Saúde, salientem junto da comunidade a existência destes serviços, explicitando a sua finalidade e quais os procedimentos necessários para que as famílias lhes possam aceder. Envolver os próprios pais/futuros pais na preparação destes cursos, pode ser também uma importante estratégia para que estes sejam desenvolvidos em função das suas necessidades e expectativas, garantindo assim uma maior adesão aos mesmos por parte das famílias.

Ademais, é de relevo destacar que, na interação com os profissionais de saúde, há cuidadores que afirmam **não compreender o que lhes é explicado** ou nem sempre se sentem confortáveis para expor as suas dúvidas e questões acerca da saúde das suas crianças ou adolescentes (e.g., *“Para a maioria dos nossos médicos, todas as crianças são saudáveis, porque são crianças, e ignoram quando lhes falamos de sintomas persistentes e dos nossos medos, e por estas atitudes muitos pais ainda hoje choram a morte dos filhos por falta de assistência, e muitas vezes temos de procurar ajuda noutros médicos para que cuidem das nossas crianças.”*). Neste sentido, é relevante que se aposte significativamente na **formação para a comunicação**, seja ela integrada na formação inicial dos profissionais de saúde ou na sua formação contínua (e.g., *“Os médicos deviam ser mais atenciosos.”*; *“Olhar mais para os doentes porque às vezes não basta só ouvir, mas sim ver.”*), e que destaque, junto dos mesmos, o quão fundamental é que, tanto as famílias, como as próprias crianças e adolescentes (e.g., *“As crianças, mesmo as mais pequenas, ficam mais tranquilas quando lhes explicam que tratamentos ou medicamentos vão fazer, mesmo em casos mais complicados.”*), sejam devidamente informadas e esclarecidas, sendo, para tal, necessário que médicos e enfermeiros sejam **capazes de ajustar o seu discurso às habilitações académicas dos utentes e das suas famílias, bem como à faixa etária da própria criança/adolescente**.

No que respeita aos cuidados médicos, as famílias de Penafiel revelam, também, preocupação no que respeita ao **número reduzido de profissionais para prestação de cuidados** (e.g., *“Nos postos médicos, não temos a assistência necessária.”*; *“Preciso de médico de família, neste momento não tenho e a minha filha já tem uma vacina em atraso.”*), aos **extensos tempos de espera** (e.g., *“Ter menos tempo de espera pelas consultas.”*; *“Devia de haver mais recursos e menos demora.”*) e ao facto de algumas **especialidades não serem comparticipadas, impedindo o acesso democratizado aos tratamentos** (e.g., *“[...] Também acho que dentista é dermatologista devia ter comparticipação do estado, para poder estar ao alcance de todos.”*; *“Deveriam de ser todas as vacinas comparticipadas assim como o dentista e outras especialidades.”*), limitando desta forma o **direito ao acesso à saúde** de algumas crianças/adolescentes de Penafiel.

Por fim, no referente à alimentação, a maior parte dos participantes demonstrou uma grande preocupação. Porém, acerca da amamentação, constata-se que as famílias identificam a **necessidade de maior sensibilidade e, até, de maior conhecimento,**

(e.g., “[...] *Acrescento ainda que continuo a ficar surpreendida com os níveis de iliteracia de imensos profissionais de saúde em relação à amamentação.*”). É imperativo não esquecer que, se por um lado, há pessoas que são impedidas de amamentar na sequência de complicações de saúde/associadas ao parto (e.g., “*Não tive a oportunidade de amamentar a minha filha, devido a uma infeção da minha cesariana.*”), outras não têm oportunidade devido a questões laborais, e outras simplesmente optam por não o fazer. Assim, **competete aos profissionais procurar ser compreensivos face às decisões tomadas pelas famílias, sem julgamentos, e estar informados acerca das alternativas existentes, ao nível da alimentação, nos primeiros anos de vida.** Apenas deste modo, é possível garantir uma articulação entre os profissionais e as famílias baseada na confiança, sem nunca prejudicar a saúde das crianças.

Educação

No âmbito da *Educação*, a maior parte dos responsáveis ($n = 923$, 67.7%; cf. Gráfico 51) indicaram que *não é verdade* que tenham **colocado as suas crianças na creche, por necessidade de trabalhar**, porém praticamente a mesma percentagem ($n = 889$, 65.2%; cf. Gráfico 52) confessou que *não fez questão de ficar em casa com as crianças até terem 2/3 anos de idade por considerarem importante para o seu desenvolvimento e educação*.

Em relação à escola, os inquiridos afirmaram ser *completamente verdade* que tenham **gostado de todas as escolas que as suas crianças frequentaram** ($n = 1011$, 74.1%; cf. Gráfico 53), que as **atividades e dinâmicas desta vão ao encontro das suas expectativas** ($n = 863$, 63.3%; cf. Gráfico 54) e que, por isso, *não sentiram necessidade de procurarem escolas alternativas por acharem que o ensino regular não vai ao encontro do que pretendem* ($n = 1065$, 78.1%; cf. Gráfico 55). Para além disso, 69.4% dos participantes ($n = 946$; cf. Gráfico 56) consideraram ser *completamente verdade* **que as matérias escolares são relevantes**. Assim como, assumiram que a escola das suas crianças **promove atividades para a proteção do meio ambiente** ($n = 949$, 69.6%; cf. Gráfico 57) e **sobre a promoção de saúde** ($n = 863$, 63.3%; cf. Gráfico 58). A dispersão de ideias ocorreu quando foram questionados se a **escola corresponde ao que as suas crianças gostam de fazer**, sendo que 59.8% ($n = 815$; cf. Gráfico 59) indicaram que tal é *completamente verdade* e 37.3% ($n = 509$) afirmaram que *nem sempre é verdade*.

Quanto ao **apoio dado pelos professores**, 74.2% das famílias ($n = 1012$, 74.2%; cf. Gráfico 60) responderam que sentiram esse apoio para com eles, contudo, quando é

dirigido aos seus filhos, individualmente, os adultos responsáveis consideraram que tal *nem sempre* acontece ($n = 566$, 41.5%; cf. Gráfico 61). Quando questionados sobre se **sentem que os professores e auxiliares respeitam todas as crianças, sem discriminação**, 64.9% dos respondentes ($n = 885$; cf. Gráfico 62) indicaram que é *completamente verdade*, porém 25.1% afirmaram que tal *nem sempre* acontece ($n = 343$, 25.1%).

A quase totalidade das famílias ($n = 1293$, 94.8%; cf. Gráfico 63) afirmou **apoiar as suas crianças nos estudos, dentro do que sabem e conseguem fazer**. Além disso, também, indicaram que **vão sempre às reuniões para as quais são convocados nas escolas** ($n = 1241$, 91%; cf. Gráfico 64), que **costumam perguntar às crianças o que fizeram na escola** ($n = 1291$, 94.6%; cf. Gráfico 65) e que **percebem quando alguma coisa não corre bem** ($n = 1150$, 84.3%; cf. Gráfico 66).

Para além de tudo o que foi referido, a maioria dos pais/adultos responsáveis apontaram **conseguir pagar todo o material escolar que as crianças precisam** ($n = 1129$, 82.8%; cf. Gráfico 67) e que *não é verdade* que **as suas crianças utilizam a biblioteca municipal para estudar, fazer pesquisas ou outras atividades** ($n = 729$, 53.4%; cf. Gráfico 68). Por fim, quando questionados sobre se **participam nas atividades que a escola abre à participação das famílias**, 59.7% ($n = 814$, 59.7%; cf. Gráfico 69) indicaram que procuram participar e 35.8% ($n = 488$, 35.8%) que *nem sempre* conseguem. Quanto à **escola promover a educação sexual**, 33.5% dos participantes ($n = 457$, 33.5%; cf. Gráfico 70) *não sabem* se tal prática é usual nas escolas. Os Gráficos 51 a 70 (pp.131 a 137) apresentam os resultados da *Educação*.

Em suma, a garantia do **direito à educação** tem-se demonstrado fundamental para o desenvolvimento, não só dos indivíduos – sejam eles crianças ou adultos –, como dos países, na medida em que aqueles que apresentam maior índice educacional são considerados países desenvolvidos, nos quais se observa a existência de sociedades mais coesas. As famílias de Penafiel aparentam estar cientes da **importância que a educação desempenha no desenvolvimento integral das suas crianças/adolescentes** (e.g., “A educação é fundamental.”; “É muito importante.”; “Direito essencial de qualquer pessoa.”). Contudo, existem, também, relatos que retratam acontecimentos inaceitáveis em contexto escolar (e.g., “Na Escola de Lagares existe uma professora que maltrata as crianças, ao ponto de terem de trocar de escola e o Agrupamento nada faz!”, “O meu filho é maltratado pela Professora titular.”).

Na medida em que vem sendo cientificamente comprovado que **a educação pela violência não apresenta resultados positivos** e que a utilização de tais práticas é aprendida e reproduzida (e.g., “[...] *As crianças não são más, são o espelho refletor [...].*”), como se justifica o recurso à violência para educar? Ademais, como pode justificar-se que os agrupamentos escolares não assumam uma posição, perante situações de violência contra as crianças reportadas pelas famílias? Considerando o cenário apresentado pelos pais/adultos cuidadores, é imperativo que a rede escolar de Penafiel trabalhe no sentido de **identificar com celeridade quaisquer situações de violência contra as crianças**, independentemente de estas serem perpetradas por pares ou por profissionais (corpo docente e não docente), bem como de **aplicar sanções aos adultos que, sendo responsáveis por assegurar a segurança e o bem-estar dos alunos, no período em que estes se encontram na escola, os colocam em situações de risco e prejudicam a sua integridade física e psicológica.**

Os resultados permitem, ainda, concluir que, frequentemente, a escola não está em concordância com o que as crianças gostam de fazer, que o apoio que as famílias sentem por parte dos professores não é o desejado e que nem sempre é possível aos responsáveis estarem presentes nas atividades desenvolvidas em contexto escolar. Na perspetiva dos pais/cuidadores, o **sistema de ensino atual ainda se rege por um modelo antiquado**, com **turmas excessivamente numerosas** (e.g., “*Os meus filhos frequentam/frequentaram turmas demasiado lotadas (com 25 ou mais).*”), promovendo um **ambiente rígido e uniformizado, no qual todos têm de atingir os mesmos objetivos específicos** (e.g., “*O sistema precisa de ser melhorado.*”; “*Faltam métodos de ensino alternativos em Penafiel. Não é aceitável que não exista uma única escola inspirada na*

escola da Ponte, no ensino Montessori ou Waldorf ou noutros ensinamentos que respeitam a individualidade de cada criança e promovem o contacto com a natureza, ensinando-lhes valores como empatia, honestidade, solidariedade e cidadania.”; “[...] *Considero que a escola tem grandes dificuldades em responder a necessidades individuais e específicas de cada criança, por falta de pessoal, meios ou tempo.*”) e apresentando **dificuldades claras no envolvimento dos cuidadores e da comunidade** (e.g., “*Sinto que o ensino regular precisa de uma reforma urgente e que a inclusão da sociedade nas escolas, nem sempre acontece na prática...*”; “*Os pais deveriam participar mais em atividades por forma a interagir de perto no meio escolar desde ler histórias, promover iniciativas caminhadas entre outras atividades.*”; “*Tenho muita pena que Penafiel seja o único concelho do VS onde não existe ensino articulado. A cultura devia estar presente na formação das nossas crianças de forma efetiva e não de faz de conta, como se percebe pelas atividades extracurriculares do 1º ciclo que, apenas servem para “guardar as*

Adicionalmente, verifica-se que, ao nível dos conteúdos escolares, tal como com os adolescentes, também, uma parte significativa das famílias/adultos cuidadores negam ou revelam desconhecimento acerca do facto de as escolas que as crianças/adolescentes frequentam promoverem o tema **educação sexual** (e.g., “[...] *Considero urgente uma abordagem sistemática das questões da educação sexual com jovens (tenho uma filha no 9º ano e verifico que tal não acontece).*”; “*Na minha opinião o tema "educação sexual" deveria ser um tema abordado com frequência.*”).

Positivamente, destaca-se o esforço dos responsáveis por acompanhar e ajudar as crianças/adolescentes no que conseguem e o facto de se demonstrarem maioritariamente satisfeitos com os estabelecimentos de ensino e com as atividades que proporcionam às crianças. Com destaque, as observações feitas pelos participantes no sentido de que “*Educar é melhorar a sociedade*” e que se torna **mais fácil, quando existe união entre todos os envolvidos, bem como comunicação e confiança** (e.g., “*A educação é um processo contínuo que envolve todos (crianças, pais, professores, sociedade em geral).*”; “*Confio nos agentes da Educação das escolas que as minhas filhas frequentam.*”; “*É muito importante os pais terem contacto com os professores para juntos darem todas as ferramentas que as nossas crianças necessitam para crescerem bem e o mais esclarecidas possível.*”).

Conciliação entre Vida Familiar e Trabalho

Mais de metade das pessoas inquiridas ($n = 711$, 52.1%; cf. Gráfico 71) afirmou ser *completamente verdade* que **normalmente se sentem apressados**. Consequentemente, a maioria dos respondentes ($n = 717$, 52.6%; cf. Gráfico 72) indicou que, **na sua vida quotidiana, raramente têm tempo para fazerem tudo o que querem, e nos seus dias de descanso**, revelaram a mesma dificuldade ($n = 668$, 49%; cf. Gráfico 73).

Em relação aos seus empregos, 45.4% ($n = 619$; cf. Gráfico 74) consideraram que **o seu horário se adapta aos seus compromissos familiares**, todavia 43.8% ($n = 598$) indicaram que *nem sempre é verdade*. **Após o trabalho**, os participantes afirmaram que *nem sempre se sentem cansados para usufruir da sua vida familiar com as crianças* ($n = 703$, 51.5%; cf. Gráfico 75), no entanto acharam que o **trabalho lhes impede de dedicar o tempo que gostariam às suas crianças** ($n = 628$, 46%; cf. Gráfico 76). Os Gráficos 71 a 76 (pp. 137 a 139) apresentam os resultados da *Conciliação entre Vida Familiar e Trabalho*.

Em suma, “A conciliação é fundamental para a vida das crianças e adultos.”, sendo elementar no que respeita à vida familiar, ao trabalho e à escola. Todavia, em muitas famílias, existem fatores adjacentes, como **a carga horária escolar e laboral** (e.g., “As exigências e o horário de trabalho diminuem esse tempo em família.”; “Por vezes os horários “de trabalho dificultam o tempo que temos para estarmos com os nossos filhos.”), as **condições de trabalho** (e.g., “[...] trabalho por turnos e é difícil ajustar os meus horários de trabalho.”; “Em Portugal não existe conciliação de vida familiar e trabalho! Existe cada vez mais pessoas a trabalhar por turnos! Deveria de ocorrer alterações na legislação e condições de trabalho.... Atualmente as políticas de trabalho vão contra a vida familiar!”), a **compatibilidade de tempos livres** (e.g., “O tempo dos miúdos é que é pouco para conciliar comigo.”) ou o **cansaço** (e.g., “É complicado... Quando os 2 pais trabalham e têm mais que 2 filhos é muito complicado... mas com gosto e amor há sempre tempo para tudo, mesmo cansada há tempo.”), que dificultam esta conciliação.

Estarão as dificuldades de conciliação apresentadas pelas famílias de Penafiel associadas a um aproximar do limite de carga de trabalho suportada? Ou será que, como alguns participantes indicam, há sempre tempo para tudo? É fundamental que o município e as entidades empregadoras se empenhem no desenvolvimento de **políticas públicas que, a nível concelhio, permitam uma maior conciliação entre os horários dos pais/adultos cuidadores e os das crianças/adolescentes por quem são responsáveis** – por exemplo, **redução das cargas horárias** (e.g., “Reduzir o horário de trabalho.”), **trabalho a tempo inteiro apenas para um dos cuidadores** (e.g., “Um dos pais deveria ter um horário reduzido para poder acompanhar os filhos mais de perto na escola, nos trabalhos de casa e nas atividades.”), quando aplicável, ou **teletrabalho** (e.g., “Teletrabalho seria uma boa opção ou horários flexíveis.”). Além disso, e até que estas políticas possam ser efetivamente aplicadas, é indispensável que sejam identificadas **respostas que contribuam para incrementar os apoios fornecidos aos adultos com crianças/adolescentes a seu cargo**, a fim de melhor satisfazerem as obrigações que tal papel acarreta. Por último, é importante referir que algumas famílias assumiram que conseguem conciliar a vida familiar e o trabalho, mesmo que seja complicado, usando como fonte de energia termos como “amor”, “equilíbrio” ou “dedicação”. **Ainda que esta seja uma forma adaptativa de responder às adversidades, a palavra que deveria assumir uma posição de destaque é “direito”**. Apenas, assim, é possível que os adultos responsáveis/ cuidadores disponham **do direito a priorizar a família** (algo que nem sempre é possível) e o seu bem-estar geral (para que seja esse bem-estar que transmitem às crianças/ adolescentes de quem

Gráficos – Famílias

Brincadeira e Lazer: Gráficos 3 a 13

Gráfico 3. Na minha comunidade/cidade existem sítios para as crianças brincarem (como parques infantis), fazer jogos ou praticar desporto.

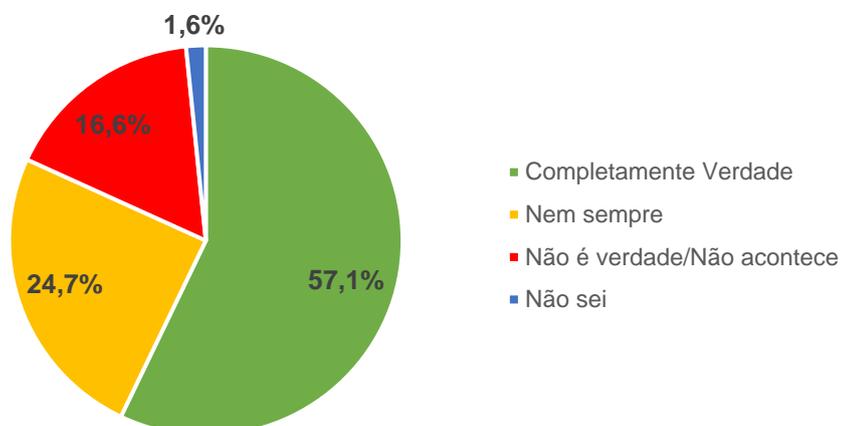


Gráfico 4. Na minha comunidade/cidade existem sítios para os jovens de várias idades brincarem, fazer jogos ou praticar desporto.

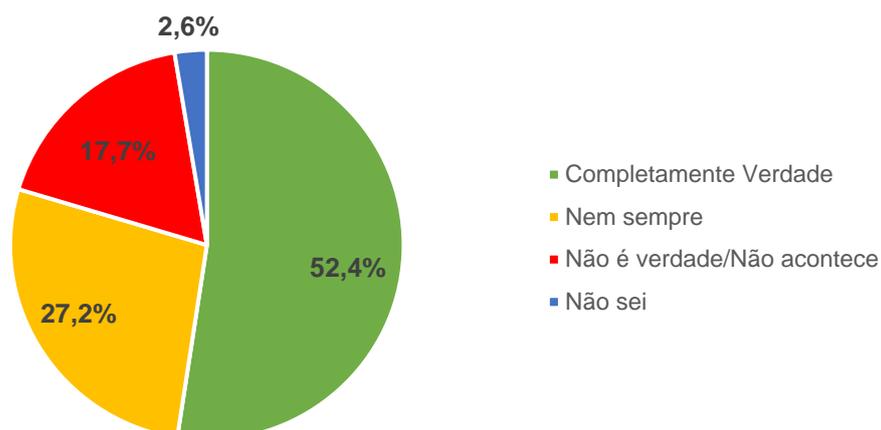


Gráfico 5. Eu costumo levar as minhas crianças ao parque infantil com frequência ou acompanhá-los em outras atividades (se já são mais velhos).



Gráfico 6. Quando vou ao parque infantil ou a outras atividades, tenho a oportunidade de falar com outros pais e mães/responsáveis.

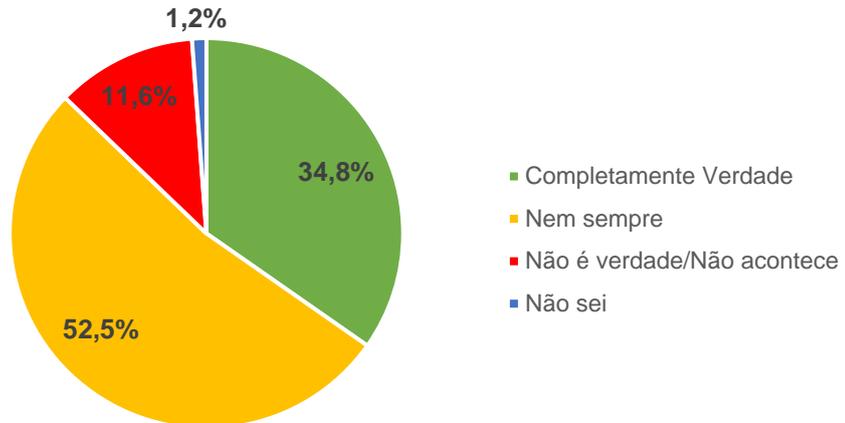


Gráfico 7. Quando levo as minhas crianças ao parque infantil, gosto de brincar com eles/as.

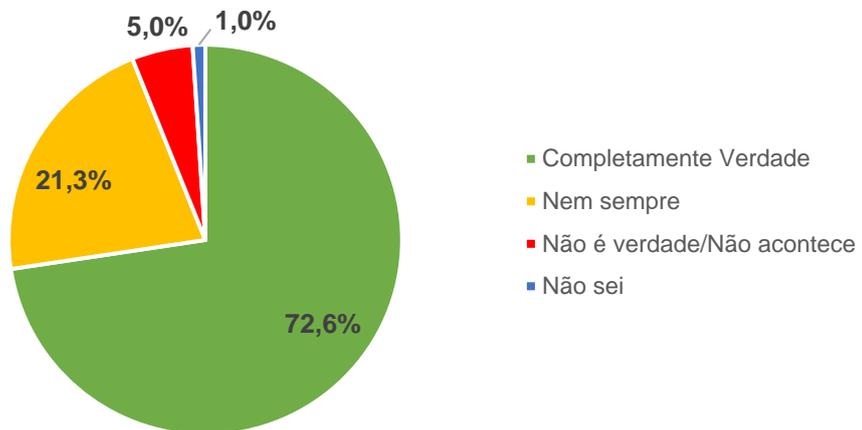


Gráfico 8. Eu levo as minhas crianças ao parque infantil, mas não sei ou não me sinto à vontade para brincar com elas.

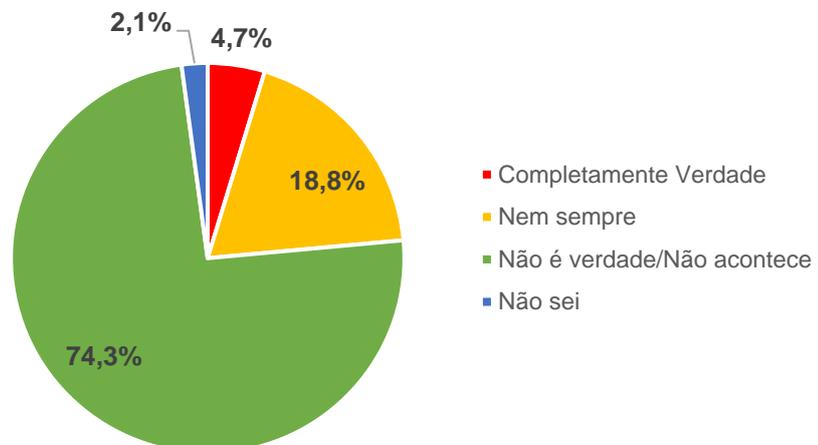


Gráfico 9. Eu sinto que depois da escola, ainda sobre tempo para as minhas crianças brincarem, descansarem e aproveitarem o seu tempo livre.



Gráfico 10. Depois da escola e do meu trabalho, ainda tenho tempo para brincar ou passar tempo com as minhas crianças.

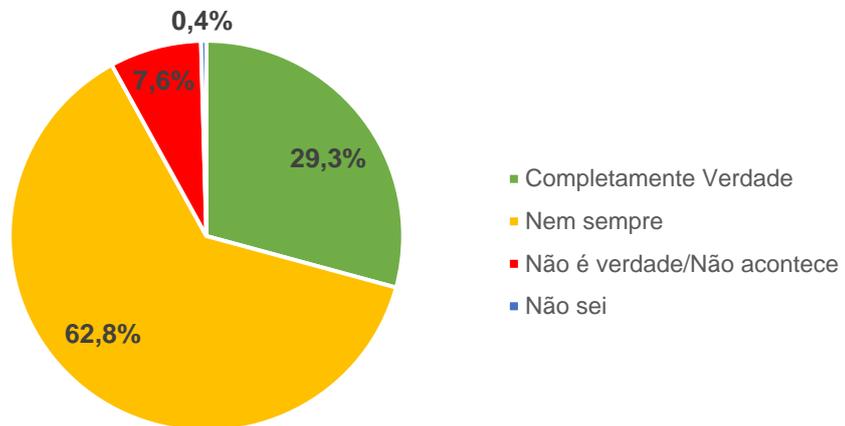


Gráfico 11. No fim de semana, organizamos sempre atividades que possamos fazer enquanto família.

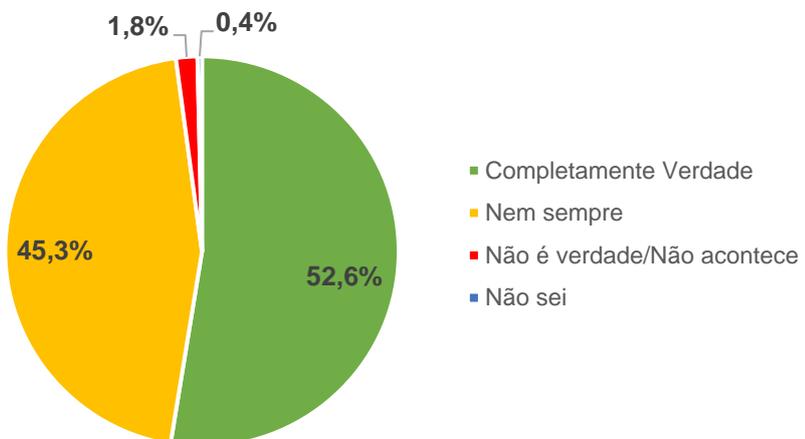
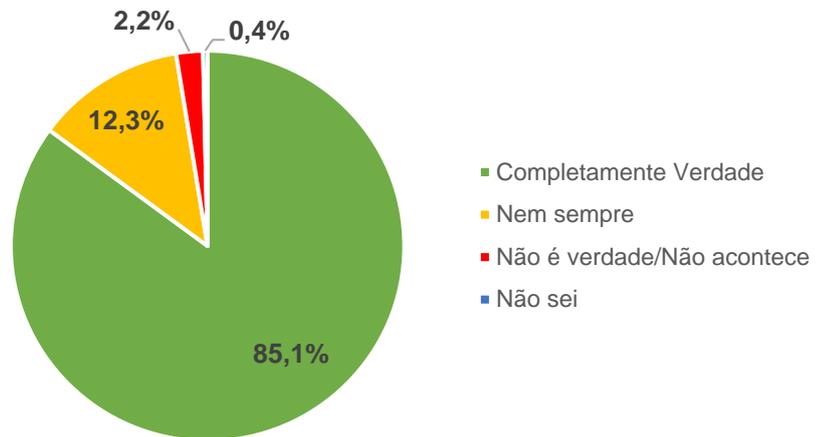


Gráfico 12. Eu costumo levar as minhas crianças a brincar ou passear na natureza durante todo o ano, seja na praia, no campo ou no rio.



Gráfico 13. Eu deixo as minhas crianças brincarem com areia, paus, lama e outros elementos e não me preocupa que eles/as se sujem; basta que se divirtam.



Participação e Cidadania: Gráficos 14 a 24

Gráfico 14. Desde que as minhas crianças são pequenas sempre falei muito com elas.

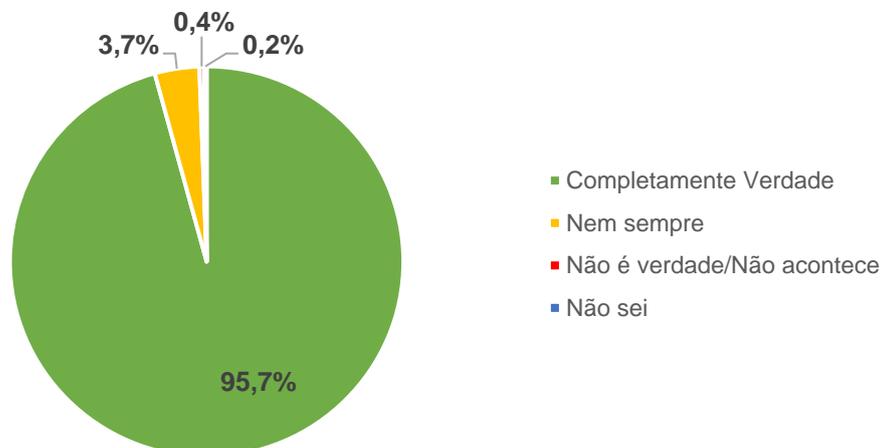


Gráfico 15. Eu gosto de ouvir a opinião das minhas crianças sobre vários assuntos e tenho em consideração o que pensam e sentem.

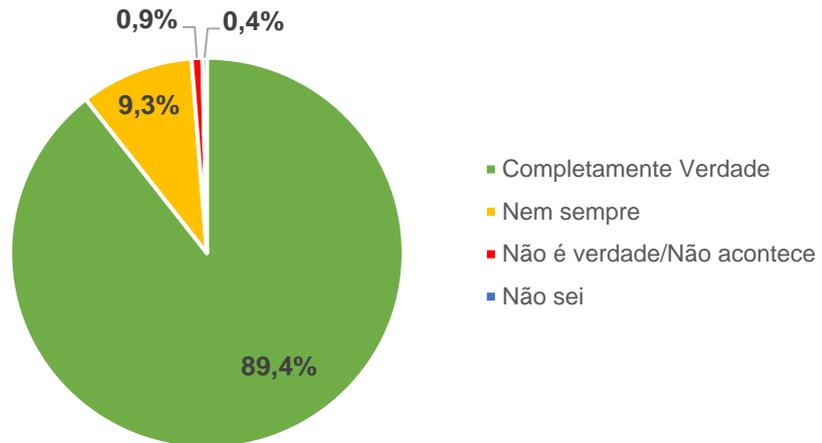


Gráfico 16. A partir do momento em que as minhas crianças conseguiram realizar pequenas tarefas, envolvia-as na cozinha, jardinagem ou outras tarefas, que fazíamos juntos/as.

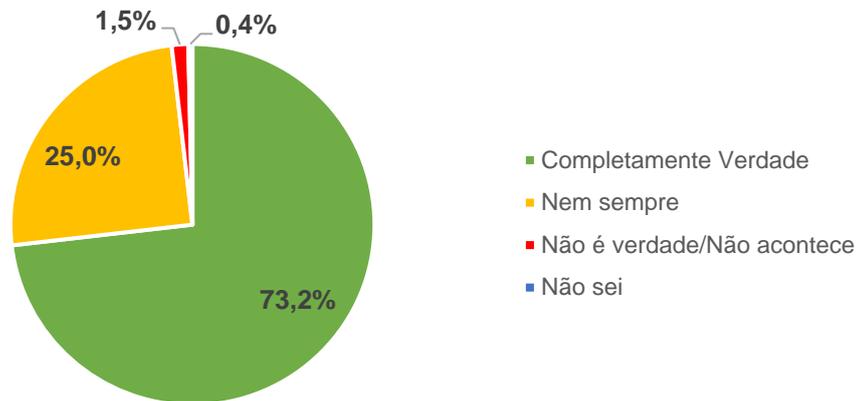


Gráfico 17. Sempre tive prazer em ver as minhas crianças ajudarem na cozinha, no jardim ou a fazer outras tarefas.

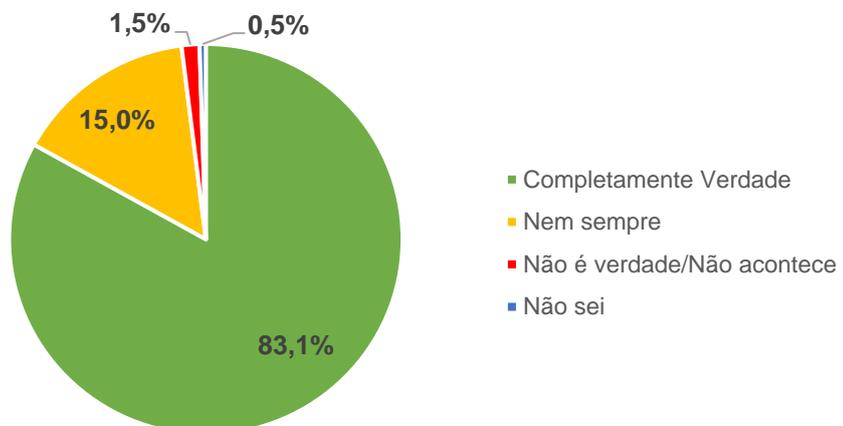


Gráfico 18. Eu costumo perguntar às minhas crianças o que gostariam de fazer no fim de semana.

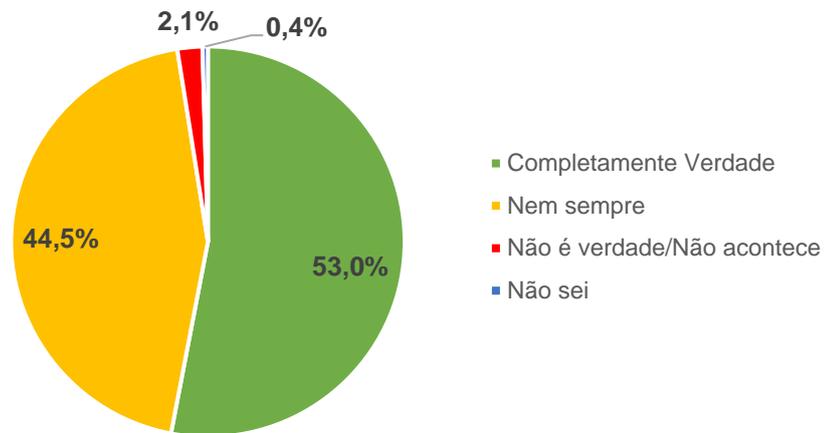


Gráfico 19. Eu costumo perguntar às minhas crianças onde gostariam de ir passear ou ir de férias.

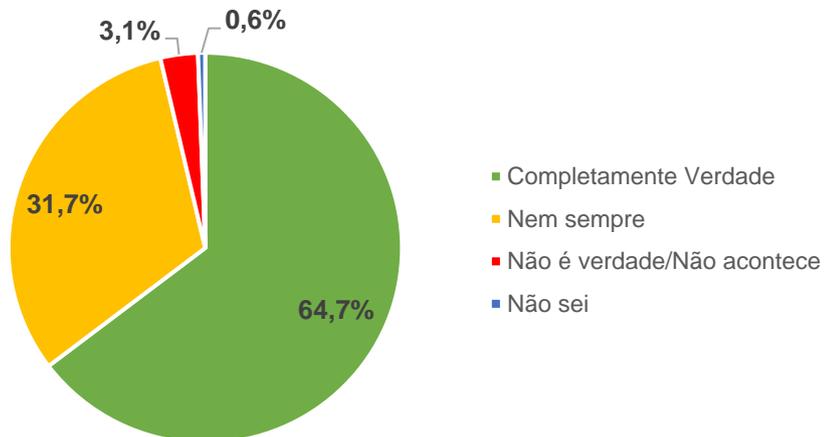


Gráfico 20. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças na televisão, no rádio, na Internet ou outra fonte.

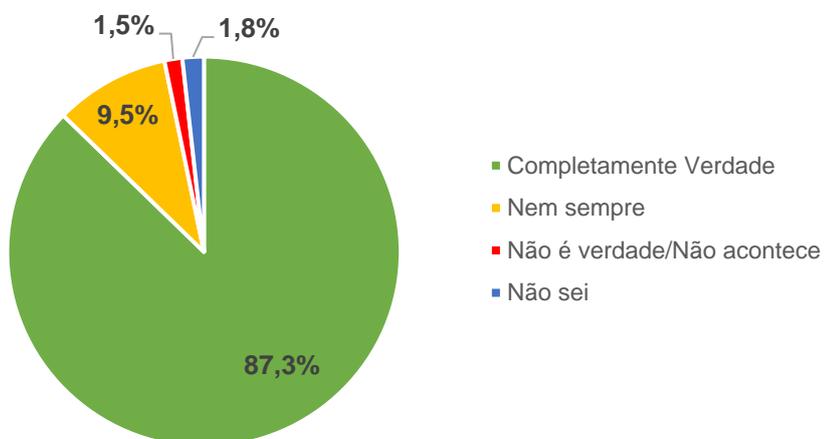


Gráfico 21. No município existe um Conselho Municipal de Jovens.

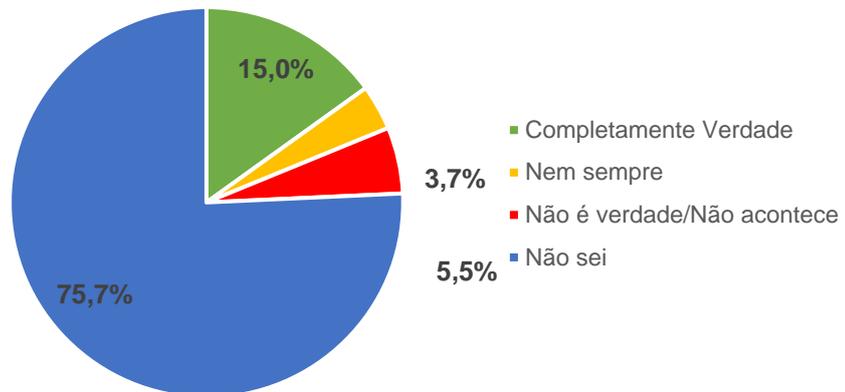


Gráfico 22. As minhas crianças participam no Conselho Municipal de Jovens.

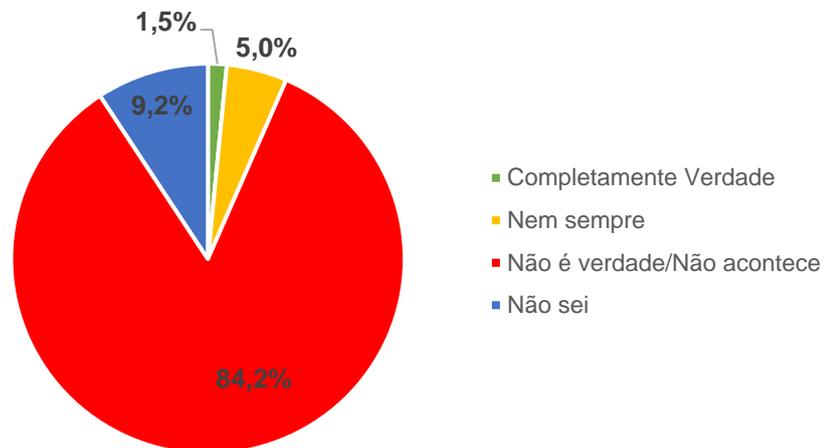


Gráfico 23. As minhas crianças participam em outras atividades associativas.

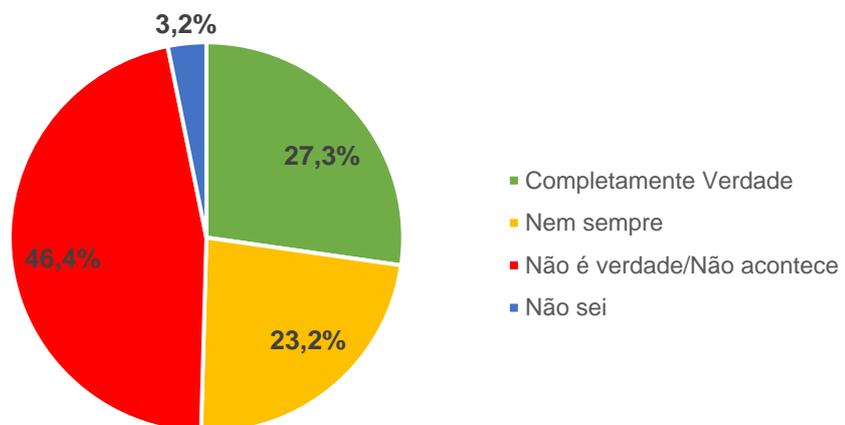
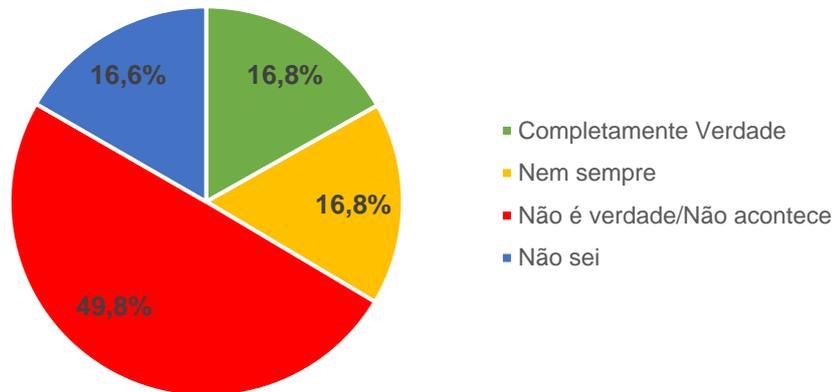


Gráfico 24. As minhas crianças têm vontade de fazer parte de associações mas não conhecemos nenhuma no sítio onde moramos.



Segurança e Proteção: Gráficos 25 a 35

Gráfico 25. Eu sinto que as minhas crianças podem usar em segurança o autocarro ou outros transportes públicos para ir para escola.

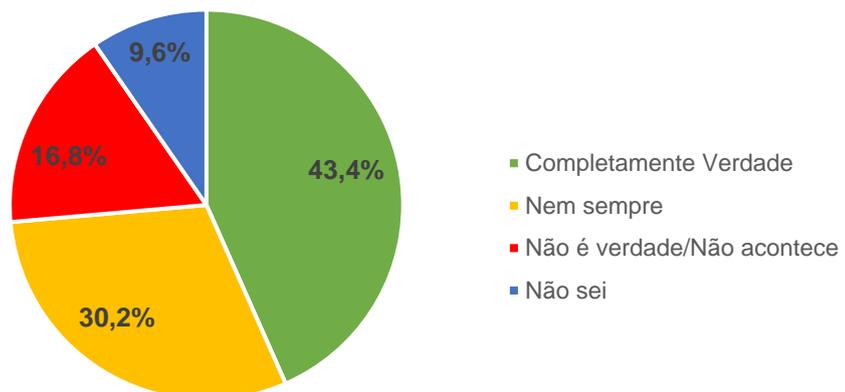


Gráfico 26. As minhas crianças costumam ir para a escola a pé ou de bicicleta sozinhos ou com colegas.

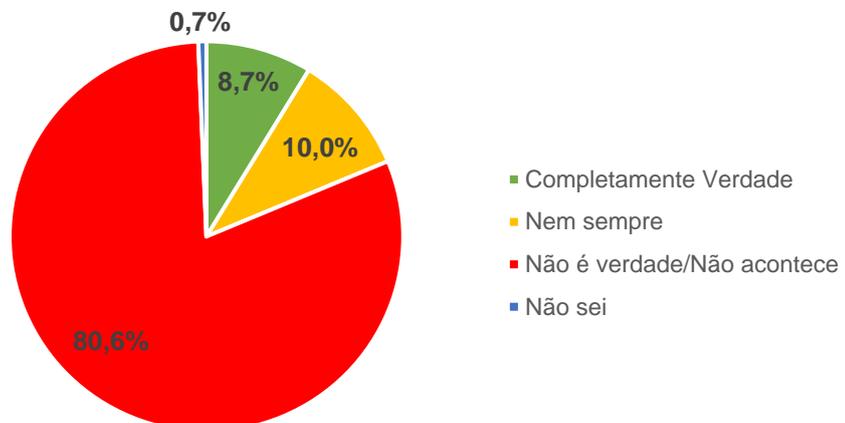


Gráfico 27. Eu costumo levar as minhas crianças à escola a pé ou de bicicleta.



Gráfico 28. Nunca houve uma situação em que outras crianças batessem nas minhas crianças, dentro ou fora da escola.

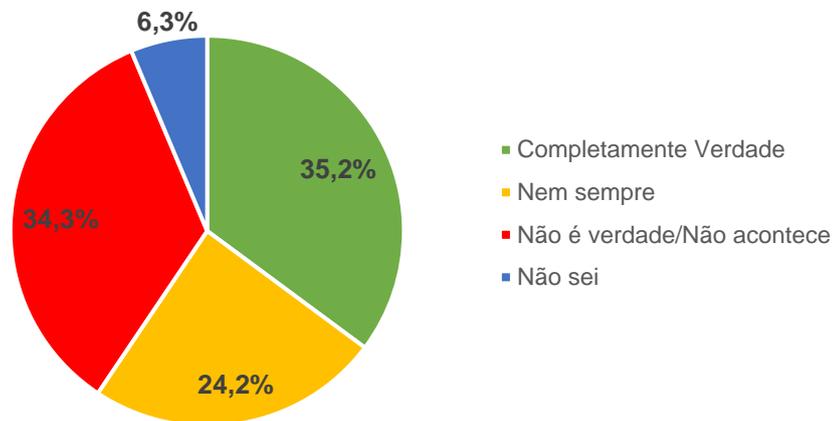


Gráfico 29. Eu sinto que as minhas crianças vêm ter comigo quando têm um problema, ou têm medo de alguma coisa.

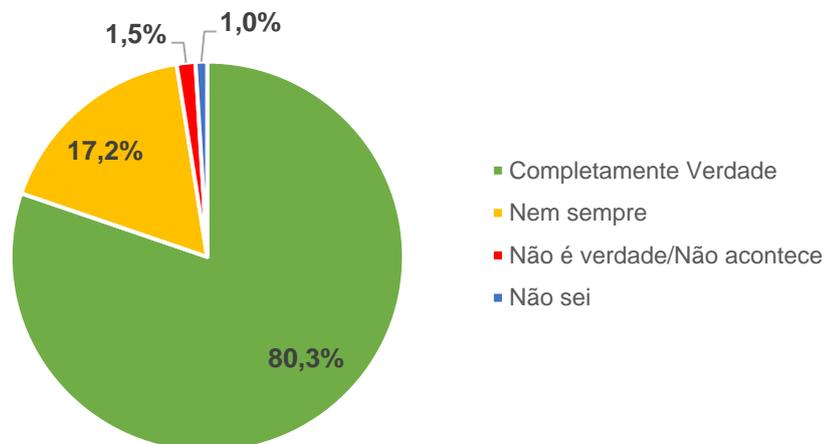


Gráfico 30. Quando eu era criança, era normal os pais/mães baterem nos/as filhos/as.



Gráfico 31. Eu nunca bati nas minhas crianças.

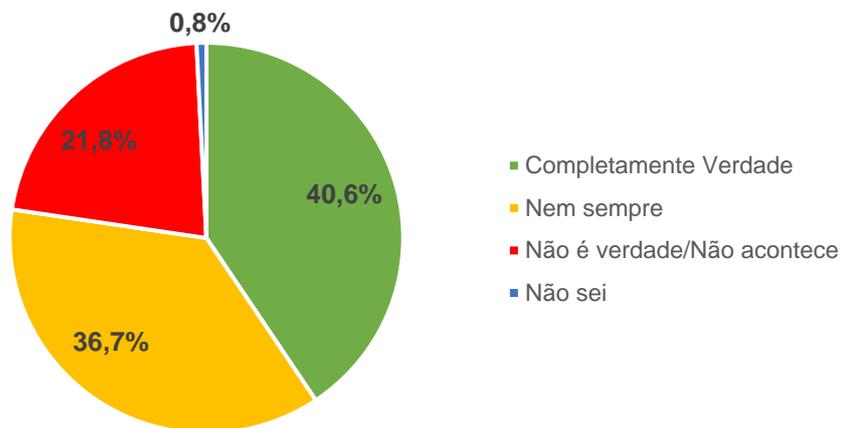


Gráfico 32. Em momentos difíceis, já gritei com as minhas crianças, mas pedi-lhes desculpa e tentei encontrar outras soluções para lhes impor regras.

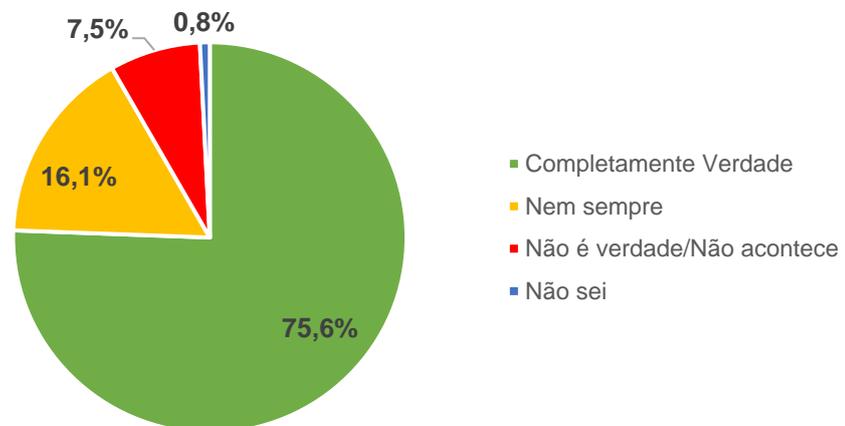


Gráfico 33. Eu costumo ler sobre questões relacionadas com as crianças.

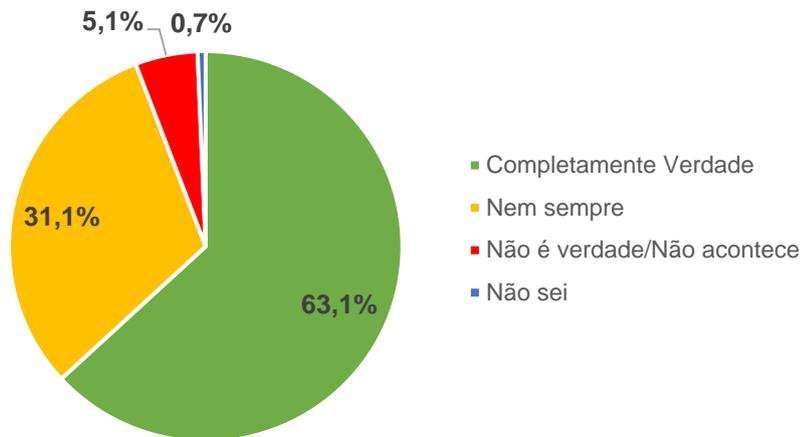
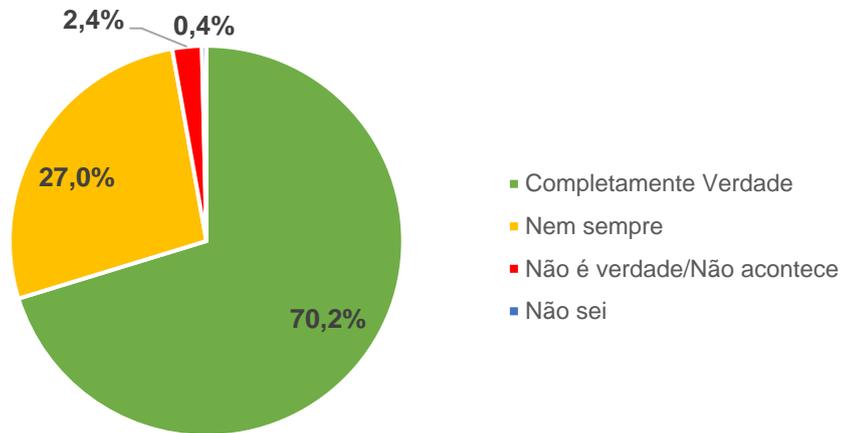


Gráfico 34. Eu costumo acompanhar o que as minhas crianças veem na Internet.



Gráficos 35. Eu limito o acesso ou converso com as minhas crianças sobre os riscos que podem encontrar na Internet.

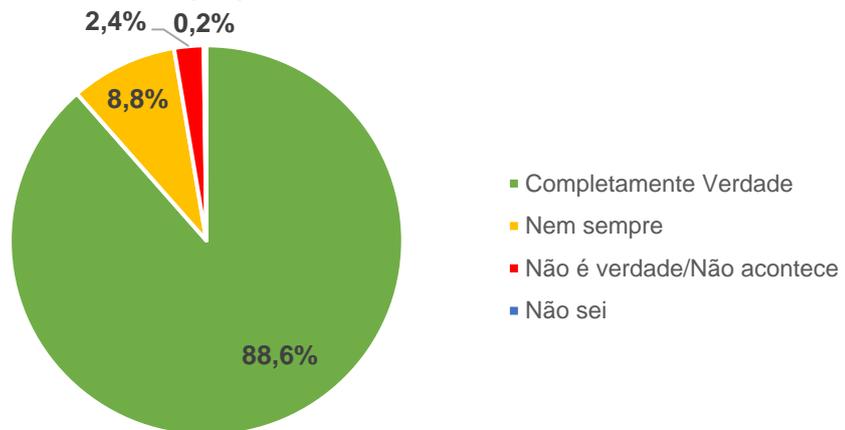


Gráfico 36. Quando eu (ou a minha mulher) estive grávida, participei no curso de preparação para o parto, promovido pelo Centro de Saúde.

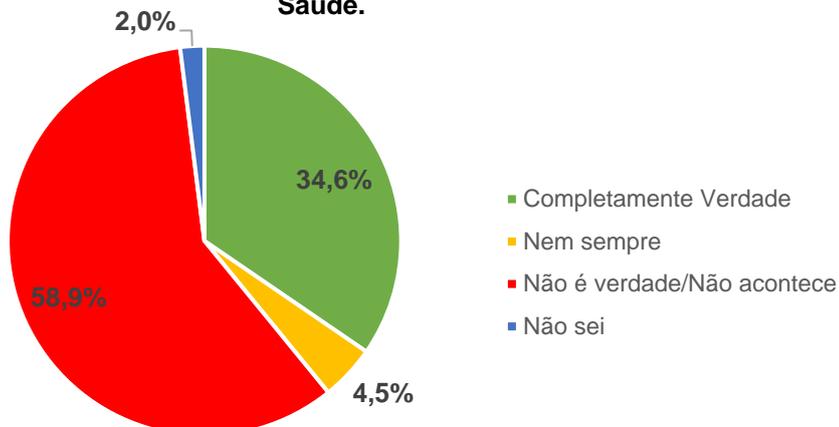


Gráfico 37. O curso de preparação para o parto foi útil.

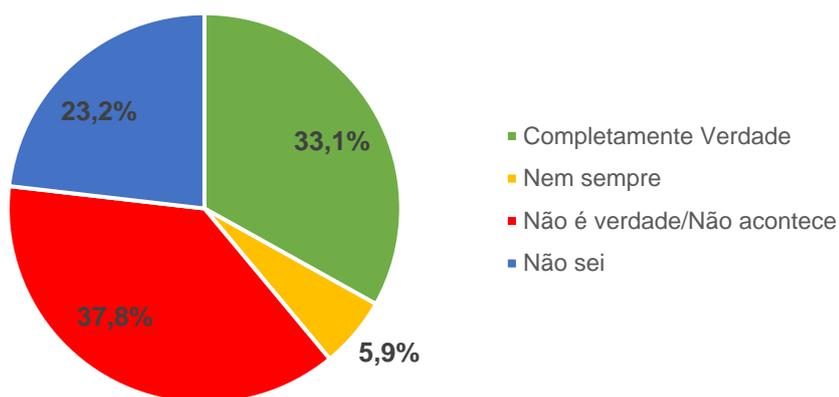


Gráfico 38. Depois de ser mãe (ou a minha mulher), fui chamada para participar no curso pós-parto, promovido pelo Centro de Saúde.

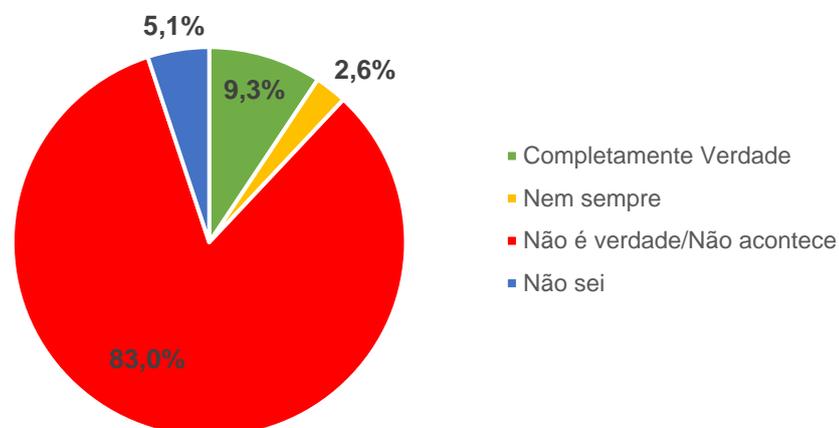


Gráfico 39. Eu levei as minhas crianças a todas as consultas de saúde infantis previstas.

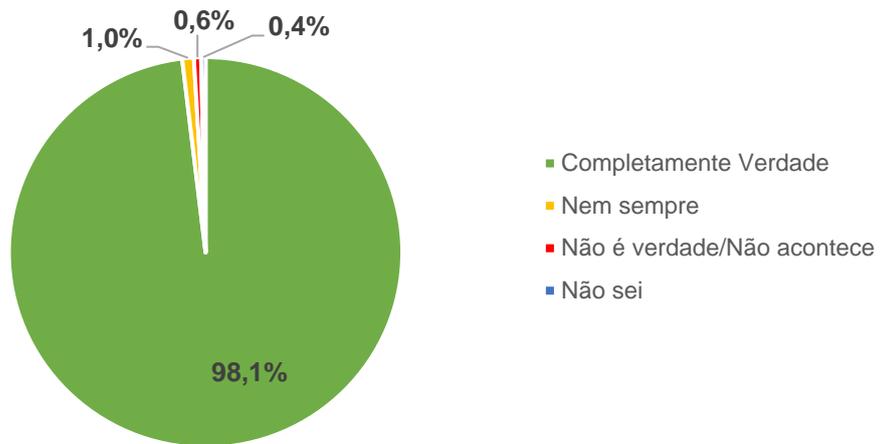


Gráfico 40. As minhas crianças têm todas as vacinas contempladas pelo Plano Nacional de Vacinação.



Gráfico 41. Quando levo as minhas crianças ao/à médico/a, as/os profissionais de saúde costumam falar comigo, mas também diretamente com os meus filhos ou com as minhas filhas.

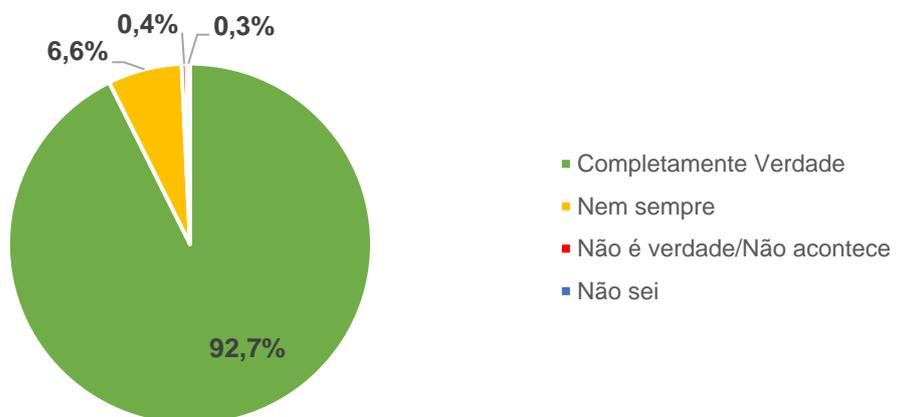


Gráfico 42. Quando o/a médico/a decide o tratamento para a doença das minhas crianças, costuma explicar-lhes o que devem fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos.

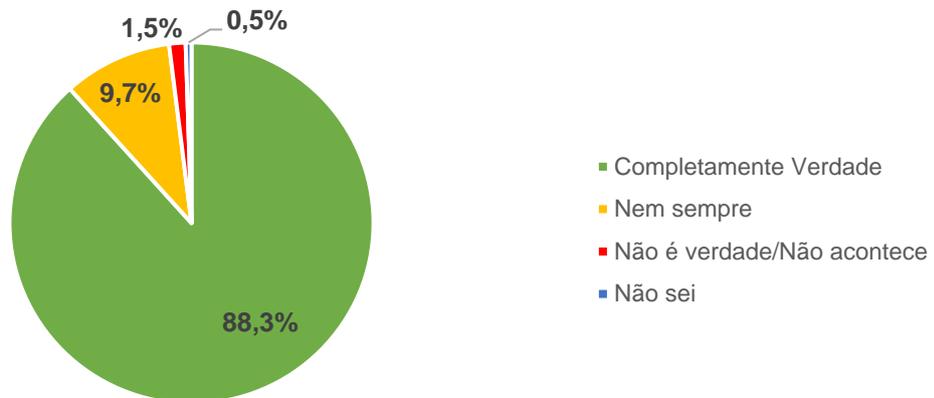


Gráfico 43. Eu percebo sempre tudo o que o/a médico/a me explica.

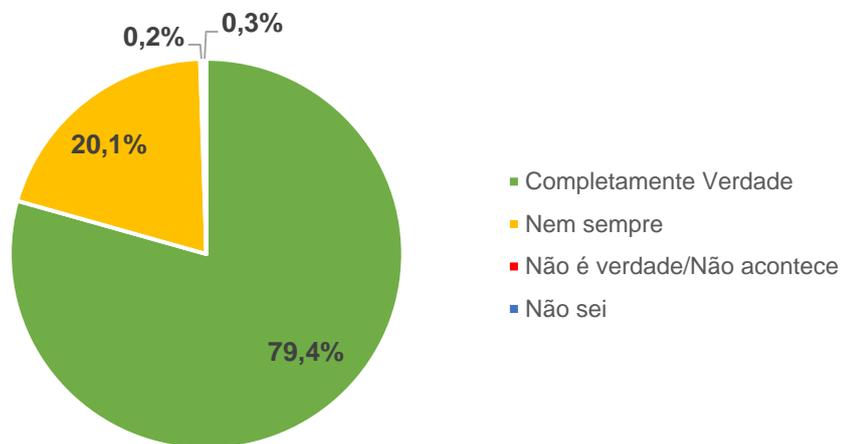


Gráfico 44. O/a médico/a costuma deixar-me à vontade para fazer perguntas ou falar de preocupações que tenho sobre as minhas crianças.

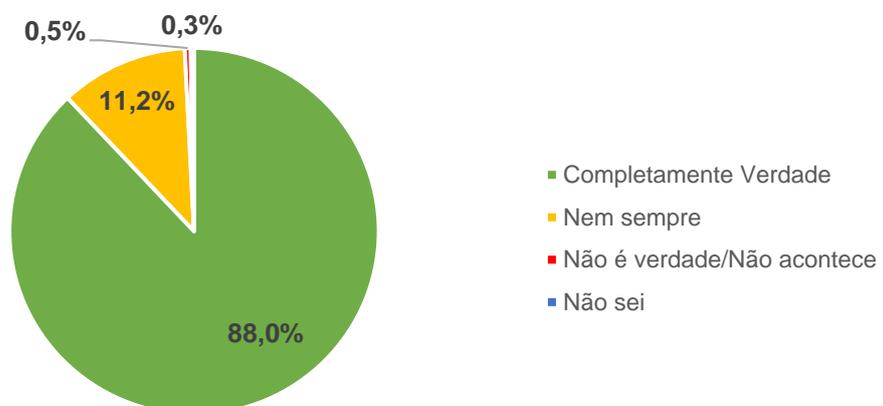


Gráfico 45. Eu (ou a minha mulher conseguiu) consegui amamentar os/as filhos/as em exclusivo até aos 6 meses de idade.

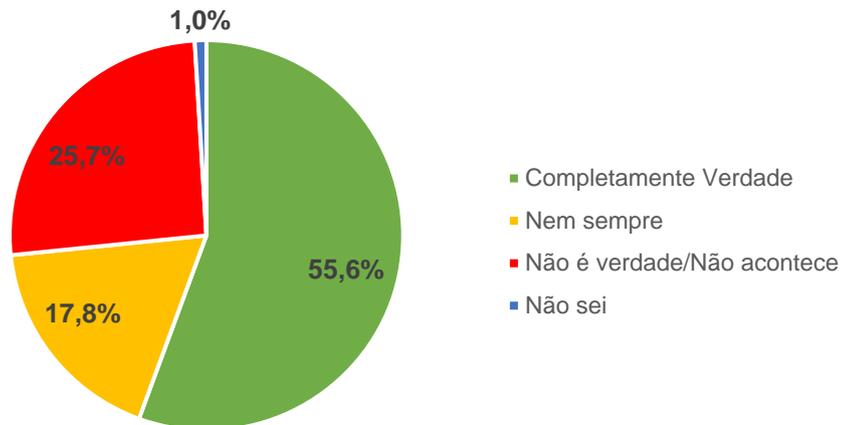


Gráfico 46. Eu sempre me preocupei com a alimentação das minhas crianças.

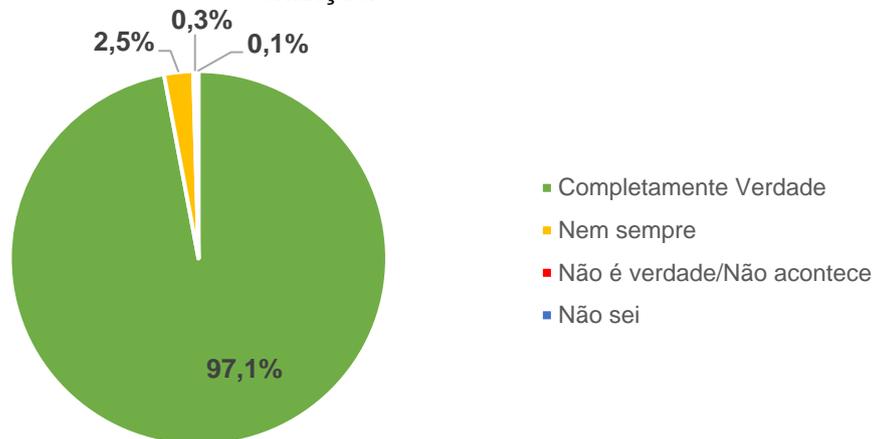


Gráfico 47. Eu tento preparar as refeições das minhas crianças de modo saudável e nutritivo.

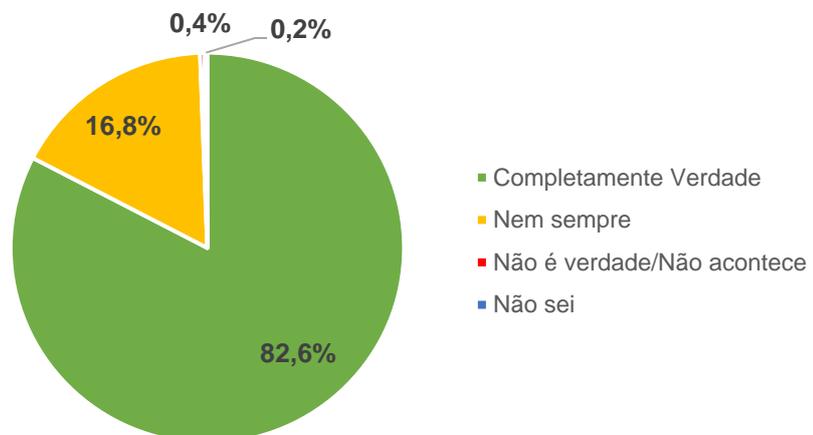


Gráfico 48. As minhas crianças só comem doces ou alimentos menos saudáveis em situações excecionais, como por exemplo festas de aniversário.

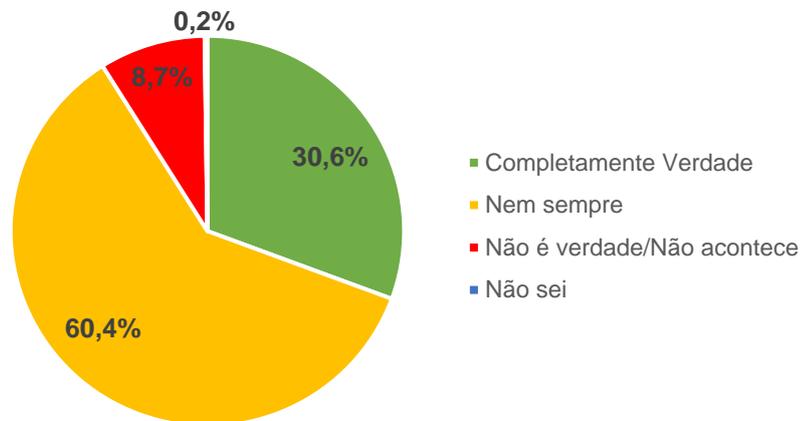


Gráfico 49. Nós fazemos pelo menos uma refeição por dia em família, sentados à mesa.

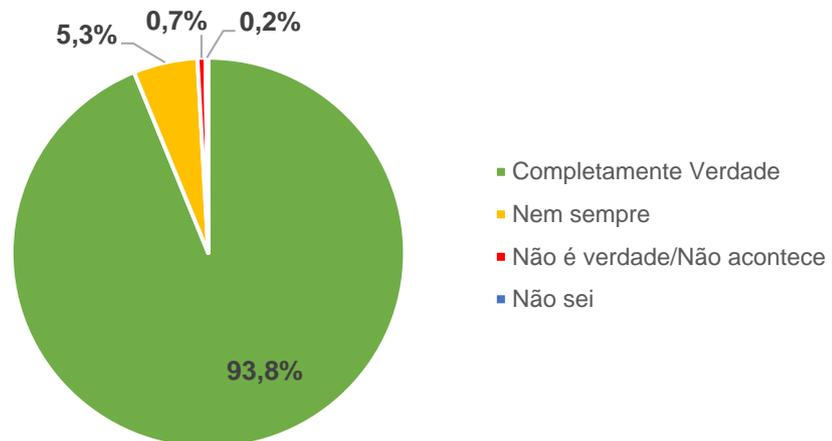


Gráfico 50. Quando comemos à mesa, eu sinto que falamos todos/as.

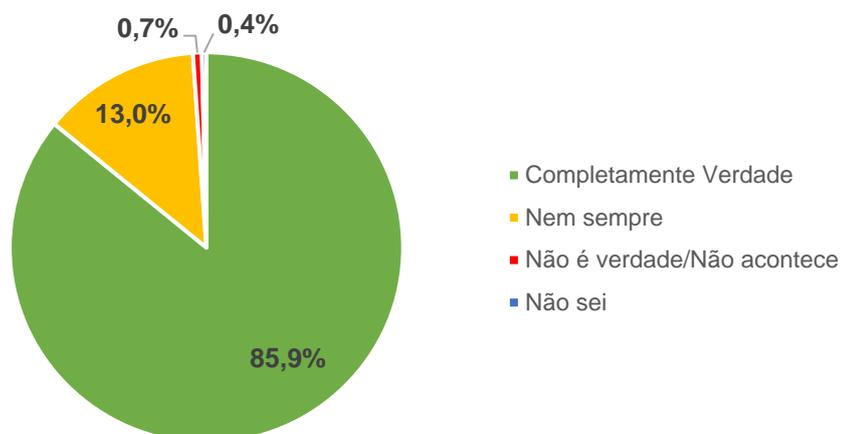


Gráfico 51. Eu coloquei as minhas crianças na creche com poucos meses de idade, pois tinha que trabalhar.

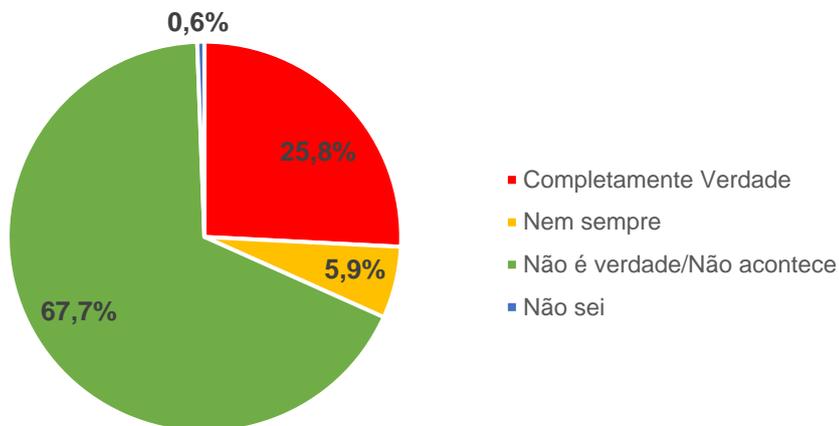


Gráfico 52. Eu fiz questão de ficar em casa com as minhas crianças até estas terem 2/3 anos de idade, porque considerei importante para o seu desenvolvimento e educação.

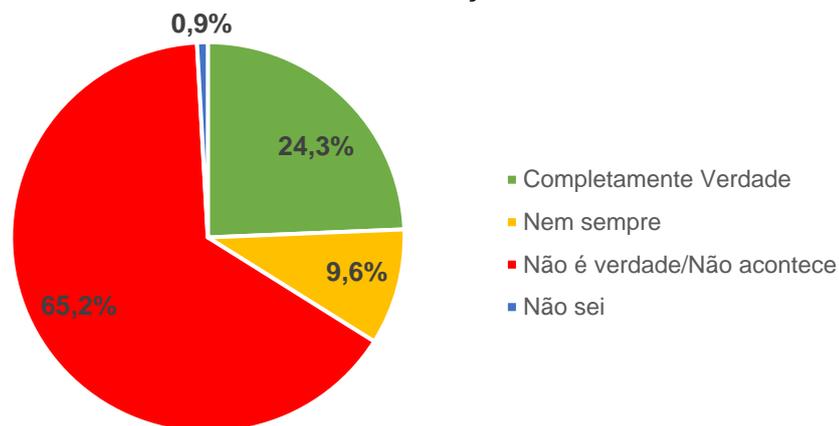


Gráfico 53. Eu gostei de todas as escolas que as minhas crianças frequentaram.

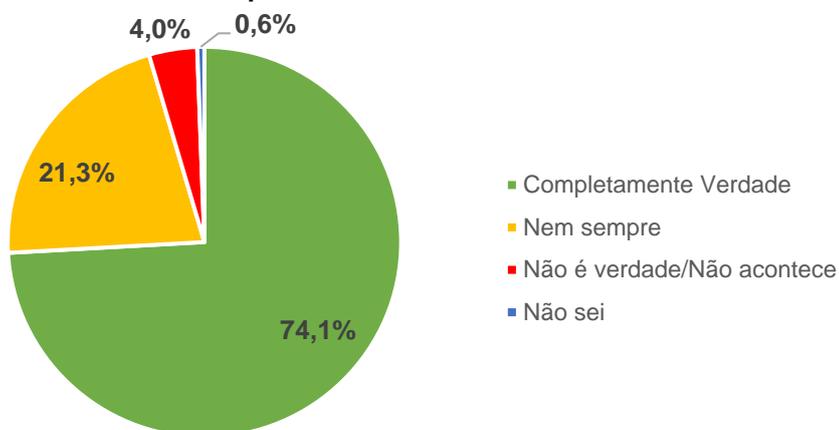


Gráfico 54. Eu sinto que as atividades e dinâmicas da escola vão de encontro às minhas escolhas enquanto pai/mãe/responsável.



Gráfico 55. Eu procurei escolas alternativas, por achar que o ensino regular não vai de encontro às minhas escolhas enquanto pai/mãe/responsável.

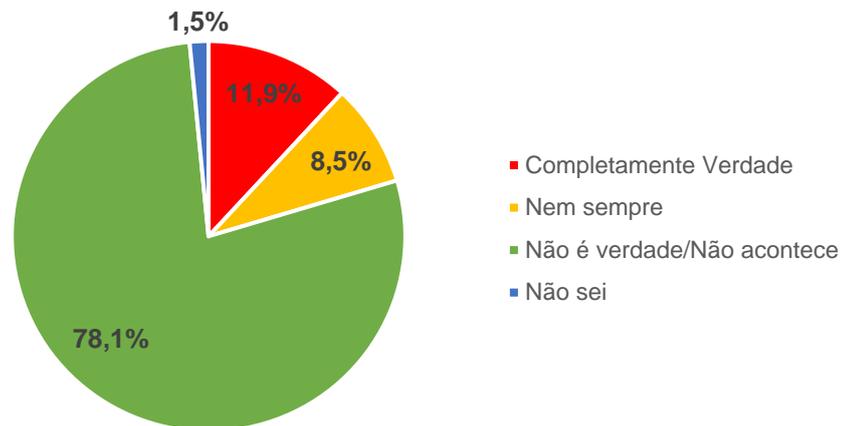


Gráfico 56. Eu sempre apoiei as minhas crianças nos estudos, dentro do que sei e consigo fazer com eles/as.

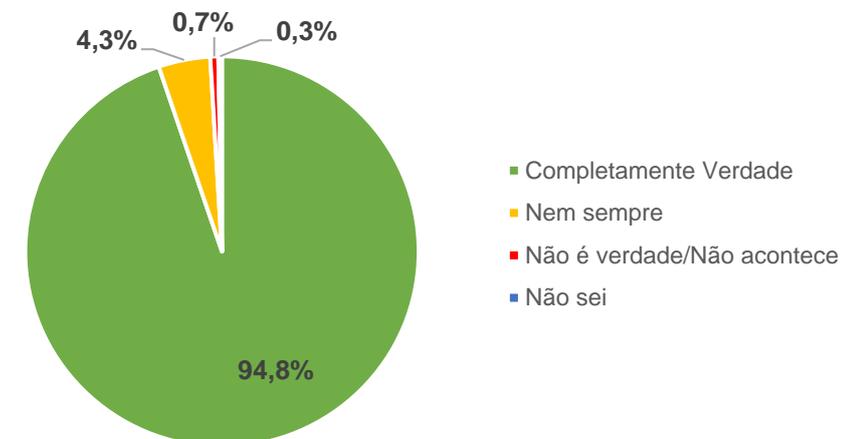


Gráfico 57. Eu vou sempre às reuniões na escola para as quais sou convocado/a.

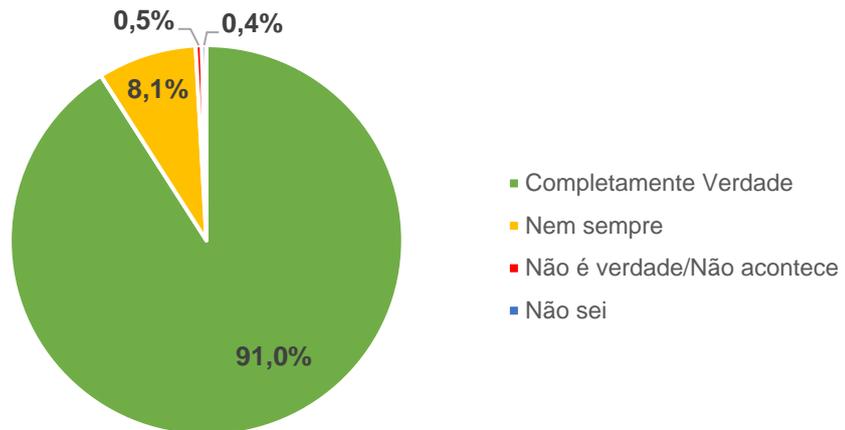


Gráfico 58. Eu participo nas atividades que a escola abre à participação das famílias.

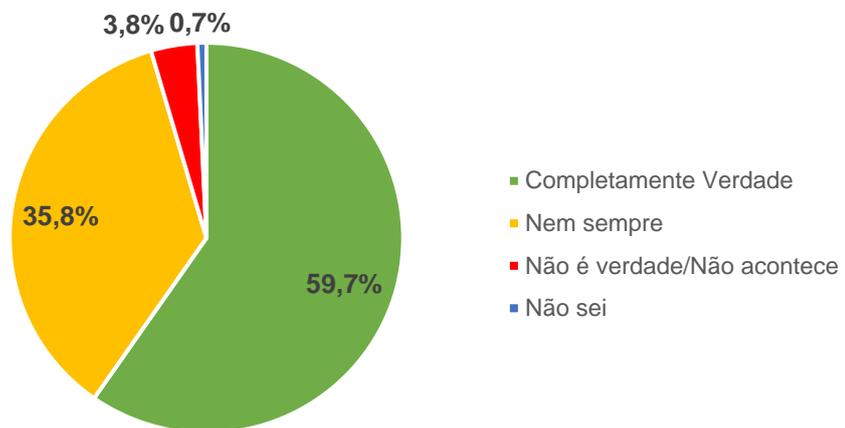


Gráfico 59. Eu sinto que as matérias escolares são relevantes.

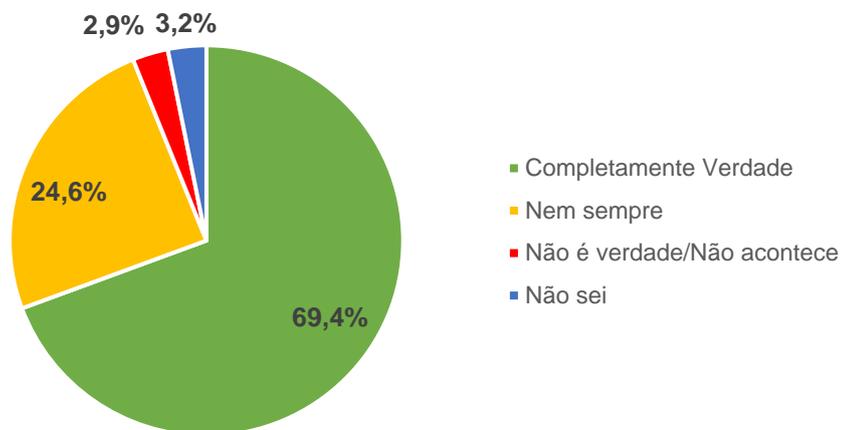


Gráfico 60. Eu sinto que a escola corresponde ao que as minhas crianças gostam de fazer.

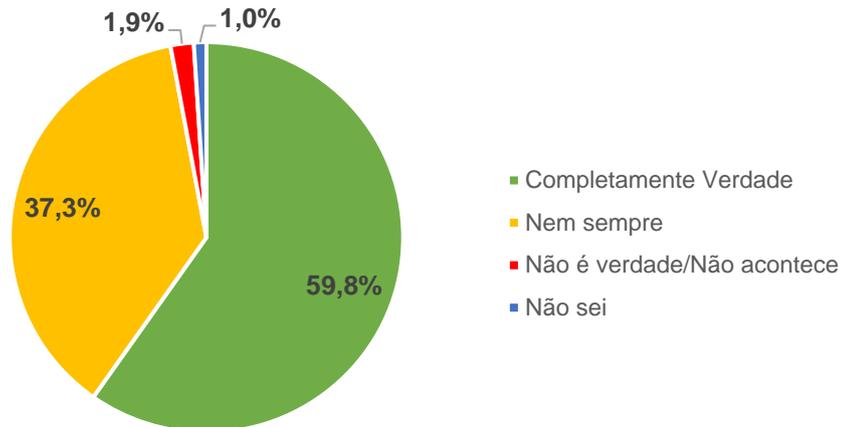


Gráfico 61. Eu sinto que na escola os/as professores/as apoiam os/as alunos/as individualmente.

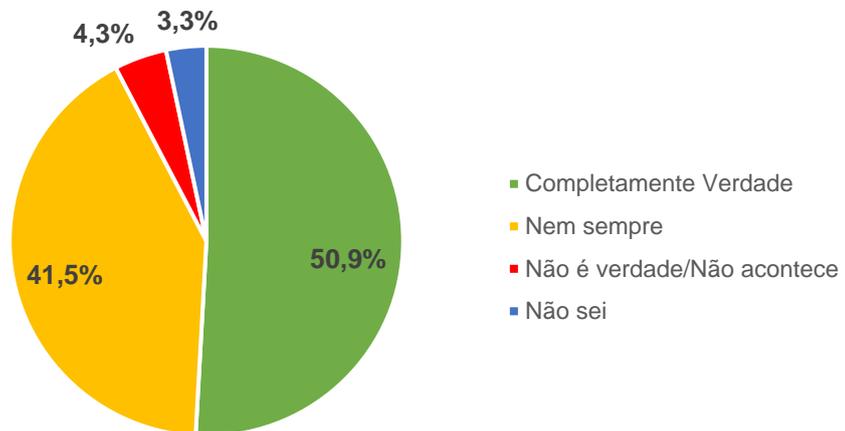


Gráfico 62. Eu costumo perguntar às minhas crianças o que fizeram na escola.



Gráfico 63. Eu costumo perceber quando alguma coisa não corre bem na escola.

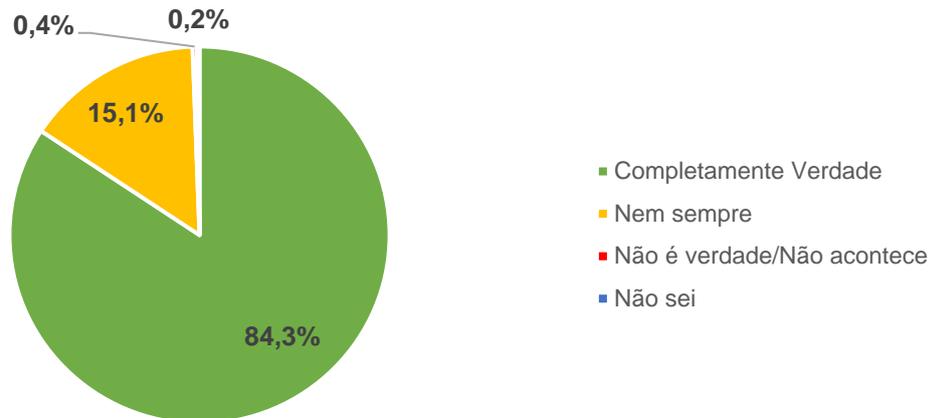


Gráfico 64. Eu sinto-me apoiado/a enquanto pai/mãe/responsável pelos professores e professoras das minhas crianças.



Gráfico 65. Eu consigo pagar todo o material escolar que as minhas crianças precisam.

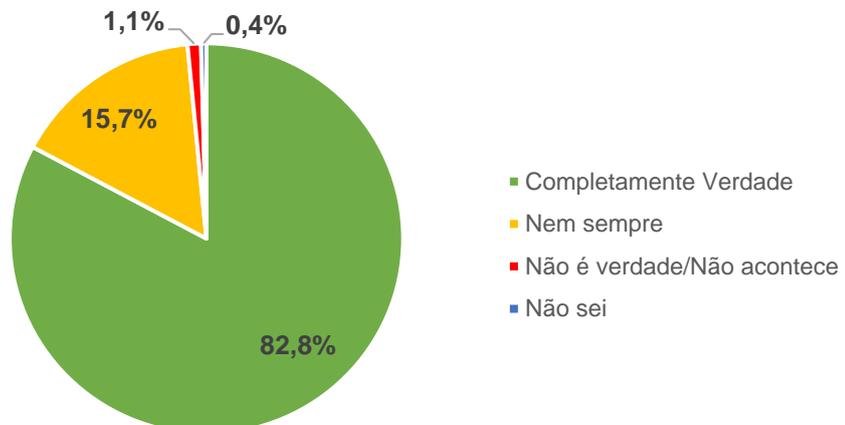


Gráfico 66. As minhas crianças utilizam a biblioteca municipal para estudar, fazer pesquisas ou outras atividades.

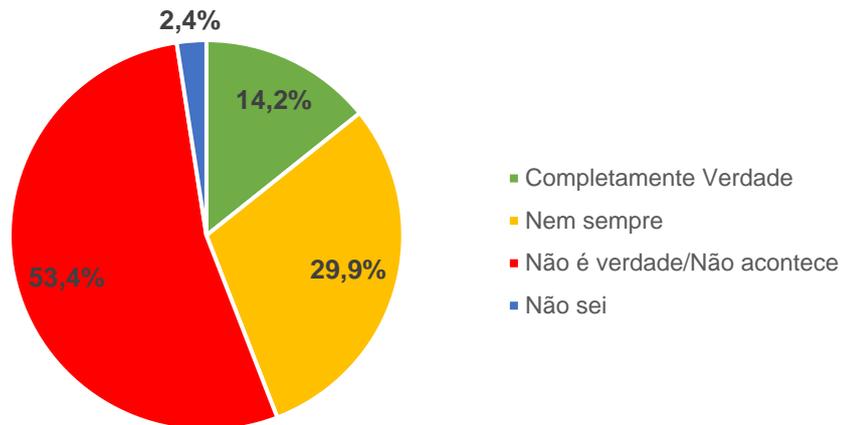


Gráfico 67. A escola das minhas crianças promove atividades para a proteção do meio ambiente.

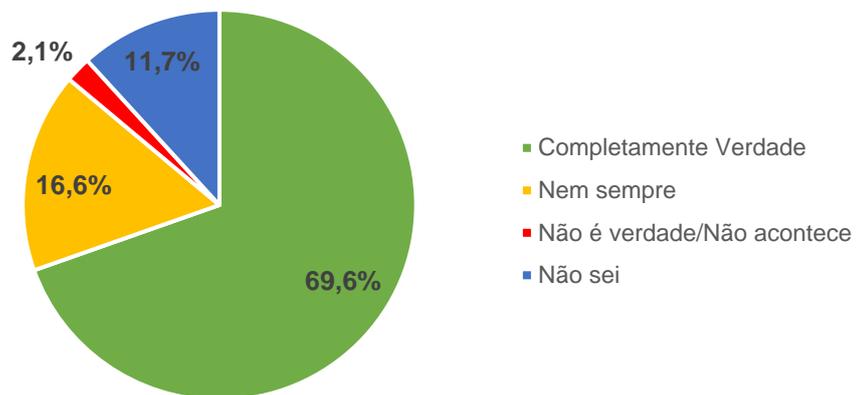


Gráfico 68. A escola das minhas crianças promove atividades sobre a promoção da saúde.



Gráfico 69. A escola das minhas crianças promove educação sexual.

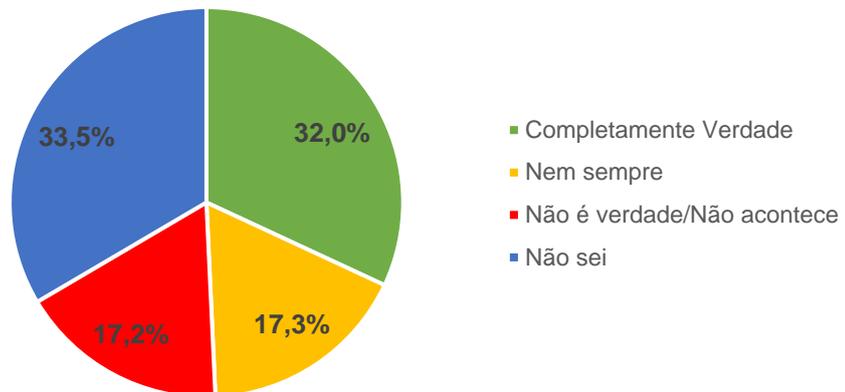


Gráfico 70. Eu sinto que os professores e professoras e auxiliares respeitam todas as crianças, sem discriminação.



Conciliação entre Vida Familiar e Trabalho: Gráficos 71 a 76

Gráfico 71. Normalmente, sinto-me apressado/a.



Gráfico 72. Na minha vida do dia-a-dia raramente tenho tempo para fazer tudo o que queria.



Gráfico 73. Na minha vida pessoal e familiar durante o fim de semana (ou dias de descanso), não tenho tempo para fazer tudo o que gosto.



Gráfico 74. O meu horário de trabalho adapta-se aos meus compromissos familiares enquanto mãe/pai/responsável.

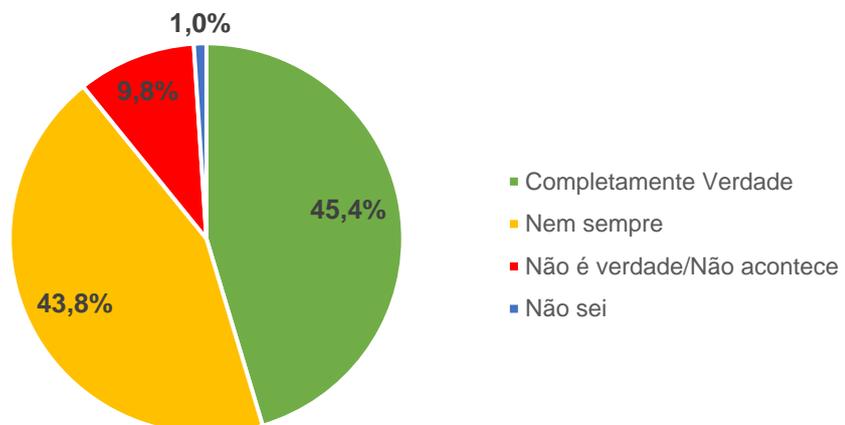


Gráfico 75. Depois do trabalho sinto-me cansado/a para usufruir da minha vida familiar, com as minhas crianças.

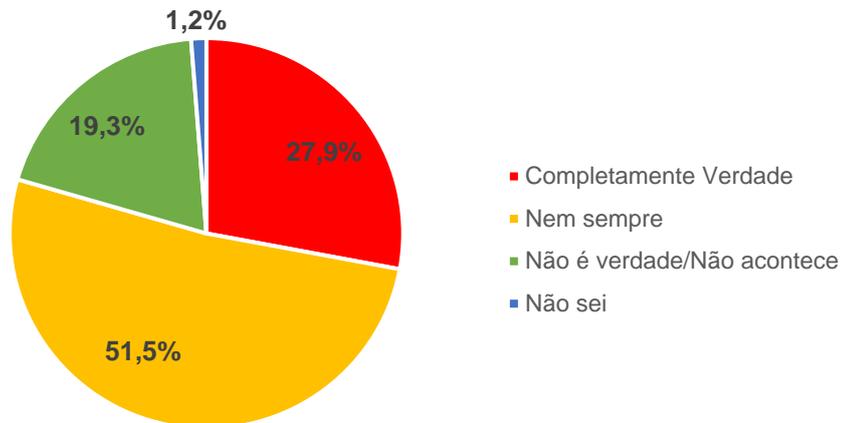


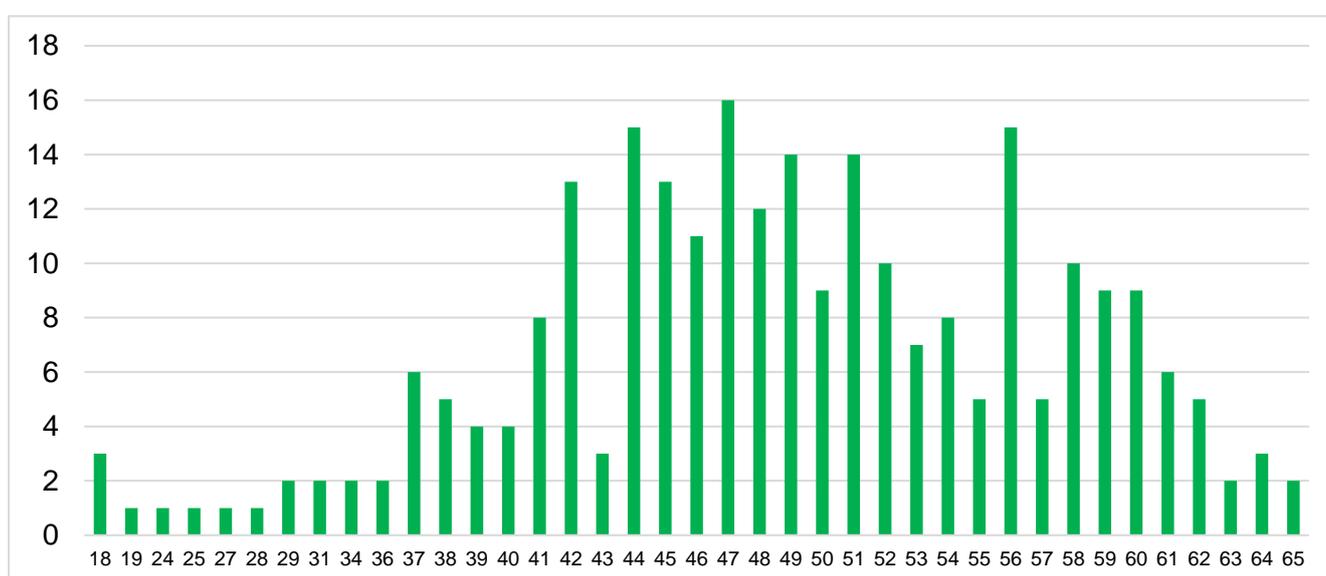
Gráfico 76. Penso que o trabalho me impede de dedicar às minhas crianças o tempo que gostaria.



Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

As Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ) do concelho de Penafiel foram auscultadas respondendo a um questionário online – *Questionário de autodiagnóstico para entidades com intervenção na infância e juventude* – do Protocolo de recolha de dados do Projeto Adélia. Responderam a este questionário **267 profissionais de ECMIJ**. A idade média dos participantes era de 48.3 anos ($DP = 8.83$, variando entre os 18 e os 65 anos). A distribuição por frequência das idades encontra-se no Gráfico 1.

Gráfico 1



Distribuição dos Profissionais das ECMIJ Participantes por Idade (N = 267)

Nota: Oito participantes não indicaram a sua idade.

No que respeita ao sexo, os participantes encontram-se distribuídos de forma desproporcional, com **222 do sexo feminino** (83.1%) e **40 do sexo masculino** (15%). Há, ainda, cinco participantes (1.9%) que não indicaram o seu sexo. Em termos de habilitações académicas, a maioria dos respondentes completou uma Licenciatura. A distribuição das habilitações académicas encontra-se na Tabela 1.

Tabela 1

Distribuição dos Profissionais das ECMIJ Participantes por Habilitações Académicas (N = 267)

Habilitações académicas	<i>n</i>	%
1º Ciclo do Ensino Básico	18	6.7
2º Ciclo do Ensino Básico	8	3.0
3º Ciclo do Ensino Básico	9	3.4
Ensino Secundário	26	9.7
Bacharelato	5	1.9
Licenciatura	161	60.3
Mestrado	34	12.7
Doutoramento	1	0.4

Nota: Cinco participantes não indicaram as suas habilitações académicas.

Finalmente, no que se refere à área de atuação das entidades cujos elementos responderam a este questionário, a mais frequentemente indicada é a **Educação** (85.0%). A distribuição dos participantes pelas áreas de atuação encontra-se na Tabela 2.

Tabela 2

Distribuição pela Área de Atuação dos Profissionais das ECMIJ Participantes

Área de atuação	<i>n</i>	%
Educação	227	85.0
Autarquia	11	4.1
Saúde	7	2.6
Atividades de Tempos Livres (ATL)	5	1.9
IPSS	5	1.9
Centro Paroquial	4	1.5
Forças de Segurança	4	1.5
CPCJ	2	0.7
Segurança Social	2	0.7
Apoio Técnico	1	0.4
Associações Desportivas	1	0.4
Associações Sociais e Recreativas	1	0.4
Centro de Formação	1	0.4
Escuteiros	1	0.4
Justiça	1	0.4

Nota: Cinco participantes não indicaram a área de atuação da entidade de pertença. Note-se que o número total excede os 267, uma vez que os respondentes podiam selecionar mais do que uma opção (entidades/profissionais com mais do que uma área de atuação).

De seguida serão apresentados os resultados relativos a cada uma das dimensões avaliadas, junto dos profissionais das ECMIJ, a saber: *Convenção sobre os Direitos da Criança: Formação e Informação, Participação das Crianças, Princípio da Não Discriminação, Trabalho com as Famílias e Política de Proteção.*

Convenção sobre os Direitos da Criança: Formação e Informação

A quase totalidade dos participantes das ECMIJ (95.9%) referiu *concordar* ($n = 106$, 39.7%; cf. Gráfico 2) ou *concordar inteiramente* ($n = 150$, 56.2%) que os princípios orientadores da **Convenção sobre os Direitos da Criança** são implementados nas suas instituições de pertença. Não obstante, quando questionados sobre **os profissionais terem formação** sobre este tema, verificou-se uma taxa de concordância mais reduzida (80.5%) – *concordo* ($n = 142$, 53.2%; cf. Gráfico 3) ou *concordo inteiramente* ($n = 73$, 27.3%) –, bem como alguma discordância ($n = 17$, 6.4%).

Mais de 95% dos profissionais inquiridos (95.5%) consideraram que as ECMIJ que integram **vêm a criança como sujeito de direitos**, tendo mais de 65% indicado que *concorda inteiramente* ($n = 178$, 66.7%; cf. Gráfico 4) com esta afirmação. De entre os que não concordaram (4.4%), a maior parte deles assumiu desconhecer a posição da sua instituição ($n = 10$, 3.7%).

Relativamente às tarefas levadas a cabo pelos profissionais das ECMIJ participantes, neste âmbito, mais de 85% informaram que a sua instituição **dissemina informação sobre direitos das crianças** – *concordo* ($n = 122$, 45.7%; cf. Gráfico 5) ou *concordo inteiramente* ($n = 105$, 39.3%) – e **realiza atividades regulares com as crianças** para lhes dar a conhecer – *concordo* ($n = 150$, 56.2%; cf. Gráfico 6) ou *concordo inteiramente* ($n = 82$, 30.7%). Adicionalmente, mais de 80% *concordaram* ($n = 154$, 57.7%; cf. Gráfico 7) e *concordaram inteiramente* ($n = 64$, 24.0%) que **a instituição produz materiais informativos sobre os Direitos da Criança**. Os Gráficos 2 a 7 (pp. 150 e 151) apresentam os resultados da *Convenção sobre os Direitos da Criança: Formação e Informação*.

Em suma, a garantia dos direitos das crianças/adolescentes é de extrema importância para que estas possam **crescer de forma saudável e vivenciar uma infância/adolescência plena**. Desta forma, o seu cumprimento, através da implementação coerente dos princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança, garante uma vivência positiva destes períodos desenvolvimentais.

De modo global, a postura das ECMIJ do concelho de Penafiel face a este tema aparenta ser construtiva – as instituições reconhecem a criança como sujeito de direitos, disseminam informação sobre tais direitos, realizam atividades regulares que permitem que a criança os conheça e produzem materiais sobre eles. Não obstante, nos âmbitos que tiveram um maior índice de discordância, como é o caso da disseminação de informação e da produção de materiais informativos e formação para profissionais, continua a verificar-se espaço para melhoria. É fundamental que as crianças conheçam os seus direitos e que estes lhes sejam transmitidos, precocemente e de forma adequada ao seu nível de compreensão, na medida em que **só assim estarão aptas para reconhecer situações em que os mesmos possam estar a ser violados/colocados em causa**

Participação das Crianças

No tópico da *Participação das Crianças*, cerca de metade dos profissionais das ECMIJ participantes ($n = 137$, 51,3%; cf. Gráfico 8) indicou *concordar inteiramente* que, na sua instituição, as crianças/adolescentes **podem falar sobre a sua vida e as suas expectativas de futuro**. Adicionalmente, 41.9% *concordaram* que esta possibilidade lhes é fornecida.

Apesar de a maioria dos profissionais (83.1%) ter, também, afirmado perceberem que **todas as crianças conhecem as regras** que regem o funcionamento destas entidades, a este nível, o grau de concordância revelou-se inferior, havendo uma maior percentagem de inquiridos a *concordar* ($n = 145$, 54.3%; cf. Gráfico 9) do que a *concordar inteiramente* ($n = 77$, 28.8%) com a afirmação. Não obstante o posicionamento face ao conhecimento acerca do regulamento das ECMIJ, enquanto 15.7% dos profissionais admitiram *discordar* ($n = 36$, 13.5%; cf. Gráfico 10) ou *discordar completamente* ($n = 6$, 2.2%) que o mesmo seja **elaborado com a participação das crianças/adolescentes**, 13.5% apontaram não ter conhecimento das práticas da sua instituição de pertença, neste âmbito. Adicionalmente, mais de 55% dos participantes ($n = 151$, 56.6%; cf. Gráfico 11) assinalaram a existência de **materiais informativos acessíveis e adequadas às crianças**, que abordam a instituição, as suas regras e as atividades que desenvolve.

No que respeita às atividades dirigidas às crianças/adolescentes, mais de 80% dos participantes (83.9%) *concordou* ($n = 169$, 63.3%; cf. Gráfico 12) ou *concordou inteiramente* ($n = 55$, 20.6%) que, na sua maioria, **são pensadas e organizadas por pessoas adultas**, bem como, que, nestes casos, há a possibilidade de **as crianças/adolescentes darem a sua opinião** – *concordo* ($n = 142$, 53.2%; cf. Gráfico 13) e *concordo inteiramente* ($n = 73$,

27.3%). Por sua vez, constatou-se, também, a possibilidade de as crianças **estarem envolvidas, de forma ativa, na organização e implementação de atividades a si dirigidas** – *concordo* ($n = 148$, 55.4%; cf. Gráfico 14) ou *concordo inteiramente* ($n = 54$, 20.2%). Não obstante, verificou-se uma percentagem ligeiramente superior de *discordância* ($n = 27$, 10.1%), relativamente à participação ativa das crianças, por comparação com aquela que considerou não ser verdade que estas possam expressar as suas opiniões sobre as atividades criadas pelos adultos ($n = 25$, 9.4%; cf. Gráfico 13).

Ainda no que concerne às atividades elaboradas em prol das crianças e adolescentes, os profissionais das ECMIJ *concordaram*, de forma maioritária ($n = 163$, 61.0%; cf. Gráfico 15), que a instituição a que pertencem **participa regularmente em iniciativas, promotoras da participação da criança na vida da comunidade, da responsabilidade de outras ECMIJ**. Acerca desta temática, 9.0% dos participantes ($n = 24$) indicaram desconhecer as práticas da sua entidade empregadora, enquanto 4.1% ($n = 11$) *discordaram* que a mesma integrasse este tipo de iniciativas/projetos.

Relativamente ao **envolvimento das crianças/adolescentes nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito**, 78.2% dos profissionais indicaram *concordar* ($n = 163$, 61.0%; cf. Gráfico 16) ou *concordar inteiramente* ($n = 46$, 17.2%) que, nas entidades de pertença, esta é uma prática implementada. Na mesma linha, mais de metade *concordou*, também, que as crianças e os adolescentes são **informados sobre a sua situação e sobre o processo de tomada de decisão** ($n = 151$, 56.6%; cf. Gráfico 17), são **entrevistados em ambiente adequado e respeitador das suas necessidades** ($n = 141$, 52.8%; cf. Gráfico 18) e que dispõem de **mecanismos de avaliação da satisfação com serviços** ($n = 140$, 52.4%; cf. Gráfico 19). Os Gráficos 8 a 19 (pp. 152 a 155) apresentam os resultados da *Participação das Crianças*.

Em suma, o cenário que os resultados apresentam, no que se refere às ECMIJ participantes do concelho de Penafiel, aparenta ser, na sua maioria, **promotor do direito à participação**. Os profissionais que integram estas instituições apontam que as mesmas proporcionam às crianças/adolescentes toda a informação necessária, bem como oportunidades para exporem as suas opiniões e perspetivas, sendo estas recolhidas em espaços ajustados às suas necessidades e ouvidas atentamente; que os mais novos são conhecedores dos regulamentos e participam na sua elaboração; e que as atividades que lhes são dirigidas, não só incluem a sua participação, quando desenvolvidas por adultos, como podem ser totalmente elaboradas pelas próprias

O incentivo à participação das crianças é **essencial para que elas se sintam ouvidas e respeitadas** e funciona como **estímulo ao desenvolvimento saudável**, já que as motiva para a elaboração das suas opiniões e para o pensamento crítico sobre o os contextos em que se inserem. Neste sentido, ouvir e dar voz às crianças em serviços que, como as ECMIJ, se direccionam e interagem regularmente com esse público é **fundamental para melhor compreender as suas necessidades** e, conseqüentemente, **responder-lhes de forma adequada**. Não obstante o facto terem sido reduzidas, as percentagens de discordância e desconhecimento que se verificaram, por parte dos profissionais que trabalham nestas instituições, devem **servir de alerta** para a necessidade de as mesmas serem averiguadas e de serem identificadas estratégias que permitam colmatar as falhas ainda existentes, no que respeita à participação das crianças/ adolescentes, a este nível, independentemente da sua idade ou de outras características individuais que possam apresentar. De realçar ainda que a perspectiva das crianças, dos adolescentes e das próprias famílias sobre a participação da criança, não é assim tão positiva como a descrita pelos profissionais.

Princípio da Não Discriminação

A quase totalidade dos profissionais das EMCIJ participantes (97.4%) afirmou que *concorda* ($n = 101$, 37.8%; cf. Gráfico 20) ou *concorda inteiramente* ($n = 159$, 59.6%) que as suas instituições de pertença **funcionam no respeito pelo direito à não discriminação**. De igual modo, quase todos indicaram que estas **acionam medidas positivas dirigidas aos grupos mais vulneráveis a processos de exclusão social** – *concordo* ($n = 139$, 52.1%; cf. Gráfico 21) ou *concordo inteiramente* ($n = 110$, 41.2%) –, bem como **medidas preventivas de práticas discriminatórias e promoção da diversidade/interculturalidade** – *concordo* ($n = 154$, 57.7%; cf. Gráfico 22) ou *concordo inteiramente* ($n = 96$, 36.0%).

Por sua vez, no que respeita ao facto de as ECMIJ **apresentarem condições que garantem o acesso a crianças/adolescentes com deficiência/diversidade funcional**, 49.8% ($n = 133$; cf. Gráfico 23) disseram *concordar* e 42.3% ($n = 113$) disseram *concordar inteiramente* que estas se verificam. A este nível, 4.1% dos participantes expressaram *discordar* ($n = 9$, 3.4%; cf. Gráfico 23) ou *discordar completamente* ($n = 2$, 0.7%) que as mesmas existam, enquanto 3.7% ($n = 10$) revelaram *não saber*. Os Gráficos 20 a 23 (pp. 156 e 157) apresentam os resultados do *Princípio da Não Discriminação*.

Em suma, verifica-se que, na generalidade, as instituições funcionam de acordo com o **princípio da não discriminação**, acionando medidas positivas dirigidas aos grupos mais vulneráveis a processos de exclusão social, assim como medidas preventivas de práticas discriminatórias e promotoras da diversidade. Os resultados evidenciaram, ainda, que as instituições têm condições que garantem o **acesso a todas as crianças/ adolescentes**, nomeadamente, àqueles que apresentam algum tipo de deficiência.

Considerando os efeitos nefastos que atitudes/comportamentos discriminatórios podem ter no desenvolvimento socio-emocional das crianças e dos adolescentes, bem como as **implicações elevadíssimas que acarretam ao nível do seu bem-estar psicológico**, é de extrema importância que as ECMIJ apostem seriamente na prevenção destas práticas, não só entre profissionais e crianças, como entre as diferentes crianças que frequentam os seus espaços. Ainda que as instituições participantes do concelho aparentem dispor de uma visão promotora da igualdade e da não discriminação, é fundamental que se continue a trabalhar nesse sentido, com vista a

Trabalho com as Famílias

Mais de 90% dos participantes assinalaram *concordar* ($n = 151$, 56.6%; cf. Gráfico 24) ou *concordar inteiramente* ($n = 99$, 37.1%) que a sua ECMIJ **conhece o contexto familiar e social em que se integram** as crianças e adolescentes com as quais trabalha diretamente. Assim, a maioria dos profissionais assegurou que a mesma promove regularmente ações que **fomentam o envolvimento das famílias na vida da organização** ($n = 168$, 62.9%; cf. Gráfico 25) e que **favorecem uma abertura à comunidade envolvente** ($n = 178$, 66.7%; cf. Gráfico 26).

Por sua vez, no que respeita à parentalidade, mais de metade dos respondentes expressou que a sua instituição de pertença realiza, com regularidade, **ações promotoras da reflexão sobre as práticas parentais** ($n = 148$, 55.4%; cf. Gráfico 27) e **sobre o conceito de parentalidade positiva** ($n = 148$, 55.4%; cf. Gráfico 28), bem como **ações dirigidas a pais e/ou mães que visam o desenvolvimento das aptidões necessárias à parentalidade positiva** ($n = 149$, 55.8%; cf. Gráfico 29). Nos três casos, 10.9% dos profissionais ($n = 29$; cf. Gráficos 27, 28 e 29) *discordaram* que estas iniciativas sejam levadas a cabo nas suas ECMIJ, enquanto 15.0% ($n = 40$; cf. Gráfico 27), 19.1% ($n = 51$; cf. Gráfico 28) e 18.4% ($n = 49$; cf. Gráfico 29), respetivamente, indicaram desconhecer as suas práticas, no referente à parentalidade. Os Gráficos 24 a 29 (pp. 157 a 159) apresentam os resultados do *Trabalho com as Famílias*.

Em suma, sendo que as famílias desempenham **o papel de maior importância na vida e no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes** por quem são responsáveis, é muito importante que estejam envolvidas na sua vida e que disponham das **competências e conhecimentos necessários ao exercício da parentalidade positiva**. Nesta vertente, o envolvimento das ECMIJ, também elas responsáveis pelo bem-estar das crianças, na promoção deste trabalho com as famílias é algo que lhes compete e que se pode revelar extremamente benéfico na relação entidade-família.

De acordo com os resultados, foi possível apurar que as ECMIJ penafidenses têm vindo a desenvolver, na ótica dos profissionais que as constituem, um **trabalho positivo com as famílias**. Estas referem conhecer o contexto familiar e social das famílias, promovendo regularmente o envolvimento, destas e da comunidade envolvente, na vida da organização. Para além disto, os resultados revelam, ainda, que as instituições promovem regularmente ações que contribuem para a **reflexão sobre as práticas parentais** e a **parentalidade positiva** e que contribuem para o desenvolvimento das competências necessárias ao seu exercício. Desta forma, as ECMIJ do concelho contribuem para promover o bem-estar e a segurança das crianças e adolescentes, recorrendo a uma ação preventiva, junto das suas famílias.

Política de Proteção

Aproximadamente 60% dos profissionais que trabalham nas ECMIJ do concelho de Penafiel ($n = 157$, 58.8%; cf. Gráfico 30) reportaram que a sua instituição promove **ações que pretendem desenvolver, nas crianças/adolescentes, competências que se constituam como fatores protetores à violência**. Neste âmbito, 4.1% dos participantes ($n = 11$) indicaram que estas ações *não são aplicáveis* às incumbências da ECMIJ a que pertencem e 9.7% ($n = 26$) referiram *não saber* se as mesmas se realizam.

Mais de metade dos participantes (62.9%) afirmou que *concordam* ($n = 103$, 38.6%; cf. Gráfico 31) ou *concordam inteiramente* ($n = 65$, 24.3%) com a afirmação “Há uma **verificação do historial das/os profissionais** que lidam diretamente com as crianças/jovens, incluindo pessoal administrativo.” e 52.8% com o facto de que **o recrutamento é realizado de acordo com os princípios de proteção** e a promoção dos direitos das crianças/adolescentes – *concordo* ($n = 90$, 33.7%; cf. Gráfico 32) e *concordo inteiramente* ($n = 51$, 19.1%). Contudo, apenas 38.6% dos participantes ($n = 103$; cf. Gráfico 33) confirmaram a existência de um **Código de Conduta para profissionais, pessoas voluntárias e membros de Órgãos Sociais**. Por outro lado, a quase totalidade dos profissionais participantes (96.6%) indicou que **a instituição garante um ambiente**

seguro para as crianças e/ou adolescentes – *concordo* ($n = 125$, 46.8%; cf. Gráfico 34) e *concordo inteiramente* ($n = 133$, 49.8%).

Ainda no âmbito dos documentos que regulam a atuação das ECMIJ, 88.8% dos inquiridos consideraram que a sua instituição dispõe de uma **Política de Proteção das Crianças e Jovens** – *concordo* ($n = 122$, 45.7%; cf. Gráfico 35) e *concordo inteiramente* ($n = 115$, 43.1%) –, tendo parte dos respondentes ($n = 126$, 47.2%; cf. Gráfico 36) considerado que **todo o pessoal tem conhecimento da mesma**. Não obstante a elevada percentagem de concordância no que respeita à existência desta política, cerca de $\frac{1}{4}$ dos profissionais ($n = 70$, 26.2%) assumiram *não saber* se esta é do conhecimento de todos os elementos da equipa.

Por fim, quando questionados acerca do **direito à vida privada das crianças e à proteção de dados pessoais** das crianças beneficiárias e das respetivas famílias, cerca de 95% dos participantes responderam que *concordam* ($n = 135$, 50.6%; cf. Gráfico 37) ou *concordam inteiramente* ($n = 118$, 44.2%) que a instituição garante estes direitos. Além disso, mais de metade ($n = 139$, 52.1%; cf. Gráfico 38) expressou, também, que a mesma disponibiliza um **procedimento de apresentação de denúncia/queixa acessível** a todas as crianças e adolescentes. Os Gráficos 30 a 38 (pp. 159 a 162) apresentam os resultados da *Política de Proteção*.

Em suma, a proteção das crianças e adolescentes é algo indispensável, para que estes possam crescer e desenvolver-se, estando expostos ao mínimo de risco/perigo possível e salvaguardando a sua integridade física e psicológica. Na medida em que o **direito à proteção** deve estar assegurado em todos os contextos que frequentam (familiar, educativo, comunitário, etc.), é muito importante que existam políticas de proteção adequadas nas instituições que estabelecem contacto frequente com este público. Em conformidade, os resultados evidenciaram, na vasta maioria das ECMIJ, a existência da referida política, bem como um conhecimento alargado sobre a mesma, a verificação do historial dos profissionais que lidam diretamente com crianças/adolescentes e a **garantia de um ambiente seguro** para os mesmos.

Verificou-se, também, que as instituições promovem ações que contribuem para o desenvolvimento, nas crianças e adolescentes, de competências protetoras. Na medida em que nem sempre é possível garantir que todos os contextos são completamente seguros e garantem a sua proteção, é indispensável que as próprias crianças/adolescentes disponham de **competências que lhes permitam, não só identificar situações nas quais possam encontrar-se em risco/perigo, como dispor de ferramentas adequadas à gestão de tais situações**.

Neste sentido, e com vista a que as ações de formação desenvolvidas vão ao encontro das necessidades apresentadas pelas pessoas que delas beneficiarão, poderá ser relevante que as **ECMIJ escutem as crianças/ adolescentes**, neste âmbito, podendo, inclusive, **envolvê-las na preparação de tais eventos**.

Por fim, ainda numa nota positiva, importa destacar que os resultados indicam que as instituições garantem o **direito à vida privada e à proteção de dados pessoais das crianças e das suas famílias**, bem como um **procedimento de apresentação de denúncia** acessível a todas as crianças e adolescentes. A possibilidade de efetivação de uma queixa, por parte das crianças/adolescentes, em situações nas quais as políticas de proteção e os códigos de conduta falham, contribuirão não só para que estes se **sintam mais seguros**, mas também para que **se sintam respeitados** e percecionem as ECMIJ como instituições que se preocupam, efetivamente, com o seu bem-estar físico e psicológico.

Gráficos – Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

Convenção sobre os Direitos das Crianças: Gráficos 2 a 7

Gráfico 2. Os princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos das Crianças são implementados na instituição.

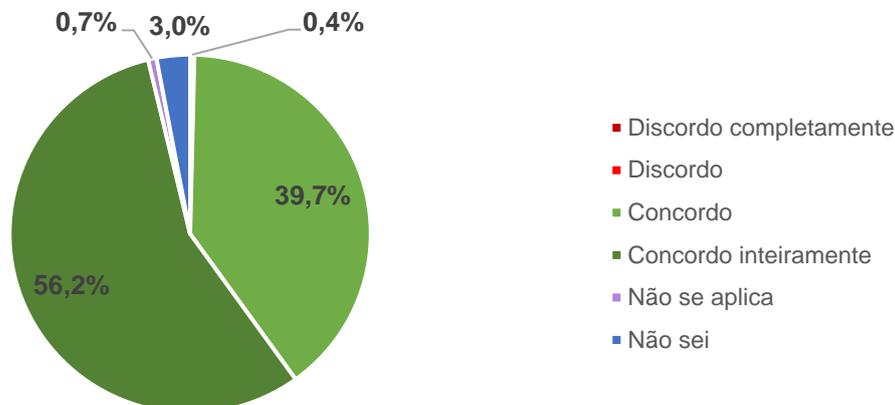


Gráfico 3. As/Os profissionais têm formação sobre os direitos das crianças.

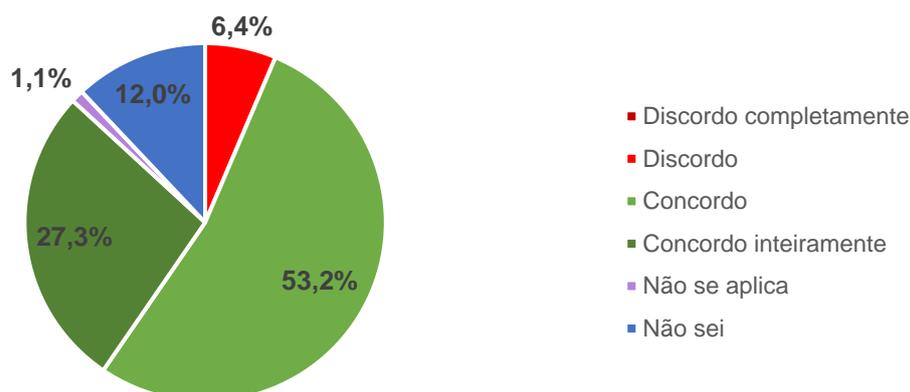


Gráfico 4. A instituição reconhece a criança como sujeito de direitos.

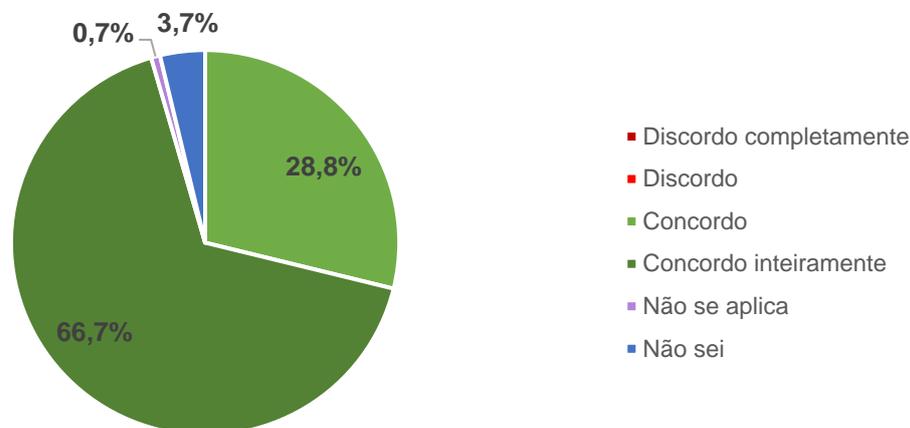


Gráfico 5. A instituição dissemina informação sobre direitos das crianças.

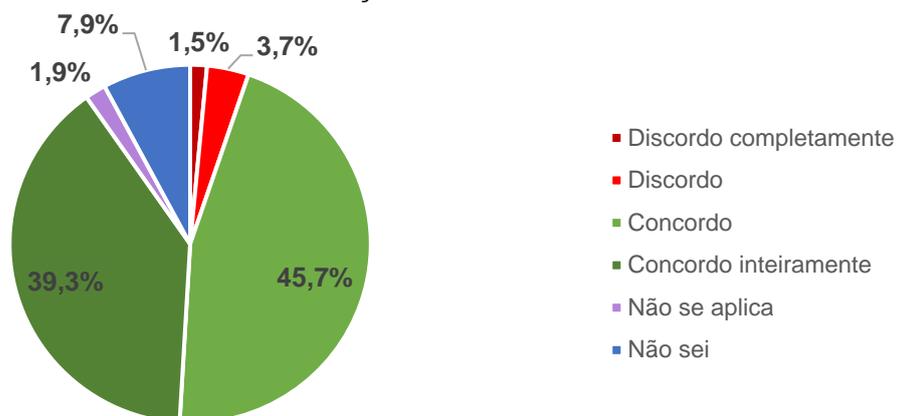


Gráfico 6. A instituição realiza regularmente atividades com as crianças dando-lhes a conhecer os seus direitos.

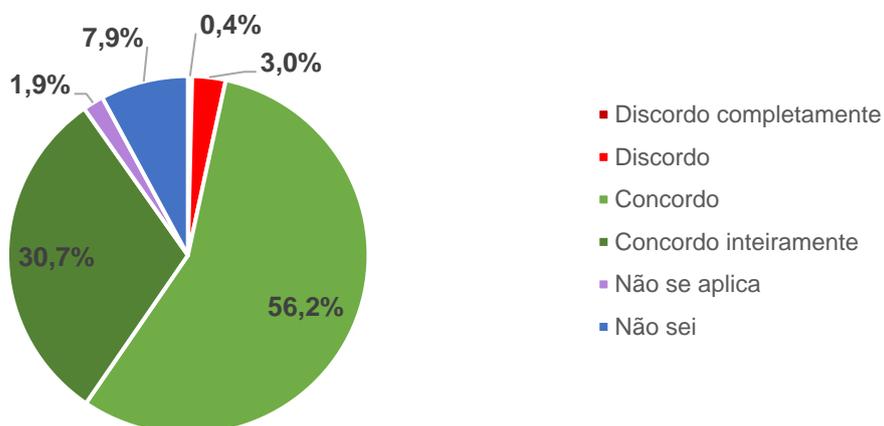


Gráfico 7. A instituição produz materiais informativos sobre direitos das crianças.

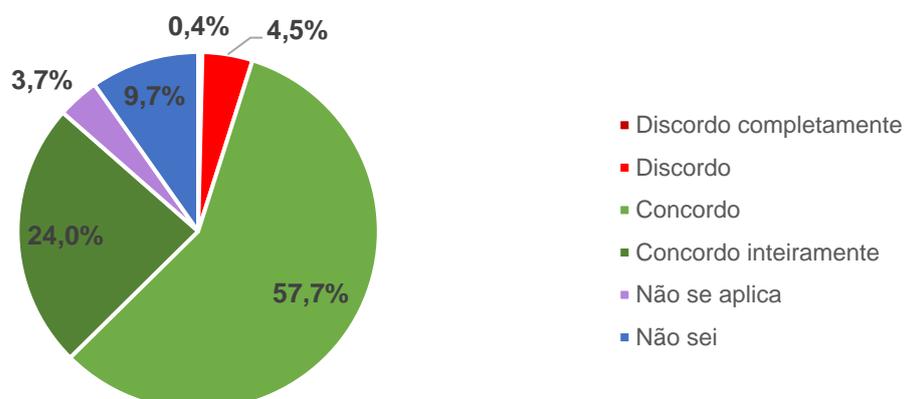


Gráfico 8. As crianças têm, na instituição, oportunidade de falar sobre a sua vida passada e sobre as suas expectativas de futuro.

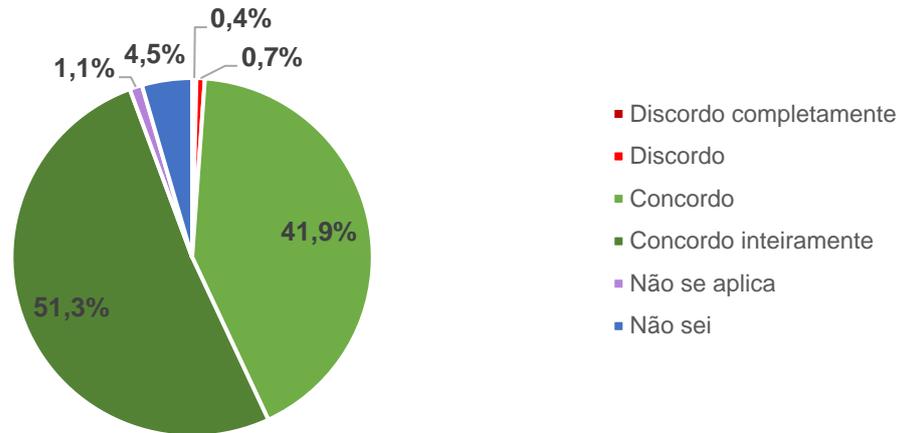


Gráfico 9. Todas as crianças conhecem as regras da instituição.

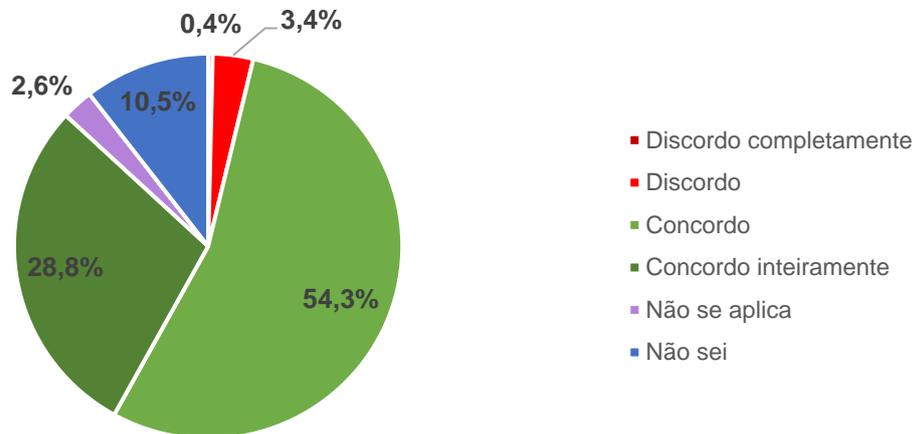


Gráfico 10. As regras da instituição são elaboradas com a participação das crianças.

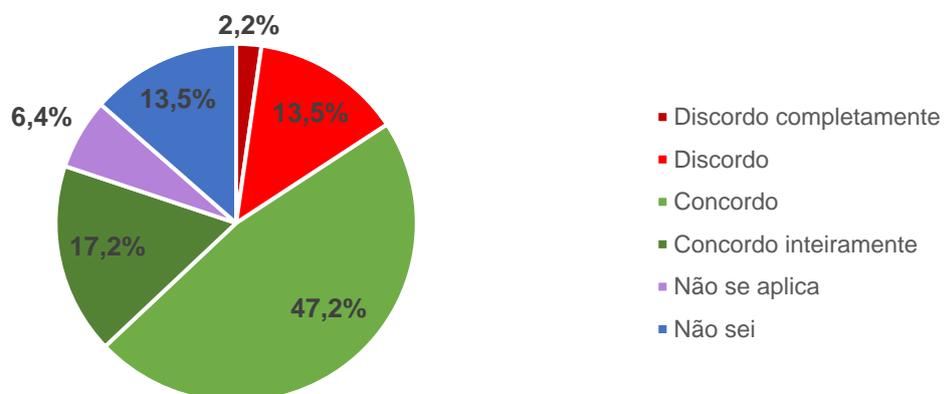


Gráfico 11. Existem materiais informativos sobre a instituição, suas regras e atividades desenvolvidas, acessíveis e adequadas às crianças.

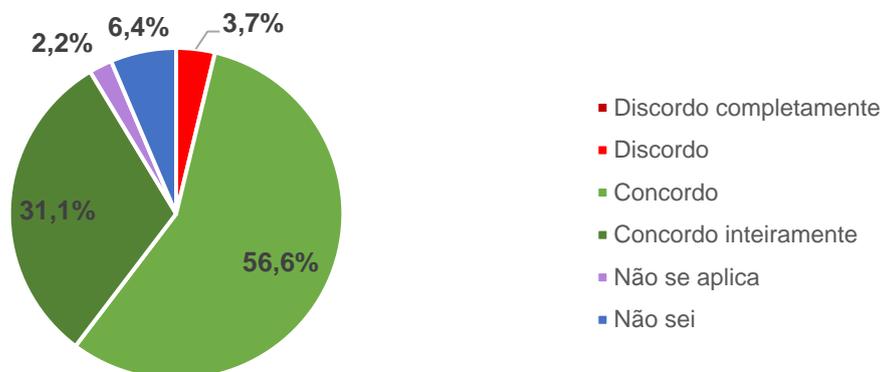


Gráfico 12. A maioria das atividades que se dirigem a crianças é pensada e organizada por pessoas adultas.

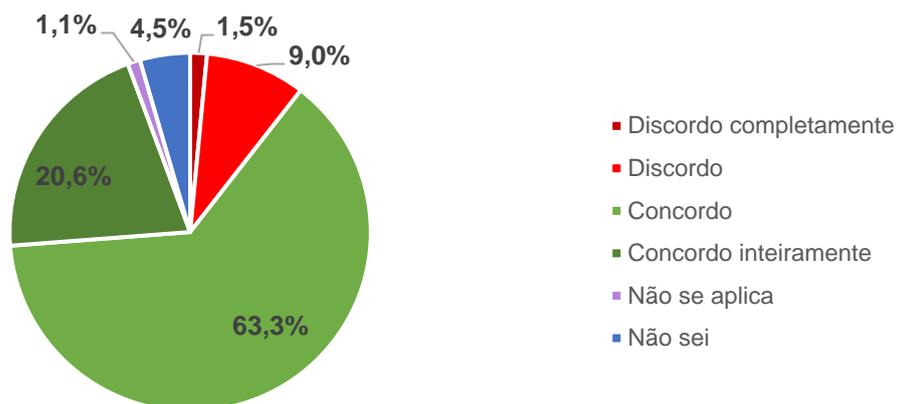


Gráfico 13. A maioria das atividades que se dirigem a crianças é pensada e organizada por pessoas adultas, mas as crianças têm a possibilidade de dar a sua opinião sobre as mesmas.

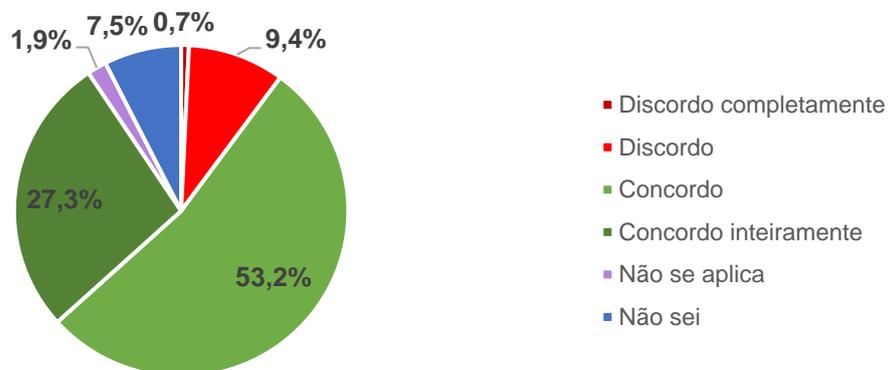


Gráfico 14. As crianças têm oportunidade para dar a sua opinião sobre as atividades e estas podem ser organizadas e implementadas pelas crianças.

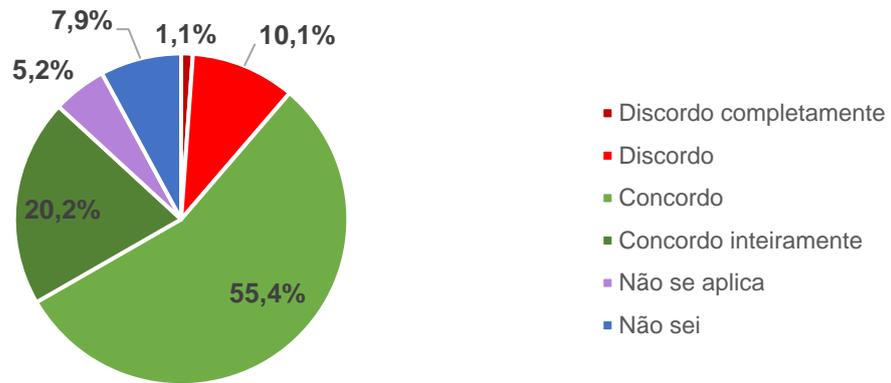


Gráfico 15. A instituição participa regularmente em iniciativas/projetos da responsabilidade de outras entidades que promovem a participação da criança na vida da comunidade.

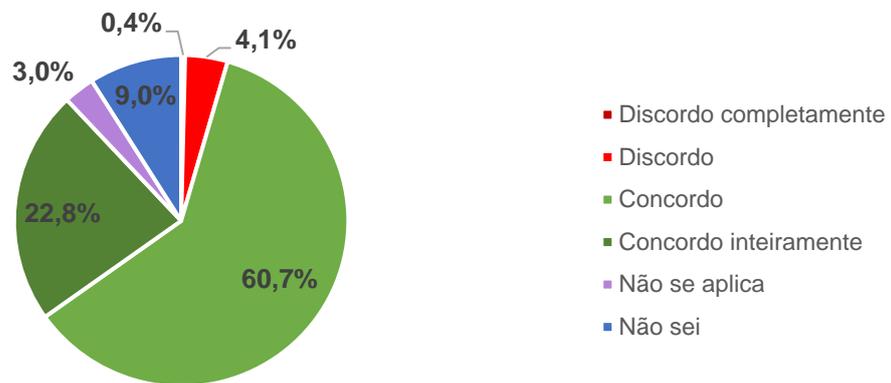


Gráfico 16. As crianças participam nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito.

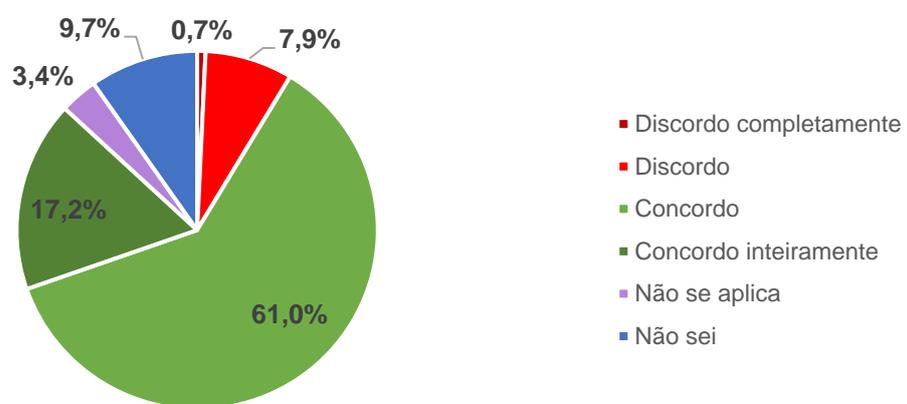


Gráfico 17. As crianças são informadas sobre a sua situação e sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão nas questões que lhes dizem respeito.

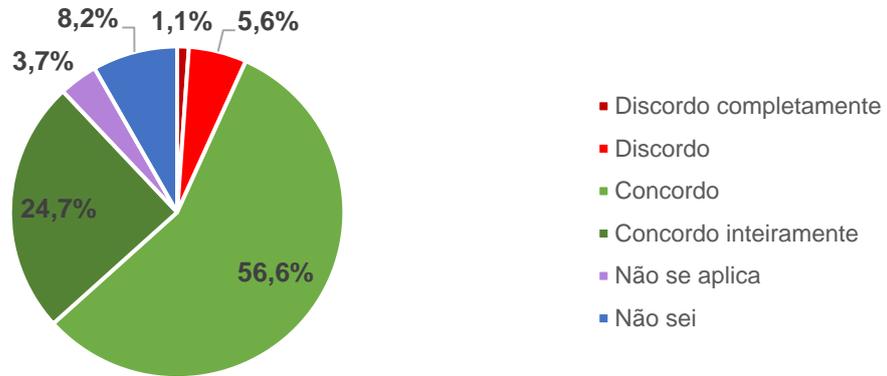


Gráfico 18. As entrevistas/comunicações/conversas com as crianças são feitas em ambiente adequado (por ex. no respeito da sua privacidade, proteção, idade ou outras necessidades).

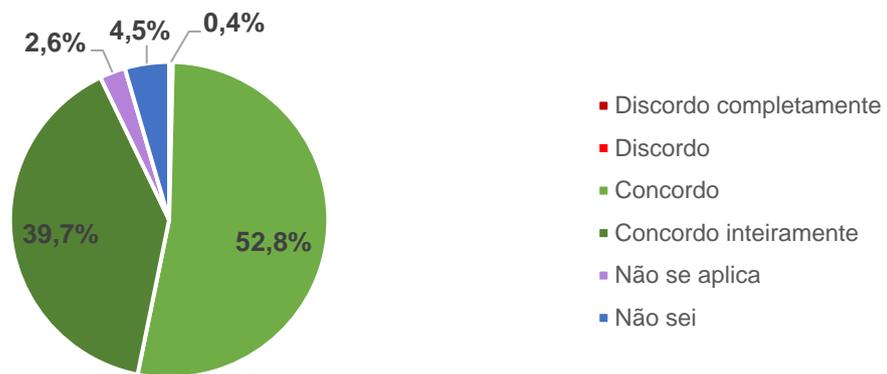


Gráfico 19. A instituição tem mecanismos de avaliação da satisfação dos serviços dirigidos às crianças.

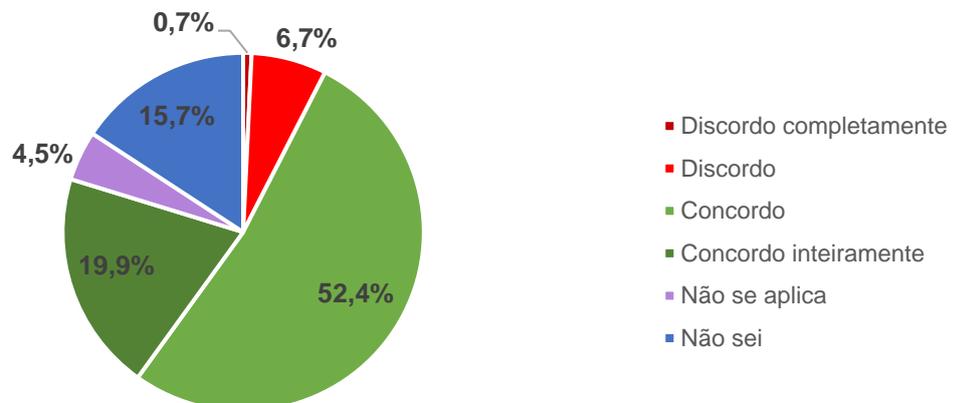


Gráfico 20. A instituição funciona no respeito pelo princípio/direito da não discriminação.

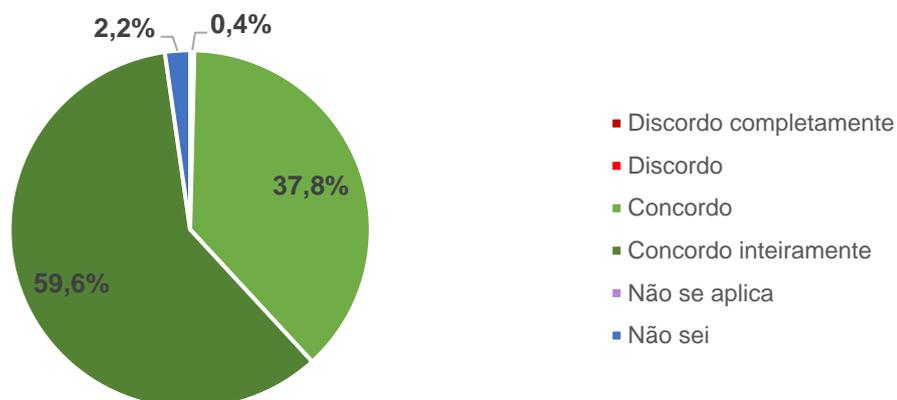


Gráfico 21. A instituição aciona medidas positivas dirigidas aos grupos mais vulneráveis a processos de exclusão social.

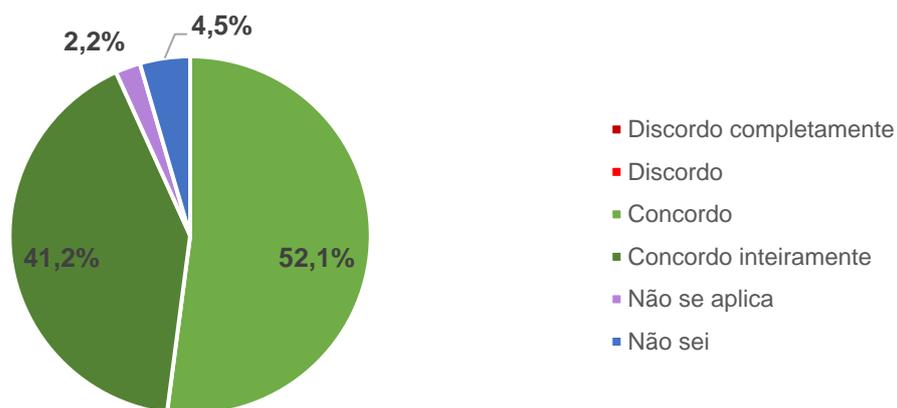


Gráfico 22. A instituição aciona medidas preventivas de práticas discriminatórias e de promoção da diversidade e interculturalidade.

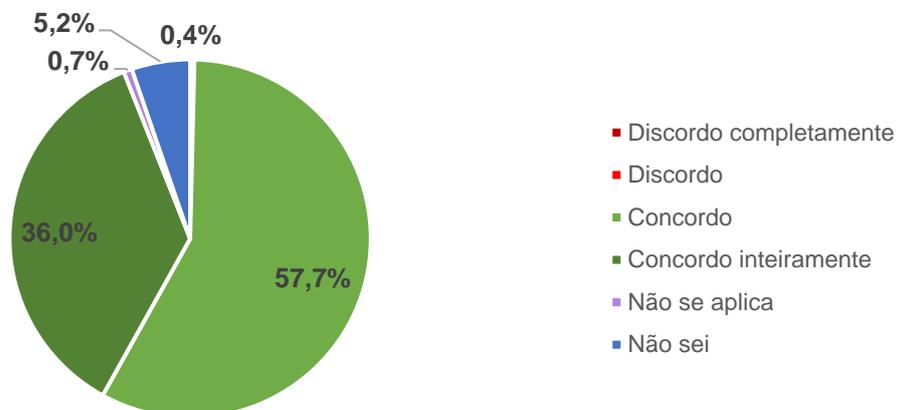
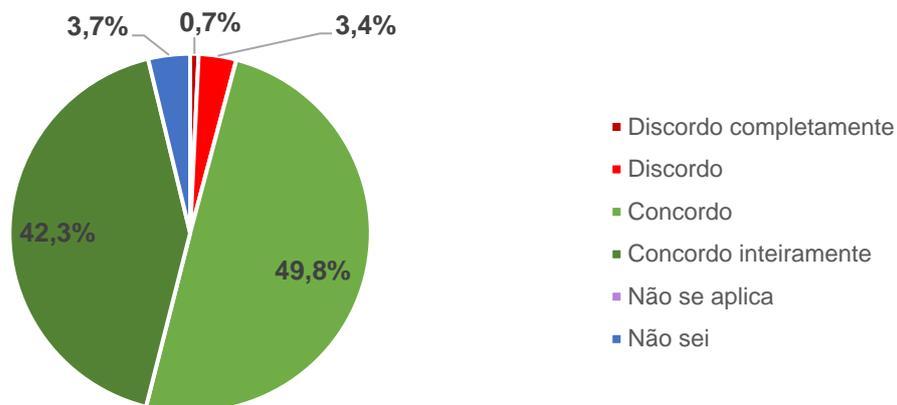


Gráfico 23. A instituição apresenta condições que garantem o acesso a crianças com deficiência.



Trabalho com as Famílias: Gráficos 24 a 29

Gráfico 24. A instituição conhece o contexto familiar e social em que se integram as crianças e jovens com quem trabalha diariamente.

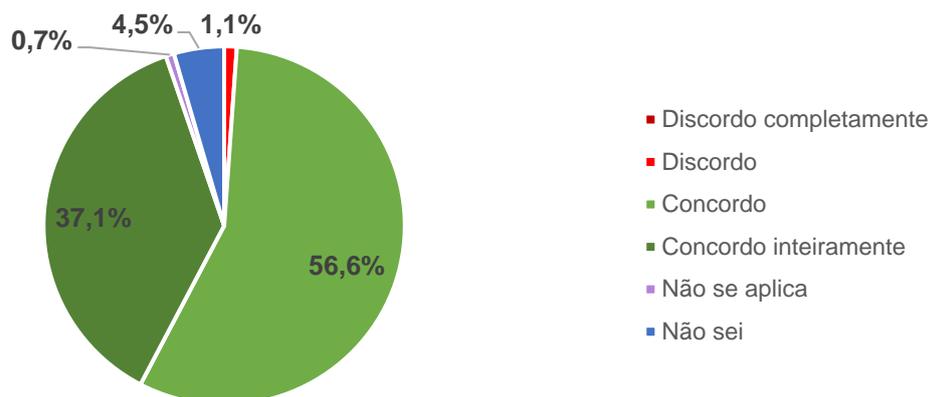


Gráfico 25. A instituição promove regularmente ações que fomentam o envolvimento de pais/mães, famílias em geral, na vida da organização.

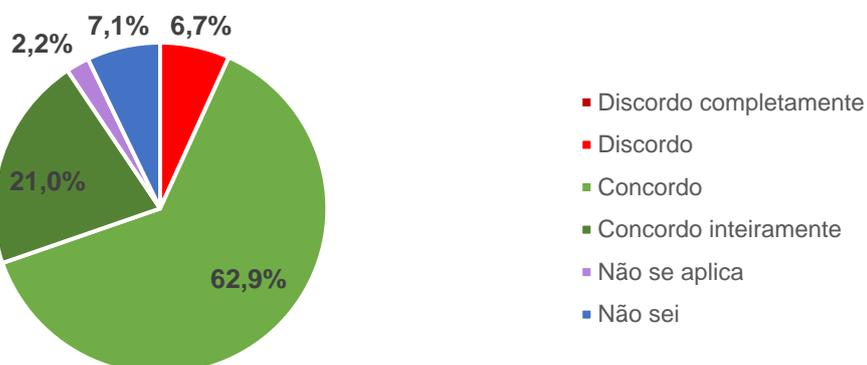


Gráfico 26. A instituição promove regularmente ações que fomentam uma abertura à comunidade envolvente.

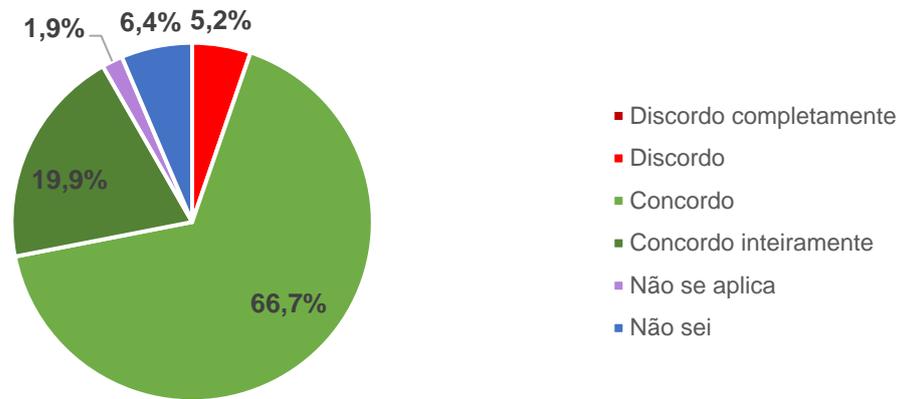


Gráfico 27. A instituição promove regularmente ações que contribuem para uma reflexão sobre as práticas parentais.

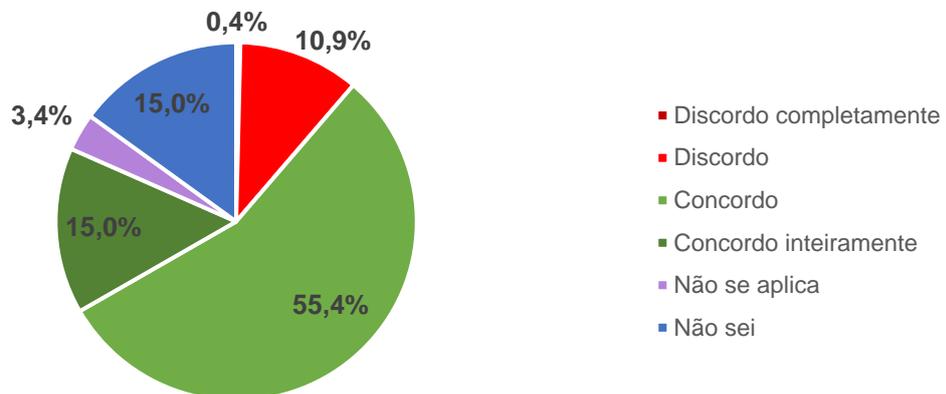


Gráfico 28. A instituição promove regularmente ações que contribuem para uma reflexão sobre o que é a parentalidade positiva.

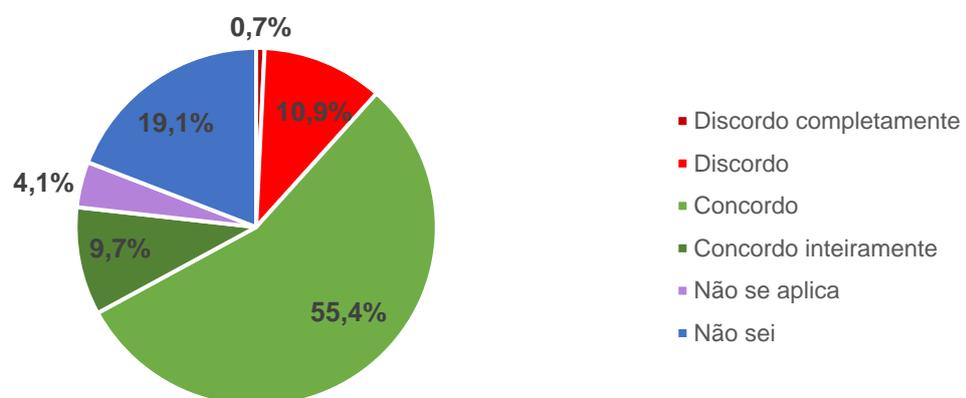
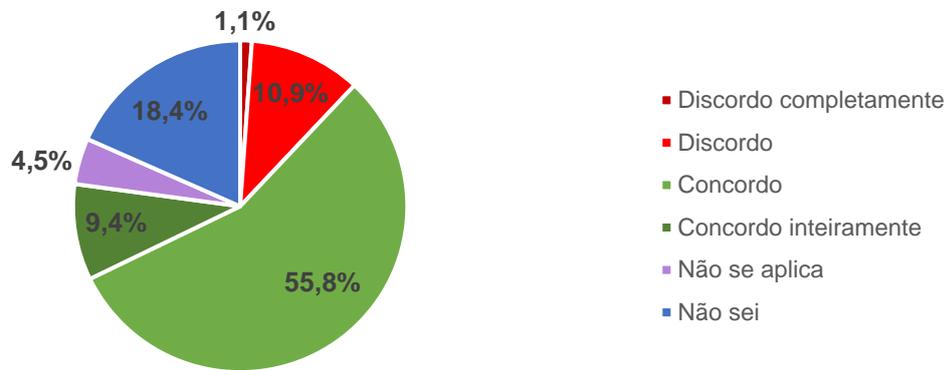


Gráfico 29. A instituição promove regularmente ações dirigidas a pais e/ou mães que contribuem para o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício de uma parentalidade positiva.



Política de Proteção: Gráficos 30 a 38

Gráfico 30. A instituição promove regularmente ações que contribuem para o desenvolvimento de competências, nas próprias crianças, que podem funcionar como fatores protetores à violência.

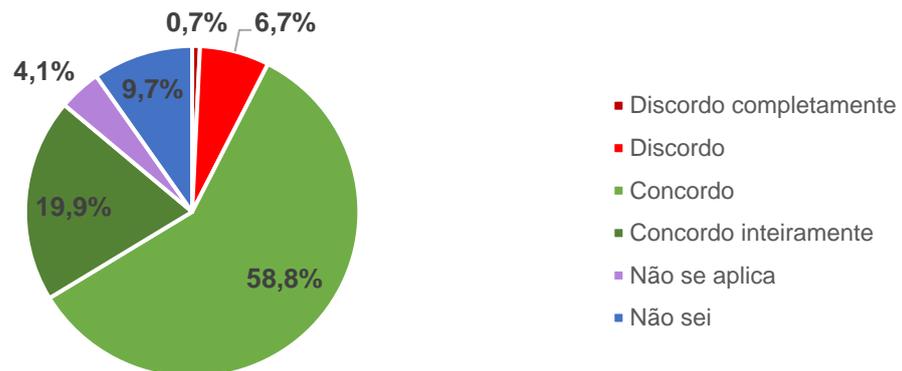


Gráfico 31. Há uma verificação do historial dos/as profissionais que lidam diretamente com as crianças/jovens, incluindo do pessoal administrativo.

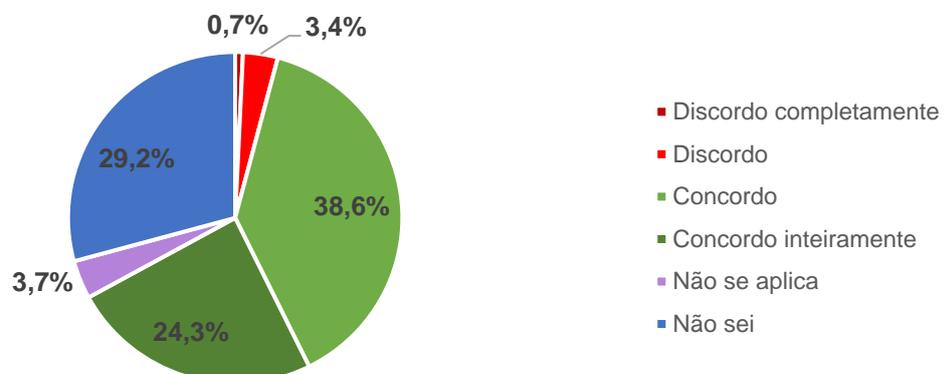


Gráfico 32. O recrutamento de pessoal é feito de acordo com os princípios de proteção das crianças e jovens e a promoção dos seus direitos.

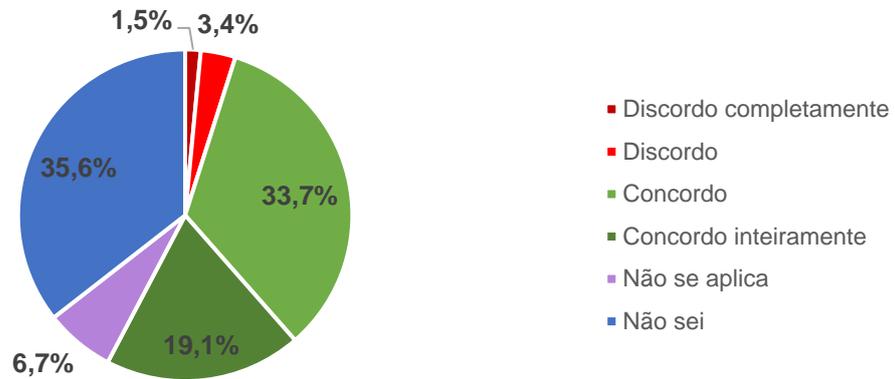


Gráfico 33. A instituição tem um Código de Conduta para profissionais, pessoas voluntárias e membros de Órgãos Sociais.

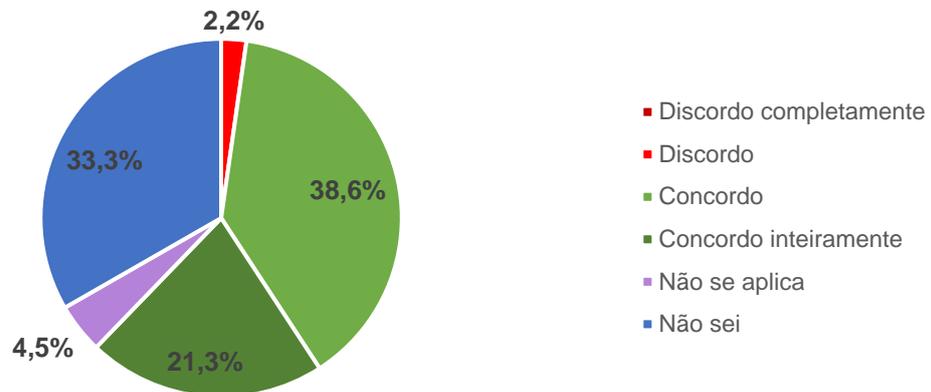


Gráfico 34. A instituição garante um ambiente seguro para as crianças e/ou jovens.

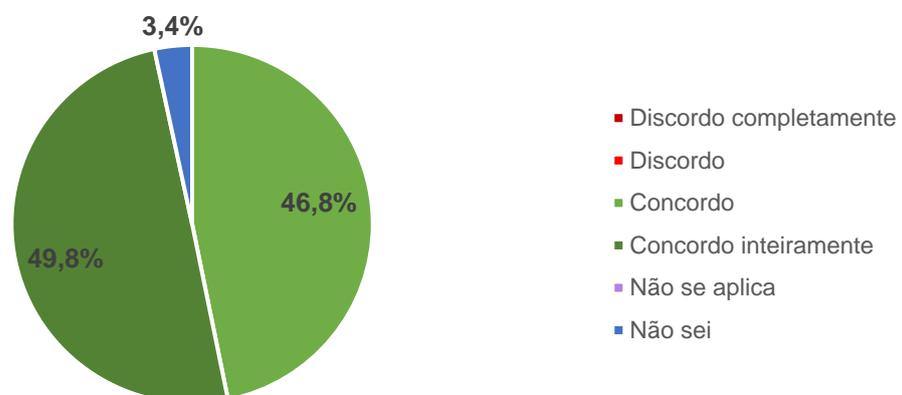


Gráfico 35. A instituição tem uma Política de Proteção das Crianças e Jovens.

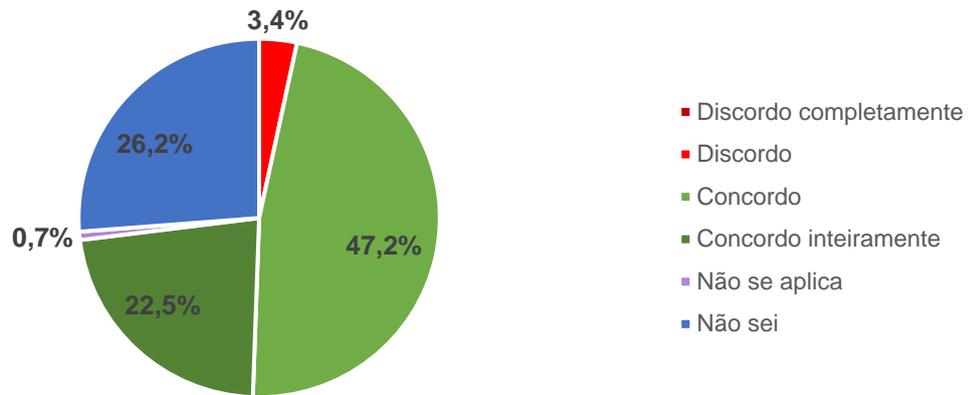


Gráfico 36. Todo o pessoal tem conhecimento da Política de Proteção das Crianças e Jovens.

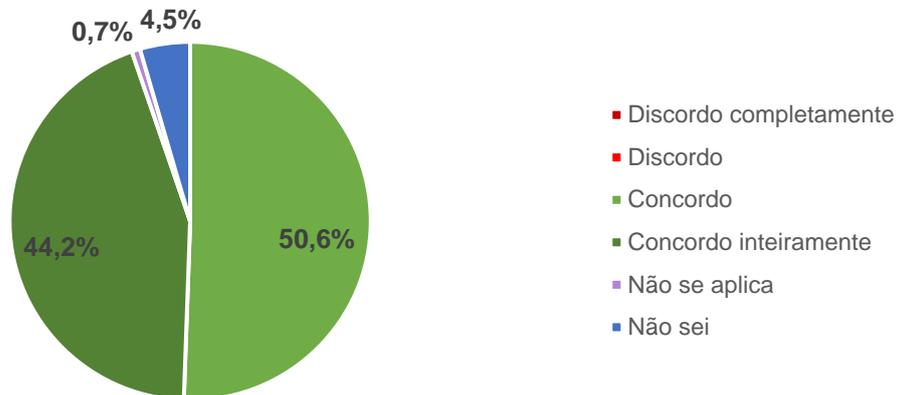


Gráfico 37. A instituição garante o direito à vida privada das crianças e à proteção de dados pessoais das crianças beneficiárias e suas famílias.

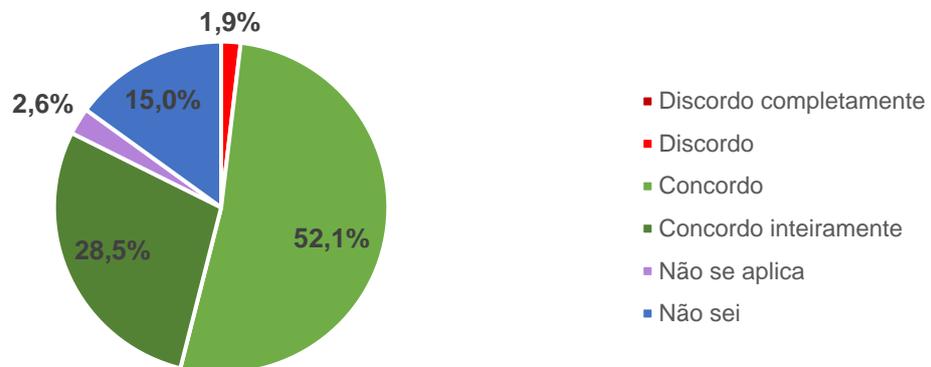
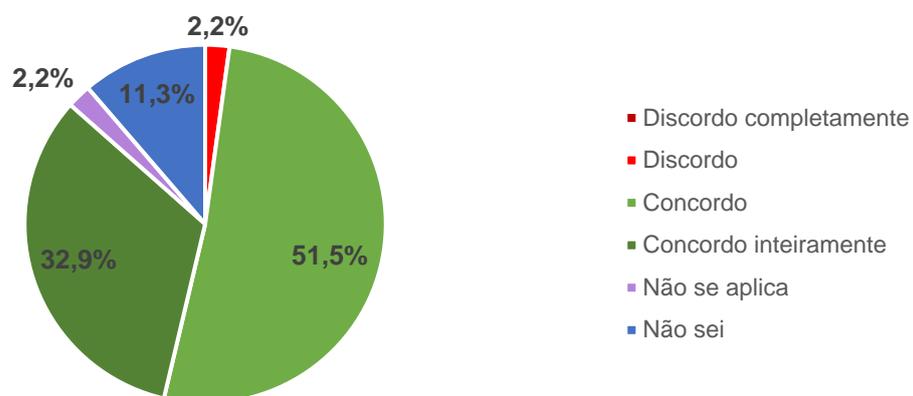


Gráfico 38. A instituição garante um procedimento de apresentação de denúncia/queixa acessível a todas as crianças/jovens.



Conclusões

A Tabela 1 apresenta os principais pontos fortes e potencialidades, por um lado e, por outro lado, as principais fraquezas e vulnerabilidades que põem em risco os direitos das crianças, identificados com base em todas as informações obtidas, a partir das diferentes fontes de informação.

Tabela 1

Principais Pontos Fortes e Fracos Identificados

Área	Pontos Fortes/Potencialidades	Fraquezas/Vulnerabilidades
Direito à Brincadeira e Lazer	<ul style="list-style-type: none">- Referência feita pelas crianças de diferentes idades à facilidade de acesso e contacto com a natureza, revelando não apenas a existência de oportunidades, mas também a tomada de consciência que desde cedo vai sendo possibilitada às crianças da importância da vida ao ar livre e do contacto com a natureza, apelando a questões de sustentabilidade e combate às alterações climáticas;- Crianças com deficiência/diversidade funcional usufruem dos mesmos espaços, os quais estão adaptados às suas limitações revelando um progresso ao nível da inclusão e igualdade de oportunidades;- Os Pais/cuidadores penafidelenses manifestam satisfação e à-vontade para brincar com os seus filhos/as, sempre que	<ul style="list-style-type: none">- Pouca disponibilidade dos Pais/Cuidadores para momentos de brincadeira com os filhos, em todas as faixas etárias;- Carência de espaços públicos para brincar, sobretudo em algumas freguesias do concelho e condições de pouca segurança nalguns equipamentos existentes;- Resposta desportiva, cultural e de ocupação de tempos livres demasiado centralizada; falta de rede de transportes públicos para assegurar a participação de crianças de zonas periféricas do concelho nessas atividades/equipamentos;- Desajustamento dos espaços e atividades de lazer às diferentes faixas etárias;

Área	Pontos Fortes/Potencialidades	Fraquezas/Vulnerabilidades
	<p>haja disponibilidade de tempo nas rotinas de ambos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existência no organigrama da Câmara Municipal de Penafiel da Unidade de Gestão do Desporto com objetivo de dinamizar a atividade física e desportiva dos munícipes em articulação com as associações do concelho, 	<ul style="list-style-type: none"> - Carência de oportunidades de praticar modalidades desportivas diversificadas e ajustadas a diferentes perfis de preferências; bem como economicamente acessíveis aos recursos das famílias; - Desconhecimento de algumas respostas/equipamentos de lazer do município por parte das crianças, adolescentes e famílias; - Rotinas de crianças e adolescentes contemplam pouco tempo para lazer.

Área	Pontos Fortes/Potencialidades	Fraquezas/Vulnerabilidades
Direito à Participação e Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> - Embora não seja uma prática generalizada a todas as crianças e adolescentes, vai surgindo, sobretudo com a idade, uma maior consciência da importância da participação para a construção de um sentido de cidadania ativa; - Os Pais/Cuidadores verbalizam o reconhecimento da importância da participação das crianças/adolescentes, embora não o manifestem tão explicitamente nos comportamentos e práticas que implementam; - As crianças são envolvidas desde cedo nas tarefas domésticas, partilhando estas responsabilidades com a família; - A informação sobre os direitos das crianças começa a ser cada vez mais presente em crianças, adolescentes e famílias; - Disponibilidade do Balcão Ponto JÁ, disponibilizando informações e serviços de interesse para a juventude; - Existência do Banco Local de Voluntariado. 	<ul style="list-style-type: none"> - O direito à Participação ainda não é transversal a todas as crianças, verificando-se maior vulnerabilidade entre o sexo feminino e as crianças mais novas; - Espaço limitado à participação na tomada de decisão quer em família, quer noutros contextos em que as crianças e adolescentes penafidenses participam, com especial relevo para a vida escolar, organização da escola, mas também em família em decisões que dizem respeito às crianças/adolescentes; - Conselho Municipal da Juventude com muito pouca visibilidade e aparentemente sem atividade desde 2020; - Nas ECMIJ as atividades dirigidas às crianças são maioritariamente pensadas e organizadas por adultos; - Diferenças significativas entre a perceção/perspetiva das crianças, adolescentes e famílias acerca da participação das crianças nos diferentes contextos onde se insere, e a perceção/perspetiva dos profissionais das ECMIJ.

Área	Pontos Fortes/Potencialidades	Fraquezas/Vulnerabilidades
Direito à Segurança e Proteção	<ul style="list-style-type: none"> - Apesar da referência à frequência com que vivenciam situações de ameaça e/ou agressões, de modo geral as crianças/adolescentes penafidenses sabem a quem recorrer para pedir ajuda e referem fazê-lo; - Intervenção da CPCJ em processos de promoção e proteção avaliada pelos adolescentes que foram alvo de medida como positiva e seguindo todos os requisitos de atuação, nomeadamente na qualidade do acompanhamento, no acesso à informação e participação nas decisões e na qualidade dos resultados alcançados; Segundo o Relatório Nacional da Atividade das CPCJ, em 2020, a principal medida aplicada foi de Apoio junto dos Pais; - Os Pais/cuidadores das crianças e adolescentes de Penafiel manifestam interesse em ler sobre questões relevantes no desenvolvimento infantil e na adolescência, atribuindo relvo fundamental ao potencial e aos riscos inerentes do uso da internet; - As ECMIF reconhecem os direitos da criança e implementam práticas ajustadas ao princípio da Criança-Sujeito de Direitos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças de todas as idades (mas desde idade pré-escolar) reportam situações, nos contextos educativos que frequentam (também no jardim de infância), nas quais se sentiram desprotegidas e com medo; - Experiências de <i>bullying</i> são reportadas por crianças de todas as idades, sobretudo em contexto escolar; - Insegurança igualmente reportada em relação aos transportes públicos, os quais são pouco utilizados; - Maior vulnerabilidade das crianças do sexo feminino à insegurança nos diferentes contextos; - Recurso recorrente das famílias e professores a estratégias disciplinares punitivas e abusivas dos direitos das crianças, como gritar e bater; - Inexistência de respostas de acolhimento familiar, para crianças com medida de promoção e proteção de colocação; - Desconhecimento por parte de alguns profissionais das ECMIJ de políticas de proteção à criança, nomeadamente: existência de critérios de recrutamento e verificação do historial do profissional que irá lidar com as crianças; existência de um Código de Conduta Profissional na intervenção com as crianças.

Área	Pontos Fortes/Potencialidades	Fraquezas/Vulnerabilidades
Direito à Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de mortalidade infantil é menor que a média nacional e que a média da sub-região; - Plano nacional de vacinação seguido de modo generalizado e acompanhamento médico regular em grande parte das crianças/famílias - Reconhecimento da importância de um estilo de vida saudável; 	<ul style="list-style-type: none"> - Grande quantidade de famílias de Penafiel não frequentou cursos pré e pós-parto; - Baixa taxa de amamentação exclusiva até aos 6 meses; - Dificuldade reportada por algumas crianças/famílias de literacia de saúde; - Falta de formação (inicial e contínua) dos

Área	Pontos Fortes/Potencialidades	Fraquezas/Vulnerabilidades
	<ul style="list-style-type: none"> - Nalgumas famílias hábitos de refeições conjuntas diariamente utilizadas como momentos de comunicação e partilha de experiências; - Penafiel faz parte da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, uma associação de Municípios, parceira da Organização Mundial de Saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> profissionais de saúde para partilha das informações de saúde, de forma adequada e ajustada ao nível de compreensão das próprias crianças/adolescentes, mas também dos adultos cuidadores; - Desconhecimento da existência / não acesso por número importante de adolescentes ao serviço de atendimento especializado para adolescentes nos centros de saúde; - Referência a dificuldades de ajustamento psicológico e/ou de saúde mental sem resposta atempada e facilmente acessível.
Direito à Educação e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de escolarização no ensino pré-escolar superior à média nacional e taxas de retenção e desistência da escola inferiores aos indicadores nacionais, em todos os níveis de ensino; número médio de alunos do ensino secundário com computador e acesso à internet superior relativamente à média nacional; - Crianças referem gostar da escola e da aprendizagem e os Pais/cuidadores estão globalmente satisfeitos com as escolas frequentadas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de escolarização no ensino secundário inferior à média nacional; - Diminuição no interesse e gosto pela escola à medida que a idade da criança/adolescente aumenta; - Reduzida participação da criança/adolescente no desenho do seu percurso académico; - Referência a violência nas escolas, quer episódios de <i>bullying</i> entre pares, quer o recurso a estratégias de agressão física quanto verbais usadas pelos

Área	Pontos Fortes/Potencialidades	Fraquezas/Vulnerabilidades
	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade de 11 equipamentos de Creche, distribuídas pelo concelho, permitindo às famílias que o necessitem colocar às crianças mais novas e retomar a vida ativa. 	<ul style="list-style-type: none"> professores; - Pouco envolvimento das famílias nas atividades escolares; - Recurso a bibliotecas públicas reduzido, tanto entre as crianças, como entre os adolescentes; - Quase inexistência (ou desconhecimento da existência) de educação sexual em contexto escolar. - Recurso a bibliotecas públicas reduzido, tanto entre as crianças, como entre os adolescentes.
<p>Direito à Sobrevivência, Vida Pessoal e Direito à discriminação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças/Adolescentes indicam gostar das suas casas e referem que têm condições habitacionais satisfatórias; - As ECMIJ parecem conhecer o contexto familiar e social em que se integram as crianças/adolescentes com quem trabalham diretamente; - Penafiel viu aprovada a sua candidatura a Cidade Amiga das Crianças em 2021; - Existência do Projeto “Sentir o Nosso Bairro”, financiado pelo Programa NORTE 2020, com objetivo de promover iniciativas de inclusão social, potenciando parcerias de carácter inovador e/ou experimental que envolvam uma ampla 	<ul style="list-style-type: none"> - Diferenças de género no que diz respeito à situação laboral no concelho, encontrando-se as mulheres em situação de maior vulnerabilidade, com maior taxa de desemprego e salários médios mais baixos; - A violência física e psicológica parece ser algo comum num número significativo de famílias, tal é patente nos relatos das crianças, dos adolescentes e mesmo dos pais/adultos cuidadores que referem dificuldade em quebrar a cadeia transgeracional de práticas punitivas; - Uma percentagem significativa de crianças/

Área	Pontos Fortes/Potencialidades	Fraquezas/Vulnerabilidades
	<p>gama de entidades em execução no Bairro da Fonte da Cruz;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existência do Balcão da Inclusão de Penafiel, cuja missão assenta na informação e mediação especializada e acessível às pessoas com deficiência e/ou incapacidade, suas famílias, organizações e outros que direta ou indiretamente intervêm na área deficiência; envolvido na publicação e divulgação do Guia Prática dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o qual constitui um instrumento formativo, na medida em que esclarece sobre terminologias corretas a adotar, contribuindo para apoiar as pessoas com deficiência na concretização dos seus direitos e na sinalização de práticas de discriminação em razão da deficiência. - Adesão à Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – ENIND, patente no Plano Municipal para a Igualdade e Não-Discriminação; - Existência de Gabinete de Apoio à Família, com objetivo de assegurar a proteção das famílias mais vulneráveis, promovendo a sua integração, qualidade de vida e bem-estar; - Possibilidade de adesão ao Cartão Municipal de Família Numerosa para agregados familiares, com três ou mais filhos 	<p>adolescentes revela já ter experienciado episódios de violência por pares, fora do contexto escolar;</p> <ul style="list-style-type: none"> - A exposição a drogas, dentro ou fora do contexto escolar, aparenta ser bastante comum entre os adolescentes; - Falta de tempo das famílias e aumento do stress, podendo criar tensão nas dinâmicas familiares; - Dificuldades de gestão família-trabalho.

Área	Pontos Fortes/Potencialidades	Fraquezas/Vulnerabilidades
	<p>a cargo, residentes no concelho de Penafiel há pelo menos 2 anos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade de resposta de parentalidade positiva integrada no Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social 4G (CLDS 4G), Penafiel Social, Eixo 2: Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; - Existência de Estratégia Local de Habitação definindo a implementação de políticas de habitação social e apoio ao arrendamento. 	

A Tabela 2 apresenta as principais sugestões de intervenção, identificados com base em todas as informações obtidas.

Tabela 2

Principais Sugestões de Intervenção

Área	Sugestões de Intervenção
Direito à Brincadeira e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a disponibilidade e facilidade de acesso a parques infantis e estruturas públicas de lazer ajustadas a todas as idades e em todas as freguesias do concelho, de modo a proporcionar às famílias oportunidades de atividades conjuntas. Estas atividades conjuntas podem ser dinamizadas através de propostas de programas desportivos e/ou culturais dirigidos às diferentes faixas etárias e envolvendo pais/cuidadores e filhos/as, procurando colmatar a falta de recursos e limitada proatividade das famílias neste âmbito;

Área	Sugestões de Intervenção
	<ul style="list-style-type: none"> - Dar a conhecer o âmbito de ação da Unidade de Gestão do Desporto e incentivar a implementação de ações com objetivo de proporcionar atividades e modalidades desportivas ajustadas a diferentes perfis de interesses e capacidades, sem distinção de idade e género a todos os munícipes de Penafiel, tendo presente as potencialidades de atividades desportivas praticadas em família; - Criar bolsas sociais para atividades extracurriculares - desportivas e culturais, na medida em que as famílias reportam dificuldades de ordem económica para a frequência das crianças, bem como assegurar transportes a preços controlados para aceder às atividades; - Multiplicar propostas de atividades de lazer em família na linha da Comemoração organizada no Dia Internacional da Família, no Parque da Cidade ou de atividades desportivas e culturais como o acesso gratuito às piscinas exteriores e museu de Penafiel no Dia Internacional da Juventude; - Rever a distribuição de carga horária entre as exigências/obrigações escolares das crianças, os horários de exigências laborais dos Pais/cuidadores e o tempo de brincadeira, essencial ao desenvolvimento, bem-estar e ajustamento psicológico; - Equacionar estratégias de conciliação família-trabalho, proporcionando oportunidades de tempo de qualidade em família, em atividades partilhadas, sem penalizações a nível laboral ou de carreira.
Direito à Participação e Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de uma cultura de normalização à participação das crianças/adolescentes - Promoção de oportunidades de participação efetiva das crianças e adolescentes, em todos os aspetos da comunidade envolvente e, em particular, naqueles que lhe dizem diretamente respeito – garantir que as crianças mais pequenas não são excluídas; o direito à participação não se restringe à participação dos adolescentes; - Implementação de mecanismos de sugestões de crianças e adolescentes em questões de cidadania (e.g., alterações climáticas, desenvolvimento sustentável, saúde)

Área	Sugestões de Intervenção
	<ul style="list-style-type: none"> - Incluir o tema dos direitos das crianças, de modo sistemático, em atividades para crianças em idade pré-escolar, proporcionado não apenas o exercício de uma participação informada desde idades precoces, mas sobretudo promover o reconhecimento de situações em que os direitos possam estar a ser violados empoderando as crianças para a sua afirmação como sujeito de Direitos. Rever os programas das aulas de cidadania neste sentido, por exemplo, assegurando que o desenvolvimento de um pensamento crítico, essencial ao exercício da participação. Sensibilização de pais/adultos responsáveis para abordarem a temática dos Direitos em família; - Sensibilizar os pais/adultos responsáveis para a importância da inclusão da opinião das crianças/adolescentes em decisões de família, mesmo (sobretudo) quando são mais novas; educar para a capacidade de tomar a palavra e afirmar as suas ideias, educação promotora de uma cidadania ativa - Sensibilização para envolvimento igual de rapazes e raparigas nas tarefas domésticas; - Sensibilização das escolas e outras ECMIJ para a importância da concretização do direito de participação das crianças e adolescentes nas matérias que lhes dizem respeito; propor a participação de uma criança/adolescente representante em todas as ECMIJ (e sempre que pertinente mais do que uma) com voz ativa no planeamento das atividades propostas pela ECMIJ; - Desenvolver inquéritos pedagógicos, onde os alunos avaliam os professores, dão sugestões de melhoria das aulas, da escola, etc....; - Incluir a prática de ter um/a delegado/a de turma no primeiro ciclo, assim como representantes de ano que sejam ouvidos, por exemplo, em conselhos de turma, mas também em momentos de diálogo com a coordenação/direção das escolas; - Criação de grupos de discussão sobre as práticas escolares e educativas, tendo alunos/as como

Área	Sugestões de Intervenção
	<p>membros constituintes;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover a corresponsabilização das crianças/adolescentes, envolvendo-os na busca de soluções para os desafios das escolas – criação, por exemplo, de grupos de discussão para identificar aspetos positivos e negativos das escolas e encontrar soluções; - Reforçar o envolvimento em projetos de voluntariado. Divulgação nas escolas / articulação entre as escolas e instituições que precisam de voluntários / envolvimento no Banco Local de Voluntariado que tem como objetivo promover o encontro de pessoas que expressam disponibilidade e vontade no trabalho voluntário e entidades que reúnem condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade; - Inclusão de prémios de mérito associados ao envolvimento em associativismo, projetos de voluntariado / de responsabilidade social; - Implementação de mecanismos de sugestões de crianças/adolescentes em questões de cidadania (e.g., alterações climáticas, saúde, desenvolvimento sustentável...); - Estímulo à formação de grupos de adolescentes que desenvolvam atividades de interação com outros equipamentos como creches, centro de estudos, campos de férias; - Dinamizar o Conselho Municipal da Juventude aparentemente inativo na atualidade, divulgando as potencialidades da sua ação e incentivando jovens e associações para a juventude para dele fazer parte; - Disponibilizar mais informação sobre as associações direcionadas à participação de crianças e adolescentes, existentes no concelho de Penafiel; - Criação da figura do “Provedor” para a Promoção e Proteção dos Direitos da Criança no concelho.

Área	Sugestões de Intervenção
Direito à Segurança e Proteção	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar programas de combate ao <i>bullying</i> e <i>cyberbullying</i>, em todas as escolas e em todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar; envolver os pais/cuidadores mas também todos os profissionais de ECMIJ neste processo de capacitação das crianças/adolescentes para a vivência de relações interpessoais saudáveis; Desenvolver campanhas de sensibilização do impacto na vítima de experiências de violência /bullying do estilo “E se fosse comigo?” potenciando a capacidade de intervenção/reação quando perante uma situação de violência com terceiros; - Recorrer ao programa nacional de prevenção/intervenção no <i>bullying</i> https://www.sembullyingsemviolencia.edu.gov.pt/ ; - Implementar programas de mentoria nas escolas e/ou noutros contextos, promovendo a interação entre crianças/adolescentes mais velhos e mais novos que proporcionem o desenvolvimento de um sentimento de segurança, através de sentido de pertença e integração na escola/comunidade; - Promover em articulação com as forças de segurança (PSP e GNR) programas como o Programa Escola Segura que garanta a segurança fora dos recintos escolares e nas suas imediações, bem como nos transportes públicos e nos meios suaves de deslocação com a bicicleta e a pé; - Criação de um Observatório da violência contra crianças e adolescentes; - Dinamizar a divulgação de linhas de apoio (e.g., 144, linha SOS criança); - Desenvolvimento de uma App que permita às crianças/adolescentes reportar/denunciar situações de violência de que tenham sido vítimas ou tenham presenciado em terceiros, bem como pedidos de ajuda, numa modalidade ajustada a realidade do mundo digital atual; - Aumentar a literacia digital de crianças/adolescentes, professores e pais/cuidadores. Estes/as últimos/as alertam as crianças para os perigos da internet e redes sociais, mas podem não dominar as melhores estratégias de prevenção de riscos no mundo virtual (insistindo em medidas de controle

Área	Sugestões de Intervenção
	excessivo que violando a privacidade das crianças/adolescentes, não promovem comportamentos de prevenção).
Direito à Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar que todas as famílias dispõem de médico de família, na medida que a taxa de cobertura no concelho não é total, e divulgar entre os adolescentes a existência e acessibilidade a serviços especializados para aquela faixa etária em cada centro de saúde; - Promover e divulgar de maneira universal a todas as famílias que esperam um filho, os cursos pré e pós-parto, na medida em que estes programas (quando baseados em evidência científica) constituem momentos importantes de formação para a parentalidade positiva, para o desenvolvimento de relações pais-filhos mais investidas e para uma maior sensibilidade e responsividade às necessidades desenvolvimentais dos/das filhos/as; - Promover ações de formação entre os profissionais de saúde sobre estratégias de comunicação com crianças e adolescentes das diferentes idades, bem como com os pais/cuidadores com diferentes níveis de literacia em saúde, de modo a assegurar uma participação crescente e o desenvolvimento da autonomia de todos e de cada um no autocuidado em questões de saúde e bem-estar; - Divulgar a existência e criar nos Centros de Saúde que o não tenham, um serviço especializado para atendimento de adolescentes, serviço de proximidade, sem necessidade de marcação, onde os adolescentes, em confidencialidade, possam colocar questões, esclarecer dúvidas e crescer em autonomia no cuidado da sua saúde; - Implementação, em articulação contextos de saúde-contextos educativos, programas de educação sexual propostos a todas as crianças e adolescentes, promovendo um maior conhecimento da

Área	Sugestões de Intervenção
	<p>temática, desenvolvendo comportamentos saudáveis e seguros nesta matéria e criando oportunidades de reflexão, organização cognitiva e regulação emocional e comportamental em torno da sexualidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de respostas de prevenção de consumos aditivos e intervenção quando o comportamento aditivo está instalado (salienta-se a percentagem elevada de crianças e adolescentes que reportam já lhes ter sido oferecida droga); - Desenvolvimento de estratégias que envolvam cada vez mais os centros de saúde na resposta especializada a crianças com história de adversidade, com profissionais de saúde com formação em trauma e perda – experiências tipicamente presentes em crianças que navegam o sistema de promoção e proteção – de modo a melhor poder responder às necessidades destas crianças, nomeadamente as que se encontram em acolhimento residencial; - Criar uma linha de intervenção que permita identificar as necessidades de saúde mental, especialmente junto de crianças e adolescentes e desenvolver respostas às necessidades identificadas.
<p>Direito à Educação e Desenvolvimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a recuperação da taxa de escolarização dos adolescentes do concelho de Penafiel no ensino secundário, a qual se encontra abaixo da média nacional, identificando os motivos subjacentes a este dado e proporcionando meios de extensão da cobertura do ensino nesta faixa etária, através do desenvolvimento de oportunidades dirigidas aos interesses desta população em condições acessíveis às famílias; - Envolver as crianças/adolescentes na seleção de alguns conteúdos programáticos do seu interesse de forma a aumentar a motivação para a escola das crianças mais velhas; - Iniciar projetos de mentoria nas escolas, com os/as alunos/as mais velhos/as a ajudar os/as mais

Área	Sugestões de Intervenção
	<p>novos/as, tanto a nível de desempenho escolar, como a nível de integração;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Trabalhar a motivação para a escola/estudo de adolescentes; permitir que o currículo dos/das adolescentes seja diversificado e personalizado de acordo com os interesses destes, por exemplo, através da escolha das disciplinas independentemente da área, ou propondo a aquisição de competências de autonomização e transição à vida ativa, como saber abrir conta num banco, tratar de documentos administrativos, etc. Utilizar estratégias educativas mais cativantes, com recurso às tecnologias, à participação ativa, etc., de forma a despertar o interesse e envolvimentos destes/as; Exploração de metodologias TBL (http://www.teambasedlearning.org/); - Formação de professores (de todos os ciclos de ensino) para a adoção de práticas educativas não-violentas; promoção de práticas educativas responsivas e estratégias educativas positivas; - Desenvolvimento de um mecanismo que permita que as crianças/adolescentes possam denunciar, de forma confidencial e protegida, situações de maltrato por parte de professores e outros elementos da comunidade educativa; - Promover a utilização da biblioteca municipal como recurso educativo, implementando por exemplo a iniciativa de “biblioteca móvel” .; - Mais limpeza das casas de banho das escolas e maior supervisão neste sentido; - Promover atividades que aproximem escola-família e aumentem o envolvimento dos pais nas atividades escolares, para além das questões académicas – envolvendo-os, na resolução dos problemas da escola, na co-construção de soluções eficazes, na definição de compromissos de articulação e comunicação aberta família-escola, etc.; - Identificar quais os/as adolescentes que necessitam de trabalhar enquanto estudam, explorar em que situações acontecem e se podem ser dados apoios;

Área	Sugestões de Intervenção
Direito à Sobrevivência Vida Pessoal e Direito à não-discriminação	<p data-bbox="629 256 1957 336">- Criar a figura do “Delegado do bem-estar da criança” nas Escolas de todos os ciclos de ensino, à semelhança do que acontece noutros países europeus.</p> <p data-bbox="629 411 1957 699">- Equacionar políticas de proteção da família que, em colaboração com as entidades empresariais publicas e privadas do concelho de Penafiel, possam não apenas ultrapassar a maior vulnerabilidade da população feminina, mas também facilitar a conciliação trabalho-família que parece ameaçar a maior proximidade Pais-Filhos, tendo sempre presente que a possibilidade de usufruir de experiências conjuntas constitui importante potencial de saúde, bem-estar e ajustamento psicológico, quer para as gerações mais novas em desenvolvimento, quer para as gerações mais velhas;</p> <p data-bbox="629 715 1957 799">- Manter e reproduzir iniciativas como o Projeto “Sentir o Nosso Bairro” que se encontra em implementação na luta contra a exclusão social e pobreza;</p> <p data-bbox="629 815 1957 1102">- Implementar ações de formação em Parentalidade Positiva, recorrendo a programas baseados na evidência (ex.: Anos terríveis, Triple P, etc.) de modo a desconstruir representações de educação baseados em práticas punitivas e tolerando o recurso a estratégias violentas, potenciando uma leitura atenta do comportamento das crianças, desenvolvendo nelas um sentido de responsabilidade e comprometimento com as suas ações, promovendo a autorregulação através de estratégias indutivas e, sobretudo, reconhecendo a criança como sujeito de direitos;</p> <p data-bbox="629 1118 1957 1257">- Alargar o âmbito do Gabinete de Apoio ao Emigrante já existente no organigrama da Câmara Municipal, organizando atividades de integração de grupos migrantes, sobretudo vocacionadas para crianças e adolescentes, promovendo a não discriminação relativamente a estes grupos.</p>

